Património Cultural Imaterial Makhuwa Nahara, da Ilha de Moçambique

Instituto de Investigação Sócio-Cultural
Rua de Bagamoyo, 201 Tel: 21 431366 Fax: 21 328621
Maputo - Moçambique
E-mail: arpac@tvcabo.co.mz

Sumário

PARTE 1: METODOLOGIA 10
Nota introdutória 11
Instrumentos 12
Domínios e tipos de bens culturais intangíveis 24
PARTE 2: INVENTÁRIO 26
Omuhipiti população e condições de vida no sítio inventariado 28
Sitio 001: Omuhipiti 29
Identificação do patrimônio cultural intangível inventariado 56
1. Cerimônias e atos festivos 57
ID-AL-FITR e ID-AL-ADHA 58
2. Comunicação e expressão 67
MALEIA, TAMWA-TAMWA E COFIÓ 68
EKIMAU, EKUWO 74
TUFU 82
3. Conhecimentos e técnicas artesanais 93
CONSTRUÇÃO DE RIQUEXÓS 94
CONSTRUÇÃO NAVAL 103
EYOOKA 112
Construções em Macuti 123
JOALHARIA 136
4. Conhecimentos e técnicas relativos ao corpo 145
M'SIRO, OWANTXA, MULALA 146
OTHUNA 152
5. Conhecimentos e técnicas relativos à natureza 157
PESCA ARTESANAL 158
CONHECIMENTOS NÁUTICOS DO NAHOTA 174
6. Cosmologia e religião 183
CONHECIMENTOS DO FUNTI 184
MAULIDE 193
7. Lugares 200
OMAKHUTHINI 201
JARDIM DE MEMÓRIA DA ESCRAVATURA 210
QUINTAIS 218
8. Oratura 227
EHANTISI 228
NARRATIVAS SOBRE MWANANTI 246
NARRATIVAS SOBRE MAJINI 252
NARRATIVAS SOBRE SÃO FRANCISCO XAVIER 259
NARRATIVAS SOBRE A ESCRAVATURA 266
WAHALA 274
9. Ritual 281
OSIKHA 282
EMWALI 292
EKHALAWA 299
OSINKYIA 311
10. Sociabilidade e interajuda 319
N'TATCHE 320
VICTÓRIA 328
Referências 334
Síntese executiva 337
Anexo I 344
Anexo II 345

Apresentação

A salvaguarda do patrimônio cultural intangível representa, por várias razões, uma ruptura e um avanço importantes nos paradigmas que têm presidido as acções governamentais na esfera da preservação. Os impactos causados por essa recente inovação sobre o campo da acção patrimonial ainda não se configuraram plenamente. De fato, embora já se tenha produzido significativa bibliografia sobre o assunto,[1] inúmeras questões ainda carecem de maior atenção por parte dos analistas e críticos das políticas culturais. Uma delas diz respeito aos inventários.

O problema

Apesar de sua natureza inovadora a Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (UNESCO, 2003) adopta os inventários como instrumentos básicos de identificação do que necessita ser protegido e como medida preliminar de salvaguarda (cf. Artigo 12 parágrafo 1). Este procedimento tem pautado a acção patrimonial em relação a bens bastante diversos dos que constituem objecto daquele instrumento legal, nomeadamente edificações, obras de arte e outros artefactos, ou seja, bens de natureza material. Além disso, ao estabelecer, no parágrafo 2 do mesmo artigo, que cada Estado Membro fornecerá periodicamente ao Comité Intergovernamental gestor dessa política informações relevantes sobre tais inventários, a Convenção lhes atribui valor significativo enquanto indicadores úteis ao acompanhamento (ou mesmo avaliação) das acções de salvaguarda desenvolvidas nesses países.

De modo geral, inventários são procedimentos que visam ao levantamento sistemático e exaustivo dos objectos que integram determinado universo. Eles são úteis do ponto de vista prático justamente porque permitem colocar lado a lado – e, portanto, comparar - as particularidades de cada objecto pertencente a uma dada colecção e estabelecer estratégias diferenciadas e prioridades de acção em face dessas realidades. Por essas razões, *inventários de identificação*[2] têm sido amplamente utilizados por museus, arquivos, bibliotecas e entidades gestoras do patrimônio arquitetônico, ou seja, instituições responsáveis por conjuntos de bens passíveis de serem descritos e classificados um a um, exaustivamente.

Por outro lado, diferentemente dos artefatos coleccionados em museus e arquivos, as práticas e conhecimentos tradicionais focalizados pela Convenção de 2003 são realidades fluidas e dinâmicas, que freqüentemente se espraiam para além de fronteiras sociais e políticas, e são criativamente transformadas, infiltrando-se inesperadamente em novos contextos socioculturais onde frequentemente ganham novas significações. Sendo essa a natureza mais profunda dos elementos que compõem o assim chamado patrimônio cultural intangível, importantes desafios teóricos, metodológicos e práticos colocam-se a quem os pretenda identificar sistematicamente e juntar forças com seus guardiões e produtores com vistas a contribuir para a sua salvaguarda.

[1] Veja-se entre outros IPHAN (2005), BLAKE, J. (2007) e KONO, T. (2009)

[2] http://www.unesco.org/culture/ich/index.php?lg=fr&pg=00080

Essa missão, que visa a fins práticos bastante claros, ou seja, fornecer elementos para a tomada de decisões oficiais de salvaguarda, enfrenta pelo menos dois tipos de desafios. Em primeiro lugar, há problemas relativos à definição do que no Artigo 2, parágrafo 2 daquela Convenção se designa como "domínios" do patrimônio cultural intangível, ou seja, à elaboração de um sistema de categorias pré-definidas que seja logicamente coerente, antropologicamente aceitável e verossimil do ponto de vista das *comunidades culturais*[3], em função do qual seja possível delimitar os contornos mais gerais das esferas de experiência social a serem consideradas, ou excluídas - pela investigação. Esse aspecto do problema diz respeito ao que denomino *enquadramento* do objecto da acção de salvaguarda. Em segundo lugar, uma vez formulados esses domínios e consequentemente escolhidas as esferas da vida social consideradas relevantes para tal fim, coloca-se a questão de como delimitar e descrever as ocorrências pertinentes, empiricamente observáveis em campo. Refiro-me tanto a questões teórico-metodológicas relativas ao estabelecimento das variáveis a serem consideradas, quanto à profundidade e extensão da investigação, uma vez que se pretende produzir descrições que – embora necessariamente superficiais e incompletas – resultem em reconstituições da realidade que sejam teoricamente adequadas e na prática suficientes para estabelecer possíveis intervenções. Estas questões dizem respeito à consistência e à densidade dos relatos etnográficos produzidos nos levantamentos.

Em suma, os inventários do patrimônio cultural intangível colocam ao investigador um duplo desafio de natureza teórico-metodológica. De um lado, é essencial evitar, nesses levantamentos, os efeitos de congelamento e reificação das realidades focalizadas, uma vez que elas não são apenas intangíveis mas, sobretudo, dinâmicas, processuais e históricas. De outro, não se pode perder de vista a natureza sistêmica e multifacetada (para não dizer total ou integrada) da realidade social, onde os factos são – como ensinou Marcel Mauss (1923-1924) - a um só tempo de natureza política, religiosa, econômica, jurídica, afetiva etc.

A essas questões juntam-se problemas de natureza moral e ético-profissional, relativas à posição dos pesquisadores frente às comunidades estudadas, dada a sua condição de agentes externos às realidades que não só pretendem conhecer, mas nas quais, sobretudo, pretendem intervir. Nesse sentido, os levantamentos aqui focalizados não se confundem com etnografias acadêmicas, nem de um ponto de vista metodológico, nem eticamente. Eles são, antes de tudo, uma forma de conhecimento que se poderia qualificar de *aplicado*, uma vez que é produzido com vistas ao objetivo prático de se traçarem políticas de estado, ou seja, acções planejadas que alterem o fluxo dos acontecimentos observados.

Diante da natureza específica dos inventários enquanto modo de conhecimento, que também é, por princípio, uma forma de intervenção, deve-se considerar desde logo a condição externa dos agentes de salvaguarda relativamente às bases sociais de criação, transmissão e transformação das práticas qualificadas como patrimônio cultural. Tenho argumentado que tensões entre, de um lado, as disposições internas das comunidades culturais e, de outro, as metas e procedimentos implementados pelas agências governamentais responsáveis pela salvaguarda (ARANTES, A. 2009), são inerentes às realidades patrimoniais, independentemente delas serem tangíveis ou intangíveis. Em outras palavras, artefatos, usos e costumes, em si mesmos e por si mesmos, não

[3] O termo é usado no sentido atribuído pela Convenção de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível (UNESCO, 2003).

configuram *patrimônio* no sentido estrito do termo. Esta condição *sui generis* resulta de negociações entre agentes locais e atores externos, ou seja, entre membros das comunidades culturais e agências governamentais, com vista - à atribuição - pela esfera oficial - de valor patrimonial a práticas sociais e artefatos previamente existentes, assim como ao consequente desenvolvimento de acções de protecção e salvaguarda dessas realidades.

Essa perspectiva faz parte da óptica consagrada pela Convenção de 2003 que declara - em seu Artigo 1, parágrafo 1 - que constituem o patrimônio cultural intangível aqueles elementos reconhecidos por comunidades, grupos e, em alguns casos, indivíduos *como parte de seu patrimônio cultural*. Ela estabelece também que compete aos Estados membros da UNESCO indicarem quais, dentre esses elementos, devem tornar-se objecto de salvaguarda e receber os benefícios que decorrem dessa condição específica, seja ao nível nacional (Item III, Art.11 a 15), seja integrando a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Intangível da Humanidade (Art.16) e a Lista do Patrimônio Cultural Intangível que Necessita de Salvaguarda Urgente (Art.17).

Esses dispositivos implicam no reconhecimento do poder de autodeterminação dessas comunidades e conduzem, necessariamente, ao enfrentamento das questões éticas e jurídicas daí decorrentes (ARANTES, A. 2010). Identificar o que determinada comunidade considera seu patrimônio e o que o Estado poderá vir a reconhecer como tal é, portanto, o desafio inicial – e essencial - de todo o trabalho de inventário, mormente no que diz respeito à seleção dos temas e ocorrências a partir dos quais se configuram os limites geográficos, étnicos, éticos, temporais e temáticos de tal levantamento.

Ele implica, além disso, na aceitação tácita, pelas comunidades culturais e pelas agências de preservação, do compromisso de se envolverem, conjuntamente, no enfrentamento das vicissitudes que se colocam à continuidade das práticas e conhecimentos selecionados. Aliás, o envolvimento dos agentes locais na gestão dos bens patrimoniais é explicitamente estabelecido no Artigo 15 daquele acordo multilateral e essa participação tem se mostrado, na prática, como condição necessária da sustentabilidade da preservação.

Tal compartilhamento pode ganhar um sem número de formatos e significações, mas implicará sempre no estabelecimento de limites morais e de direito a serem observados pelas partes envolvidas. Entre estes, um dos mais importantes é sem dúvida o reconhecimento, pelas instâncias externas, dos agentes culturais locais enquanto autores e intérpretes (ao mesmo tempo executantes e porta-vozes) de sua própria cultura. Um corolário desse reconhecimento é a atribuição tácita a esses agentes da condição de sujeitos de direitos (por exemplo, de propriedade intelectual) relativamente às esferas abrangidas pela salvaguarda.

Missões e actividades

Em linhas gerais, essas são as questões de fundo subjacentes às três missões de consultoria a que este relatório se refere. Embora este volume refira-se especificamente ao contrato UNESCO 4500097348 de 2010, nele estão consolidados os principais resultados de actividades que realizei em Moçambique com o patrocínio daquela instituição em 2007, 2009 e 2010.

Contemplando as preocupações expressas anteriormente, o projecto como um todo teve dois objectivos gerais. Um, foi desenvolver procedimentos de inventário do patrimônio cultural intangível que seguissem as directrizes estabelecidas pela Convenção de 2003 e fossem adequados à realidade daquele país. O outro foi oferecer aos pesquisadores do ARPAC – Instituto de Investigação Sociocultural, de Moçambique a oportunidade de participarem da elaboração desses instrumentos de investigação e refletirem criticamente sobre algumas questões teóricas e metodológicas inerentes à implementação de políticas de salvaguarda para essa modalidade de bens patrimoniais.

Os trabalhos tiveram início em 2007[4] com a realização de um seminário em Maputo de que participaram pesquisadores pertencentes à comunidade dos países africanos de língua portuguesa. Os objectivos dessa actividade foram: (1) promover a discussão de questões de natureza conceitual colocadas pela Convenção, (2) explorar a idéia de *domínios do patrimônio cultural imaterial*, com base em exemplos das diferentes regiões e contextos étnicos com que os participantes estivessem familiarizados, e (3) elaborar um esboço de instrumento que pudesse ser utilizado para a identificação do patrimônio cultural intangível em levantamentos de campo. Participaram desses trabalhos, que se estenderam de 23 a 27 de julho daquele ano, 25 pesquisadores provenientes de Angola, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, e Moçambique (estes, majoritariamente vinculados ao ARPAC).[5]

Em 2009[6] essas questões foram retomadas numa segunda missão que teve por objectivo desenvolver procedimentos e instrumentos de inventário que pudessem, de facto, ser utilizados em Moçambique e testá-los em campo. Os integrantes desse grupo realizaram em suas províncias, previamente ao nosso encontro em Maputo, um exercício de aplicação do instrumento que havia sido esboçado em 2007. Essa actividade visava familiarizar os investigadores com dificuldades que usualmente se colocam em trabalhos de campo e propiciar uma experiência que pudesse ser compartilhada nos seminários; além disso, pretendia-se identificar questões relativas ao uso de instrumentos padronizados em contextos étnicos e regionais diversos.

Com base nessa experiência, projetou-se uma ficha de identificação que foi testada na Ilha de Moçambique. Esse teste deu origem ao primeiro inventário do patrimônio cultural intangível realizado no país. Esta etapa do projeto desenvolveu-se à distância e presencialmente. Em Moçambique, 19 investigadores participaram das atividades que foram desenvolvidas de 1 a 15 de julho de 2009; entre estes, 7 participaram das oficinas realizadas em 2007.[7]

Em 2010, chegou-se a uma formulação dos domínios do patrimônio cultural imaterial que nos pareceu adequada à realidade de Moçambique, finalizou-se o desenho dos procedimentos e instrumentos de inventário (incluindo fichas de campo, de identificação e de sítio), e concluiu-se o levantamento com vista ao inventário da Ilha de Moçambique. Desta etapa, que também desenvolveu-se presencialmente (de 19 de abril a 8 de maio) e à distância, participaram 11 pesquisadores, sendo 8 integrantes da turma de 2009, 1 de 2007 e 2 que não haviam participado anteriormente deste processo.

Quanto à experiência acumulada pelos investigadores participantes deste processo, vale destacar que, se por um lado, apenas 3 vivenciaram todas as etapas do trabalho, por

[4] Contrato UNESCO 3240140763, 2007.

[5] Anexo 1: Lista de participantes das atividades realizadas em 2007, com indicação de origem.

[6] Contrato UNESCO 3240211295, 2009.

[7] Anexo 2: Lista de participantes das oficinas e projeto piloto, com indicação de freqüência às diversas atividades realizadas nas missões de 2009 e 2010.

outro, a incorporação de outras pessoas - vinculadas ao ARPAC, ao GACIM e ao Governo Distrital da Ilha de Moçambique - ao longo do processo permitiu identificar e enfrentar dificuldades relativas à transmissão desta metodologia a pesquisadores que venham a utilizá-la no futuro.

Esse processo foi alimentado por insumos intelectuais de natureza variada. Além dos documentos sobre o patrimônio cultural intangível publicados pela UNESCO e, em particular, o próprio texto da Convenção de 2003, foram essenciais os aportes trazidos pelos investigadores, com base em sua experiência profissional e pessoal. A diversidade dos domínios focalizados pelo inventário,[8] aliada à necessidade de produzir uma abordagem o mais possível integrada do patrimônio em relação aos vários aspectos da vida social e ao objectivo de se criarem instrumentos que pudessem ser utilizados não só pelos participantes do projecto, mas também por terceiros, demandava a contribuição convergente de profissionais experientes e de formação diversificada. Assim, foi altamente positivo o facto dos pesquisadores provirem de áreas como história, antropologia, geografia e lingüística, e vários deles terem experiência anterior em pesquisa, alguns em nível pós-graduado e possuírem obras publicadas sobre temas pertinentes ao projecto. Por outro lado, sua experiência profissional acumulada nas diversas províncias e regiões do país contribuiu para que o processo tivesse um ponto de partida mais seguro e compatível com a realidade à qual se dirigia. Além disso, suas referências etnolinguísticas pessoais diversificadas permitiram que rapidamente se estabelecesse entre eles e os entrevistados a empatia e confiança necessárias para que o projecto produzisse resultados compatíveis com sua importância em curtíssimo prazo.

Apesar dos objectivos dessas missões serem eminentemente práticos, a complexidade das questões explicitadas nas páginas iniciais desta apresentação exigiu que se realizassem actividades de reflexão (tais como palestras e seminários) como parte do processo de trabalho. Essas discussões conceituais, que incluíram aspectos éticos e legais do trabalho, foram conduzidas por este consultor antes e durante a pesquisa de campo e tiveram como pano de fundo o argumento exposto sinteticamente no ensaio *Culture as heritage: limits, uses and implications of intangible cultural heritage inventories* (ARANTES, 2009). Relativamente ao enquadramento das actividades inventariadas através dos instrumentos de observação, os seguintes temas foram debatidos nessas actividades de formação:

1. Identidade e papel dos agentes locais do patrimônio cultural intangível: praticantes, executantes, guardiões, entre outros.
2. Processo de produção e disseminação do patrimônio cultural intangível.
3. Significados e valores atribuídos às práticas sociais enquanto patrimônio.
4. Continuidade mudança: tradição e inovação; transmissão e sucessão.
5. Desafios da salvaguarda.

O relatório

Este relatório está estruturado em 2 partes. A primeira pretende ser um contributo à criação de uma metodologia de inventário do patrimônio cultural intangível em Moçambique e consubstancia os resultados das discussões teórico-metodológicas realizadas pelo grupo nos três encontros citados. Ela inclui a relação de domínios do patrimônio cultural intangível adoptada pelo projecto e os três instrumentos básicos

[8] Ver p.33 deste relatório.

propostos, a saber, fichas de campo, de identificação e de sítio, cada uma delas acompanhada de instruções relativas a procedimentos e modo de preenchimento. Na segunda parte do relatório apresentam-se os resultados dos levantamentos realizados na Ilha de Moçambique. Eles incluem a listagem e classificação dos itens inventariados, a identificação de cada um deles por meio das respectivas fichas de identificação, a síntese das recomendações de salvaguarda elaboradas pela equipe de pesquisadores com base em sua experiência em campo e a lista de obras consultadas. No final incluem-se índices remissivos por código de ficha e por denominação do item inventariado.

Um último ponto importante a ser destacado nesta apresentação refere-se à participação das comunidades culturais no processo de inventário. No espírito da Convenção de 2003, os trabalhos desenvolvidos em Moçambique, conforme mencionei anteriormente, partiram do pressuposto de que o patrimônio cultural intangível compõe-se de elementos que são "*reconhecidos*" pelos agentes sociais como "*parte de seu patrimônio cultural*" (Art.2, parágrafo 1) e que a identificação desse patrimônio deve ser feita "*com a participação de comunidades, grupos e organizações não-governamentais relevantes*" (Art.11, item "a").

Assim, o levantamento realizado na Ilha de Moçambique teve início com uma reunião preliminar onde se elaborou uma lista provisória de práticas culturais reconhecidas pelos pesquisadores participantes e por alguns membros da comunidade local como sendo características da Ilha de Moçambique e que seriam o ponto de partida do inventário. Essa lista foi modificada diversas vezes em função de avaliações feitas coletivamente pelos pesquisadores com base em seus contatos com membros da comunidade por ocasião das entrevistas. A primeira atividade em campo foi uma ampla reunião na qual os objetivos e implicações do projeto foram apresentados o mais detalhadamente possível a um grupo de homens e mulheres representantes das irmandades e confrarias em torno das quais se organiza a maior parte da população cujo patrimônio se pretendia identificar. Essa reunião teve como intérprete e mediador o *shehe* Hafiz Jamú, cuja eficiente e empenhada colaboração gostaria de agradecer desde logo em nome de todos os participantes do projeto. Essa abordagem foi repetida em cada entrevista, na qual se solicitava o consentimento do entrevistado para se tornarem públicas as informações fornecidas. Por esse meio procurava-se deixar claro que se tratava apenas dos aspectos públicos, mais gerais, das atividades e conhecimentos focalizados. Algumas pessoas abordadas solicitaram pagamento pela entrevista, o que não recomendamos uma vez que um dos objetivos do trabalho era justamente identificar pontos de interesse comum entre a comunidade e os pesquisadores que, na situação e independentemente de sua vontade, eram identificados pelos sujeitos da pesquisa como representantes governamentais.

As recomendações de salvaguarda apresentadas na parte final deste relatório foram formuladas coletivamente pelos pesquisadores com minha supervisão e tomando por base seus contatos individuais com os entrevistados e observações de campo. Devido à não realização de reunião de fechamento do trabalho na Ilha, por força de circunstâncias, essas recomendações não foram discutidas publicamente ou no âmbito das organizações locais, como seria recomendável. Diante dessa lacuna, reitero que é imprescindível e urgente discutir os resultados deste inventário e sobretudo as medidas de salvaguarda recomendadas (e não recomendadas) com a comunidade e seus representantes antes de torná-los públicos ou implementá-los. Essa etapa é essencial tanto por respeito à autodeterminação da comunidade *makhuwa nahara*, que tornou-se a comunidade cultural efetivamente focalizada por este inventário, quanto em razão da sustentabilidade das medidas que eventualmente decorrerão deste inventário. Sem o

consentimento e efetiva participação das comunidades culturais diretamente envolvidas, respeitados os seus valores, cosmologia e formas costumeiras de organização, as medidas de salvaguarda correm o sério risco de se tornarem letra-morta e de cair por terra todo o nosso esforço no sentido de construir a relação de diálogo e confiança que tornou viável a realização deste levantamento.

Agradecimentos

Antes de finalizar estas palavras introdutórias, quero expressar os meus sinceros agradecimentos à representação da UNESCO em Maputo que possibilitou o desenvolvimento deste projeto em suas diferentes etapas, prestando sempre eficiente apoio e gentil acompanhamento, em especial na Ilha de Moçambique, onde desenvolvemos o projeto piloto. Agradeço também ao ARPAC, através de seu Diretor Geral, e a cada um dos pesquisadores participantes deste projeto que, a despeito da limitação de recursos financeiros, dificuldades de comunicação e sobrecarga de trabalho, sempre responderam da melhor forma às idiossincrasias de um orientador exigente e aos muitos desafios que se apresentaram ao longo deste processo, demonstrando interesse e entusiasmo na realização de suas tarefas.

Agradeço também a Mario Intetepe, Adriano Tépulo e Sofia Cassimo do Museu de Nampula, Lucia Laurentina Omar do GACIM, Josefina Salencia do Governo Distrital e muito especialmente ao *shehe* Hafiz Jamú, nosso colaborador, guia e intérprete – no sentido maior da expressão - junto à comunidade *makhuwa nahara*.

Expresso também o meu reconhecimento aos entrevistados que, ao nos receberem amável e pacientemente em suas casas ou locaais de trabalho, contribuíram com o seu diálogo ao aperfeiçoamento de instrumentos de investigação que esperamos que sejam úteis ao país como todo. Perante eles assumimos a responsabilidade de procurar contribuir para a urgente e necessária melhoria de suas condições de vida e dos meios em que desenvolvem as riquíssimas práticas culturais retratadas neste inventário. Que nos empenhemos em honrar esse compromisso, essa é a minha esperança.

Antonio A. Arantes

PARTE 1: METODOLOGIA

Nota introdutória

Apresentamos a seguir o conjunto de instrumentos elaborados como contribuição aos Inventários do Patrimônio Cultural Intangível de Moçambique. Como orientação para sua aplicação, além do que foi exposto na apresentação deste relatório, cabe esclarecer que a abordagem proposta prevê os seguintes passos:

1. Escolha de um pesquisador sênior, que possa responsabilizar-se pela condução do inventário em todos os seus aspectos, garantindo a coerência e consistência das soluções que vierem a ser dadas aos problemas emergentes ao longo do processo de trabalho.
2. Consulta às comunidades culturais envolvidas sobre seu interesse em participar do projeto e obtenção de sua permissão para realizá-lo.
3. Formação da equipe de investigadores com a preocupação de incluir pessoas que tenham conhecimento da língua falada na comunidade estudada, assim como interesses e experiência profissional e/ou pessoal nos temas a serem inventariados. O maior número possível de membros das comunidades deverão ser incluídos na pesquisa como um todo (trabalho de campo, interpretação e organização do material produzido).
4. Organização das equipes em grupos de entrevistadores e indicação de um supervisor para cada grupo, todos aptos a utilizarem os instrumentos de campo.
5. Realização de levantamento bibliográfico e documental preliminar, que permita delinear as fronteiras geográficas e socioculturais do sítio a ser estudado, a composição de sua população, em termos sociais e em particular quanto a aspectos etnolinguisticos, assim como esboçar uma lista indicativa preliminar do patrimônio a ser inventariado. É conveniente que este levantamento seja realizado pelos futuros supervisores de campo, orientados pelo pesquisador responsável pelo projeto, a mesma que deverá ser encarregada da elaboração da *ficha do sítio*.
6. O preenchimento das *fichas de campo* deverá ser feito por cada *entrevistador*, sendo aconselhável que haja mais de um entrevistador por item inventariado. As *fichas de identificação* serão preenchidas pelos *supervisores*, com base nas diversas fichas de campo produzidas pelos entrevistadores sobre um mesmo item.
7. Apresentação dos resultados preliminares do inventário e das medidas de salvaguarda sugeridas à comunidade cultural, com vistas à incorporação de sua perspectiva e concepções ao relatório final.
8. Criação de meios de acesso público aos resultados do inventário. Dependendo da natureza das informações produzidas e de sua confidencialidade em termos dos usos e costumes locais, pode ser necessário criar um sistema de acesso diferenciado a essas informações.

Instrumentos

FICHA DE SÍTIO

MODELO COM INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

[Neste inventário, entende-se por sítio o território recoberto pelo levantamento. O sítio pode corresponder a uma área contínua ou descontínua, segundo os objetivos de cada projeto]

[Inserir fotos representativas do sítio em seu conjunto, com legendasd e créditos]

I. DENOMINAÇÃO

[Fornecer a denominação adotada neste inventário e, em seguida, outras usuais se houver.]

II. FUNDAMENTAÇÃO

[Explicitar e justificar o enquadramento adotado para delimitação do objeto do inventário, tanto do ponto de vista territorial quanto social, bem como a denominação escolhida e o seu significado da perspectiva da comunidade cultural focalizada.]

III. TERRITÓRIO

[Descrever a área inventariada, informando sobre perímetro, inserção no sistema político-administrativo do país, subdivisões político-administrativas e socioculturais, se houver. Anexar plantas, mapas físicos, políticos e históricos, além de imagens de satélite onde se visualize o sítio em seu conjunto e suas áreas de entorno.]

IV. HISTORIAL

[1] Origens

[A construção das representações que se formaram a respeito do sítio ao longo da história, considerando as narrativas de viajantes e da população local, entre outras.]

[2] Formação histórica

[A ocupação do território. Formação economica, política, social e cultural. Características atuais do ponto de vista etnolingüístico e modos de vida.]

V. PERFIL SOCIOCULTURAL E CONDIÇÕES DE VIDA

[1] Meio-ambiente

[Disponibilidade e uso de recursos naturais (minerais, hídricos, fauna e flora). Sustentabilidade desses usos e conservação ambiental. Situar nesse contexto os recursos necessários ao modo de vida da população focalizada no inventário.]

[2] População

[Distribuição da população em termos étnolinguísiticos, sexo, idade, religião e outras variáveis relevantes adotadas pelos levantamentos oficiais. Densidade populacional do sítio e em suas localidades constitutivas. Situar nesse contexto a população focalizada no inventário.]

[3] Meios de vida

[Perfil da população economicamente ativa (sexo, idade, trabalho infantil). Ocupação da população. População empregada e trabalho informal. Renda familiar e per capita Principais atividades econômicas formais e informais, número de pessoas empregadas (formal ou informalmente) e níveis de remuneração. Situar nesse contexto a população focalizada no inventário.]

[4] Habitação

[Distribuição das habitações em termos de tipologia (técnicas construtivas), condições da habitação e disponibilidade de infra-estrutura (água e esgoto). Composição dos grupos domiciliares, número de habitantes por domicílio. Situar nesse contexto a população focalizada no inventário.]

[5] Educação

[Oferta de unidades de ensino: recursos disponíveis e uso efetivo. Escolaridade da população, taxa de analfabetismo, evasão escolar. Situar nesse contexto a população focalizada no inventário.]

[6] Saúde

[Desnutrição, gravidez precoce, principais patologias, morbidade (em especial em relação ao HIV/SIDA, cólera, malária e parasitoses). Expectativa de vida, natalidade, mortalidade, mortalidade infantil. Situar nesse contexto a população focalizada no inventário.]

[7] Infra-estrutura urbana

[Saneamento, abastecimento de água potável, gestão do lixo. Recursos disponíveis e uso pela população focalizada no inventário.]

[8] Transporte e comunicação

[Meios de transporte, de informação e de telecomunicação disponíveis: oferta e uso pela população focalizada no inventário.]

VII. LEGISLAÇÃO E AÇÕES GOVERNAMENTAIS RELEVANTES À SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

[Arrolar legislação e normas pertinentes à salvaguarda do patrimônio cultural tangível e intangível e aos bens materiais associados, em especial a relativa à conservação dos recursos naturais necessários à continuidade das práticas, expressões culturais e conhecimentos tradicionais inventariados. Informar resumidamente sobre o seu conteúdo, no que for relevante ao caso estudado.]

SÍNTESE EXECUTIVA

MODELO COM INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO.

NB. esta ficha deve ser elaborada pelos pesquisadores em diálogo com os representantes das comunidades culturais participantes do projeto.

I. PRÁTICAS, EXPRESSÕES CULTURAIS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INVENTARIADOS

[Arrolar os itens inventariados, classificando-os por domínios e tuipos conforme o padrão estabelecido]

II. SÍNTESE E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DE REPRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL INVENTARIADO

[Texto de síntese das informações apresentadas, destacando características e distribuição territorial dos diversos grupos etnolingüísticos integrantes da população residente e respectivas condições de vida ***à época do inventário****. Enfatizar os fluxos de pessoas, bens, capitais e informações característicos da situação presente, qualidade de vida e perspectivas futuras, tendo em vista iniciativas e projetos em andamento que sejam relevantes do ponto de vista socioambiental. Situar nesse contexto a população especificamente focalizada no inventário e avaliar nesse contexto as condições de produção e reprodução das práticas, expressões culturais e conhecimentos tradicionais inventariado.]*

III. RECOMENDAÇÕES

[Apresentação sintética das recomendações constantes das diversas fichas de identificação.]

FICHA DE CAMPO

MODELO COM INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

[Estas instruções não deverão constar da ficha preenchida. Não deixar espaços em branco. Inserir, quando for o caso, frases padronizadas tais como: "Sem informação", "Não se aplica", "Não há", etc.]

[1] Consentimento prévio e informado

[Ao solicitar consentimento para a realização da entrevista e divulgação dos resultados deve-se informar a comunidade, grupo ou individuo(s) sobre os objetivos do projeto, suas possíveis conseqüências ou implicações. No caso de tomada de fotos ou gravações sonoras ou audiovisuais o consentimento para divulgação e publicação deve ser registrado por escrito ou em gravação sonora. Esse documento deve ser juntado ao restante material produzido em campo para arquivamento.

Identificar a(s) pessoa(s) consultada(s) conforme o padrão a seguir. Se este(s) for(em) o(s) próprio(s) entrevistado(s), não é necessário repetir a informação. Apenas mencione o fato.]

Nome (alcunha)

Grupo etno-lingüístico

Sexo

Data de nascimento

Local

Residência

Posição na actividade

Contacto

[Repetir para cada representante.]

I. DENOMINAÇÃO

[1] Denominação

[Denominação mais freqüente do bem cultural considerado.]

[2] Outras designações

[Outras designações que ocorrem em campo.]

II. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Investigador *[Nome, data e assinatura.]*
[2] Supervisor *[Nome, data e assinatura.]*

III. IDENTIFICAÇÃO DO BEM INVENTARIADO

[1] Descrição *[Descrever o elemento inventariado. Indicar se trata-se de prática difusa ou restrita a iniciados ou especialistas. Se encontra-se em uso ou se faz parte exclusivamente da memória social.]*
[2] Praticantes ou detentores *[Denominação da etnia, comunidade, grupo ou indivíduo praticante]*
[3] Forma de organização *[Modo como os praticantes se organizam para realizar a atividade considerada]*
[4] Origem, transformações e situação presente *[Relatar o desenvolvimento e transformações dessa prática segundo a concepção do entrevistado]*
[5] Referências espaço-temporais *[Lugar e época em que se realiza; ciclo ou periodicidade]*
[6] Componentes materiais associados *[Identificar os artefatos e recursos materiais necessários à prática inventariada. Indicar denominação, detentor e localização quando for o caso]*
[7] Componentes imateriais associados *[Enumerar bens culturais e recursos intangíveis - conhecimentos, práticas associadas ou complementares, entre outros - diretamente relacionados à prática inventariada. Indicar denominação, detentor e localização quando for o caso]*
[8] Transmissão, sucessão *[A quem e como se transmitem os conhecimentos e os bens materiais relativos a esta prática; interdições impostas pelo costume; questões relativas a direitos intelectuais e à herança dos bens materiais associados]*
[9] Disseminação, divulgação *[Modo e escala em que a prática e/ou produtos derivados são trocados, comercializados ou divulgados ao público; formas de controle direto ou indireto pelos praticantes]*

IV. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade *[Explicitar se e porque, os entrevistados consideram o elemento cultural inventariado um patrimônio seu ou de uma coletividade mais ampla em que estejam inseridos. Neste caso, especificar qual é essa coletividade.]*
[2] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente
[3] Ameaças à continuidade da execução
[4] Ameaças à transmissão
[5] Ameaças aos componentes materiais associados
[6] Ameaças aos componentes imateriais associados
[7] Outras ameaças à viabilidade *[Ameaça de natureza demográfica, ecológica, moral, política, religiosa, jurídica ou outra]*
[8] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade e do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados, segundo os entrevistados *[Efeitos sobre as diversas esferas da vida social e sobre o meio-ambiente]*
[9] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática, segundo os entrevistados *[Efeitos sobre as diversas esferas da vida social e sobre a sustentabilidade dos recursos necessários à sua continuidade]*
[10] Ações em curso concorrentes à salvaguarda *[Ações em andamento, realizadas em passado recente ou planejadas, que possam afetar direta ou indiretamente a viabilidade desta atividade. Denominação das instituições responsáveis. Onde e quando ocorreram ou ocorrerão]*
[11] Recomendações ao Governo de Moçambique *[Recomendações relativas à salvaguarda do item inventariado. Fundamentar em caso positivo ou negativo]*
[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda *[Sugerir ações que possam contribuir para assegurar a viabilidade desta prática e fortalecer suas interfaces com as diversas esferas da vida social; indicar se é necessário identificá-la e documentá-la mais detalhadamente, e a urgência desse procedimento]*

V. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados *[Listar os entrevistados indicando nome, função nas respectivas atividades ou qualificação]*
[2] Documentação sonora e visual produzida em campo *[Listar documentos produzidos, conforme padrão]*
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo *[Listar os documentos e objetos localizados, conforme padrão]*

[4] Bibliografia *[Listar as obras e documentos localizados, conforme padrão]*
[5] Iconografia *[Listar os documentos localizados, conforme padrão]*
[6] Plantas, mapas e croquis *[Listar os documentos localizados, conforme padrão]*
[7] Anexos *[Listar e anexar cópias dos documentos relevantes ao pleno entendimento desta ficha]*
[8] Para complementação destas informações, consultar também as seguintes fichas *[Enumerar, incluindo denominação do bem e código, os demais bens diretamente relevantes para o entendimento desta prática]*

FICHA DE IDENTIFICAÇÃO

MODELO COM INSTRUÇÕES DE PREENCHIMENTO

Observações importantes

1. *As fichas de identificação devem ser preenchidas pelo supervisor e destinam-se à consolidação dos resultados da pesquisa, assim como à apresentação desses resultados à instituição inventariante e ao público em geral.*
2. *Tendo em vista que esta ficha será incorporada ao relatório final do inventário em sua forma atual, sua formatação NÃO deve ser alterada (tamanho e tipos de fontes, espaço entre linhas, negritos, itálicos, maiúsculas etc.).*
3. *Pela mesma razão, as instruções de preenchimento, impressas em vermelho, NÃO devem constar da versão final.*
4. *Não deixar de identificar nos campos apropriados os responsáveis pelas informações fornecidas (entrevistados, supervisor de campo, responsável pelo inventário e dirigente da instituição inventariante).*
5. *Não deixar espaços em branco. Inserir, quando for o caso, frases padronizadas tais como: "Sem informação", "Não se aplica", "Não há", etc.*
6. *Ao utilizar designações em línguas que não o português, adotar a grafia padronizada vigente e fornecer tradução ou explicação em seguida e entre parêntesis.*

DENOMINAÇÃO DO BEM

TRADUÇÃO OU EXPLICAÇÃO EM PORTUGUÊS

Denominação do elemento cultural considerado para efeitos do inventário: se ocorrer em campo mais de uma denominação, a escolha deve ser feita pelo o supervisor, de comum acordo com os entrevistadores e o responsável técnico pelo inventário.

Compor a página de rosto da ficha inserindo uma ou mais imagens. Se for necessário, insira imagens em folhas adicionais. Essas imagens devem registrar, se possível, detalhes significativos mencionados no texto da ficha e executantes em ação, além de fornecer uma visão geral do assunto tratado. O assunto e o autor da foto devem ser mencionados na legenda, assim como o nome e qualificação das pessoas fotografadas, em caso de retrato. Autorizações para divulgação e publicação devem obtidas por escrito quando da produção de cada foto.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações *[Enumerar as diversas designações que ocorrerem nas fichas de campo]*
[2] Domínio / tipo *[Classificar de acordo com o padrão adotado pelo projeto]*
[3] Outros bens inventariados relevantes *[Fornecer código e denominação de outros bens inventariados neste sítio, que sejam diretamente relevantes ao assunto desta ficha]*
[4] Descrição *[Descrever detalhadamente o elemento inventariado, enquadrando-o no domínio e tipo relevantes. Informar se trata-se de prática vigente ou fato da memória social]*
[5] Praticantes ou detentores *[Identificar comunidades, grupos ou indivíduos praticantes considerando respectivos grupos etnolinguísticos, locais de residência, vínculos de parentesco e participação em organizações relevantes para a atividade, tais como irmandades e associações. Número total aproximado, distribuído por sexo, idade, religião e outras características pertinentes. Indicar se os conhecimentos necessários ao seu desempenho são de acesso generalizado aos membros da comunidade ou se trata-se de atividade restrita a especialistas ou iniciados]*
[6] Forma de organização *[De que modo os praticantes se organizam para o fim específico de realizar a atividade inventariada. No caso de organizações formais, como irmandades e associações, indagar sobre existência e localização de sede, data de criação, nome do dirigente ou representante]*
[7] Origem, transformações e situação presente *[Relatar segundo as concepções dos agentes locais]*
[8] Referências espaço-temporais *[Onde e quando a atividade se realiza, com que freqüência, periodicidade]*
[9] Componentes materiais associados *[Enumerar os recursos naturais e os bens culturais materiais diretamente relacionados à prática ou conhecimento inventariado]*
[10] Componentes imateriais associados *[Enumerar os recursos e bens culturais imateriais diretamente relacionados à prática ou conhecimento inventariado]*
[11] Transmissão, sucessão *[A quem e de que forma se transmitem os conhecimentos assim como os bens* ***materiais*** *relativos a esta prática (tais como indumentárias especiais, instrumentos musicais ou de trabalho). Interdições impostas pelo costume ao acesso a esses conhecimentos ou aos produtos deles resultantes; questões relativas ao exercício e transmissão de direitos intelectuais e à posse e herança dos bens materiais associados.]*
[12] Disseminação, divulgação *[Modo e escala em que esta prática e/ou os produtos dela derivados são trocados, comercializados ou tornados acessíveis ao público em geral.]*

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade *[Explicitar em que sentido esta comunidade considera o elemento cultural inventariado um patrimônio seu]*
[2] Justificativa para inclusão no inventário *[Expor os motivos que justificam, do ponto de vista da instituição inventariante, a inclusão deste item no conjunto de bens inventariados neste sítio]*
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente
[4] Ameaças à continuidade da execução
[5] Ameaças à transmissão
[6] Ameaças aos componentes materiais associados
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados
[8] Outras ameaças à viabilidade *[De natureza demográfica, física, ecológica, moral, política, religiosa, jurídica ou outra que não esteja intrinsecamente vinculada à prática em foco]*
[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade e do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados *[Conseqüências para as diversas esferas da vida social afetadas por esta prática, para os processos sociais que a constituem e para o meio-ambiente]*
[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática *[Conseqüências para as diversas esferas da vida social afetadas por esta prática, para os processos sociais que a constituem e para o meio-ambiente]*
[11] Ações em curso concorrentes à salvaguarda *[Ações que se encontram em andamento, realizadas em passado recente ou planejadas para o futuro próximo, que possam afetar direta ou indiretamente a viabilidade desta atividade. Identificação das instituições responsáveis. Onde e quando ocorreram ou ocorrerão essas ações]*
[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda *[Sugerir ações que possam contribuir para assegurar a viabilidade desta prática e fortalecer suas interfaces com as diversas esferas da vida social; explicitar o ponto de vista dos praticantes quanto a estas recomendações; indicar se é necessário identificá-la e documentá-la mais detalhadamente, e a urgência desse procedimento]*
[13] Recomendações ao Governo de Moçambique *[Recomendações relativas à salvaguarda do item inventariado. Fundamentar em caso positivo ou negativo]*
[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO *[Este item refere-se especificamente ao instrumento criado pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO. Fundamentar a recomendação]*
[15] Recomendação para a lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente *[Este item refere-se especificamente ao instrumento criado pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial da UNESCO. Fundamentar a recomendação]*

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[NB. Referenciar todas as obras e documentos citados seguindo os padrões da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas]

[1] Entrevistados *[Listar os entrevistados para a elaboração desta ficha indicando nome, posição na atividade ou outra qualificação que permita situá-los na estrutura social local]*
[2] Documentação sonora e visual produzida em campo *[Listar os documentos produzidos, conforme padrão]*
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo *[Listar os documentos e objetos localizados em campo, conforme padrão]*
[4] Bibliografia *[Listar as obras consultadas, conforme padrão]*
[5] Iconografia *[Listar os documentos consultados, conforme padrão]*
[6] Plantas, mapas e croquis *[Listar o material consultado conforme padrão]*
[7] Anexos *[Listar e anexar outros documentos necessários ao pleno entendimento desta ficha, tais como gráficos, plantas, mapas etc]*

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado *[Se este quesito for aplicável ao bem cultural focalizado nesta ficha, descrever como se realizou a consulta. Informar o nome, função na atividade, local de residência ou meio de contato de quem deu consentimento à realização das observações e entrevistas. Em se tratando de associação ou de outro tipo de instituição, informar denominação e representante. Data em que foi dado o consentimento.]*
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo [*Dia, mês, ano] a [dia, mês, ano*]
[3] Investigadores *[Nome e identificação dos técnicos que realizaram os levantamentos de gabinete e de campo necessários à preparação desta ficha]*
[3] Supervisor(es) de campo *[Nome do técnico responsável pelo preenchimento desta ficha]*
[4] Responsável pelo inventário *[Nome e identificação do responsável técnico pelo inventário]*
[5] Responsável pela instituição inventariante *[Nome e identificação do representante da instituição inventariante]*

Domínios e tipos de bens culturais intangíveis

(1) A presente lista não pretende ser exaustiva, nem definitiva, ou de aplicação universal. Ela visa simplesmente a ordenar e agrupar de forma sistemática e consistente os resultados produzidos pelos diversos inventários que vierem a ser realizados em Moçambique e balizar os que vierem a ser feitos.

(2) O desenvolvimento dos trabalhos de identificação e salvaguarda poderá acarretar a inclusão de novas categorias, ou mesmo a reestruturação deste modelo.

(3) Os itens inventariados poderão ser classificados em mais de um domínio ou tipo, conforme suas características e contextos de ocorrência. Se for relevante em mais de um domínio ou tipo, cada caso deve ser indicado na ficha de identificação respectiva para que a ocorrência seja incluída em todos os grupos pertinentes.

(4) Exemplos de todas essas situações encontram-se nos resultados do projeto piloto, realizado na Ilha de Moçambique.

DOMÍNIOS	**TIPOS**
1. Cerimônias e atos festivos	1. Religioso 2. Político
2. Comunicação e expressão	1. Indumentária 2. Música (instrumental e/ou vocal) 3. Dança 4.Talha, torneamento, escultura
3. Conhecimentos e técnicas artesanais	1. Carpintaria, marcenaria 2. Culinária 3. Edificação 4. Ourivesaria 5. Trançado, tecelagem 6. Cerâmica 7. Fiação, desfibramento
4. Conhecimentos e técnicas relativos ao corpo	1. Ornamentação 2. Saúde 3. Sexualidade
5. Conhecimentos e técnicas relativos à natureza	1. Pesca 2. Navegação 3. Agricultura 4. Caça 5. Pecuária 6. Recolecção
6. Cosmologia e religião	1. Cura, feitiçaria 2. Oráculo, profecia 3. Celebração

7. Lugares	1. Histórico 2. Mercado 3. Sagrado
8. Oratura	1. Narração 2. Testemunho 3. Poesia
9. Ritual	1. Fúnebre 2. Iniciação 3. Nubilidade 4. Inauguração 5. Nascimento 6. Propiciação
10. Sociabilidade e interajuda	1. Jogo 2. Ajuda mútua

PARTE 2: INVENTÁRIO

Patrimônio cultural intangível *makhuwa nahara*, da Ilha de Moçambique

Omuhipiti:
população e condições de vida no sítio inventariado

OMUHIPITI

POSTO ADMINISTRATIVO DA ILHA DE MOÇAMBIQUE

Fotos de Ernesto Matsinhe

DENOMINAÇÃO

Omuhipiti é a designação em ligua *emakhuwa* do território oficialmente denominado Posto Administrativo da Ilha de Moçambique, que é a parte insular do Distrito homônimo. Esse distrito inclui o Posto Administrativo do Lumbo e é uma das quatro subdivisões da província de Nampula, na região norte do país.

O uso da designação *Omuhipiti* para identificar o sitio onde se realizou o presente inventário, como se verá mais adiante, vem carregado da história da ilha e de seus habitantes e enfatiza a identidade do grupo etnolinguísitico atualmente dominante nesse território. O sentido histórico e cultural do nome é, portanto, o que justifica tal escolha.

I. FUNDAMENTAÇÃO

Emergindo a escassos 4 km da costa, no meio da ampla baía do Mossuril, a Ilha de Moçambique foi, durante séculos, um privilegiado ancoradouro e local de cruzamento de povos e culturas que resultou na formação dos *nahara*, um subgrupo etnolinguístico *makhuwa* que, junto com as comunidades costeiras do litoral norte de Moçambique foram parte da importante civilização marcada pelo Islão, conhecida por *swahili* no Quénia e na Tanzania. Esta civilização tem origem na migração de populações falantes da língua bantu, dos reinos *makhuwa* e dos mercadores *yau* que, já no século X, desenvolviam trocas comerciais com os árabes.

Entre os séculos XVI e XIX, ela destacou-se como importante entreposto comercial nas rotas do ouro, marfim e escravos. Foi também uma escala obrigatória na expansão do império português em direção ao oriente, em busca de especiarias e porcelanas. Ainda sob a administração portuguesa, ergueu-se como a primeira capital do país, mantendo esse estatuto até 1898, altura em que esta sede se transfere para Lourenço Marques, actual Maputo.

Embora a escolha de qualquer outro lugar para o início do inventário em Moçambique pudesse ser inteiramente justificada, porquanto não existe no país nenhum levantamento sistematizado sobre o património cultural intangível, a indicação de *Omuhipiti*, ou Posto Administrativo da Ilha de Moçambique, prende-se principalmente com o facto desta ser considerada património nacional e ter sido proclamada, em Dezembro de 1991 pela UNESCO, Património Cultural Mundial. Essa distinção decorre do reconhecimento internacional do valor histórico, arquitectónico, natural e ambiental de que a ilha se reveste, facto que é testemunhado pela rica herança patrimonial, tangível e intangível, nela conservada.

A proclamação da Ilha como Património Cultural Mundial acrescentou maior responsabilidade ao Governo de Moçambique quanto à salvaguarda daquele valioso bem. Inventários e outros estudos foram realizados para o aprofundamento do conhecimento sobre os diferentes aspectos do património material de que é detentora. Isso tornou evidente a existência de um défice em estudos sobre o património imaterial e a consequente necessidade de um inventário. Assim, sua escolha para esta experiência pioneira é sobejamente justificada.

Embora existam actualmente na ilha diversas comunidades étnicas e religiosas, algumas estabelecidas nessse local há séculos, constituiu dado determinante para a delimitação

do objeto desta pesquisa o facto da grande maioria de seus habitantes pertencer ao grupo etnolinguístico *nahara*, nome atribuído à antiga e sedimentada população *makhuwa* que aí reside há várias gerações. O estabelecimento de diferentes comunidades étnicas nesse pequeno território ao longo dos séculos e a forte influência da religião muçulmana na vida local conferiram características socioculturais próprias aos *nahara*. Esse grupo vem constantemente reelaborando, sem deixar perder, suas referências identitárias, sua cultura e modos de vida que resultam, como se verá mais adiante, das complexas relações que os mais antigos desenvolveram com vários grupos etnolinguísticos, especialmente com os *makhuwa* do interior com os quais os *nahara* mantêm contatos intensos e frequentes. Assim, este primeiro inventário realizado em Moçambique refere-se fundamentalmente ao patrimônio cultural intangível do povo *Makhuwa nahara*.

Em razão da forte ligação económica, social, cultural e histórica da ilha e de sua população com a realidade social mais vasta aqui referida, o território delimitado para efeitos deste inventário deveria ter sido, em princípio, mais amplo do que este projecto efetivamente recobriu. Do ponto de vista político-administrativo, poderiam ter sido incluídos os 22 bairros localizados no continente, área onde vive a maior parte da população do Distrito. Do ponto de vista sociocultural, poderiam ter sido abrangidos os amplos circuitos interétnicos e internacionais de troca e de comunicação de que participa e tem historicamente participado o povo *nahara*. Mas as condições objetivas em que o levantamento se desenvolveu, em termos de tempo e recursos financeiros, assim como sua natureza - uma vez que trata-se de um projeto piloto, desenhado para testar e aperfeiçoar instrumentos e procedimentos de investigação a serem replicados em outras regiões do país – levaram a optar por uma delimitação mais restrita da população e do território a serem considerados. Não obstante estes fatores circunstanciais, recomenda-se fortemente que, em levantamentos futuros, se proceda à necessária integração da realidade sociocultural aqui descrita com o contexto mais amplo que a completa e lhe confere sentido mais pleno.

II. TERRITÓRIO

Omuhipiti é a cidade mais antiga do país. Com cerca de 3 km de comprimento e 600m de largura máxima, a ilha em que está situada perfaz uma área de aproximadamente 1.8 km^2, na costa do Oceano Índico. Dista cerca de 180 km da Cidade de Nampula, capital da Província, que é atendida por aeroporto internacional, e aproximadamente 2.400 km de Maputo. Por mar, encontra-se nas rotas de navegação que interligam as ilhas de Madagascar, Mayotte, Comoros, Ibo e o arquipélago de Zanzibar. (Ver Figuras 1 a 4).

Figura 1: Mapa de localização da Província de Nampula
Fonte: Plano de Gestão da Ilha de Moçambique 2010-2014

Figura 2: Mapa de localização do Distrito da Ilha de Moçambique
Fonte: Direcção Nacional de Geografia e Cadastro (DINAGECA); Base Cartográfica, 1997.

A Ilha de Moçambique localiza-se a 15º02´03´´de Latitude Sul e 40º 44´09´´de Longitude Este, à entrada da Baía de Mossuril (Figura 3), distando cerca de 4 km do continente ao qual se liga através de ponte construída em 1966. É vizinha de três ilhotas não habitadas, nomeadamente: São Lourenço, onde se localiza o Fortim do mesmo nome, São Jorge (ou de Goa) e São Tiago (ou de Sena, também conhecida como Ilha das Cobras).

Figura 3: Localização de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique e Baia de Mossuril
Fonte: Plano de Gestão da Ilha de Moçambique 2010-2014.

Figura 4: Ponte de ligação de *Omuhipiti/*Ilha de Moçambique ao continente.
Fonte: Google Earth

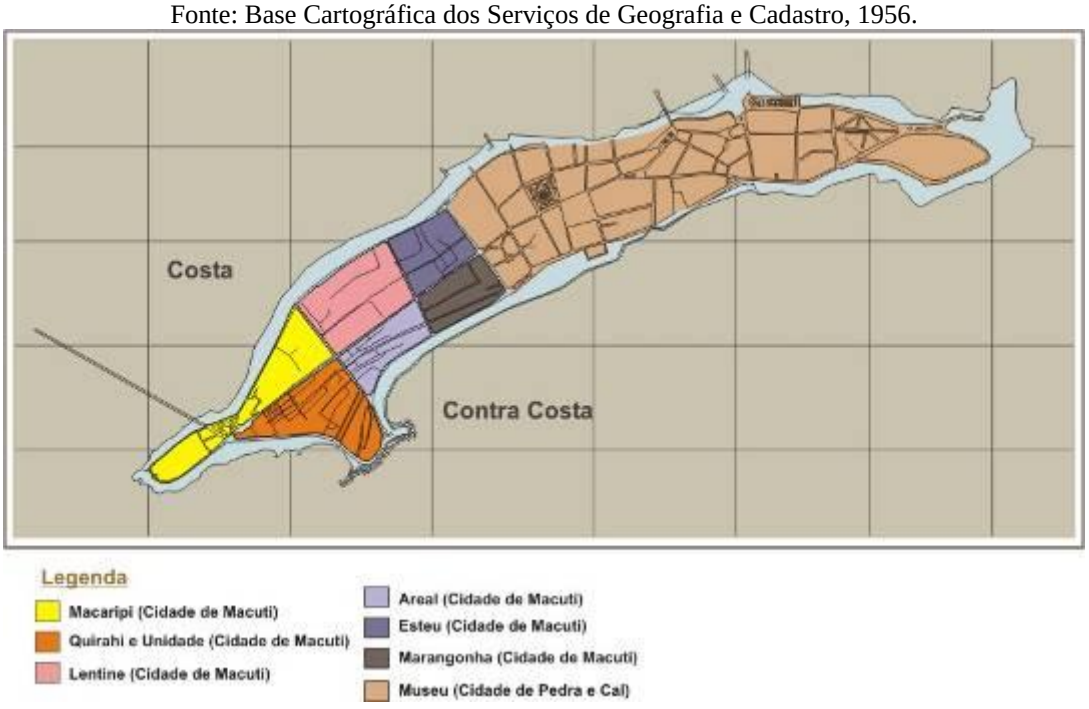
Figura 5: *Omuhipiti/*Ilha de Moçambique
Fonte: Google Earth

No que se refere ao aspecto político-administrativo, o distrito da Ilha de Moçambique está integrado ao território mais amplo da Província de Nampula, governada por um Governador Provincial. Esta é subdividida, por sua vez, em distritos, cuja gestão está a

cargo de Administradores e os distritos, por sua vez, dividem-se em Postos Administrativos e localidades. No caso do Distrito da Ilha de Moçambique, existem dois postos administrativos, nomeadamente o da Ilha de Moçambique (*Omuhipiti*) e o do Lumbo. Importa referir que, para o caso da Ilha, a área do distrito corresponde à área do município. Assim, a designação "Ilha de Moçambique" refere-se simultaneamente ao distrito, ao posto administrativo e à cidade/município, entes político-administrativos que encontram-se sobrepostos no mesmo território. No topo da estrutura político-administrativa da ilha enquanto distrito encontra-se a Assembleia Municipal, seguida pelo Governo da Cidade, à cuja testa encontra-se o Administrador. Os Postos Administrativos urbanos são dirigidos pelos Chefes do Posto Urbano. Além disso, a Ilha possui quatro regulados, sendo dois na parte insular e dois na parte continental, os quais trabalham em estreita colaboração com os secretários dos 30 bairros.

As lideranças comunitárias constituem o elo de ligação entre a população e as autoridades administrativas e governamentais (Conselho Municipal e Governo da Cidade). Elas estão organizadas maioritariamente em confrarias ou irmandades, também denominadas Xadulias e Cadirias, que são associações religiosas muçulmanas com cerimonial e símbolos litúrgicos próprios.[9]

Figura 6: Divisão administrativa de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique
Fonte: Base Cartográfica dos Serviços de Geografia e Cadastro, 1956.



Assim, conforme indica a Figura 6, a parte insular da Ilha de Moçambique, neste levantamento designada pelo nome *Omuhipiti* em língua *emakhuwa nahara*, é constituída por 8 bairros agrupados em dois conjuntos, denominados Cidade de Pedra e Cal e Cidade de Macuti. Essas denominações derivam do tipo predominante de habitações existentes em cada uma dessas regiões e, sobretudo, do material usado em sua construção. Apesar de não possuir base jurídico-administrativa formal, esta subdivisão corresponde a uma importante clivagem socioeconômica e cultural, cujas

[9] Boletim de Arquivo Histórico de Moçambique, 1998 p.61-65.

raízes formaram-se no modo de ocupação do território e nos princípios de estratificação social estabelecidos pelo regime colonial português. Ela manifesta a forte desigualdade que historicamente se instalou na Ilha e que perdura até os dias atuais.

III. HISTORIAL

1. Origens

Omuhipiti/Ilha de Moçambique aparece mencionada em documentos árabes muito anteriores à chegada dos portugueses ao Índico. Mas seria com a chegada destes que se fixaria um dos nomes da Ilha e, por essa via, o do próprio país.

As origens desses nomes, Moçambique e *Omuhipiti*, encontram sua explicação na tradição oral. Conforme se relata, o primeiro vocábulo proviria de Mussa, filho de M'biki, nome do sultão que senhoreava a Ilha na epóca em que Vasco da Gama ali chegou. [10] Por outro lado, os e*makhuwa* teriam dado à ilha o nome de *Omuhipiti* porque, em tempos recuados, ali teria se instalado um pescador *makhuwa*, de nome *Muipiti*, atraído pela abundância de peixe. Outra versão é que ele seria derivado do verbo *wiphita*, que em lingua *emakhuwa* significa esconder-se. "*Esconde-te porque senão deixarás de ser livre para ficares preso ou seres escravo, seria o sentido*" segundo Luiz Felipe Pereira (1983). Actualmente, o nome oficial Ilha de Moçambique, cunhado ao longo do regime colonial, convive com a designação local de *Omuhipiti*, nome que os *makhuwa* mantiveram para designar a ilha ao longo dos tempos.

2. Formação histórica

A actual população moçambicana, inclusive a residente na Ilha, descende na sua maior parte de grupos bantu imigrados que se fixaram no país entre o ano 200 e 300 da NE. Antes da ocupação bantu, extensas áreas do território eram ocupadas por comunidades de caçadores e recolectores. Os vestígios arqueológicos respeitantes a esse período histórico encontram-se patentes em inúmeras pinturas rupestres e artefatos de pedra lascada existentes no país ou aí recolhidos por investigadores e colecionadores.

Substituíndo a comunidade primitiva e o predomínio da caça e da pesca, os bantu foram povoando gradualmente as bacias fluviais costeiras e, quase ao mesmo tempo, as encontas e planaltos do interior. Esta expansão ocorreu como consequência do conhecimento agro-pecuário e do processo de produção de ferro dominados por estes povos.

Muito cedo, algumas dessas sociedades estabeleceram relações comerciais com mercadores estrangeiros, geralmente de origem asiática. As ligações comerciais com os árabo-persas datam do século IX/X, tendo-se tornado num dos núcleos urbanos *swahili* ou afro-islámicos da costa oriental de África.

As actividades comerciais, as migrações por mar, os casamentos e contactos de outro tipo, entre os grupos locais e os árabes recém-chegados, estimularam o aparecimento de

[10] Rodrigues, E; Rocha, A; Nascimento, A. 2009.

núcleos linguísticos diversos, como por exemplo, o *nahara* predominantemente desde *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique assim como de áreas adjacentes do continente e os *koti* de Angoche. Com a expansão comercial e o advento do Islão, esses núcleos islamizados da costa estruturam-se em comunidades políticas, como os xeicados e sultanatos.[11]

Conquanto se desconheça a data da sua fundação, provavelmente ainda no século XIII, o xeicado de Moçambique foi referido no roteiro de Sofala, pelo piloto iemenita Ahmad Ibn Majid (c.1475), antes da chegada de Vasco da Gama à Ilha, em 28 de Fevereiro de 1498. Os portugueses instalaram-se inicialmente em Sofala e só vieram a estabelecer uma primeira feitoria nesse sítio em 1507. Por volta de 1530, a Ilha substituiu Sofala como capital dos estabelecimentos portugueses no Sueste de África, estatuto que se manteria até finais do século XIX.

Entre os séculos XVI e XVII, a Ilha foi um dos mais importantes centros comerciais do Índico, atingindo o seu apogeu no século XVIII, quando canalizava mais de dois terços do comércio de marfim da região. Ela não só se tornou um centro político e comercial dos portugueses na África Oriental, como também funcionou como base da sua expansão para o continente, na direcção do vale do Zambeze e dos mercados do ouro.

Em 1686 foi criada em Diu, território colonial português na Índia, a Companhia dos Mazanes, que detinha o monopólio do comércio entre aquela região e Moçambique. Desde então, os baneanes ampliaram progressivamente a sua participação nas atividades comerciais até então controladas pelos portugueses e, após o decreto da liberdade de comércio em 1757, passaram a dominar as trocas mercantis com o interior do continente.

Em 1752 a administração de Moçambique foi separada do Estado da Índia e passou a estar directamente subordinada a Lisboa. Este momento histórico foi seguido do tráfico de escravos. Com a redução do comércio de ouro e marfim, *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique permaneceu como um porto estratégico, desta vez, para fins do tráfico de seres humanos. Nesta conjuntura, Mossuril adquiriu um valor significativo, sendo respaldada pela Ilha. Este comércio, oficialmente abolido em 1837, diminuiu a partir de 1840. Contudo, o comércio da escravatura continuou, tendo-se criado o estatuto de *engagés*.[12] Refira-se que foi nesse mesmo século que se observou um grande crescimento da Ilha. [13]

Em 1898, a sede administrativa e política da colónia foi transferida para Lourenço Marques, localizada num eixo económico e político vital para a administração colonial. Esta mudança, embora não tenha significado imediatamente a perda de hegemonia da Ilha, constitui o principio da secundarização desta, processo que viria a ser consolidado com a constatação, de que a Ilha não oferecia condições para a criação de um porto que albergasse navios de grande calado, nem cais de desembarque, ou ponte que a ligasse ao continente. Assim, em 1935, a capital da região, então província de Niassa, foi transferida para Nampula.

O prolongamento da via férrea até Nampula, a mudança da capital administrativa da província para esta cidade, a construção do ramal de caminho-de-ferro de Nampula a Nacala, concluída em 1947, e a construção do porto nesta cidade em 1951, constituíram passos sucessivos na perda da posição estratégica da Ilha na circulação de pessoas e de

[11] Secretaria de Estado da Cultura/Arkitekskolen i Aarhaus, 1985.

[12] Entendia-se como sendo trabalhadores contratados para as plantações francesas nas Ilhas do Oceano Índico.

[13] Secretaria de Estado da Cultura/Arkitekskolen i Aarhaus, 1985.

mercadoria. A par do êxodo de comerciantes e de funcionários, também os trabalhadores antes dedicados à estiva mudaram de residência ou de actividade. A Ilha cessara de ser o polo de atração na região e a pesca, atividade em que se ocupara parte dos habitantes, passou a ser a actividade econômica central.[14]

Perante a este processo, *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique mudou de face, pois a população de origem local substituiu aqueles que abandonaram a cidade, estabelecendo-se tanto na Cidade de Macuti como nas casas de pedra e cal. Fortaleceram-se as confrarias, reforçaram-se circuítos com o continente, designadamente para assegurar o abastecimento de produtos de vária sorte à Ilha. Após a proclamação da independência nacional, observou-se igualmente a fuga generalizada dos colonos, o que deixou a Ilha num estado de significativo abandono, acentuando-se a degradação das estruturas edificadas, sobretudo as casas de pedra e cal em grande parte desabitadas. Em paralelo, cresceu notavelmente a Cidade de Macuti tanto em extensão quanto, e sobretudo, em termos de densidade populacional, facto que continuou a observar-se durante a guerra dos dezasseis anos.

IV. PERFIL SOCIOCULTURAL E CONDIÇÕES DE VIDA

1. Meio-ambiente

O arquipélago de que faz parte *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique é provávelmente o resto fóssil de um antigo delta extenso. Uma redução no depósito de sedimentos, somada a uma descida do nível do mar e a processos de erosão natural resultaram na separação de várias ilhas do continente. Estes processos de erosão natural, que ainda continuam a actuar, dão às ilhas a sua actual configuração. Os solos nessas ilhas são geralmente areias terciárias sobre uma fundação de grés costeiro, formado através da precipitação de cloreto de cálcio e da cimentação subsequente das partículas de areia. A formação rochosa superior exposta é composta por grés costeiro recente e organismos marinhos fossilizados, incluindo aglomerados de corais.[15]

Omuhipiti, ou a ilha propriamente dita, encontra-se quase totalmente desprovida de recursos naturais, de fauna, flora, minerais e hídricos. Todavia, regista-se a ocorrência de algumas plantas e árvores nativas na zona costeira e ao longo de estradas e parques. Esta característica contribuiu para que o território fosse dependente do continente para obtenção de alimentos e de matérias-primas usadas no quotidiano em várias actividades económicas.

No que respeita a flora, existem algumas árvores ornamentais, incluindo espécies exóticas tais como *Cassia spp.* (*Fabaceae*), *Casuarina* (*Casuarinaceae*), *Ficus spp*. (*Moraceae), Trichilia dregaena* (*Meliaceae*) e *Melia azedarach* (*Meliaceae*). A população local considera que a *Azadirachta indica* (árvore *neem* ou margosa), que margeia alguns passeios da ilha, possui alto valor como pesticida e fertilizante. A vegetação de praia natural, composta por espécies tais como *Canavalia roseus* (*Fabaceae*), *Ipomoea pescaprae* (*Convolvulaceae*) e *Cyperus maritimus* (*Cyperaceae*) ocorre nas praias arenosas

[14] Para mais informações sobre a pesca na *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique, ver ficha de inventário relativa a esta atividade neste relatório.

[15] Hatton et al, 1994:6.

acima da linha superior da maré alta. Estas espécies têm um papel importante na formação e estabilização das praias.[16]

A vegetação original, antes da urbanização, era composta essencialmente por mangal, alguns arbustos, cobre solos e também palmeiras. As folhas destas últimas foram, ao longo do tempo, largamente usadas na cobertura das casas. Todavia, os movimentos migratórios e viagens comerciais modificaram essa vegetação. Com efeito, foram introduzidas várias espécies vindas do continente bem como da Ásia, das Américas Central e do Sul, e da Austrália. Assim, é possível encontrar Quininas vindas da Índia[17], Acácias Rubras de Madagáscar e também *Azadirachta Índica*. Ao longo da contra-costa é notória a presença de casuarinas que fornecem alguma protecção contra os ventos marítimos.[18]

O Plano Estratégico da Ilha de Moçambique (s.d.:5), refere que *"a vegetação original da Ilha de Moçambique é muito pouco variada, pelo que diversas espécies de árvores foram introduzidas. Atualmente, ela se compõe basicamente por 5 tipos de árvores Azadirachita-Indica, Coqueiros, Casuarinas e a figueira-brava, e uma variedade de acácia-rubra, mafureiras, bem como poucas espécies de fruteiras".*

A conservação ambiental é uma preocupação constante, tanto para as autoridades governativas como para organizações da sociedade civil. Com efeito, a elevada densidade populacional tem exercido pressão excessiva sobre os poucos recursos disponíveis. Efectivamente, há décadas estão ocorrendo fenómenos de erosão nas praias. Todavia, é dificil concluir sobre as causas destas alterações, pois, se por um lado verifica-se a subida do nível médio das águas do mar, por outro, são patentes as actividades humanas que facilitam os processos naturais de degradação ambiental[19] e erosão, como a destruição dos recifes de coral e das dunas, que tem uma influência importante numa maior mobilidade das areias.[20]

No entanto, esforços têm sido empreendidos no sentido de repôr alguma vegetação. É nesse sentido, que a partir de 2005 iniciou-se o plano de plantio de árvores na cidade, onde se privilegiaram fruteiras e de sombra. Todavia, entre 2006 a 2007, verificou-se uma drástica redução de árvores de sombra devido à fraca pluviosidade.[21]

Tabela 1: Evolução do plantio de árvores na cidade.
Fonte: Plano Estratégico da Ilha de Moçambique, p.24.

Designação	**2005**	**2006**	**2007**
Nº de árvores de sombra	325	688	1123
Nº de fruteiras	60	526	868
Nº de plantas de mangal	0	0	3020
Total	385	1214	5011

[16] Ibidem:9.
[17] Esta espécie pode ser observada, particularmente, no jardim do Templo Hindu.
[18] Plano de Gestão da Ilha de Moçambique, 2010:27.
[19] Ver mais adiante informações sobre problemas relativos a falta de saneamento.
[20] Hatton et al, 1994:28 e 29.
[21] Plano Estratégico da Ilha de Moçambique, s.d.:24.

2. População

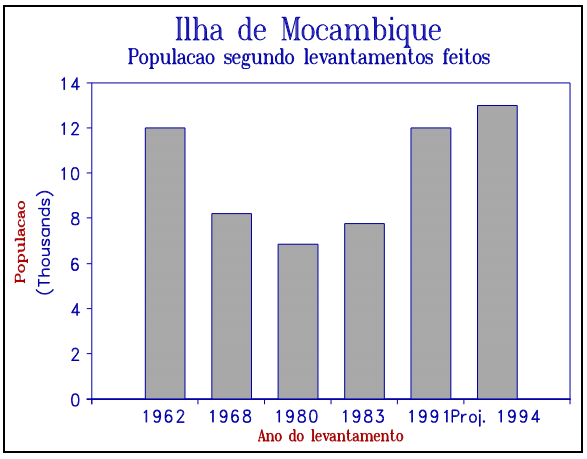
Contrastando com a Cidade de Pedra e Cal, que tradicionalmente era habitada quase apenas por portugueses e descendentes, a Cidade de Macuti formou-se através da fixação de pessoas oriundas de grupos etnolinguísticos variados, tais como os *makhuwa*, árabes, indianos e mestiços, que afluiam à ilha em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Hoje em dia, a população de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique pertence maioritariamente ao grupo etnolinguístico *Makhuwa*, verificando-se uma clara predominância da cultura *nahara* na vida social local.

As fontes bibliográficas disponíveis permitem traçar um rápido esboço da evolução demográfica da Ilha apenas a partir da década de 1960. Assim, registra-se que em 1962 lá viviam cerca de 12.000 pessoas, número que decresceu em 1968 para cerca de 8.200 habitantes, repartidos por 1.300 na Cidade de Pedra e Cal e 6.900 na Cidade de Macuti.[22] Esta área já era, desde essa altura, a mais densamente povoada da ilha, ocupada por população de baixa renda que habitava casas de construção precária.

O Recenseamento Geral da População de Moçambique realizado em 1980 indica que essa população descresceu nas décadas subsequentes. Com efeito, nesta altura, ela era habitada por 6.837 pessoas. Já em 1983 verificou-se que esse número crescera para 7.760 pessoas, sendo 6.560 nas casas chamadas de *macuti* e cerca de 1.200 nos edifícios de pedra e cal.

Em finais de 1991, registra-se a população total de 11.988 pessoas, distribuídas em 2.077 agregados familiares, o que significa 5,77 pessoas por agregado familiar.[23] Assim, de 1980 a 1991 a população praticamente duplicou, crescendo a uma taxa média anual de 5%. Segundo esse inquérito, a presença de deslocados de guerra na ilha seria numericamente insignificante e os dados sugeririam que o aumento da população estaria mais provavelmente associado às elevadas taxas de fecundidade.[24] Esse argumento se contrapõe a informações colhidas no local que avançam a hipótese de que a população teria aumentado significativamente no contexto da guerra civil pois a Ilha, por sua posição geoestratégica, fora utilizada como refúgio pela população do continente.

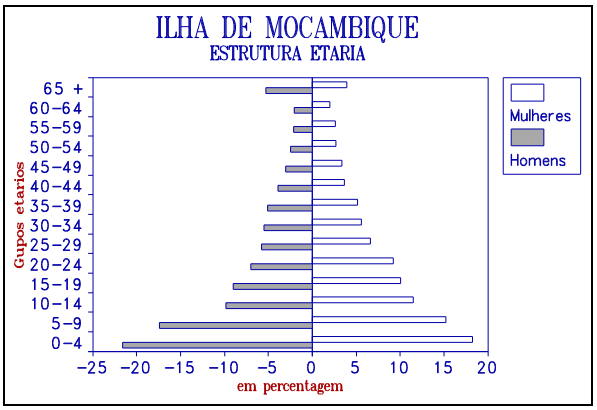
Gráfico 1: Evolução da população de 1961 a 1994
Fonte: Hatton, 1994; p.20.



[22] Hatton et al, 1994:21.
[23] Hatton et al, 1994:21.
[24] Não tivemos acesso ao inquérito referido o que impossibilita apontar o número de deslocados de Guerra que existiam em *Omuhipiti* nesta época.

Em inícios de 1994 estimava-se que a população total de *Omuhipiti* era de, aproximadamente, 13.000 pessoas.[25] Essa população se apresentava, nessa data, como maioritariamente jovem, com uma idade mediana por volta dos 18,5 anos, característica que não se alterou se comparada a 1991. O Gráfico 2 apresenta a distribuição etária da população em 1994. O estreitamento que se pode verificar nos grupos etários masculinos de 10-14 anos a 30-34 anos indica a ocorrência de uma emigração importante para regiões exteriores à ilha.[26]

Gráfico2: Populaçãode*Omuhipiti*/Ilha de Moçambique em 1994. Pirâmide etária.
Fonte:Hatton:1994, p.21.



O fato da estrutura etária da população ser marcadamente jovem pode ser reflexo de taxas elevadas de fecundidade e/ou de taxas de mortalidade relativamente altas e reduzida esperança de vida. De acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística,[27] a esperança de vida ao nascer para o país como um todo é de 42.3 anos para ambos os sexos, sendo 40.6 anos para os homens e 44.0 anos para as mulheres. Assim, a esperança de vida ao nascer indica um elevado nível de mortalidade para a população moçambicana. Essas taxas variam em relação à área de residência. Com efeito, nas áreas urbanas a esperança de vida é estimada em 48.8 anos e nas rurais em 40.2 anos[28].

Tabela 2: Indicadores seleccionados de mortalidade por sexo segundo área de residência, Moçambique, 1997.Fonte: INE, 1997.

Taxa bruta de mortalidade (por mil)	**Total**	**Homens**	**Mulheres**
Total	21.2	23.1	19.5
Urbano	14.3	15.4	13.1
Rural	24.0	26.3	22.0

Esperança de vida ao nascer	**Total**	**Homens**	**Mulheres**
Total	42.3	40.6	44.0
Urbano	48.8	46.7	51.0
Rural	40.2	38.6	41.9
Esperança de vida aos 10 anos			

[25] Idem.
[26] Hatton et al, 1994:22.
[27] In: http://www.ine.gov.mz/censos_dir/recenseamento_geral/estudos_análise/morte/mortalidade. acessado em 16/07/2010.
[28] Não tivemos acesso aos dados referentes a taxa de mortalidade e a esperança de vida específicos de *Omuhipiti.*

Total	47.2	45.4	49.0
Urbano	49.5	47.5	51.6
Rural	46.3	44.6	48.0

O 2° Recenseamento Geral da População e Habitação realizado em 1997 confirma a tendência crescente do número de habitantes de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique. Com efeito, é registrada na ilha uma população total de 14.889 pessoas, das quais 7.519 são homens e 7.370 mulheres. Do total de ambos os sexos, 8.320 tem mais de 16 anos de idade, sendo 4.264 homens e 4.056 mulheres.[29]

A distribuição espacial da população na Ilha não apresenta muita variação, situando-se em torno da média de 1.200 habitantes em cada bairro.[30] Entretanto, vale destacar o caso de Litine, na Cidade de Macuti, e Museu, na de Pedra e Cal, com 3.454 e 3.082 pessoas respectivamente. A maior concentração nesses bairros poderá estar associada ao processo histórico de formação da cidade e ocupação do espaço.

Com efeito, Museu foi o primeiro bairro a ser criado na Ilha. Nessa área decorria o comércio com os mercadores árabes, mesmo antes da chegada dos portugueses no século XV, e aí foram instaladas as principais infraestruturas sociais e económicas como o porto, estabelecimentos comerciais e correiros, entre outros. À medida que a cidade de Pedra e Cal foi crescendo, havia necessidade de material para a sua construção, no caso particular, a pedra. Esta era retirada das antigas pedreiras localizadas na parte Sul da ilha. Depois deste processo, escravos, migrantes e a população com baixa renda começaram a ocupar o espaço dessas antigas pedreiras, construíndo nele as suas habitações. É nesse contexto que surgem os bairros de Esteu e Litine. [31]

Tabela 3: Distribuição da população do PA da Ilha de Moçambique, segundo bairro e sexo.
Fonte: INE, 2009.

	Total	**População de 16 anos e mais**	**Grupos etários**			
			0-14	**15-44**	**45-64**	**65+**
	1	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**
ILHA DE MOÇAMBIQUE	14889	8320	6184	6933	1314	458
Homens	7519	4264	3047	3517	704	251
Mulheres	7370	4056	3137	3416	610	207
Bairro de AREAL	1671	972	675	758	182	56
Homens	817	484	318	375	94	30
Mulheres	854	488	357	383	88	26
Bairro de ESTEU	1559	872	642	727	130	60
Homens	785	441	319	365	68	33
Mulheres	774	431	323	362	62	27
Bairro de LITINE	3454	1906	1453	1554	328	119
Homens	1720	940	732	747	173	68

[29] INE, 1999.
[30] Idem.
[31] Para mais informações sobre a formação da Cidade de Macuti, ver ficha de identificação neste relatório.

Mulheres	1734	966	721	807	155	51
Bairro de MACARIBE	1463	822	603	657	147	56
Homens	733	416	293	335	70	35
Mulheres	730	406	310	322	77	21
Bairro de MARONGONHA	1004	580	395	465	91	53
Homens	506	281	209	225	47	25
Mulheres	498	299	186	240	44	28
Bairro de MUSEU	3082	1713	1271	1606	171	34
Homens	1669	988	627	923	101	18
Mulheres	1413	725	644	683	70	16
Bairro de QUIRAHI	1136	620	493	501	104	38
Homens	566	314	242	243	58	23
Mulheres	570	306	251	258	46	15
Bairro de UNIDADE	1520	835	652	665	161	42
Homens	723	400	307	304	93	19
Mulheres	797	435	345	361	68	23

De acordo com o 3° Censo Geral da População e Habitação de 2007, a população total de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique contraiu-se ligeiramente. Com efeito, foi registado um total de 13.350 habitantes, dos quais 6.649 eram homens e 6.701 mulheres.[32]

Tabela 4: Distribuição da população do PA Ilha de Moçambique, por grupos de idade e sexo.
Fonte: INE, 2009.

	Total	**Grupos de idade**							
		0-9	10- 19	20-29	30-39	40-49	50-59	60-69	70 e +
P.A. de Ilha de Moçambique	13.350	4.029	3.139	2.419	1.616	931	579	349	288
Homens	6.649	1.942	1.577	1.159	830	504	308	180	149
Mulheres	6.701	2.087	1.562	1.260	786	427	271	169	139

O Plano Estratégico da Ilha de Moçambique[33] refere que mais de 95% da população da cidade professa a religião muçulmana e a língua predominante é *emakhuwa*. De facto, o islamismo é a religião predominante, ao lado de uma pequena minoria católica e seguidores de algumas denominações cristãs protestantes.[34] Do Induísmo, que foi bastante presente na Ilha até algumas décadas atrás, restam apenas um templo e o crematório que são visitados ou utilizados exporadicamente por indianos ou descedentes residentes fora da Ilha.

[32] INE, 2009: 44 e 45.
[33] Plano Estratégico da Ilha de Moçambique, 2010:7.
[34] CESO CI INTERNACIONAL, 2008:16.

3. Habitação

A habitação, o lugar ou casa onde se habita, reflecte de um modo geral as condições de vida das populações de determinada região, localidade, cidade ou bairro. A cidade da Ilha de Moçambique deixa, de igual modo, perceber isso pela coexistência das cidades de Pedra e Cal e a de Macuti, ambas profundamente marcadas pelo tempo e por várias gerações de história, que participaram na sua edificação.

Com efeito, enquanto a cidade de pedra e cal se erguia ocupando parte do território, com edificações espaçosas e uma estrutura relativamente mais sólida, beneficiando de infra-estruturas básicas para seu saneamento, abastecimento de água e vias de acesso, a Cidade de Macuti, de construções mais frágeis, era levantada à medida que se construía a de pedra. Alguns bairros de macuti foram erguidos nas enormes depressões abertas das antigas pedreiras (os bairros de Litine e Esteu possuem um nível freático bastante baixo o que tem criado sérios problemas na drenagem das águas pluviais).

Mas a história recente da habitação na ilha mostra existirem três momentos importantes que marcaram definitivamente a vida das populações locais quanto ao acesso a um lugar para habitar: primeiro, o período que se segue após a independência de Moçambique e o subsequente programa de nacionalizações; segundo, o período da guerra civil que devastou o país durante 16 anos, e por último o período de privatização imobiliária enquadrada num processo de reformas que abriu para os cidadãos nacionais a possibilidade de alienarem suas residências adquirindo-as ao Estado.

Relativamente ao primeiro dos três momentos, importa salientar que a independência nacional e o subsequente programa de nacionalizações[35] introduzido pelo recém-formado Governo de Moçambique motivou o abandono de residências por parte dos colonos portugueses. Este facto abria uma nova página na história da habitação cuja gestão foi centralizada numa única entidade estatal denominada APIE, Administração do Parque Imobiliário do Estado. Para a população local, maioritariamente desfavorecida, o acesso às novas condições de residência exigia esforços adicionais de adaptação. A pobreza e a falta de recursos, a influência de hábitos culturais típicos de um ambiente rural, as formas de gestão inadequadas, a superpopulação de residências, entre outros factores participaram da degradação acelerada dos imóveis, explicando esse facto a urgência de um plano global e integrado, visando a restauração da ilha[36].

O segundo momento corresponde ao período da guerra civil. Em razão da sua situação geográfica, a ilha de Moçambique, parte insular, constituiu para as populações ao redor um abrigo seguro durante o conflito, provocando um grande fluxo de populações vindas do continente à procura de refúgio.

Embora escasseie informação estatística[37] que permita confrontar e dimensionar a amplitude daquela movimentação de populações, fontes orais não minimizam[38] este

[35] Decreto de 24 de Julho de 1976.

[36] Em 1977, é criada pelo Governo, uma Brigada de Conservação e Restauro, com a tarefa de travar o processo de degradação dos monumentos da Ilha de Moçambique. Esta mesma actividade foi retomada pelo novo Gabinete de Conservação e Restauro, o GACIM.

[37] Hatton considera insignificante o número da população refugiada na ilha, contrastando isso com fontes orais sobre a matéria.

fenómeno, considerando seu impacto inquestionável. Seus efeitos se fazem sentir ainda hoje sob forma de conflitos associados à partilha e/ou disputa de espaços para habitação Com a guerra, numerosas famílias passaram a ocupar ruínas abandonadas, armazéns e outros lugares, vivendo em condições de extrema precariedade. Porém, com o fim do conflito armado, muitas dessas famílias não regressaram aos seus distritos de origem e se estabeleceram em definitivo na ilha, acomodando-se à situação.

O terceiro momento corresponde àquele em que, no país, se deu início ao processo de privatização dos imóveis a favor de cidadãos interessados. Este processo abria a possibilidade de moçambicanos alienarem imóveis, podendo assegurar um espaço próprio, susceptível de aluguer, venda, troca ou oferta. Em virtude da acrescida responsabilidade que o Governo passou a assumir com a proclamação da Ilha de Moçambique como património mundial, em 1991, a gestão do parque imobiliário do Estado sob responsabilidade da APIE, foi transferida para o GACIM, Gabinete de Conservação da lha de Moçambique, que incorpora na sua concepção de gestão a componente conservação com vistas a proteger os imóveis de alterações ou de de destruição.

Não foi possível aceder à uma informação estatística que fornecesse números sobre composição de agregados familiares na ilha de modo a caracteriza-los do ponto de vista do seu tamanho como do tipo de relações existentes entre seus membros, por exemplo. Mas, espelhando a situação presente, uma fonte do distrito da ilha[39] adianta informações interessantes sobre habitações, suas condições (tipo de cobertura, abastecimento de água e saneamento), bem como o número de famílias. A fonte não faz referência ao número de pessoas que compõem tais agregados familiares. Em todo o caso, os dados permitem inferir sobre as condições de espaço, privacidade e de independência que esses agregados gozam.

Quadro 1: Condições de habitação nas duas zonas da Ilha de Moçambique em 2010

	Cidade de Macuti		**Cidade de Pedra e Cal**
Tipo de cobertura	Teto de zinco	Teto de macuti	Outro tipo de cobertura (lajetas de betão)
Nº de habitações	1.037casas	6.122 Casas	402 Casas
Nº de famílias por habitação	8	8	1 a 3
Redes de esgoto	Latrinas caseiras	Latrinas caseiras	Fossa séptica/ vazão à costa
Abastecimento de água	Água da rede/ poços tradicionais	Água da rede/ poços tradicionais	Água da rede/ cisternas com caleiras

Um olhar pela tabela permite observar que a Cidade de Macuti concentra o maior número de casas num total de 7.159, sendo 6122 casas cobertas de macuti e 1037 de zinco. Em cada uma das casas do bairro vive um conjunto de 8 famílias ou, noutros termos, um "grupo domiciliar". Entende-se, neste caso, por "grupo domiciliar" o conjunto de famílias que partilham o espaço de uma mesma casa. Estas famílias podem

[38] Entrevista de Lúcia Omar, investigadora afecta ao GACIM, Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique, Agosto de 2010.

[39] Governo do Distrito da Ilha de Moçambique, Serviço Distrital de Planeamento e Infra- estruturas, Ilha de Moçambique, Maio de 2010.

ter um número de agregados que varia de 1 até 10 e mais pessoas. Na Cidade de Pedra e Cal, a concentração de famílias numa casa é menor (de 1 a 3 famílias), havendo casos em que uma família habita normalmente só uma determinada residência.

A partilha de espaço por grupos de famílias traduz uma realidade comum na ilha explicada por factores estruturais, económicos, sociais e culturais. Problemas como o desemprego e a pobreza de muitas famílias (principalmente na Cidade de Macuti) conduziram a estratégias de vida que encontram nas locação de imóveis um meio de assegurar seu sustento e resolver inúmeros outros problemas. O aluguer de espaço para habitação tornou-se o negócio mais vulgar na ilha. Famílias utilizam suas próprias residências para o aluguer, cedendo quartos, salas e outros espaços úteis ainda que minúsculos e muitas vezes insalubres. Há casos em que compartimentos de uma residência ocupada a título de aluguer são cedidos a outros pelo mesmo título.[40] Mas a consciência de que tais actos não são lícitos tem muitas vezes dificultado a identificação dos infractores que agem sempre a coberto dos "inquilinos". O preço do aluguer varia consoante o tamanho e as condições do lugar (privacidade, acesso à casa de banho, disponibilidade de água potável, etc.).

O número actual de habitantes do Omohipiti é de cerca de 19.000[41], um crescimento que não encontra mais explicação num conflito há quase 10 anos terminado. Recorde-se que a população da ilha era, em 1991, um ano antes da assinatura do Acordo Geral de Paz, 11.988 habitantes. Embora não sejam evidentes as razões que estimulam o fluxo contínuo de pessoas do continente para a ilha, parece provável que a paz e a expectativa de melhores dias para os habitantes de Omohipiti - expectativa alimentada pela proclamação da ilha como Património da Humanidade, pelos discursos subsequentes em torno desse importante acontecimento, pelos esforços de divulgação através dos órgãos de comunicação social, pelos planos e projectos amplamente disseminados, pela grande movimentação de técnicos e profissionais, pelos turistas nacionais e estrangeiros, pelas reuniões e seminários entre outros factos - reforçam nos habitantes a idéia de que vale a pena aguardar esses dias melhores na ilha e não fora dela.

É em resposta a este crescimento da população, já há muito fora dos limites sustentáveis pela ilha, que o plano estratégico do distrito prevê a transferência de parte dos habitantes da ilha para o continente, de modo a reduzir o impacto da superpopulação.

4. Meios de vida

As informações disponíveis sobre os meios de vida referem-se ao Distrito da Ilha de Moçambique como um todo, sendo pouco clara nesses dados a situação específica da população residente no Posto Administrativo que nos ocupa neste levantamento. Em termos sócio-económicos e comunitários, nessa zona mais ampla verifica-se um continuado processo de crescimento demográfico e urbanístico, com particular incidência na ilha e na faixa costeira do Lumbo. A economia e os modos de vida sofrem transformações que acompanham esses processos, situação que contribui para a

[40] Entrevista a Lúcia Omar. Op. Cit.
[41] Administração do Distrito.

contínua saturação e progressiva degradação das infra-estruturas, dos espaços e dos recursos naturais.

A população vive, maioritariamente, em situação de pobreza absoluta, com rendimentos per capita substancialmente abaixo dos limiares instituídos. Todavia, pode se observar um empreendedorismo das mulheres locais, não obstante a concepção restritiva do seu estatuto social e as desigualdades em relação aos homens quanto ao acesso a oportunidades e rendimentos. Por fim, nota-se também uma hierarquização económica e social, relacionada com a propriedade imobiliária e a capacidade de integração das redes económicas urbanas, que possivelmente privilegiará os residentes estabelecidos há mais tempo.

As actividades económicas predominantes são, actualmente, a agricultura, a pesca, a extracção do sal e o comércio informal e suas principais características são apresentadas a seguir.

Tabela 5: Unidades semi-industriais da cidade.
Fonte: Plano Estratégico da Ilha de Moçambique. 2008-2012.

Designação	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
Nº de unidades. de processamento Castanha. de caju	1	1	1	1	1
Nº de moageiras	3	4	4	5	6
Nº de indústrias salineiras	40	32	33	33	36
Carpintarias	3	3	3	4	4

A. Agricultura

No que concerne a produção agrícola, o Distrito da Ilha de Moçambique apresenta na sua maioria solos com fraca fertilidade, fazendo com que a produção do milho, mandioca, mapira, arroz, batata-doce, feijões e hortícolas seja em pequenas porções, servindo para a subsistência. Para além dessas culturas, a população tem como culturas de rendimento o gergelim, a castanha de cajú, sisal e jatropha, planta introduzida a sensivelmente três anos em Moçambique e que serve para a produção de bio-combustível.

B. Pesca[42]

A actividade pesqueira constitui a base de sobrevivência da maior parte das famílias. Esta actividade é principalmente assegurada pelo sector familiar, o que faz com que a sua prática seja feita em moldes tradicionais, isto é, com o predomínio do uso de técnicas artesanais, como a rede de arrasto e o uso de canoas e barcos a vela. Esta actividade é desenvolvida pelos homens, cabendo as mulheres, crianças e velhos, o processo de recolha de mariscos. Um estudo realizado em 1988 caracteriza a pesca na Ilha da seguinte maneira:

[42] Para mais informações sobre a pesca, ver ficha de identificação para essa atividade neste relatório.

- *"Cerca de 600 pescadores dedicam-se a esta actividade em regime de ocupação exclusiva, sem contar com outra centena de indivíduos (fundamentalmente mulheres e crianças) que se dedicam a actividade de recolecção de mariscos, nos períodos de maré baixa, e cuja produção se destina, na sua totalidade, ao auto-consumo familiar. A organização destes pescadores varia bastante, podendo-se encontrar pescadores artesanais que operam isoladamente ou em grupos de dois, sendo todavia a actividade da pesca organizada predominantemente com base em pequenos proprietários (em que muitas vezes o dono da embarcação e de outros meios de produção participa no processo da pesca), e privados (patrões de pesca); estes são também, não raro, proprietários em outros ramos de actividade)".*[43]

Desde este período aos dias de hoje, afirma-se que a importância da pesca como fonte de rendimentos e de alimento tem crescido, se comparada com outras atividades econômicas e de subsistência. Contudo, a maior pressão sobre estes recursos, associada a certos eventos naturais, reduzam a disponibilidade de pescado, como pode depreender-se do quadro abaixo e das informações a seguir.

Tabela 6: Evolução do sector pesqueiro entre os anos 2003/2006.
Fonte: Plano Estratégico da Ilha de Moçambique. 2008-2012.

Ano	**2003**	**2004**	**2005**	**2006**
Número de embarcações	222	165	266	138
Número de pescadores artesanais	1345	1331	1416	1215
Número de empregados no sector	1345	1166	1159	1092
No de toneladas do pescado	313.784	264.271	201.630	95.206
No de associações	**1**	**1**	**1**	**1**
Grupos de poupança[44]	**0**	**0**	**0**	**2**

Dados do Governo Distrital destacaram que entre 2008 e 2009 não houve evolução em termos de números de embarcações, de empregados ligados ao sector e muito menos da quantidade de pescado capturada, se comparadas com 2007. Segundo esta fonte, isto deveu-se aos efeitos negativos do ciclone *Jokwe*, que em 2008 assolou a região costeira de Nampula, saldando-se na destruição de diversas embarcações e de infra-estruturas secundárias ligadas ao sector. Outra razão é a falta de manutenção constante das embarcações e da aquisição ou reposição dos diversos bens de produção ligados à pesca. Por sua vez, dados fornecidos pela Capitania da Ilha de Moçambique sobre 2009 indicam que, até o primeiro semestre daquele ano, tinham sido registradas um total de 406 embarcações, das quais, 29 movidas a motor e as restantes a vela.

Esses dados sugerem, em resumo, que na última década o número de embarcações tem sido oscilante, o de pescadores tendencialmente decrescente e a produção claramente declinante. Esse conjunto de fatores, tendo em vista a quase indisponibilidade de outros recursos para a subsistência da maioria da população de *Omuhipiti*, indica sérios problemas no que diz respeito às suas condições de vida e a urgência de medidas que visem à sua reparação.

[43] Falcão, Rui Manuel. "Notas Gerais sobre a Actividade da Pesca na Ilha de Moçambique". In: ARQUIVO 4. AHM, 1988.

[44] Grupos de poupança – pessoas colectivas que se unem em grupos, onde cada pessoa contribui com um certo valor todos os meses e depois recebe-o totalmente num determinado mês do ano.

C. Comércio Informal

O comércio informal tem elevado peso nas trocas comerciais da região e, concomitamente, no emprego e na subsistência da população, na medida em que esta ocupa grande parte da população activa da Ilha.[45] Esta actividade tem se apresentado como uma estratégia frente à inexistência de condições adequadas de conservação e transporte de bens alimentares perecíveis, nomeadamente, peixe, que é um dos principais produtos da Ilha. Perante esta carência, o pescado é vendido de modo informal, fresco ou processado.

Para além das actividades actualmente predominantes e descritas acima, existem outras que, não tendo expressão significativa na região, encerram elevado potencial de geração de rendimentos e emprego, assim como para o desenvolvimento da região como um todo. São elas o turismo (particularmente o turismo cultural), o artesanato e a indústria, revelando-se o seu potencial, essencialmente num quadro de integração sectorial, ou de clusterização.

D. Turismo

Em relação ao turismo, *Omuhipiti*, possui um hotel de 4 estrelas, uma pensão de 2 estrelas, 11 casas de hóspedes e 1 estabelecimento de aluguer de quartos, totalizando 14 estabelecimentos de alojamento. Esse número corresponde a 83 quartos e 154 camas, das quais 56,6% são de classificação única. Em relação à área de restauração, a ilha conta com 5 restaurantes, 3 bares da terceira classe e 3 barracas, totalizando 74 mesas e 304 cadeiras.[46]

5. Educação

Entende-se a educação como sendo um processo pelo qual a sociedade prepara os seus membros com vistas à sua própria continuidade e desenvolvimento. Neste sentido, a abordagem deste processo não deve restringir-se apenas à educação formal. Assim, os ritos de iniciação (masculinos e femininos) e de nubilidade (femininos), que são parte importante do sistema de educação tradicional, não podem ser negligenciados neste contexto, virtude do alto valor social e simbólico que lhes é atribuído pelos *makhuwa nahara*.

No concernente à educação formal, as estatísticas não permitem avaliar a situação específica da ilha (parte insular) uma vez que os números apresentados cobrem o conjunto do distrito. Outro aspecto a considerar preliminarmente é o facto da informação existente não ser actual, abarcando apenas o período que vai de 2003 a 2007. Ainda assim, para se ter uma idéia sobre a escolaridade no distrito como um todo em anos recentes, pode-se considerar os dados do Plano Estratégico da Ilha de Moçambique, que se encontram reproduzidos na Tabela 7 a seguir.

[45] Infelizmente não temos dados concretos sobre indicadores de ocupação por sectores. Mas, nota-se que grande parte da população da Ilha, quer da parte insular, quer da continental, ocupa-se da comeércio informal.

[46] Plano Estratégico da Ilha de Moçambique. 2008-2012, s.d.

Tabela 7: Evolução da rede escolar e o seu efectiva na Cidade
Fonte: Plano Estratégico da Ilha de Moçambique. 2008-2012

Designação	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de escolas EP1	9	9	10	10	8
Nº de escolas EPCs	3	3	3	3	5
Nº de escolas ESG*	1	1	1	1	1
Nº de escolas E.T.P	1	1	1	1	1
Nº de centros A.E.A	48	69	73	105	97
Nº de alunos EP1(1ª a 5ª classes)	4650	5274	6136	6903	7444
Nº de alunos EP2/EPC (6ª e 7ª classes)	749	661	1022	1154	1469
Nº de alunos ESG1 (8ª a 10ª classes)	690	519	759	876	982
Nº de alunos ESG2 (11ª e 12ª classes)	0	0	0	0	97
Nº de alunos ETP	97	129	154	173	150
Nº de alfabetizando	2050	2341	2341	3302	3693
Nº de Professores EP1	91	106	100	105	144
Nº de professores EP2	20	22	20	25	61
Nº de professores ESG1 e ESG2	20	22	21	18	44
Nº de professores ETP	6	8	9	9	8
Nº de alfabetizadores	84	85	108	115	137
Nº de infra-estruturas desportivas	10	10	10	10	8

No concerne aos efectivos escolares, o ensino primário no seu todo contava em 2003com 5.399 alunos, dos quais 749 eram do EP2 (alunos que frequentam a 6ª e 7ª Classes). Estes números evoluíram para um total de 8.913 alunos em 2007, dos quais 1.469 eram do EP2. Esses dados indicam um crescimento nos efectivos do subsistema do ensino básico em 96% para o caso específico do EP2, facto que se justifica pelo aumento do número de escolas que leccionam até a 7ª classe.

Em relação ao Ensino Secundário Geral (ESG) o número de alunos cresceu de 690 em 2003, para 1079 em 2007, o que corresponde a uma taxa de crescimento na ordem dos 56% em 5 anos, e uma taxa de crescimento anual de 14%. É importante referir aqui que em 2007 foi introduzido o 2º ciclo do ESG (11ª e 12 classes), que contava com 97 alunos na 11ª classe.[47]

Quanto ao Ensino Técnico-Profissional (ETP), o número de alunos registou um crescimento entre 2003 e 2006 de 97 para173, tendo decrescido para 150 em 2007. Em relação à taxa de crescimento de 2003 a 2006, este nível de ensino evoluiu em 78%, o correspondente a uma taxa de crescimento anual de 26%. De 2006 para 2007, entretanto, o decréscimo foi de 13%.

No que se refere ao subsistema de Alfabetização e Educação de Adultos (AEA) foi registrado um crescimento no número de centros que passou de 48 em 2003 para 105 em 2006. Em 2007, no entanto, observou-se um decréscimo desse indicador. Quanto aos efectivos de alfabetizandos, de 2003 para 2007 o crescimento foi de 2050 para 3693, o

[47] Os dados do ESG2 estão inclusos nas estatísticas apresentadas.

correspondente a uma taxa global de 80%. Nos anos de 2004 e de 2005, o número de alfabetizandos inscritos manteve-se constante.

Os gráficos 3A, B e C a seguir, com dados fornecidos pelo Plano Estratégico da Ilha de Moçambique. 2008-2012, indicam que a variação no número de alunos dos diversos níveis considerados não foi acompanhada pelo necessário aumento do número de professores, o que pode indicar um importante ponto de estrangulamento no desenvolvimento dos níveis de escolaridade em *Omuhipiti*/ Ilha de Moçambique. No caso do ETP, em especial, a diminuição do número de professores é acompanhada por acentuada queda no número de estudantes.

Gráfico 3A - Evolução dos corpos docente e discente de Ensino Primário e Ensino Secundário Geral
Fonte: Plano Estratégico da Ilha de Moçambique. 2008-2012.

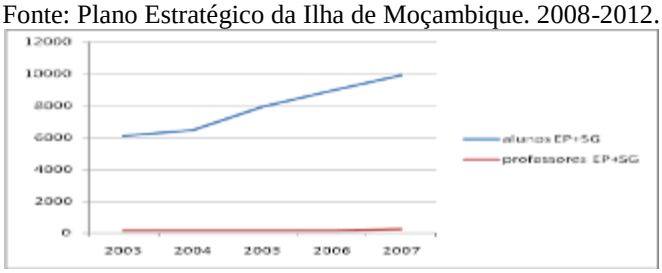


Gráfico 3B - Evolução dos corpos docente e discente do Ensino Técnico-profissional
Fonte: Plano Estratégico da Ilha de Moçambique. 2008-2012

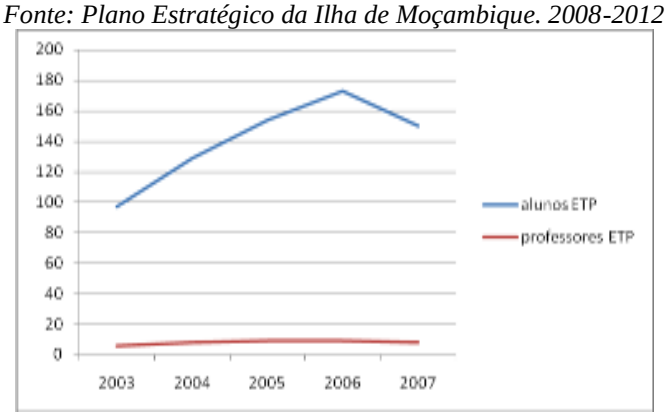
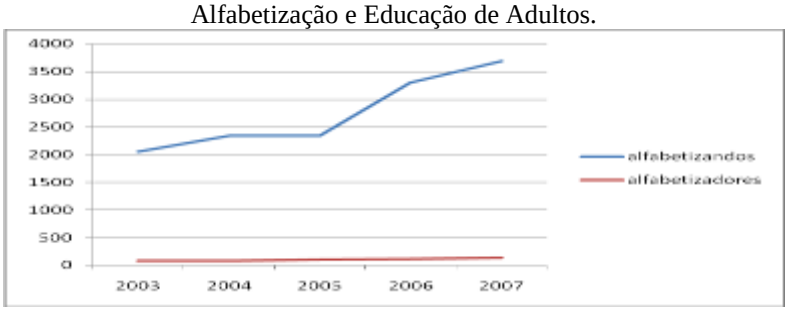


Gráfico 3C - Evolução dos corpos docente e discente do subsistema de Alfabetização e Educação de Adultos.



6. Saúde

A rede sanitária do Distrito da Ilha de Moçambique é constituída por duas unidades, sendo uma do tipo 1 e outra de tipo 2. O seu funcionamento é assegurado por 1 médico, 21 enfermeiros e 10 técnicos. Entre 2006 e 2007, embora o número de médicos tenha se mantido o mesmo, houve aumento significativo no número de técnicos de saúde, que

passou de 5 para 10, e no de enfermeiros, que foi de 14 para 21. Contudo, o estado geral de saúde da população é crítico, como indicam os números de casos de HIV/SIDA e de malária na tabela 8 a seguir.

Tabela 8: Casos de malária e HIV/SIDA registrados entre 2003/07.
Fonte: Plano Estratégico da Ilha de Moç. 2008-2012.

Designação	**Anos**				
	2003	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
Nº de casos HIV e SIDA	59	41	41	175	345
Nº de casos de malária	21.043	19.515	22.923	14.835	4.510

De acordo com esses dados, o período que vai de 2003 a 2007 revelam tendências opostas relativamente a estas moléstias. Por um lado, a incidência da malária vem sendo drasticamente reduzida graças às campanhas de pulverização promovidas pelas entidades da saúde. O número de casos registrados declinou do patamar dos 20.000 em que se encontrava entre 2003 e 2005, para 14.835 em 2006 e 4.510 em 2007. Por outro lado, a incidência de HIV/SIDA vem aumentando em taxas alarmantes, tendo quadruplicado de 2005 para 2006, e duplicado de 2006 para 2007.

O recurso às unidades sanitárias para acesso a cuidados de saúde junto às maternidades para assistência a partos é evidenciada pelo número de partos institucionais realizados no período entre 2003 e 2007. Embora a evolução dos números seja insignificante, conforme ilustra a tabela abaixo (1.219, em 2003, para 1.286, em 2007), os mesmos mostram que uma parte importante da população tem feito uso dos serviços oferecidos às comunidades da ilha.

Tabela 9: Evolução do número de partos institucionais entre 2003/07
Fonte: Plano Estratégico da Ilha de Moçambique. 2008-2012

Serviços prestados	**Anos**				
	2003	**2004**	**2005**	**2006**	**2007**
Nº de Partos Institucionais	1.219	1.159	1.261	1.322	1286
Nutrição (Bom crescimento)	0	0			16603
Nutrição (Mau crescimento)	0	0	20	15	475

É importante notar que, apesar da ausência de dados mais aprofundados, sabe-se que existem na ilha recursos de saúde tradicionais (não formais) aos quais as populações se dirigem quando afligidas por doenças. São estes os praticantes de medicina tradicional (curandeiros) e os shehes, pessoas que se reconhece como sendo detentoras da capacidade de cura dos mais diferentes tipos de enfermidades. Essas pessoas são geralmente procuradas quando se acredita que determinada doença tenha origem sobrenatural, como é o caso da feitiçaria ou da possessão de espíritos.

7. Infra-estrutura urbana

De um modo geral, podemos dizer que as condições de habitabilidade em *Omuhipiti* são deficientes. A Ilha precisa urgentemente de uma gestão cuidadosa em termos de saneamento do meio e gestão do lixo, pois este é deixado nas ruas e se espalha, a despeito dos cuidados da população, sobretudo na Cidade de Pedra e Cal, que com freqüência varre os trechos das vias públicas em frente a suas casas. A precariedade de serviços públicos nessa área acarreta a formação de um ambiente propício à propagação das mais variadas doenças.

Não existe rede de escoamento de águas residuais domésticas, e a de drenagem da água pluvial não inclui a Cidade de Macuti. Os graves problemas de saneamento com que se debate presentemente a cidade de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique são mais patentes nos bairros Esteu e Litine, por sinal, os mais populosos. Nessas regiões, quando chove com alguma insistência, as águas invadem as varandas e inundam as casas. Nesses bairros, assim como no Areal e em Marangonha, o escoamento é feito por meio de drenos com valas abertas, processo que se mostra ineficaz para a solução do problema de estagnação das águas pluviais nas vias públicas.

Quanto à questão do saneamento, é de referir que o escoamento das águas pluviais de quatro dos bairros -, designadamente Esteu, Litine, Areal e Marangonha- é feito por meio de drenos com valas abertas, processo que se mostra ineficaz para a solução do problema de estagnação das águas pluviais e esgotos. A grande preocupação atualmente é a inundação das fossas, levando à superfície excrementos humanos, o que constitui um atentado à saúde pública, tomando em consideração que os moradores consomem água dos poços a céu aberto.

Além disso, os bairros de macuti na cidade insular possuem um lençol freático muito alto e a maior parte da população não tem latrinas caseiras. Por esse motivo, assim como por razões de ordem cultural, muitos usam as praias para a satisfação das suas necessidades fisiológicas. Essa prática, designada fecalismo a ceu aberto, tem grave impacto sobre a saúde pública. Além de estar associado a freqüentes casos de diarréias agudas e cólera, patologias que resultam em óbitos, a carência de infra-estrutura sanitária, reduz os níveis de aceitabilidade das praias para mariscagem, banhos e outras atividades, tanto por parte da população residente quanto dos turistas.

O abastecimento de água canalizada provém de uma estação de captura em Entete, na margem do rio Monapo, a cerca de 20 km da Ilha. O sistema existente foi projectado em 1962 para comportar uma população muito pequena, que na altura era menos de metade que a actual, e instalado nos anos seguintes.

A Cidade de Pedra e Cal encontra-se favorecida em relação à de *macuti* também no que respeita ao abastecimento de água. A rede de distribuição cobre toda essa parte da Ilha, com possibilidade de instalação de água em todos os seus edifícios, e ainda em algumas zonas da Cidade de Macuti. Para o restante da população a água é fornecida através de fontenários públicos e, em casos de necessidade, pelos poços de água salobra ou de água da chuva recolhida em cisternas.

Tabela 10: Abastecimento de água
Fonte: Plano Estratégico da Ilha de Moçambique. 2008-2012.

Designação	2003	2004	2005	2006	2007
Furos mecânicos	01	0	1	02	10
Furos manuais existentes	2	01	0	0	0
Poços existentes	01	05	07	21	27
Nº Pequenos Sistemas de Abastecimento de água (PSAA)	1	1	1	1	1
Fontanários Públicos	03	04	05	16	16
Nº Captações protegidas/caleiras existentes zona insular	11	11	11	11	11
Total fontes por ano	**19**	**23**	**25**	**50**	**65**
Nº de beneficiários	32.558	33.084	34.697	36842	36.868
Taxa de cobertura	6.14	8.9	11.55	31.2	48.8

8. Transporte e comunicação

Pela sua construção secular e má conservação, a cidade de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique tem as estradas urbanas completamente degradadas. Na zona continental existem estradas vicinais e terciárias que estabelecem comunicação entre comunidades, muitas delas carecendo de obras de manutenção. A cidade estabelece comunicação com outros pontos da província através da estrada nacional número 105.

A cidade da *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique, tem sistema de comunicações constituído pela rede de telefonia fixa TDM com serviços de Café Internet, telefonia móvel Mcel e Vodacom, ambos em bom estado operacional. Possui ainda os serviços de correio em funcionamento que asseguram as correspondências e o pagamento de pensionistas

A Cidade se beneficia de uma rádio comunitária sedeada na parte insular. De igual modo, funciona a Televisão de Moçambique com dois canais TVM e RTP. No que diz respeito aos transportes, a Cidade conta com uma pequena empresa de transportes semi-colectivos e outros operadores singulares, que estabelecem ligações entre a Ilha e as cidades e Distritos circunvizinhos.

O transporte de e para a Ilha, pode ser efectuado também por via marítima, através de embarcações de carga e passageiros (maioritariamente a vela). Há uma ponte para atracagem de embarcações e navios de grande porte, mas em desuso, devido ao estado avançado de degradação.

Como já se argumentou, as comunidades da *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique estão intimamente associadas à história da navegação no Oceano Índico, tendo a Ilha desempenhado um papel singular nas ligações intercontinentais, com histórica importância internacional. A primeira fase das grandes navegações, do século X ao século XV, pela mão dos marinheiros árabes e persas, testemunha o crescimento e declínio das cidades portuárias do mundo árabe-swahili na costa oriental africana. A segunda fase das navegações no Índico, séculos XV e XIX, tornou a Ilha num dos centros do comércio internacional fazendo a ponte entre a Europa e o Oriente, nas diferentes fases do capital mercantil: comércio de especiarias, ouro, marfim e escravos. De fato, durante a fase dramática do florescimento do tráfico de escravos (1750-1840), dezenas de milhar de pessoas de origem *Makua-Lómuè* foram exportados paras Ilhas

Mascarenhas, Madagascar, Zanzibar, Golfo Pérsico, Brasil e Cuba.[48] Conhecimentos relativos á arte de navegação, assim como da construção de embarcações são aspectos importantes do legado acumulado pela população *makhuwa nahara*.[49]

A cidade beneficia-se de uma corrente eléctrica da linha de Cahora Bassa com uma cobertura em 70% na zona insular e cerca 40% na zona continental. A partir de Outubro de 2007, a cidade de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique conta com um sistema de credelec[50]. Para além da corrente eléctrica, a população da Ilha usa também a lenha e o carvão vegetal para preparação de seus alimentos e nas pequenas indústrias no fabrico do pão.

A Cidade de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique possui uma bomba de combustível de pouca capacidade que funciona 12 horas, localizada na zona insular da Cidade. No que concerne aos bancos, a Cidade beneficia-se somente de uma instituição comercial bancâria, banco internacional de Moçambique (BIM) localizada igualmente na Zona insular beneficiando toda população de duas zonas da Cidade.

V. LEGISLAÇÃO E ACÇÕES OFICIAIS RELEVANTES À SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL INTANGÍVEL

A *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique foi declarada pela UNESCO, em 1991, sítio do Patrimônio Mundial, após proposta apresentada pelo Governo de Moçambique em 1990. Tendo em consideração esse valor patrimonial universal excepcional, foram envidados esforços no sentido de preservar este bem de importância incomensurável.

É neste contexto que várias acções têm sido levadas a cabo por diversas entidades no sentido da preservação de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique. Uma delas consiste na criação de legislação específica relacionada à conservação da Ilha e do seu património cultural.

Em seguida, apresentam-se algumas leis e acções específicas tendentes a preservação do patrimônio cultural da *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique:

Lei nº 10/88, de 22 de Dezembro: Determina a Protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural Moçambicano;

Decreto nº 27/94, de 20 de Julho: Aprova o Regulamento de Protecção do Património Arqueológico e a composição do Conselho Nacional do Património Cultural;

Decreto nº 29/98, de 9 de Junho: Determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do Património Cultural Moçambicano;

Decreto n.º 27/2006, de 27 de Junho: Aprova o Estatuto Específico da *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique;

Decreto n.º 28/2006, de 27 de Junho: Cria o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique e aprova o respectivo estatuto orgânico. O GACIM é uma Instituição Pública que se subordina ao Ministério da Educação e Cultura, que surgiu com o objectivo de assegurar a gestão e controlo do Património Mundial da Ilha de

[48] (DH/UEM 2000).

[49] Ver fichas de identificação sobre os Conhecimentos náuticos do *nahota* e sobre a construção de embarcações neste relatório.

[50] Sistema pré-pago de energia.

Moçambique, cujas acções se cingem principalmente na: protecção arquitectónica, histórica e arqueológica; protecção ambiental e turismo cultural; apoio técnico e capacitação institucional; estabelecer regras de coordenação; garantir uma maior protecção jurídica; garantir a inalterabilidade arquitectónica da Ilha. Faz de igual modo a formulação de pareceres e aprovação de projectos de reabilitação e restauro do património edificado que posteriormente são submetidos ao Conselho Municipal para o seu licenciamento. Na execução das suas actividades, o GACIM coordena com o Governo do Distrito, Conselho Municipal, Direcção Provincial de Educação e Cultura e outros intervenientes.

Resolução nº 12/97 de 10 de Junho: Política Cultural de Moçambique e estratégia de sua implementação.

QUADRO INSTITUCIONAL DE GESTÃO LOCAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL:

Governo distrital
Gabinete do Administrador Distrital
Secretaria Distrital
Serviços Distritais

Conselho Municipal da Ilha de Moçambique
Gabinete do Presidente do Conselho Municipal
Gabinete de Estudos e Assessorias
Serviços de Inspecção e Fiscalização Municipal
Construção, Urbanização e Gestão Ambiental

Acções do governo tendentes à salvaguarda do Patrimônio Cultural da Humanidade.

Decreto n.º 27/2006, de 27 de Junho: Aprova o Estatuto Específico da Ilha de Moçambique;
Decreto n.º 28/2006, de 27 de Junho: Cria o Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique e aprova o respectivo estatuto orgânico,
Apresentação da proposta do Fundo Comum "Ilha de Moçambique"
A elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique
A Elaboração do Plano de Gestão da Ilha de Moçambique
Posturas Camarárias

Documento preparado por Alberto Valoi, Arrissis Mudender, Célio Tiane, Fernando Manjate, Hermínia Manuense, Lúcia Laurentina Omar e Sónia Lopes.

Identificação do patrimônio cultural intangível inventariado

1. Cerimônias e atos festivos

ID-AL-FITR e ID-AL-ADHA

CELEBRAÇÕES MUÇULMANAS

PRIMEIRA MESQUITA
CONSTRUÍDA
NO NOSSO PAÍS

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Cerimónias e actos festivos / religioso.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Não há.

[4] Descrição

Para uma descrição sucinta da Mesquita Maior ou Principal e, sobretudo, a respeito das cermónias realizadas neste local, é importante fazer um breve recuo na história, para o período em que a Ilha de Moçambique foi integrada nas relações comerciais transcontinentais, entre a África e a Ásia.

As relações comerciais entre a costa oriental africana e o mundo árabe, desde os finais do primeiro milénio, tiveram como consequência, a constituição de uma sub-cultura, o *swahile*, e de regimes de orientação teocrática. No caso particular de Moçambique, os afro-islamizados constituem o produto final mais logrado desse processo.

A islamização ditou a construção de casas de culto. Numa primeira fase, estas eram edificadas em material precário, com uma durabilidade efêmera. A chamada "primeira mesquita", localizada na zona da cidade de Pedra e Cal, ostenta uma inscrição que situa a sua construção no século XIII. Assim, esta é a mais antiga mesquita em Moçambique.

O seu abandono deve estar associado à pressão social que a comunidade islâmica deve ter sentido com a fixação portuguesa, pois esta localiza-se numa zona que viria a ser dominada por esses europeus e seus colaboradores. Desse modo, a mesquita foi abandonada e chegou a ficar soterrada. Somente nos anos 1980 surgiu a idéia de reidentificá-la. Actualmente é usada para algumas orações, de certo modo integradas à sua conservação.

Já Mesquita Principal ou Mesquita Maior possui uma inscrição que situa a sua construção num período relativamente recente, deixando um vazio no processo de ligação entre ela e o templo mais antigo. Ao que parece, após o abandono da primeira, os fiéis encontraram outros locais de culto, até a construção da mesquita principal na década de 1920. Não se sabe ao certo se terá havido ali uma infraestrutura semelhante, que teria sofrido remodelações para dar a actual. Esta mesquita localiza-se na Rua do Celeiro, que foi uma das vias urbanas mais importantes no período colonial, onde se situavam os armazens, lojas e um mercado de referência em materia de produtos frescos, com destaque para o pescado.

Desde a emergência do islamisno, duas cerimónias fundamentais corporizam as celebrações religiosas, nomeadamente, o *Id-al-Fitr* e o *Id-al-Adha*. A primeira ocorre no final do mês do Ramadane, precedido de um período de cerca de 29/30 dias de jejum; a segunda, no final da peregrinação a Meca.

A respeito do *Id-al-Fitr*, destaca-se que a prática do jejum durante um mês desde o raiar do dia até o pôr do sol é um dos cinco mandamentos obrigatórios preceituados no livro sagrado dos muçulmanos, o Corã ou Alcorão. Tanto entre as religiões universais como as locais e tradicionais, a observância dos mandamentos constitui um dos preceitos

fundamentais, seja para a sobrevivência da própria religião, seja para a correcção moral e espiritual dos seus seguidores.

Assim, durante este mês, os fiéis observam um retiro espiritual de forma a purificar a alma e prepará-la para a bem-aventurança eterna. Neste período, está proíbido aos seguidores de Maomé (durante o dia), a realização de actos sexuais, a ingestão de alimentos, assim como tomar água e, ainda, falar mal de outrem, praticar os jogos de azar ou qualquer acto considerado ilícito. Recomenda-se experimentar a pobreza e realizações "acções de graças".

No mês do Ramadane, os muçulmanos acrescetam aos cinco *duwas* obrigatórios, um sexto, que é considerado facultativo, que é o *suwalat tawari,realizado às* 19:30 e 20:30 horas. Este visa retificar os males eventualmente cometidos e todos erros ou fraquezas em que os fiéis terão incorido. Os *suwalats* obrigatórios são os seguintes: *fajr*, na aurora, isto é, antes do raiar do dia; o *dhuhr*, por volta do meio dia; o *asr*; o *maghrib* e por último, o *isha*, que é realizado por volta das 18:00 horas.

O *id-al-adha* tem as mesmas características do *id-al-fitr*, sendo realizado no final da peregrinação a Meca. A peregrinação é também um dos mandamentos do livro sagrado dos muçulmanos. Durante a viagem a Meca, os crentes permanecem durante algum tempo no deserto da Arábia, praticando a continência e executando as acções que outrora Abrão executara. Estes dois momentos são fundamentais na ortodoxia islâmica e o objectivo final é a purificação espiritual.

Nas celebrações dos dois *Ids*, o conteúdo das orações são semelhantes às dos restantes sermões, havendo, no entanto, maior vigor na mostra de fé. As mesquitas são geralmente melhor engaladas para a ocasião. No final, as famílas organizam festas ou almoços para os quais convidam amigos, vizinhos e afins, para a comemoração do final dos meses de sacrifícios e absoluta devoção. Estes actos contribuem para a elevação da consciência religiosa e da paz da alma e reforçam a fé na graça eterna.[51]

A maior particularidade destes celebrações é manifestado pela troca de presentes, acto designado por *manjah* em árabe, após as orações. Segundo Hafiz Jamu, há uma espécie de redistribuição dos bens entre os membros da congregação, parentes e afins, seguida de uma abundância de alimentos confeccionados.

Em princípio, em todas as casas se preparam variados manjares e guloseimas, que são servidos a todos que as visitarem. Também ocorre a troca de peças de vestuários, entre outros bens. O sacrifício de gado (caprino e ovelhas) parece fazer igualmente parte do ritual. Este último acto, carregado de simbolismo está relacionado com o sacrifício do único filho de Abrão, quando solicitado por *Yavé* (Javé?), que em resultado desta acção de fé, recebeu a bem-aventurança eterna, e diversas facilidades e prestígios mundanos.

[5] Praticantes ou detentores

Todos os indivíduos que professam a religião islâmica. Na Ilha, há pessoas de diversas origens e influências, contudo, o islão afirma-se como a religião predominante.

[6] Forma de organização

A organização da sessão de orações é da responsabilidade da mesquita e dos líderes religiosos. A festa é organizada por iniciativa de cada família de acordo com as suas capacidades financeiras. Como nas outras ocasiões de culto, este é dirigido por um *imamu*,

[51] De acordo com Hafiz Jamu, na religião muçulmana, uma das recompensas aos homens virtuosos e que observam todos os mandamentos corânicos é que a eles estão reservados 72 mulheres virgens.

uma figura de reconhecido domínio da teologia islâmica, eloquente e com habilidades para falar em público.

[7] Origem, transformações e situação presente

A religião Muçulumana surgiu por volta do século VII com as prédicas do profeta Maomé (Mohamed), considerado o último entre os mais exímios e influentes líderes religiosos. Este migrara de Meca, sua terra natal, para Medina, também na Península Arábica, pelo facto de suas prédicas não terem conseguido obter um acolhimento favorável. A este processo migratório, acompanhado de um pequeno grupo de seguidores, chama-se *egira*.

A partir de Medina, o profeta conseguiu fortalecer a sua crença e sua influência, angariando um número considerável de seguidores, os *muslims*, que após a sua morte viriam a espalhar a religião de Alá para o resto do mundo. Uma das crenças recorrentes em diversas religiões é o facto de se considerar que existem religiões melhores ou superiores que outras. Deste modo, os muçulumanos defendiam e defendem que o único Deus que deve ser adorado é Alá. Assim, viram-se diante da necessidade de fazer valer a sua fé e converter os "pagãos" valendo-se de todos os meios disponíveis, tanto de proselitismo como belicistas. Enquanto expandiam a fé, ocupavam terras e territórios e estabeleciam dois poderes distintos: o espiritual e o político (o secular e o temporal). Diversas vezes, o líder religioso transformou-se em líder político, tendo como resultado a emergência dos Estados conhecido por Califados, Emirados, Sultanatos, Sheicados, etc.

Apesar de o islamismo ter se transformado em religião de Estado em diversos países, a observância dos mandamentos do Alcorão mostrou-se como principal veículo de coesão da comunidade islâmica. Aliás, sendo uma religião rígida, de partida proibia o registro - em documentos como papiro, madeira ou parede e mais tarde a impressão em papel - das revelações do profeta, considerando tal acto herético. Quando foram registados, a sua leitura e interpretação foi salvaguardada, devendo ser efectuada somente por indivíduos previamente autorizados pela *curia* muçulmana. Este princípio fortaleceu a observância cega dos mandamentos, assumidos como tabus ou dogmas.

Assim, desde os primórdios do islamismo aos nossos dias, as celebrações do *Id-al-Fitr* e *Id-al-Adha* são observadas na sua essência, não tendo ocorrido mudanças assinaláveis.

[8] Referências espaço-temporais

O *Id-al-Fitr* realiza-se no final do mês do Ramadane. Refira-se que o calendário islâmico baseaia-se no ciclo lunar e, portanto, a data do *Id-al-Fitr* não possui uma correspondência exacta no quadro do calendário gregoriano, introduzido pela curia católica. O mesmo sucede com o *Id-al-Adha*, que se realiza no dia 10 do mês islâmico de *Lijidja*.

Para o presente ano de 2010, prevê-se que o inicio do mês do Ramadane ocorra por volta do dia 10 de Agosto, e a celebração do *Id-al-Fitr* ocorra no dia 10 de Setembro; enquanto o *Id-a-Adha* terá lugar a 17 de Novembro.

O *Id-al-Fitr* realiza-se por volta das 8:00 horas da manhã, porque os fiéis devem ir rezar após terem tomado o pequeno almoço, enquanto o *Id-al-Adha* realiza-se mais cedo, pois estes devem rezar antes de obter o pequeno almoço.

Na generalidade, as celebrações são realizadas dentro das mesquitas. No caso da Ilha de Moçambique, a Mesquita Maior é que recebe o maior número de fiéis.

[9] Componentes materiais associados

O livro sagrado dos muçulmanos (o Alcorão); bens trocados ou adquiridos (roupa nova e

comida).

[10] Componentes imateriais associados

Orações: *suwalats* e *duwas*.

[11] Transmissão, sucessão

A transmissão da cerimónia está ligada à prática da religião muçulmana. Como se referiu acima, o *Id-al-Fitr* e o *Id-al-Adha* são as duas celebrações mais importantes dentro do calendário litúrgico islâmico e constituem parte integrante de acções de graças e penitência realizadas em reconhecimento a Alá.

Portanto, ao seguidor de Maomé lhe é exigido observar o jejum durante um mês, findo o qual, celebra-se um acto de graça e de fé. Igualmente, a estes lhes é exigido, em conformidade com as condições financeiras, realizar pelo menos uma peregrinação à cidade sagrada de Meca, com uma permanência (um acto de continência) no deserto e realiza-se uma visita devota à pedra ou meteorito venerado pelos muçulmanos, conhechido por *Caaba*.

Enquanto os peregrinos terminam a sua missão de fé, os restantes fiéis, nas suas mesquitas, celebram devota e efusivamente esse acto. Entende-se que a benção trazida pelos peregrinos também se espalhará pelos fiéis impossibilitados de seguir a Meca. Deste modo, pode-se afirmar que a transmissão do conhecimento e do simbolismo imanente a estas celebrações subjaz na essência do islamismo.

[12] Disseminação, divulgação

Estas práticas são observadas, na generalidade, por todos os fiéis, crentes e seguidores do profeta Maomé, portanto, os Muçulmanos.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

As cerimónas comemorátivas acima descritas se revestem de importancia significativa na medida em que constituem momentos de reencontro entre parentes e fins, onde os laços de amizade são reestabelecidos e fortalecidos. Igualmente, constitui um momento de reafirmação da fé religiosa, de purificação espiritual e preparação na vida terrena para a vida eterna. A não observância significa incorrer no pecado, na medida em que o cumprimento dos mandamentos corânicos é a medula dorsal do sistema religioso islâmico e da fé muçulmana.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

Poder-se-á argumentar que não se justificaria a inclusão destas cerimónias no inventário realizado na Ilha de Moçambique. Porém considera-se a decisão justificável pelo fato de ser, para esta comunidade cultural, uma celebração de grande valor e expressão da religiosidade predominante no sítio inventariado, além de estabelecer vínculos simbólicos, afectivos e efetivos com outros países e regiões do mundo.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

As cerimónias religiosas constituem um momento privilegiado para a reaproximação das

pessoas, povos e comunidades. É nestes momentos que as pessoas deixam os seus afazeres e se preocupam pela sua limpeza espiritual, desempenhando acções de graças, como a realização de visitas aos orfanatos, hospitais, asilos e penitenciárias.

As diferenças individuais e comunitárias são superadas e a busca da paz tanto espiritual como política é empreendida. A cooperação, o diálogo e a solidariedade entre comunidades e povos é fortalecida. Por exemplo, durante o *id-al-adha*, diversas comunidades religiosas recebem donativos de outras comunidades. No caso de Moçambique, quantidade significativa de carne de ovelha é recebida desde a Arábia Saúdita e distribuída por inúmeras mesquitas ou comunidades de crentes. Este acto pode ser interptretado como sendo uma "força superior" baseada nas afinidades religiosas que suplantam as diferenças tanto políticas como ideológicas, interligando os muçulmanos da Ilha aos demais seguidores desta religião nos mais variados quadrantes do mundo.

[4] Ameaças à continuidade da execução

Não há.

[5] Ameaças à transmissão

Não há.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Não há.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Não há.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Não se aplica.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Não se aplica.

[11] Ações em curso concorrentes à salvaguarda

Não se aplica.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Não há.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados Nome: Momade Gulamo Issufo Grupo etno-lingüístico: Sexo: masculino Data de nascimento: Local: Ilha de Moçambique Residência: Posição na actividade: responsável da Mesquita Maior e da Mesquita Bilal Contacto: Nome: Hafiz Jamu Grupo etno-lingüístico: Sexo: masculino Data de nascimento: Local: Ilha de Moçambique Residência: Posição na actividade: *sheik* da confraria *cadirya bagdade* Contacto:
[2] Documentação sonora e visual produzida em campo Registros fotográficos realizados por Ernesto Matzinhe, disponíveis no ARPAC.
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo Não há.
[4] Bibliografia Nada a declarar.
[5] Iconografia Nada a declarar.
[6] Plantas, mapas e croquis Nada a declarar.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado
Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo
3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Supervisor de campo
Arrissis Martins Mudender.
[4] Responsável pelo inventário
Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante
Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

2. Comunicação e expressão

MALEIA, TAMWA-TAMWA E COFIÓ

INDUMENTÁRIA MASCULINA

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Comunicação e expressão / indumentária.

[3] Outros bens relevantes

Não há.

[4] Descrição

O traje masculino típico da Ilha é geralmente constituído por *maleia* (túnica larga e comprida até aos pés, com mangas compridas), *tamwa-tamwa* (calças de pano leve que tinham uma abertura na braguilha, com botões e um fio, *narho*, na cintura para amarrar-las) e um *cofió*. A cor predominante nas *maleia* e *tamwa-tamwa* é o branco.

Refira-se que a tradição do uso da túnica está bastante enraizada na comunidade, onde os homens professam, maioritariamente, a religião muçulmana.

O traje de prestígio, que era no passado concebido para ocasiões especiais e ainda hoje é usado para comemorações especiais na mesquita (casamentos, *Ide*, etc.), consistia de *maleia*, *djaketa*, *tamwa-tamwa* e *cofió*.

[5] Praticantes ou detentores

Makhuwa nahara da Ilha de Moçambique.

[6] Forma de organização

Não de aplica.

[7] Origem, transformações e situação presente

No passado, os homens da ilha usavam tangas designadas localmente por *kav'iha*, sem camisa. O *kav´iha* era inicialmente feito de fibra de casca de árvore. Com a introdução do tecido as populações passaram a envergar o *kav´iha* de pano. Veio depois o *elangothi*, um tecido rectangular feito de algodão amarrado à cintura. Homens e mulheres vestiam o *elangothi*.

Com a chegada do Islão, esta prática foi gradualmente abandonada, passando a fazer parte do traje o *tamwa-tamwa* acompanhado por uma túnica denominada *maleia* feita em tecido de casca de ovo (tecido leve antigamente feito de algodão puro, mas hoje também confeccionado com fibra sintética). A túnica é cumprida até aos pés, com um decote redondo (à moda chinesa). As mangas da *maleia* são também cumpridas. Aos pés, os homens calçavam tamancos, um tipo de chinelas de madeira. Existiam dois modelos diferentes, uns que possuiam uma tira de couro presa a cada um dos lados do tamanco e outros, de *fula*, que tinham, no lugar da tira de couro, um pedaço de madeira ou de borracha que encaixava entre os dedos polegar e o indicador do pé. Refira-se que os nativos preferiam andar descalços e só calçá-los no momento da ida à mesquita. Esta situação estava associada ao facto dos tamancos serem pesados e o feitio dos tamancos de fula criar grandes dificuldades na locomoção.

Durante a época colonial, o traje masculino passou a ser diferenciado em função das

classes indígena e dos assimilados. Os indígenas continuavam a usar trajes muçulmanos, mas incorporando calças, calções (*kaputula*) e camisas (*hembe*) à moda européia, calçando tamancos. Os assimilados eram obrigados a adoptar os hábitos dos portugueses, incluindo a indumentária, constituída por calças, camisa, casaco, entre outros, tendo ainda de calçar sapatos. Quando os indígenas se fizessem à Cidade de São Domingos (nome atribuído à cidade de pedra), eram obrigados a calçar os tamancos e alguns deles, por falta de hábito, tiravam-nos e punham na cabeça. Quando fossem surpreendidos descalços, argumentavam que os tamancos se haviam arrebentado durante a caminhada.

No passado, estar bem trajado significava estar de *maleia*, com uma *djeketa* (colete), um *cofió* Momadimussa (cofió comprido feito de veludo vermelho), tamancos, uma *epakora* (bengala) e, caso fosse um fumador, um *ekatximbwe* (cachimbo). Para completar este traje os homens usavam um *nikilempa* (cachecol) e um *kipatxi* (um lenço que se amarrava à cabeça por baixo do cofió ou por cima do *nikilempa*), um *unkufo* (colar fino de ouro, mais curto que o das mulheres) e um anel.

Vestir bem trazia prestígio e era um sinal poder e autoridade no seio da sociedade *emakhuwa* da ilha. Os homens vestiam-se assim quando tivessem que sair para fora de suas residências, quando estivessem em reuniões públicas, casamentos, celebrações diversas e visitas especiais.

Esta roupa (*maleia* e *tamwa-tamwa*) era geralmente confeccionada em tecido branco ou tecido claro às riscas. O *djaketa* (colete) porém podia ser em tons escuros ou misturados.

A roupa era adquirida na Índia e trazida à Ilha de Moçambique através de comerciantes indianos.

Apesar do traje de influência muçulmana estar profundamente enrraizada na comunidade da ilha, trajar bem hoje em dia, não é só usar *maleia*, *tamwa-tamwa* e *cofió*. Peças de origem europeia como o casaco, a gravata, as calças de muitas pinças e vincos, a camisa, as meias e os sapatos de couro, são trajes que se tornaram comuns. Naturalmente, embora estas roupas traduzam a posição social de um indivíduo, não são adequadas ao clima demasiado quente da Ilha.

[8] Referências espaço-temporais

Não se aplica.

[9] Componentes materiais associados

Cofió, tecidos, *malaia*, colete, cachecol, calções, *kilimpa*, fio de ouro, sapato, gravata, meias, calsas e camisa, linhas , máquina de cozer, fita métrica, botões, etc.

[10] Componentes imateriais associados

Conhecimentos e práticas associadas à religião muçulmana. O traje de influência muçulumana é geralmente usado em ocasiões especiais relacionadas com a prática religiosa.

[11] Transmissão, sucessão

A transmissão é feita dos velhos alfaiates para aprendizes. O distrito da Ilha possui hoje cerca de 25 alfaiates.

[12] Disseminação, divulgação

Se faz pela via convivência das comunidades no seu dia a dia.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade O valor que a comunidade da Ilha atribui a estes trajes é o valor identitário, pois apesar da introdução de novas maneiras de vestir, a *maláia*, o *cofió*, o *tamwa-tamwa* e *nikilempa* constituem hoje o modo de vestir característico da Ilha.
[2] Justificativa para inclusão no inventário O traje masculino da Ilha é um testemunho local da islamização na costa moçambicana.
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente Não há.
[4] Ameaças à continuidade da execução Não há.
[5] Ameaças à transmissão Não há.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados Não há.
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados Não há.
[8] Outras ameaças à viabilidade Não há.
[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados Perda de um dos elementos que identifica e constitui fonte de atração para os visitantes da Ilha de Moçambique.
[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática Fortalecimento de um dos traços da identidade da Ilha.
[11] Ações concorrentes à salvaguarda Não há.
[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.
[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.
[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Dauria Jamú
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1929
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Litine, Ilha de Moçambique
Posição na actividade: anciã da comunidade
Contacto: 826055992

Nome: Ancha Ali (Namamotinho)
Grupo etno-lingüístico: *Makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1952
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique, Macaribe
Posição na actividade: a*namalaka*
Contacto: 826134104

Nome: Hafiz Jamu
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 13/03/1973
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique, Quirahi
Posição na actividade: responsável das confrarias muçulmanas
Contacto: 826055992

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Fotos de Ernesto Matsinhe disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

Não há.

[5] Iconografia

Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis Não há.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Herminia Manuense, Josefina Salência, Sofia Cassimo, Sónia Lopes.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

EKIMAU, EKUWO

INDUMENTÁRIA FEMININA

Rapariga *makhuwa* de *isungui*.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Comunicação e expressão / indumentária

[3] Outros bens relevantes

Não há.

[4] Descrição

O traje feminino típico da Ilha é constituído por um *kimau*, actualmente um pouco mais largo e cumprido, cobrindo o tronco ate à cintura. Esta peça de vestuario perdeu, no entanto, um pouco da sua originalidade, sendo menos requintada e colorida do que como se apresentava no passado. Possui mangas três quartos, isto é, que vão ate à metade do antebraço, e um cumprimento que cobre até abaixo do umbigo. Possui costuras laterais e uma segunda abertura inferior, na direcção do umbigo, de formato triangular, que permite o seu uso.

O *kimau* é acompanhado por 3 a 5 capulanas amarradas à cintura. Neste conjunto de capulanas existe uma primeira designada *ntugudji* (a que fica por baixo de todas e que esta em contacto directo com a pele) sobre a qual se sobrepoem as outras 2 ou 3, restando a última para cobrir a cabeça, designada *nsungi*. Num passado mais recente, foi introduzido o lenço de cabeça que é do mesmo padrão da capulana e do kimau, formando um conjunto harmonioso. O uso desta quantidade de capulanas, servia para ampliar o volume do traseiro das mulheres, acentuando a linha de curvatura da cintura e realçar as ancas, daí o apelidar-se o andar das mulheres da Ilha, como sendo uma pose de peru.

Refira-se que a tradição da capulana está bastante enraizada na comunidade, onde as mulheres são as detentoras. A riqueza das mulheres se define não só pela quantidade de jóias que possui, mas, sobretudo pelo número de capulanas que elas adquirem e preservam, chegando a somar dezenas, senão centenas.

No uso do traje feminino, não se observam grandes diferenças entre crianças e adultos tanto nas cores como nos modelos. Apenas as mais novas apreciam mais capulanas leves e evitam a exagerada sobreposiçao, apreciada pelas adultas.

Um aspecto a destacar é o facto de atribuição de nomes próprios às capulanas, pela comunidade. Estes nomes relacionam-se com eventos importantes, objectos, datas comemorativas, personalidades e outros fenomenos registrados na memória colectiva dos residentes da Ilha, sendo por isso uma importante fonte de informação e de preservação da história local, como atestam os seguintes exemplos: *alokamasa obanku* (argamassa do banco); *okwiri wa Manema* (feitiço de *Manema*); *Acali aroho* (destino do coração); Victória, *Marupu watamu*, Matata (nome do Presidente do Município).

Alokamasa obanku – este nome foi atribuído em alusão à interdição por parte do governo colonial de circulação pelo passeio defronte ao banco (actual Banco Internacional de Moçambique – BIM) instituição localizada na Cidade de Pedra, área outrora principalmente habitada pelos portugueses.

Okwiri wa Manema **–** esta capulana reporta à história de uma velha e famosa feiticeira que fora surpreendida nas suas incursões nocturnas, por um poderoso contra-feitiço, que anulou todas as suas intenções, tendo ficado impossibilitada de se mover do local até ao raiar do sol, para espanto e alegria de toda a comunidade, que viu finalmente desmascarada aquela temível feiticeira.

Victória – nome atribuído a uma capulana após o registro de importantes mudanças na Ilha, com o aparecimento de motorizadas, numa altura em que os únicos meios de transporte eram os riquexós. As populações locais tomaram esse episódio como uma vic tória pelo facto da Ilha ter passado a possuir melhores meios de transporte.

Marupu watamu – trata-se de uma capulana que lembra a história de um casal, cuja mulher esfaqueou o marido, Adamu, por razões passionais, deixando-lhe com os intestinos de fora.

Matata - nome atribuído a uma capulana usada pelas mulheres da Ilha, após a victória de Matata nas eleições Municipais para Presidente do Município da Ilha de Moçambique.

Outros nomes são atribuídos fazendo alusão às figuras impressas nas capulanas, como é o caso de *namodji* (ovo), *nakhaka* (galinha do mato); *nikuruthu* (borboleta).

[5] Praticantes ou detentores

Os detentores desta prática são os *makhuwa nahara.*

[6] Forma de organização

Não se aplica.

[7] Origem, transformações e situação presente

No passado o *kimau*, que é uma uma blusa tipica de origem indiana, era de dimensões curtas, feito de um tecido grosso e axadrezado de nome *kisambi*. Possuia um decote arredondado (abertura superior), lindamente decorado por rendas e espiguilhas e linhas de cores garridas, condizentes com os tons da capulana. As mangas eram cumpridas e era usada por cima de uma combinação que cobria a região do abdomen. Por cima da combinação, na zona da cintura a mulher amarrava uma *ekuwo* (capulana). Depois, por cima do *kimau*, na zona do peito, amarrava-se uma segunda capulana com o auxilio de um *muntxu*, um cinto feito de veludo e ponteado de medalhas de prata. Este era o modo tradicional de vestir que dava a mulher classe e respeitabilidade.

O trajar ora descrito fazia parte do modo de vestir das mulheres quando tivessem uma saida, seja acompanhada pelo marido, amigas ou parentes. Juntava-se ao *kimau* um *insungui* (capulana leve, denominada *chache*, usada para cobrir a cabeça) e um conjunto de joias designadamente: *maluwatha* (pulseira do pé, grossa e bem trabalhada feita de prata); colar de ouro ou prata, pulseiras de ouro ou de prata, brincos de ouro ou de prata nas orelhas e no nariz.

No passado o recato que se exigia da mulher não prermitia a exposição do corpo, ficando fora apenas a cara, as mãos e os pés. Actualmente esse rigor no vestir ficou sobretudo preservado entre as *halifas* (mulheres dos *shehes*).

Com a independência nacional e as transformações sociais, econômicas e culturais que se seguiram, uma crise se instalou na região, afectando todo o sistema de trocas. A actividade comercial enfraqueceu e deu-se uma grande escassez de vestuário junto com as capulanas, tecidos e outros acessorios a que a populaçao estava habituada a utilizar. Este facto trouxe como consequência um esquecimento na produção deste tipo de traje (*kimau*) por parte

dos alfaiates, os principais costureitos da Ilha.

A materia prima para a confecção do *kimau* vinha da Índia através de comerciantes que se estabeleceram progressivamente na Ilha. As capulanas e outras peças de tecido usadas na confecção eram vendidas nas lojas locais, para onde se dirigiam as populações para a sua aquisição. Hoje em dia muitas dessas lojas deixaram de funcionar, emergiram novos comerciantes locais e o mercado informal passou a dominar, como no resto do país, grande parte do pequeno comércio.

Uma grande mudança também se constata ao nível da qualidade de produtos têxteis que ora são vendidos por esse grande número de comerciantes. Se antigamente era fácil adquirir um *kisambi* de qualidade, nos dias que correm, por causa da pirataria, e comum adquirir um falso *kisambi*, geralmente um tecido sintético.

A apropriação de novos modelos de vestir pelas populações se espelha na atribuição de nomes aos diferentes tipos de tecido. Por exemplo: *o kissambe*, capulana axadrezada de tecido grosso de algodão; *xaxe*, tecido leve e transparente, normalmente usada para cobrir a cabeça; *meia pano*, capulana já delimitada de tecido normal (nem leve e nem grosso), com desenhos de motivos diversos; *epathi*, capulada em tecido de casquinha estampada; *rupi*, capulana com barras.

[8] Referências espaço-temporais

Hoje em dia o *kimau* e visto como um traje de gala, e usado em ocasiões solenes como casamentos, cerimonias *osinkyia*, *wineliya*, nacimentos, recepções oficiais, etc.

[9] Componentes materiais associados

Capulana, rendas, espirguilhas, linhas coloridas, fitas.

[10] Componentes imateriais associados

Não há.

[11] Transmissão, sucessão

A transmissão se faz pelo ensino da tecnica de costura aos jovens filhos ou filhas.

[12] Disseminação, divulgação

A dissiminação desta moda de vestir se faz atraves do uso. A campanha promovida por algumas personalidades nacionais como o caso da esposa de Presidente da República tem promovido o uso do *kimau* e da capulana em cerimónias oficiais.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

A indumentária possui um valor importante na comunidade, pois é um elemento distintivo dos residentes da Ilha. O rigor na combinação de cores , principalmente garridas, o contraste entre tons rubros e luminosos como é o caso do amarelo, predominam nos tecidos usados na confecção de vestuário feminino da Ilha de Moçambique, aspecto peculiar do litoral de Moçambique como Cabo Delgado.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

A inclusão deste item nos bens inventariados prende-se com o facto desta tornar possível o registo de maneiras diferentes de trajar, típicas da comunidade da Ilha mais precisamente o vestir das mulheres.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

A nível nacional, o trajar feminino da região da Ilha de Moçambique e mais extensivamente do litoral Norte, tem atraído as atenções de estilistas nacionais, com reputação internacional constituindo, dessa maneira, um contributo importante de Moçambique para o mundo da moda internacional. Exemplo disso, é a participação de jovens estilistas em eventos internacionais, os eventos de promoção da moda moçambicana, O Moçambique Fashion Week (iniciativa levada a cabo por algumas empresas nacionais na promoçao da moda moçambicana com a participação de jovens estilistas nacionais e estrangeiros) e a iniciativa de Maria da Luz Guebuza, esposa do actual Presidente da Republica, no resgate, construção e disseminação da moda tipicamente moçambicana, através do uso da capulana e do *kimau*. Os visitantes da Ilha se interessam por este item. A maior parte dos turistas e visitantes nacionais e estrangeiros quando chegam à ilha procuram adquirir um *kimau*, que é encarado como uma lembrança tipica da Ilha de Moçlçambique.

[4] Ameaças à continuidade da execução

Sim. Por causa da globalização a maior parte dos jovens não usam o *kimau.*

[5] Ameaças à transmissão

Sim. Em virtude do baixo número de pessoas que sabem confeccionar o *kimau*.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

A baixa de qualidade dos mateirais afecta a produção e o gosto pelo *kimau*.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Não há.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Desaparecimento do *kimau* como iten tipico da indumentaria local.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Difusão do *kimau* pela ilha e pelo país; mais renda para alfaiates e modistas. Preservação da identidade da ilha e por extensão de Moçambique.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Promoção por parte de autoridades e estilistas.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Em vista do desaparecimento do *kimau*, recomenda-se a promoção de eventos de moda ao

nível local e regional com vistas a incentivar tanto antigos quanto jovens estilistas a contribuirem para a valorização deste item da indumentária feminina através de pesquisas e de projetos de desenho de moda.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Dauria Jamú
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1929
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Litine, Ilha de Moçambique
Posição na actividade: anciã da comunidade
Contacto: 826055992

Nome: Ancha Abudo (Ancha Cháfio)
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 26/05/1938
Localidade: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique , Macaribe
Posição na actividade: iniciada
Contacto:

Nome: Nita Ibraimo
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1940
Localidade: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique, Areal
Posição na actividade: anciã da comunidade
Contacto:

Nome: Mariamo Abacar Ali Sinalo
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1950

Localidade: Ilha de Moçambique, Nampula Residência: Ilha de Moçambique, Marangonha Posição na actividade: professora de profissão, *halifa* e juíza eleita. Contato:
[2] Documentação sonora e visual produzida em campo Não há.
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo Não há.
[4] Bibliografia Não há.
[5] Iconografia Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis Não há.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Herminia Manuense, Josefina Salência, Sofia Cassimo, Sonia Lopes.
[3] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[4] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

TUFU

Mulheres do grupo estrela vermelha dançando *tufu*[52]

Homens dançando *tufu*

[52] Foto: Ernesto Matsinhe, 2010.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações Não há.
[2] Domínio / tipo Comunicação e expressão / música, dança.
[3] Outros bens relevantes *Osynkiya*, *emwali*, *m'siro*, indumentária feminina.
[4] Descrição A palavra *tufu* parece derivar do termo árabe *ad-duff*, do qual foram formadas as palavras portuguesas adufe ou adufo, sinónimo de pandeiro, um instrumento musical unimembranófono de formato quadrado e munido de guizos, semelhante ao que é utilizado pelos *makhuwa nahara* nesta mesma dança, os batuques *bazuca*, *ngajiza*, *apústua*, e *duassi*[53]. Acredita-se que esse termo seja a versão *emakhuwa* de *ad-duff*[54]. Esta expressão cultural apresenta duas variantes, uma masculina e outra feminina, sendo esta última focalizada mias detidamente neste levantamento por ser a mais amplamente praticada em Omuhipiti. A execução por mulheres ocorre nas mais diversas ocasiões (casamentos, encerramento dos ritos *osinkiya*, *emwali*,[55] nascimentos, entre outras celebrações de carácter religioso ou não religioso). Nessa variante, os homens apenas participam como instrumentistas, tocadores de *kotxo-kotxo* (chocalhos de mão) e de batuques, localmente designados de *anatamboro*, onde '*ana*', na língua *emakhuwa*, é o prefixo indicativo de pessoa que faz algo, e *tamboro*, um empréstimo da palavra portuguesa 'tambor'. As executantes são dirigidas por uma mestra, que pode ser uma *halifa* (esposa de um *sheik*, figuras da hierarquia religiosa muçulmana), também designada rainha[56], ou raíce.

[53] TAMELE, Viriato e VILLANCULO, João, Algumas Danças Tradicionais da Zona Norte de Moçambique, Maputo, 2003, p.118.
[54] LUTERO, Martinho. e PEREIRA, Carlos Martins, citados por TAMELE, V. e VILANCULO, J. op.cit.p.51.
[55] Ver neste inventário as fichas relativas a esses ritos.
[56] Idem. p. 52.

Batuques *(anatamboro)* usados na dança *tufu*[57]

Ao se exibirem, as dançarinas (*anamwina*) apresentam-se em uniforme bastante rebuscado, com duas capulanas sobrepostas, amarradas à cintura, sendo uma comprida até aos pés e a outra, amarrada por cima, do busto até à altura dos joelhos. Mais recentemente esta segunda capulana pode também ser substituída por uma blusa confeccionada em tecido condizente com as cores e o padrão da outra capulana. Para além desta peça de roupa que é comum paras mulheres em Moçambique de um modo geral, e para as *makhuwa* em particular, as dançarinas amarram à cabeça um lenço da mesma cor e padrão que as capulanas e usam uma blusa de cor diferente a condizer. As cores escolhidas para o traje são geralmente quentes e garridas (amarelo, laranja ou vermelho), usadas muito especialmente em ocasiões solenes. No rosto, as *anamwina* apresentam-se maquilhadas, com a cara coberta de *m'siro*[58], os olhos pintados a lápis e os lábios, de batom. Para completar a indumentária elas adornam-se de colares, brincos e pulseiras feitas de missangas, prata ou mesmo de ouro.

Dançarinas *(anamwina)* de *tufu* em plena exibição[59]

A exibição da dança começa geralmente com o entoar de um canto por uma ou mais vozes femininas que logo são secundadas pelo coro das dançarinas. Depois, ouve-se o *kotxo-kotxo* imediatamente seguido pelo som dos batuques que juntam ritmo à dança. Assim, enquanto as mulheres cantam, elas executam movimentos lentos e sincronizados

[57] Foto: Célio Tiane, 2012.
[58] Ver neste inventário 'm'siro'.
[59] Fotos: Célio Tiane, 2012.

com os braços e os ombros. Movimentos igualmente pausados, elas realizam com as pernas, o tronco e a cintura, acompanhando o estilo, também lento das canções.

Dançarinas de *tufu (anamwina)* em plena exibição[60]

Uma característica dominante no *tufu* é a suavidade e a sensualidade imprimidas nos gestos e movimentos executados pelas *anamwina*. Tendo uma coreografia simples, as mulheres dançam geralmente posicionadas em semicírculo, ou então, formando uma ou mais fileiras paralelas. Em determinadas ocasiões, elas executam as danças sentadas ou de joelhos, movimentando o corpo apenas da cintura ou dos joelhos para cima, reflectindo ao ritmo dos batuques. Esta parte da dança exige das dançarinas não só graciosidade, mas sobretudo muita energia e flexibilidade.

Dançarinas de *tufu (anamwina)* em plena actuação, sobressaindo a flexibilidade que se lhes impõem[61]

As canções retratam o quotidiano da vida das comunidades da Ilha, com seus problemas, seus sucessos e decepções, suas alegrias e tristezas. Elas possuem um conteúdo bastante abrangente, revelando os variadíssimos aspectos da história local, informando sobre factos e acontecimentos de interesse local ou nacional, sendo crítico face a situações, coisas ou pessoas, educativo quanto, por exemplo, a questões de atitude e comportamento ligados ao HIV/SIDA, exortativo, no sentido de levar as pessoas a tomar um determinado proceder e reflectindo, por vezes, o grande sentido de humor que é próprio dos *makhuwa*.

[60] Fotos: Ernesto Matsinhe e António Arantes, 2009/2010.
[61] Fotos: Célio Tiane, 2012.

[5] Praticantes ou detentores

Grupo etno-linguístico *makhuwa* em geral.

[6] Forma de organização

Existem em Omuhipiti vários grupos de *tufu*. Normalmente são compostos por 21 (vinte e uma) mulheres e 9 (nove) homens, totalizando 30 (trinta) pessoas. À frente de cada grupo encontra-se uma rainha que assume a responsabilidade de coordenar as atividades do grupo. Esta rainha é escolhida tendo em conta seu dinamismo e competência na organização do grupo, bem como pela graciosidade e a beleza das linhas do rosto e do corpo, capazes de simbolizar a feminidade da mulher *makhuwa*.

Os *anatamboro* são os instrumentistas. São reconhecidos pela sua mestria no tocar. Eles passaram pelos ritos de iniciação e cursaram a madraça (escola alcorânica), conferindo-lhes isso um lugar respeitável dentro da comunidade.

Nestes lugares de formação ocorre igualmente a transmissão de conhecimentos sobre o *tufu* (dança, música, composição das letras), onde o domínio da grafia árabe permitia a escrita de textos em *emakhuwa*. Mas estes não são os únicos lugares que assumem papel importante na transmissão desta forma de expressão. Os grupos formam associações ou 'clubes', onde os membros assumem os diversos compromissos da agremiação, visando não só à promoção da dança como também dos indivíduos. Estes clubes constituem assim uma base de entreajuda aos seus membros, que podem contar com um apoio certo na resolução de seus problemas.

[7] Origem, transformações e situação presente

O *tufu* é uma dança de origem árabe, ligada à religião muçulmana. Sua prática em Moçambique remonta à chegada de povos árabes na costa Norte por volta do século X. Ela tornou-se vulgar no litoral das províncias de Cabo Delgado, Nampula, e parte da Zambézia. Na cidade de Maputo, o *tufu* é, igualmente, praticado por migrantes Makhuwa que residem no bairro da Mafalala.

Distinguem-se na história desta dança três momentos importantes. O primeiro, quando era praticada apenas por homens pertencentes a várias irmandades islâmicas, que se reuniam para dançar, numa forma de agradecimento a Deus e manifestação de alegria, pelas coisas belas que ele concedeu ao mundo. A dança procura exaltar essa beleza também expressa na apresentação e postura dos dançarinos. Hoje em dia há apenas um grupo de tufu masculino. O segundo, em que as mulheres, esposas dos representantes e membros dessas irmandades, passaram a tomar parte na dança, reunindo-se regularmente para essa prática.

Homens dançando *tufu*[62]

Um aspecto importante a destacar nestes dois momentos é a interdição que em idos tempos era feita aos homens de assistirem às exibições femininas, do mesmo modo que era interditada a presença de mulheres nas exibições masculinas, no período em que o *tufu* era apenas executado por homens. Era motivo desta restrição o facto de se considerar imoral que um homem assistisse à *performance* de uma mulher que não fosse a sua esposa.

Com efeito, em muitas comunidades do litoral Norte do país e de forte influência muçulmana, os indivíduos são, desde muito jovens (cerca de doze anos de idade) submetidos a duas instituições preponderantes: (a) os ritos de iniciação (masculina ou feminina), durante os quais são transmitidos valores culturais que orientarão suas vidam como adultos; (b) as madraças onde uma educação religiosa mais formal visa o ensino do Alcorão (leitura e escrita na língua e grafia árabes) e a transmissão de princípios e doutrinas muçulmanas, com forte impacto na vida dos indivíduos e famílias.

Nos dois primeiros momentos da história do *tufu*, o mesmo era ensinado nas madraças e, com recurso aos cânticos, eram transmitidas doutrinas a homens e mulheres. A letra dos cânticos era basicamente extraída do Alcorão. Todavia, com o tempo, a letra passou, gradualmente, a incorporar valores étnicos próprios da comunidade *nahara* à qual pertenciam os estudantes. Desse modo, os conteúdos dos cânticos, saíram da esfera meramente religiosa, para a esfera do quotidiano e do social.

Os encontros organizados para a prática da dança eram naquela altura – como são hoje - ocasiões privilegiadas de troca de ideias sobre os problemas que afectavam as mulheres em particular, e as comunidades como um todo. Elas discutiam e apontavam estratégias para a solução ou mitigação dos mesmos. Assim estes lugares de recreação desempenhavam um papel fundamental nos esforços de coesão social onde a mulher tomava uma parte activa.

O terceiro momento deste processo refere-se a um período relativamente mais recente, os últimos 40 ou 50 anos. As restrições à presença de homens na dança foram sendo abandonadas e estes não só passaram a integrar os grupos de tufu como *anatambore* (tamborileiros ou batuqueiros) como, também, passaram a fazer parte da assistência. As mulheres foram progressivamente deixando-se ver e os homens passaram a assisti-las,

[62] Fotos: Ernesto Matsinhe, 2011.

quer fossem seus maridos, quer não.

Várias outras mudanças tiveram lugar neste momento, com a aprendizagem do *tufu* fora do espaço das madraças e a intervenção dos clubes na promoção da dança e de acções de entreajuda aos seus membros, para além do papel que ela passa a desempenhar na educação comunitária a vários níveis quer seja político, social, económico e religioso. Os temas tratados no canto são escolhidos do quotidiano das comunidades. Através deste canto se desenvolve numa espécie de diálogo entre a solista ou solistas e o coro, que atraem as atenções do público para o conteúdo da mensagem transmitida, importante para a relação que se estabelece entre este e os executantes. A solista pode improvisar comentários (cantados) dirigidos ao público presente.

[8] Referências espaço-temporais

Esta prática é realizada em eventos sociais festivos da comunidade muçulmana, sejam eles religiosos ou não. Um desses importantes momentos é o aparecimento da lua nova. Quando isso acontece, os grupos exibem-se em grande festa.

Outro momento muito especial é aquele que se dá, por norma, 1 ou 2 meses antes do início do Ramadão (nono mês do ano maometano, consagrado ao jejum), quando os diferentes grupos, quer sejam locais, regionais ou mesmo internacionais juntam-se para uma grande conferencia/festival denominada de Karama.

Karama é uma conferência com caracter demonstrativo entre os diferentes grupos de *tufu* da mesma denominação. Esta mesma conferência começa com um encontro entre as líderes dos grupos, para discutir aspectos organizativos ligados à prática do *tufu*, bem como aspectos do conteúdo e da estética, mostrando preocupação pela originalidade das apresentações (coreografia, a letra e a música) e combinação indumentária. É com base nesses pressupostos que é feita a avaliação dos grupos participantes. A demonstracao é precedida de uma oração feita por uma *halifa* que assume o papel de conselheira e ensina as novas gerações aspectos ligados à religião muçulmana, bem como dirige as orações para as mulheres, para que a festival e o Ramadão corram da melhor forma para as dançarinas e as demais participantes.

[9] Componentes materiais associados

Indumentária:

- Capulanas;

- Blusas coloridas, podendo ser feitas com capulana;

- Lenços do mesmo padrão que as capulanas;

- *M'siro* (creme natural de beleza produzido a partir de uma planta local);

- Colares, brincos e pulseiras;

- Lápis de sombra, batom.

Instrumentos musicais:

- *Kupura* (o maior tambor do conjunto);

- *Kajiza* (tambor tamanho médio);

- *Cundju* ou *txundju* (tambor mais pequeno);

- *Opatha* (instrumento de ferro de forma cilíndrica);

- *Tapusta* (batuque pequeno de forma pentagonal).

Textos escritos em árabe.

[10] Componentes imateriais associados

- Ser muçulmano, ter frequentado a madraça e conhecer o *duhan*;

- Conhecimento do Alcorão;

- Canções (a língua usada na composição das letras das musicas, que na maior parte das vezes tem origem no Alcorão).

[11] Transmissão, sucessão

Para os *anatamboro*, a transmissão se processa dentro da comunidade religiosa de mestres para formandos ou entre as mulheres, de *halifa*s e *raíce*s para as restantes mulheres da comunidade muçulmana.

[12] Disseminação, divulgação

O *tufu* é geralmente apresentado em diversos momentos ou cerimónias desta comunidade. A sua apresentação em momentos festivos fora do calendário de realizações religiosas, tem permitido a sua difusão junto de comunidades as mais diversas.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

Esta prática é de elevado valor social e simbólico, pois com base nela são transmitidos e exaltados os valores da comunidade *Makhuwa*. Os grupos de *tufu* conservam os fundamentos de compromisso das irmandades, sendo que o espírito de entreajuda e cooperação entre os seus membros constitui a base da sua existência.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

Esta prática se destaca em *Omuhipiti* enquanto instrumento de inserção social através de processos de inculturação, de companheirismo, entreajuda comunitária, permitindo a formação da personalidade e o aumento da autoestima na comunidade.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

Seu valor se estende por toda a zona norte do país com maior incidência para o litoral. Porém, não é exclusiva desta parte de Moçambique, pois pode ser encontrada em quase todo país, sobretudo lá onde existe uma comunidade muçulmana. As comunidades consideram o *tufu* um factor de unidade sóciocultural e um recurso económico.

[4] Ameaças à continuidade e à transmissão

Não se observaram ameaças á continuidade da prática ou da transmissão desta expressão cultural.

[5] Ameaças aos componentes materiais associados

A maioria dos instrumentos musicais desta dança-canto é feita com base na madeira (*chanfuta* e *umbila*) e pele de certos animais cuja presença na Ilha de Moçambique e regiões circunvizinhas tornou-se muito escassa. Por outro lado, a prática do *tufu* requer um

investimento em termos de indumentária, sendo este um aspecto importante na sua prática. No entanto, o baixo nível de rendimentos de muitas famílias não permite a satisfação deste requisito. Esses dois fatores redundam no emprobrecimento das indumentárias e em menor qualidade dos instrumentos musicais.

[6] Ameaças aos componentes imateriais associados

As letras das canções do *tufu* são, na sua maioria, escritas em árabe e com base no Alcorão. Contudo, algumas canções (muito poucas) são escritas na língua *emakhuwa* devido ao número ínfimo de mulheres que sabem ler e escrever naquela língua, usando a grafia árabe. Esse facto ocorre apesar de 95% da população ser *emakhuwa*. Actualmente, os jovens vão pouco às madraças onde poderiam aprender a ler e escrever árabe.

[7] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[8] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Com o enfraquecimento desta prática muitos valores correm o risco de se perder, com consequências negativas daí resultantes uma vez que a letra do *tufu* tem um carácter educativo, participando da formação dos indivíduos no seio da comunidade *nahara*. Além disso, a prátia do tufu é um fator iportante no fortalecimento da sociabilidade entre as mulheres Nahara.

[9] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Esta prática participa da integração social dos indivíduos nesta comunidade, estimula a coesão social através da transmissão e partilha de conhecimentos nas mais diferentes áreas da vida (saúde, medicina, educação, literatura oral**).**

[10] Ações concorrentes à salvaguarda

Promoção pelo poder público da prática sistemática da dança no quadro dos eventos ligados à vida da comunidade e em festivais de cultura de âmbito regional ou nacional.

[11] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Ensino da escrita do *emakhuwa* com vistas não só a preservar o conteúdo das canções como também estimular a criatividade das artistas.

Formulação de um plano estratégico com vista a assegurar a sustentabilidade dos grupos, com ênfase para a aquisição e conservação dos instrumentos, indumentária adequada.

[12] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

A realização de estudos aprofundados sobre a dimensão histórica, social e cultural do *tufu*. Proceder à documentação sistemática desta manifestação.

[13] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Sim. Recomenda-se a inclusão do *tufu* na Lista Representativa do Património Imaterial por ser uma prática que participa da identidade dos *makhuwa* e assume um papel preponderante na vida das comunidades, como instrumento de informação e educação dos indivíduos. O *tufu* participa igualmente da coesão social e da salvaguarda de valores culturais que moldam a sociedade e possui projeção nacional em Moçambique.

[14] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não, não se recomenda a sua inclusão na Lista do Património Cultural Imaterial que necessite de protecção urgente, pelo facto da mesma ser de uma prática regular, que se encontra largamente difundida. Não corre perigo ou ameaça de extinção.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Grupo Estrela Vermelha e Janifa.

[2] Documentos oficiais e legislação

Nada a declarar.

[3] Documentação sonora e visual

DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[4] Objetos ou coleções

Não há.

[5] Iconografia

Nada a declarar.

[6] Cartografia

Não se aplica.

[7] Coleções ou documentos existentes em outros países, sobretudo os vizinhos.
Sem informação.

[8] Bibliografia

DIAS, Margot. Instrumentos musicais de Moçambique. Lisboa 1986.

TAMELE, Viriato e VILLANCULO, João. Algumas Danças Tradicionais da Zona Norte de Moçambique. Maputo: ARPAC, 2003.

[9] Anexos

Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado

Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores reuniu-se oficialmente com representantes da comunidade para informá-los sobre os objectivos do projeto e obter o consentimento para a sua realização.

Ao longo dos trabalhos, reiterou-se também a cada entrevistado os objetivos da investigação e a possibilidade de divulgar os seus resultados. Ao concordarem em conceder entrevista, esses indivíduos manifestaram também, individualmente, sua concordância com esses procedimentos.
[2] Data do trabalho de campo 3 a 13 de Julho de 2009, 24 de Abril a 6 de Maio de 2010 e 26 de Abril a 02 de Maio de 2012.
[3] Autoria do texto Luís Meno, Brazão Catopola, Bernadino Quiane, Hermínia Manuense, Elídio Langa.
[4] Responsável pelo inventário António A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (Director Geral do ARPAC).

3. Conhecimentos e técnicas artesanais

CONSTRUÇÃO DE RIQUEXÓS

Foto de Antonio A. Arantes

Autoria não identificada

Autoria não identificada

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Eriquexó.

[2] Domínio / tipo

Conhecimentos e técnicas artesanais / Carpintaria

[3] Outros bens inventariados relevantes

Não há.

[4] Descrição

O riquexó é um meio de transporte ou veículo de tração humana, em que uma pessoa, a pé, puxa uma carroça de duas rodas, com um ou mais bancos para acomodar os passageiros, muitas vezes utilizado por aluguer (Wikipedia).

Na construção do riquexó utilizado na Ilha de Moçambique, verifica-se uma associação de materiais locais desde a madeira do tipo *m'bila* (umbíla), *mukurussi* (pau-ferro), *m'lope* ou mulope e *mokho*, adquiridos na parte continental da Ilha, mais precisamente, em Nampula, Malema e Ribáuè. São acrescidas duas jantes de metal de bicicletas ou motorizadas e os respectivos pneus de borracha, molas, ferro, além de pele de animais, napa e esponja para estofamento dos assentos.

O processo de fabrico do riquexó resulta da associação de conhecimentos e actividades inter-ligadas, nomeadamente a carpintaria, a serralharia e a estufaria. Todavia, todo processo é dirigido pelo carpinteiro. Após aquisição da madeira, o carpinteiro orienta o serralheiro a construir a estrutura de ferro que vai suportar a madeira e a cortar os pregos na medida precisa. Usava-se, normalmente, ferro de zincada ou os de construção civil. Feita a armadura, procede-se a construção do tabuleiro com umbíla ou mokho que é a base do riquexó e serve de suporte dos bancos e pés dos passageiros.

Em simultâneo, o carpinteiro prepara o *m'lope* ou mulope (madeira flexível) usada para cobrir as partes laterais do riquexó. O *m'lope* é aquecido no lume do carvão vegetal ou lenha por 20 ou 30 minutos, técnica que visa torná-la mais flexível. Assim, com as mãos, o carpinteiro vai dobrando o *m'lope* no formato pretendido e, seguidamente, faz-se o levantamento da cabine montando as peças do *m'lope* na estrutura metálica, culminando com o banco. Este é estufado com esponja e napa ou pele de animais (boi, leopardo, leão, etc.). Todos componentes são fixados através de pregos. Antigamente usavam-se pregos de cobre por serem mais resistentes à salinidade. A construção termina com a montagem das rodas e envernizamento ou pintura da madeira para conferir beleza.

Refira-se que a construção de um riquexó pode durar 90 a 120 dias, dependendo da disponibilidade do material e empenho dos envolvidos na actividade. Como foi referido, o riquexó é movido por um homem que, posicionando-se na parte frontal, agarra duas madeiras, com diametro relativamente reduzido, de modo que possam caber na sua mão e que partem do tabuleiro. Este andava pela Ilha à procura de clientes, gritando insistentemente eriquexó, eriquexó. Os passageiros pagavam pelos serviços de transporte algum dinheiro ao puxador de riquexó que, por sua vez, encaminhavam aos proprietários, na sua maioria baneanes (indivíduos de origem indiana). Com efeito, os nativos trabalhavam como assalariados, auferindo, no final do mês, uma remuneração.

O trabalho de puxar o riquexó é árduo e exige muita força e resitência física. Porém, os nativos preferem ser puxadores a submeterem-se à condição de criados domésticos visto que não tem que estar quase todo o dia presos em casa do patrão. Esse trabalho lhes dá uma sensação de alguma liberdade (Coelho, 1966).

Servir-se do riquexó era um acto de prestígio reservado aos mais afortunados. Efectivamente, para os utilizadores, dava uma sensação de grandeza e superioridade, pelo que em dias festivos as crianças não prescindiam de usá-los. Todavia, alguns viam na prática uma situação degradante e pouco dignificante para o homem. A este propósito, um dos nossos interlocutores referiu que mesmo sendo criança na altura, não sentia-se bem ao subir o riquexó por este ser puxado a pé por um homem.

[5] Praticantes ou detentores

Os puxadores de requixó eram do grupo etnolinguístico emakhuwa, enquanto seus proprietários eram baneanes.

[6] Forma de organização

No período áureo, entre os finais de século XVIII e princípios do XIX, altura em que a cidade de pedra expande-se e há aumento da população, a actividade era organizada por privados, a título individual. Alguns proprietários tinham 3, 4 ou mais riquexós que os dividiam por igual número de puxadores.

[7] Origem, transformações e situação presente

O continente asiático, mais concretamente a Índia, é apontado como o ponto de origem do riquexó. Todavia, essas carroças, conhecidas como "vinagretes" por causa de sua semelhança com os carrinhos de mão de produtores de vinagre, foram utilizados nas estradas de Paris nos séculos XVII e XVIII. No entanto, algumas fontes referem que este transporte surgiu no Japão por volta de 1868, no início da Restauração Meiji (Wikipedia).

A incerteza quanto à origem do riquexó estende-se à identificação do seu inventor. Com efeito, algumas fontes citam o ferreiro estadunidense Albert Tolman, como o criador do *riquixá* (riquexó) por volta do ano de 1848 em Worcester (Massachusetts). Outros afirmam que Jonathan Scobie (ou W. Goble), um estadunidense missionário para o Japão, inventou riquexós por volta de 1869 para transportar sua esposa inválida pelas estradas de Yokohama. Alguns, ainda, apontam um pastor evangélico americano como o projectista do *riquexá*, em 1888. Todavia, fontes japonesas frequentemente creditam Izumi Yosuke, Suzuki Tokujiro, e Takayama Kosuke, como inventores dos riquexós em 1868, inspirados nas carruagens de cavalos que tinham sido introduzidas nas estradas de Tóquio, pouco antes (Idem).

Nesse contexto, acredita-se que os primeiros riquexós apareceram na Índia, por volta de 1880, em Simla e, 20 anos mais tarde, em Calcutá. Foram utilizados inicialmente por comerciantes chineses para o transporte de mercadorias. Em 1914 os chineses requisitaram uma permissão para utilizar riquexós para transporte de passageiros. Pouco depois, os riquexós apareceram em muitas das grandes cidades do sudeste asiático (Idem).

Em Moçambique, os riquexós foram introduzidos no âmbito das viagens dos mercadores asiáticos. De acordo com as fontes orais, presume-se que tenham chegado a Nampula pela mão de hindús ou baneanes (comerciantes árabes e indianos), dois ou três riquexós. Com a chegada e fixação dos portugueses, o Governo colonial massificou o seu uso como meio de transporte, na Ilha de Moçambique, entre 1500 e 1686, pois, de acordo com o Relatório da Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique 1982-85, também conhecido como

livro azul, foi durante este perído que se inciou com a formação da cidade.

Numa primeira fase, os riquexós eram construídos nas oficinas do exército português, em Nampula. Foi nestas que, aos nativos, foi transmitido o conhecimento e técnicas para a construção dos mesmos. Posteriormente, passaram a ser construídos em oficinas de nativos na Ilha de Moçambique. Todavia, a matéria-prima vinha de Nampula, Malema e Ribaué. A abertura destas oficinas aumentou, consideravelmente, o número de riquexós, chegando à dezenas.

O riquexó era usado como meio de transporte de passageiros, no interior da Ilha de Moçambique, onde os utentes pagavam certo valor monetário por cada deslocação. Constatada a sua utilidade, passaram, também, a ser usados como meio de transporte de mercadorias.

Alguns relatos locais referem que algumas empresas adoptaram o riquexó como meio de transporte para os seus trabalhadores, caso do Banco Nacional Ultramarino (BNU)

A quando da Independência de Moçambique, em 1975, o Governo moçambicano interditou a actividade de riquexó, pois, contrariava a ideologia e directrizes políticas de então. Deste modo, esta actividade e todos os conhecimentos e técnicas a ele associados entram em declínio. Actualmente, já não se fabricam riquexós na Ilha de Moçambique e, os conhecedores desta técnica quase que não existem. Ademais, não existe um único riquexó em circulação, podendo somente ser vistos alguns exemplares no museu da Ilha.

Todavia, existem algumas iniciativas de agentes económicos locais em revitalizarem esta prática. Efectivamente, foi possível observar 3 riquexós movidos a pedal, importados da Índia, mas que não estão em circulação.

[5] Referências espaço-temporais

Esta actividade era realizada nas oficinas de serralharia, sempre que houvesse alguma solicitação pelos clientes e público em geral. Depois da Independência, entre os anos de 1976/77, foi abolida.

[6] Componentes materiais associados

Dos componentes materiais associados a prática destacam-se variadas madeiras como a *m'bila* (umbíla), *mukurussi* (pau-ferro), *m'lope* ou mulope e *mokho*. Além destes, temos o ferro, pneu de borracha, jantes e molas metálicas, napa, peles de animais, esponja, pregos, verniz e tinta.

[7] Componentes imateriais associados

Domínio das técnicas de fabricação encontra-se entre os integrantes do grupo etnolinguístico emakhuwa, na Ilha de Moçambique e zonas circunvizinhas. O acesso é livre, mediante aprendizado.

[8] Transmissão, sucessão

Os conhecimentos relativos a prática de construção do riquexó podem ser transmitidos a qualquer indivíduo que se mostre interessado pela actividade. Este ocorre por um processo de aprendizado suportado pela observação directa e participação. Numa primeira fase, este processo ocorreu nas oficinas do exército português e era direccionado aos nativos. Posteriormente, a transmissão passou ao contexto familiar, onde os pais ensinavam aos filhos de modo que estes garantissem a continuidade da actividade. Em simultâneo, eram ensinados a outras pessoas da comunidade. De facto, muitos pais, de acordo com fontes orais, levavam os seus filhos ás carpintarias para que aprendessem este conhecimento e

técnicas, passando o processo de mestre para aprendiz.

Ainda relacionado à transmissão, importa referir que não existe nenhuma interdição costumeira a ela relacionada. De igual modo, não se faz menção a questões relativas a direitos intelectuais. No entanto, pela ideologia política assumida após a independência em 1975, o exercício desta actividade foi interditado.

[9] Disseminação, divulgação

A disseminação desta prática ocorreu por intercâmbios culturais e pela comercialização, a escala local, regional e internacional. A extinção foi depois de 1975, pelo que actualmente na Ilha de Moçambique ela está na memória.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

Na perspectiva da comunidade, o riquexó ainda é considerado um meio de transporte essencial no seu quotidiano. Além disso, é fonte de rendimento, para os proprietários e puxadores.

Também contribui para um uso racional e sustentável dos recursos porque os fabricantes usam madeiras específicas como o m'lope e umbíla que os recomendam aos madeireiros. Estes últimos têm conhecimentos sobre a flora e distinguem as melhores árvores que fornecem a madeira solicitada bem como a fase de crescimento ideal para o seu abate, evitando o corte prematuro das mesmas.

Transmitia um sentimento de liberdade na medida em que os nativos sentiam-se mais soltos e autónomos quando comparada esta prática ao trabalho doméstico.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

Jusifica-se por ter sido um meio de transporte característico da Ilha, e ainda referido como opção adequada às dimensões e forma de ocupação do sítio, desde que a força motriz humana fosse evidentemente substituída por força mecânica.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

A nível regional e nacional, o riquexó é imbuído de um valor histórico, pois, testemunha o forte intercâmbio cultural entre diferentes povos que se encontra na base da formação cultural da Ilha.

[4] Ameaças à continuidade da execução

Não há ameaças porque actualmente esta é uma prática que permanece apenas na memória.

[5] Ameaças à transmissão

Não há.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Não há.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Não há.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Apesar de ser uma actividade que não está a ser praticada existem algumas ameaças à sua viabilidade na medida em que é encarado como trabalho pouco edificante para o homem e, acima de tudo, árduo e penoso. Neste contexto é associado à exploração do homem. Acrescenta-se a carência e altos custos da matéria-prima bem como a degradação progressiva das vias de acesso que dificultam a circulação de transportes.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Não se aplica.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Alternativa viável de geração de emprego e renda, desde que seja adequadamente implementada.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Há pretenção do Governo local e outros organismos privados em revitalizar o riquexó em interface com o turísmo.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Substituição da força motriz humana.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

É recomendável medida oficial de salvaguarda por parte do Governo Moçambicano. Em vários países esta atividade ressurge como atracção turística de destaque e mesmo no uso quotidiano, situações em que se utiliza força mecânica. Nesses contextos a atividade pode contribuir para a obtenção de receitas, como uma forma de "táxi ecológico", ou seja, um meio de transporte ecologicamente correto. Além de ser uma alternativa de emprego e renda em interface com outras actividades, possibilita ao passageiro uma experiência urbana totalmente diferente e de preço acessível a muitas camadas sociais.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Momade Salimo (Babuchale)
Grupo etno-lingüístico:

Sexo: masculino
Data de nascimento:
Localidade:
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: fabricante (mestre)
Contacto:

Nome: Salimo Adamugy (Chale)
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Localidade:
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: carpinteiro e responsável por uma carpintaria
Contacto:

Nome: Momade Gulamo Issufo
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Localidade:
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: comerciante e proprietário de riquexós movidos a pedal.
Contacto:

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

ADAMUGY, Salimo. Salimo Adamugy: depoimento [abril. 2010]. Entrevistador: Célio Tiane. Ilha de Moçambique: ARPAC, 2010. 1 cassete sonora (lado B). Entrevista concedida ao Projecto IPCIM.

ISSUFO, Momade Gulamo. Momade Gulamo Issufo: depoimento [abril. 2010]. Entrevistador: Célio Tiane. Ilha de Moçambique: ARPAC, 2010. 1 cassete sonora (lado A). Entrevista concedida ao Projecto IPCIM.

Fotos de Ernesto Matsinhe disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Enxo (um machado pequeno, de fabrico local, utilizado no tratamento da madeira).

Plainas convencional e tradicional (que servem para alisar a madeira).

[4] Bibliografia

COELHO, Maria Isabel Hermínia Monteiro; A Ilha de Moçambique. Dissertação de Licenciatura em Geografia. Lisboa, 1966.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA; Ilha de Moçambique. Relatório 1982 – 85. Moçambique.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo-riquixca; acessado a 15 de Abril de 2010.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Riquixa; acessado a 15 de Abril de 2010.

[5] Iconografia

LOUREIRO, João M. "Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo". 2ª Edição, 2005. 4 fotografias.
[6] Plantas, mapas e croquis Não se aplica.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[2] Autoria do texto Célio Tiane, Fernando Manjate.
[3] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[4] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

CONSTRUÇÃO NAVAL

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Conhecimentos e técnicas artesanais / carpintaria, marcenaria

[3] Outros bens relevantes

Não há.

[4] Descrição

A construção naval é uma actividade de vital importância para o sector pesqueiro, este último considerado primordial nas estratégias de sobrevivência e nos meios de vida da população actual da Ilha de Moçambique. Esta consiste na confecção, conservação e reparação de embarcações tanto de peça única, denominadas canoas ou *ekalawa*, de vela, denominada *ekalawa ya ntanga*, como a motor, conhecida por *showiyo*.

A produção dos barcos de peça única é relativamente fácil e é executada com base no tronco de uma árvore, que pode ser cajueiro ou mangueira. É retirada a casca e depois escavado. Pode ter cerca de 4 a 5 metros de comprimento, e é usado sobretudo para pesca miúda, próximo à praia ou nos rios.

O barco a vela é mais complexo. Exige um conhecimento apurado sobre a flutuação dos materiais e consiste de uma costura de madeira. No fundamental, coloca-se a quilha, geralmente de pau-ferro, sobre a qual assenta a estrutura. Acima da quilha, é costurada a caverna, com base em *jambire* e *m'bila*. Estas peças são tratadas de tal modo a possuirem a forma concâva, justamente aquela que uma embarcação de fabrico artesanal apresenta. Sobre esta madeira, são atravessados bambús (*milanze*) na parte externa e pregadas, construindo-se desse modo a caverna.

Após a colocação dos bambús, esta estrutura é revestida de madeira, isto é, as perchas, que podem ser de *m'bila*. O tipo de madeira não importa tanto para as perchas, desde que seja uma madeira flexível. Entre as ligações das perchas, faz-se a calafetação, isto é, o encheramento das fendas entre as madeiras. Isto é feito através de algodão, e passa-se em seguida, uma massa resultante da mistura de tinta e cal. Para o acabamento, a embarcação é pintada com uma tinta de óleo, misturada com gasolina ou diesel.

O barco a motor é semelhante ao de vela. A única diferença reside no aspecto da proa. Enquanto a embarcação a vela tem uma proa mais achatada, o de motor tem-na mais aberta, precisamente para facilitar a colocação do motor. Em termos gerais, aqui termina o trabalho do carpinteiro naval. Pois em seguida este é colocado no mar. Aliás, na maioria das vezes, a calafateação e pintura, isto é, os acabamentos, não são da alçada do carpinteiro, mas sim de outro grupo de profissionais, que se especializam na realização de pequenos trabalhos de concerto.

[5] Praticantes ou detentores

A construção naval é uma actividade praticada por especialistas. No caso da Ilha de Moçambique foram identificados poucos carpinteiros, sendo de destacar Momade Salimo (Babu Chale) e Assane Amisse.

[6] Forma de organização

Não foi identificada nenhuma forma de organização de carpinteiros navais. Cada um trabalha por conta própria, mediante a solicitação dos seus serviços pelo eventual proprietário da embarcação. Sobre este aspecto, Assane Amisse disse que houve, há cerca de 10 anos atrás, a idéia de constituição de uma associação de carpinteiros navais do distrito da Ilha de Moçambique. Era um grupo de oito mestres/carpinteiros em todo o distrito. Porém, a idéia não avançou, segundo ele, porque não houve apoio suficiente por parte dos promotores da iniciativa, que não eram os carpinteiros. Assim, os oito membros dispersaram-se.

[7] Origem, transformações e situação presente

A Ilha de Moçambique, devido à sua localização, constitui um ponto privilegiado de contacto entre o mar e a costa. Assim, revela-se como um estratégico local de desembarque e de reabastecimento. Os dados existentes apontam para o florescimento da nevegação no Índico, pelos árabes, por volta dos séculos VII/VIII.

Desde este período, o comércio marítimo continuou a florescer, tendo a Ilha se tornado num dos entrepostos comerciais do Índico, sob a influência árabe. Neste período, foram estabelecidos estaleiros de reparação e manutenção de embarcações. Este sector de actividade teve uma continuidade ininterrupta, pelo menos até a abertura do Porto de Nacala em 1951.

Durante o período do capital mercantíl árabe e no período de dominação colonial portuguesa, este sector atingiu um grau de profissionalização excelente, com uma notável qualidade de execução. Contudo, a carpintaria naval tradicional também existia, diga-se, em paralelo com os estaleiros coloniais.

A respeito das embarcações de carís marcadamente tradicional, Charifo Arabia referiu que antes do aparecimento das canoas de peça única, os pescadores usavam cascas de troncos de arvóres, que eram postas de molho durante algum tempo. Depois se amarrava nas extremidades da casca com uma linha suficiente forte. Quando estivesse pronta se punha no rio a nevegar, com o auxilio de um remo. Esta tecnologia foi abandonada, e não teve muita expressão por causa da precaridade da embarcação.

De acordo com Babu Chale, a produção de lanchas, do modelo de algumas embarcações presentes na Ilha foi introduzida pelos árabes e indianos, e mais tarde, a técnica foi desenvolvida na Ilha.

Refira-se que, durante a era colonial, a Ilha de Moçamique não possuia carpinteiros navais naturais da parte insular. Parte dos que existiam eram oriundos das regiões circunvizinhas como Lunga, Cabaceiras grande e pequena e Mossuríl que migraram e se fixaram na Ilha. Este cenário era explicado pelo facto de os residentes estarem vinculados a outros sectores de actividade, empregando-se nas lojas dos *baneanes*, nos quintais (ver ficha 001-07-01-03, neste inventário), nas obras de construção, nas empresas do grupo João Ferreira dos Santos (JFS) e na administração colonial.

Após a independência, em 1975, parte da população assalariada que trabalhava para a estrutura localmente montada ficou desempregada, sem muitas alternativas para sobrevivência devido às condições naturais da parte insular do Distrito da Ilha. Esse facto, de certa maneira, conduziu as pessoas para o sector de pescas, e assim, houve uma demanda acrescida sobre os serviços prestados pelos carpinteiros navais.

Assim começava uma nova era que se viu impulsionada com a eclosão da guerra civil. Contudo, a presença de construtores navais na Ilha tornou-se progressivamente marginal,

sendo a maioria dos actuais executantes oriundos das terras circunvizinhas. Aliás, uma parte considerável das embarcações é confecionada do lado do continente.

[8] Referências espaço-temporais

Esta actividade é executada essencialmente no tempo seco, pois nesse período é possível realizar longas viagens para as florestas onde se obtem as árvores. Refira-se, portanto, que na Ilha não existe disponibilidade do material, do tipo *crusse* ou pau-ferro, assim como *jambire*, *m'bila* e *namuo*. A madeira é obtida em Matibane, Napaquele, Naguema, Lunga, Mampacoma; nos distritos de Memba, Mossuríl e Namuno, este último em Cabo Delgado.

Já disponível a madeira, o constrangimento reside no transporte. De Mossuríl e Memba, a via marítima é a mais adequada, porque próxima da Ilha. De Namuno, por via rodoviária é a mais conveniente. Em Meconta e Carapira existem serrações de madeira, onde também pode ser adquirida a madeira, já semi-trabalhada.

Actualmente a confecção dos barcos é executada sobretudo nas regiões de Matibane, Lunga e nas Cabaceiras (pequena e grande). Na Ilha foi identificada somente uma carpintaria, cuja vocação não é a confecção de barcos. Contudo, há algum tempo atrás se dedicou a esta actividade. Foran identificados dois barcos em confecção, porém não foi possível entrevistar os fabricantes porque residentes nas Cabaceiras e em Lunga.

[9] Componentes materiais associados

Madeiras: *Jambire* e *umbila*, obtido em Naguema e Apaquela; Pau-ferro, obtido em Matibane; *Mabacoma*, abundante em Memba e outros locais.

Ferramentas: Enchó, Plaina, Serrotes, Pregos, Láminas, *semo*, entre outros.

Outros materias: Algodão para calafatear; tecido para velas, designado trançado na Ilha; o motor, obtido algumas vezes de viaturas e adaptado para a actividade marítima; etc.

[10] Componentes imateriais associados

Para a introdução de uma nova embarcação na actividade piscatória, realiza-se um ritual denominado *nduwa. Nduwa* ou *duwa* não é necessariamente uma prática original, pois, consiste de uma sessão de orações e benzimento da embarcação dirigidas por um sheik. que dirige as preces islâmicas. Neste acto, são confeccionadas iguarias, que são degustadas em seguida.

Findo o acto, a embarcação é puxada para a praia. Antes de ser mergulhada, são quebrados dois cocos sobre ela, um na região da popa e outro na proa. Em princípio, estes devem partir-se. Caso assim suceda, acredita-se que o barco é suficientemente forte e poderá enfrentar todos evetuais obstáculos com que se deparará no mar, como ondas gigantes e agressivas ou tubarões.

Terminado este momento, o barco é introduzido na água, juntamente com o proprietário, que é igualmente mergulhado na água. Este á chamado o "baptismo do barco". Assim, a embarcação pode começar com as actividades, tanto de pesca como de transporte de passageiros e mercadoria.

No caso dos barcos de pesca, no primeiro dia de trabalho parte do produto capturado costuma ser distribuído na praia à população que ali se encontrar, como símbolo de agradecimento/promessa e de pedido de mais sorte.

Sobre este aspecto, Assane Amisse referiu que, o seu mestre, quando concluísse uma embarcação, antes de entregá-la ao proprietário, deitava dentro da caverna um bocado de mel e grãos de mapira torrados, uma espécie de pipocas. Respondendo à questão da

distribuição do pescado, ele avançou que isso é simbolo de promessa, para uma vida e uma actividade de sucesso; e destacou que, se naquele primeiro dia a embarcação capturar 10 caixas de pescado, três são distribuidos; se capturar três caixas, duas são distribuídas, e se capturar somente uma caixa, todo o produto é distribuído.

[11] Transmissão, sucessão

Geralmente, durante as suas actividades, o mestre carpinteiro é acompanhado de três a quadro ajudantes/aprendizes, que, aquando da confecção das embarcações "aprendem-fazendo". Estes são-lhes entregue mediante solicitação de seus pais, se forem relativamente menores, ou por procuram o carpinteiro por iniciativa própria, se forem relativamente mais adultos, ou ainda por meio de convite do próprio meste. Neste último caso se integram os filhos do mestre que aprendem o ofício com o seu pai.

Embora pareça que todos os aprendizes possuem as mesmas oportunidades de aprendizagem, acontece que, certas vezes, ele tem um eleito no grupo, que é a quem ele confia os conhecimentos, técnicas e segredos do ofício. Igualmente, após a aprendizagem do ofício, é necessário que o mestre autorize a saída de seu aprendiz e este comece a trabalhar por sua própria conta. Foi referido que no caso de o aprendiz abandonar o seu mestre antes da permissão deste, a embarcação que for a confeccionar afundará. Assim, após a aprendizagem, o aprendiz solicita a sua independência mediante o pagamento de uma *jóia*, isto é, um valor monetário, que é acordado entre ambos.

[12] Disseminação, divulgação

Como se referiu acima, a presença de carpiteiros navais na Ilha é bastante reduzida, sendo a sua maioria proveniente das localidades e distritos próximos, da zona continental. Esta situação faz com que a disseminação dos conhecimentos relativos a esta actividade neste meio não seja assinalável.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

Sendo a pesca uma das principais actividades económicas e de subsistência da população na Ilha, a sua dependência da carpintaria naval é incontestável. Em simultâneo, os barcos são o único meio de transporte da Ilha Moçambique para as ilhas circunvizinhas; e é o mais eficaz para a ligação da Ilha para certos locais do continente, como Lunga, Matibane, Mossuríl, atendendo a precaridade das vias de acesso e a exiguidade dos meios circulantes.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

Justifica-se a inclusão da actividade no inventário devido ao fato de ela ter sido muito relevante no passado e em razão do papel preponderante que o transporte marítimo tem desempenhado nesta localidade ao longo dos séculos. Além disso ela é uma actividade complementar da pesca (veja ficha 001-05-01-01, sobre pesca artesanal, neste inventário).

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

Não há indícios de que essa actividade tal como desenvolvida na Ilha de Moçambique tenha destaque ou reconhecimento internacional ou regional.

[4] Ameaças à continuidade da execução

- Fraca disponibilidade da madeira para a produção dos barcos;

- Os custos da própria madeira e dos transportes, que encarece ainda mais o custo das embarcações;

- O dificil acesso a outros meios de trabalho: pregos, cal, etc;

- Aliás, uma embarcação para motor pode custar cera de 500.000 a 800.000 Mt, o que é considerado um custo elevado para os consumidores locais.

[5] Ameaças à transmissão

Não há.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Desflorestamento / desmatação.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Não há.

[8] Outras ameaças à viabilidade

O uso de embarcações produzidas industrialmente pode vir a tronar-se risco a médio e longo prazo.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Dificuldades em relação à conservação das embarcações existentes e de eventual renovação da frota.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Geração de emprego e renda desde que haja mercado e o preço das matérias primas não a inviabilize.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Plano de apoio à pesca

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Não há.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Controlar a poluição da água nas regiões pesqueiras, sobretudo aquelas onde se pratica a mariscagem, assim como controlar a pesca indiscriminada. Recomenda-se também o apoio à aquisição e conservação de instrumentos de pesca e embarcações, pois desta atividade depende a maioria da população *makhuwa nahara* para o seu sustento cotidiano.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não se recomenda em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não se recomenda em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Assane Amisse
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Localidade: Lunga
Residência:
Posição na actividade: carpinteiro naval
Contacto:

Nome: Cassimo Abdulremane Amuri
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Localidade:
Residência:
Posição na actividade: proprietário de embarcação e membro da ASSOPIMO
Contacto:

Nome: Momade Ibrahimo
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Localidade:
Residência:
Posição na actividade: proprietário de embarcação e membro da ASSOPIMO
Contacto:

Nome: Babu Chale
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Localidade:
Residência:
Posição na actividade: carpinteiro naval e marceneiro
Contacto:

Nome: Momade Adamo
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Localidade:
Residência:
Posição na actividade: 1º nahota da empresa de pesca STA

Contacto: Nome: Adamuji Ali Abdul Grupo etno-lingüístico: Sexo: masculino Data de nascimento: Localidade: Residência: Posição na actividade: 2º nahota da empresa de pesca STA Contacto:
[2] Documentação sonora e visual produzida em campo Fotos de Ernesto Matzinhe disponíveis no ARPAC.
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo Não há.
[4] Bibliografia Nada a declarar.
[5] Iconografia Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis Não há.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Supervisor de campo Arrissis Martins Mudender
[3] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[4] Responsável pela instituição inventariante

EYOOKA

CULINÁRIA MAKHUWA

Foto de Antonio A. Arantes

Foto de Antonio A. Arantes

Foto de Antonio A. Arantes

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Conhecimentos e técnicas artesanais / culinária.

[3] Outros bens relevantes

Não há.

[4] Descrição

A culinária tradicional continua a preservar as formas de confecção transmitidas desde os tempos imemoriais. Os principais pratos são: arroz *n'tsoro*, *mapira*, *mele*, *nakuwo* (milho), *djampa* (arroz de milho). Molhos como caril de castanha, *tokosadu* de peixe, de carne, de galinha, *mwalaku ofumariya* (galinha defumada), galinha assada, *nimino* (prato de peixe misturado com batata-doce ou mandioca), *nikhotonkoro* (prato de feijão *nhemba* misturada com batata doce ou mandioca), *mathapa siri-siri* (caril preparado a bese de uma erva que predomina nas regiões costeiras), *ntikwa* (caril de folhas de mandioqueira), doce de abôbora, *maheu* (bebida fermentada de milho ou arroz). A seguir apresentam-se algumas receitas dos pratos típicos da ilha.

Destes pratos os únicos que são tipicamente *nahara* são o caris de castanha e a *mathapa* de siri-siri. Os restantes só se diferenciam no modo de confeccionar e na quantidade e qualidade de temperos adicionados ao prato. Note-se que a grande convivencia dos *nahara* com povos vindos de diferenrtes regiões do mundo, mais concretamente da Europa e da Ásia, trouxe à culinária novos empréstimos que juntaram novos sabores aos pratos locais. São estes empréstimos os temperos guardamungo, pimenta preta, folhas de louro, cravinho, massala (mistura de temperos), rajá (mistura de temperos), piripiri, cuentros, etc.

Para alguns pratos típicos, a preparação varia em função da época. O *nimino*, por exemplo, uma vez preparado a base de mandioca, o período ideal para a confecção, vai de Março a Julho e o doce de abôbora só pode ser confeccionado no período em que pode ser colhida na *machamba*, sendo o tempo apropriado de Março a Julho.

Todos os pratos são consumidos diariamente, havendo apenas a distinguir o momento das celebrações como casamentos, cerimónias *osinkiya* ou *Ide*, onde predomina o consumo de carne, seja ela de vaca, de galinha ou de cabrito. Com efeito, é comum afirmar-se que um casamento sem carne não é casamento.

Os alimentos são geralmente confeccionados pelas mulheres, jovens ou adultas. Quanto ao servir é normal que a mãe, dona de casa, sirva os membros da família, uma vez que ela conhece a quantidade e a qualidade de alimento a proporcionar a cada um.

Durante a refeição o pai, chefe de família, fica num lugar à parte, geralmente numa mesa, na sombra do quintal. Caso o casal tenha filhos crescidos (com idade acima dos 15 anos) estes podem também sentar-se à mesa com o pai. O mesmo acontece quando se recebe um visitante. Este, sentar-se-á à mesa junto com o dono da casa. A mãe come com os filhos normalmente numa esteira. Também, caso haja uma visitante, esta se acomodará junto com a mãe e as crianças, na esteira.

De que se compõe a refeição típica (almoço ou jantar) dos *makhuwa nahara*? Fazem parte

da refeição: um cereal (*karakata* – farinha de mandioca ou *nakuwo* – farinha de milho) ou um arrôz, um caril que pode ser de peixe de feijão, uma *mathapa* (caril de folhas) e um acompanhante (que pode ser um peixe frito, uma carne ou outra coisa diferente do caril). Os *nahara* tem a tradição de bem comer e isso se traduz na confecção de mais de um caril para uma única refeição. Por dia consomem-se três refeições: o chamado mata-bicho, o almoço e o jantar. O mata-bicho toma-se de manhã e é simples, normalmente composto por papas de milho com açúcar ou chá acompanhado com pão e *badjia* (bolinhos salgados feitos com farinha de feijão *ekuthe*).

Embora não seja específico dos *nahara*, um aspecto notável é a maneira como se confecciona e se consome a *karakata* ou o *nakuwo*. Jamais estes dois alimentos podem ser consumidos frio porque se acredita que a comida fria não alimenta. Quando chega a hora da refeição sem que o marido ou outro membro da família esteja em casa, e o *nakuwo* arrefece, deita-se fora. Por causa da maneira como os *nahara* encaram o consumo da farinha, ela é preparada sómente quando o marido ou outro menbro da família chegam. Isto se repete quantas vezes for necesserio.

Mahapa (surpresa especial para o marido): Para os *nahara*, as mulheres devem ter um cuidado especial para com os maridos. Assim a senhora Rábia Abdulremane resumiu a postura da mulher do seguinte modo: "Nós, mulheres *nahara*, vivemos para agradar os nossos maridos, tanto à mesa como na cama". Todos os dias quando o marido regressa à casa tem de encontrar, para além da refeição, algo especial para ele. Normalmente essa coisa especial (comestível) é conservada no quarto do casal, num canto conhecido pelos dois. De recordar que o comportamento e atitude da mulher é condicionado pelos ritos *emwali* e *osinkiya* a partir dos quais ela recebe todos os ensinamentos que a tornarão apta a cuidar da família, e mais precisamente do marido.

Assim podia fazer parte do *mahapa* o *meheu* (uma bebida afermentada, não alcoólica, feita de farinha de milho ou arrôz), o caril de castanha (inteira), uma delícia rara e cara bastante apreciada pelos *nahara*.

Segue-se a fiscrição de alguns pratos típicos da Ilha:

CARIL DE *EKHOROSO* (CASTANHA DE CAJU)

Ingredientes
Ekhoroso (castanha de caju)
Coco
Tomate
Cebola
Alho
Pimenta
Manga seca ou verde
Óleo
Sal q.b.

Preparação dos ingredientes
Ekhoroso (castanha de caju)
Assa-se a castanha numa chapa metálica, em fogo de lenha forte e depois de arrefecida, parte-se e retira-se a amêndoa, de seguida coloca-se numa panela e torra-se para limpar a castanha, reserva-se.

Leite de coco
Parte-se o coco, rala-se e deitam-se pequenas porções de água morna para se extrair o leite. Amassa-se e se espreme sobre um coador e côa-se. Reserva-se o primeiro leite numa tigela em separado e se procede da mesma forma por mais duas vezes e coloca-se o leite na panela.

Tomate
O tomate deve ser bem maduro. Para a sua preparação lava-se e corta-se em pedaços pequenos. Reserva-se.

Cebola
Descasca-se a cebola e corta-se finamente. Reserva-se.

Alho
Descasca-se o alho e mistura-se com um pouco de sal para depois pilar-se com auxílio de um pequeno almofariz. Reserva-se.

Pimenta
Lava-se a pimenta muito bem e corta-se em pequenos pedaços.

Confecção do caril de *ekhoroso*
Para a confecção deste prato, primeiro coze-se a castanha muito bem em água e sal e reserva-se. De seguida, leva-se uma panela ao fogo com um pouco de óleo, refoga-se a cebola, o tomate e o alho junto com os temperos. Depois, acrescenta-se a castanha e deixa-se ferver algum tempo. Adiciona-se de seguida o leite da segunda extração. Mete-se no caril a manga seca depois de bem lavada e amolecida em água. Já quase no fim da cozidura, adiciona-se o leite grosso de coco (corresponde a primeira extração do leite), deixa-se apurar por alguns minutos, rectifica-se o sal e está pronto para ser servido. Este prato é acompanhado com arroz ou *xima* branca.

DJAMPA (ARROZ DE MILHO)

Ingredientes
Milho pilado, em formato de arroz.
Feijão *oloko*
Leite de coco
Sal q.b.

Preparação dos ingredientes:

Este prato compreende duas fases. A preparação dos ingredientes, como é o caso da transformação do milho em grãos em formato de arroz, a moagem do feijão *oloko* e a extracção do leite de coco.

Feijão *oloko*
Moí-se o feijão *oloko* ou *kute* numa pedra de moer (*n´luko nokuthela oloko*) e leva-se ao pilão e pila-se para se extrair toda a casca.

Leite de coco

Parte-se o coco, rala-se e deitam-se pequenas porções de água morna para se extrair o leite. Amassa-se e se espreme sobre um coador e côa-se. Reserva-se o primeiro leite numa tigela em separado e se procede da mesma forma por mais duas vezes e coloca-se o leite na panela.

Arrôz de milho
Mergulha-se o milho em água fria, tira-se de seguida e pila-se para separar a película do farelo. À medida que se pila, vai-se fazendo pausas para se peneirar e se continua a pilar e a peneirar até que o milho este totalmente limpo. Após a obtenção do milho limpo, continua-se a pilar até que os grãos obtenham o formato de arroz. Geralmente o processo pode requere que se pile o milho 3 vezes e se peneire, para a obtenção do arroz de milho.

Confecção do *djampa*
Após a preparação dos ingredientes segue-se a preparação do arroz de milho. Lava-se o arroz de milho, e coloca-se na panela com leite de coco e leva-se ao fogo e deixa-se ferver até estar prestes a cozer. Lava-se o feijão e adiciona-se ao arroz de milho e acrescenta-se água previamente fervida, deixa-se ferver até acabar a água. Depois que a água seca, se junta o leite de coco denso (primeiro leite), o sal e deixa-se ferver em fogo brando até secar o leite. Por fim, retira-se do fogo e está pronto para servir acompanhado de qualquer tipo de molho.
Note que este prato pode ser também confeccionado com feijão *ekuthe*.

MATHAPA MAT'HIONKA (N'TIKWA)

Ingredientes
Folhas de mandioqueira
Papaia semi-madura
Castanha assada, sem casca
Cebola
Pimenta
Coco
Sal q.b
1 colher de chá de óleo

Preparação dos ingredientes:
Este prato compreende duas fases, a da preparação dos ingredientes e a confecção do mesmo.

Mathapa de mandioca
Lava-se a *mathapa* e deixa-se escorrer a água totalmente, de seguida pila-se até formar uma pasta fina. E reserva-se.

Papaia
Lava-se a papaia, corta-se e extraem-se as sementes. Corta-se a papaia aos cubinhos e reserva-se.

Coco
Procede-se da mesma maneira que na receita anterior.

Castanha
Assa-se a castanha numa chapa metálica, em fogo de lenha forte e depois de arrefecida, parte-se e retira-se a amêndoa, de seguida coloca-se numa panela e torra-se para limpar a castanha, reserva-se.

Pimenta
Lava-se a pinmenta e corta-se aos pedaços. Reserva-se.

Cebola
Descasca-se a cebola e pica-se. Reserva-se

Confecção da *mathapa mat'hionka (n'tikwa)*
Leva-se a mathapa ao fogo numa panela com água, castanha e papaia. Deixa-se cozer muito bem, com a panela descoberta, pois sabe a crua quando cozida com a panela tapada e reserva-se.
Numa outra panela, coloca-se a cebola, a pimenta o molho de coco e o óleo. Deixa-se levantar fervura, mexendo sempre com uma colher de pau. Depois de levantar fervura adiciona-se a *mathapa* ao leite de coco, deixa-se ferver mexendo de quando em quando, reduzir a quantidade de água até adquirir a consistência que se pretende e está pronta para se servir, acompanhado de arroz ou *xima*.

NIKHOTONKORO

Ingredientes
Feijão nhemba seco ou fresco
Mandioca
Coco
Sal q.b

Preparação dos ingredientes
À semelhança dos pratos anteriores, este requer que se preparem os ingredientes previamente, como é o caso do leite de coco, que vimos anteriormente da mandioca e do feijão *nhemba*.

Mandioca
Descasca-se a mandioca, corta-se aos cubinhos e lava-se. Reserva-se

Feijão *nhemba*
Extrai-se o feijão das vagens, limpa-se e lava-se.

Coco
Procede-se da mesma maneira que na receita anterior.

Confecção do *nikhotonkoro*
Prepara-se o leite de coco conforme a receita e reserva-se em separado o leite denso. Coloca-se numa panela o feijão *nhemba* com água e deixa-se ferver, a meio da cozedura, adiciona-se a mandioca, leite de coco da segunda água e o sal, para que o feijão e a mandioca cozam juntos. Por fim coloca-se o leite denso e deixa-se apurar e amassa-se. Serve-se acompanhado de tomate assado moído e misturado com piri-piri e galinha assada

ou ainda acompanhado por uma salada.
Note-se que, quando o feijão é fresco, coze-se o feijão e a mandioca em simultâneo.

ETHOSI Y'ENIKA

Ingredientes
Banana macaco madura
Açúcar castanho q.b
Óleo q.b
Água q.b

Confecção do *ethosi y'enika*
Descasca-se a banana, corta-se ao cumprido e frita-se em óleo quente e reserva-se.
Numa panela, coloca-se o açúcar, leva-se ao fogo e deixa-se derreter até obter calda. De seguida, junta-se a banana à calda e deixa-se ferver brando para ligar. Retira-se do fogo e deixa-se arrefecer. Serve-se frio.

[5] Praticantes ou detentores

Mulheres *makhuwa* da Ilha de Moçambique.

[6] Forma de organização

Não se aplica.

[7] Origem, transformações e situação presente

A culinária *makhuwa* da Ilha é o resultado do cruzamentos de muitos povos que por aqui passaram ao longo de séculos de história. Marcas visíveis dessa passagem como o consumo de temperos, trouxeram maior diversidade e riqueza conferindo característica própria à gastronomia local. Actualmente com as facilidades de comunicação e a intensificação das trocas comerciais, foram introduzidos novos pratos e ingredientes como caldos, bolos de forma, as sopas, saladas e latarias.

[8] Referências espaço-temporais

Não se aplica.

[9] Componentes materiais associados

Panelas, culheres de pau, pratos, tigelas, talheres, fogões, formas, fornos, grelhas, arroz, farinha, legumes diversos, peixes, carnes, temperos, tomate, cebola, cestos, fruta diversa, etc.

[10] Componentes imateriais associados

Conhecimentos transmitidos no *osinkiya* e *emwali* concernentes ao tratamento e cuidados que a mulher deve ter no lar. Conhecimento tradicional sobre a forma de confeccionanr os alimentos

[11] Transmissão, sucessão

Através da convivência entre mães e filhas e a prática diária da culinária.

[12] Disseminação, divulgação

Através do consumo no seio das famílias, de restaurantes. Através da promoção de gastronomia típica em eventos locais, regionais e nacionais.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade
Os *makhuwa nahara* acreditam que sua culinária é a melhor do país e atribuem uma grande importância à gastronomia local que é fonte de satisfação no lar, na família.
[2] Justificativa para inclusão no inventário
A culinária dá testemunho da longa história de convivência dos povos do litoral norte com populações de diferentes partes do mundo.
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente
Não há.
[4] Ameaças à continuidade da execução
Não há.
[5] Ameaças à transmissão
Não há.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados
Não há.
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados
Não há.
[8] Outras ameaças à viabilidade
Não há.
[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados
A culinária constitui um elemento de identidade. Sua perda significaria a perda de um dos traços mais importante da ilha.
[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática
Preservação de identidade da Ilha e a promoção do turismo. Promoção do emprego e da renda.
[11] Ações concorrentes à salvaguarda
Realização de uma pesquisa sobre a culinária típica da região, promoção de feiras gastronómicas locais, para a preservação e divulgação desta.
[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda
Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.
[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique
Manutenção dos hábitos alimentares da Ilha, promoção de campanhas de sensibilização junto das casas de pasto por forma a incentivar a confeccão de pratos típicos locais por forma a promoverem o turismo gastronómico.
[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial

da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Dauria Jamú
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1929
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Litine, Ilha de Moçambique
Posição na actividade: anciã da comunidade
Contacto: 826055992

Nome: Sara Ismael Viegas
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1929
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: cozinheira e modista
Contacto: 827982774

Nome: Rábia Abdurremane
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1967
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique, Museu
Posição na actividade: contabilista
Contacto: 826878010

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Não há.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

Não há.

[5] Iconografia Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis Não há.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Sónia Laice, Hermínia Manuense, Josefina Salência, Sofia Cássimo.
[4] Responsável pelo inventário António A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

Construções em Macuti

I. DENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Conhecimentos e técnicas artesanais / edificação.

[3] Outros bens relevantes

Não há.

[4] Descrição

A designação destas casas e das técnicas construtivas deriva do *macuti*, que são folhas de coqueiro[63] espalmadas, utilizadas para a cobertura de casas, em África e, universalmente em países tropicais, onde quer que abunde a planta. É de sublinhar que em *Omuhipiti*, *macuti* refere-se as folhas de coqueiro tanto no seu estado natural, isto é, quando as mesmas ainda se encontrem no coqueiro, bem como após passar pelo processo de manufauração (processamento) para a cobertura.

Estas casas de *macuti* têm tectos feitos em mangal ou bambu e apresentam uma forma geométrica quadrangular ou rectangular. No que toca as dimensões das casas de *macuti* em *Omuhipiti*, pontificam dois tipos, umas com cerca de 6 metros de cumprimento por 4 metros de largura, claramente as maioritárias, enquanto as outras são relativamente maiores, chegando a atingir 12 metros de cumprimento e 6 de largura, estas últimas em menor escala. Mais do que diferenças nas características físicas, o tamanho das casas insere uma dimensão social/económica. De facto, segundo Fefé Andigg Loy, um informante e mestre de construção em *macuti*, as casas de maior dimensão são, regra geral, pertença de indivíduos com algum poderio económico/financeiro, ou ainda, de pessoas que ocupem posições de destaque na comunidade, caso de líderes tradicionais/comunitários e/ou religiosos. Assim, o tamanho da casa reflecte, regra geral, o *status* social do proprietário.

Na sua maioria, as casas de *macuti* são constituídas por quatro paredes exteriores, com cerca de 8 janelas e 2 portas, sendo uma frontal e outra dos fundos. As paredes são feitas em pau-a-pique, em geral de mangal e bambu, dispostos em fiadas paralelas, cruzadas entre si, formando uma malha muito apertada de paus que se assemelham a uma armação de madeira bem fechada; eles são amarrados com *khero*, cordas feitas a base de fibras de mesocarpo de coco, também denominadas *lanho*. Sublinha-se que *khero* designa somente o mesocarpo já processado, ou seja, a corda. Apesar de largamente difundido em *Omuhipiti*, não existem dados etnográficos que apontem para o processamento e uso desta corda em outros locais da zona norte bem como outras regiões do país, não obstante o coqueiro abundar em quase toda a costa moçambicana.

Refira-se que o *khero* é uma fibra feita localmente. Para o seu processamento, a casca de coco (*lanho*) é enterrada na areia, na beira da praia, de modo que regularmente vai sendo banhado pelas águas do mar, por um período que varia de um a dois meses,

[63] O coqueiro *(Cocos nucifera)* é uma planta monocotiledonea normalmente com um único caule, da família Arecaceae (família das palmeiras), da ordem arecales. É uma árvore que pode crescer até 30 m de altura. (IIAM in: http://www.mca.gov.mz)

aproximadamente, cuja finalidade é de conferir-lhe maior resistência e durabilidade. É uma actividade (fabrico do *khero*) desenvolvida somente por mulheres. Estas, após desenterrarem as fibras põem-nas a secar ao sol, para depois, pacientemente entrelaçarem as fibras, culminado com uma corda. Essa corda serve para vários usos, manufacturação de camas, cadeiras, cestos, travessas, entre outros utensílios domésticos. Nas casas de pedra e cal, o *khero* usa-se somente em algumas situações, principalmente na armadura de tecto falso.

O domínio das mulheres na fabricação do *khero* não está ligada a qualquer interdição costumeira ou cerimonial relativamente aos homens. Efectivamente, este aspecto explica-se pela divisão social de tarefas entre os géneros, onde às mulheres são adstritas actividades circunscrtitas ao espaço doméstico ou as consideradas "menos pesadas", enquanto aos homens se lhes reserva actividades de fórum público ou tidas como relativamente mais pesadas. Segundo Dava et al (2009), as causas desta diferenciação de tarefas não têm sido consensuais, pois, enquanto alguns associam-na à condição fisiológica, aspecto contestado sobretudo numa perspectiva de género, outros buscam explicação na antureza e no poder das elites. A condição fisiológica sustenta-se no argumento de que o homem é fisicamente mais forte que a mulher. No entanto, Laraia (1986), defende que qualquer sistema de divisão sexual do trabalho é determinado culturalmente e não em função de uma racionalidade biológica.

Embora não se consiga precisar as datas, as fontes orais afirmaram que no passado, na armação das paredes usava-se *siki*[64], também designado localmente por *mukantala*, uma planta subaquática que cresce junto aos mangais, em vez do bambu actualmente mais comum. O uso desta planta foi abandonada após a independência nacional, em 1975, pois as autoridades proibiram o seu abate para evitar a erosão costeira.

Paus de *siki*, estando um deles revestido da respectiva casca

Além do tamanho das habitações, aspecto referido anteriormente, as casas de *macuti* diferenciam-se, igualmente, pelo número e tipo de janelas, formato das varandas, dentre outras características. De facto, Fefé Andigg Loy referiu-se a este aspecto, afirmando que as casas que apresentam dois aros de janelas frontais com relevo saliente em relação ao resto da parede da casa são as que inseriram traços portugueses, pois, na altura, o bairro de *macuti* também foi habitado por indivíduos de origem portuguesa com poucas posses. Por

[64] Não foi possível apurar o nome científico desta planta.

outro lado, encontram-se casas com traços tipicamente *swahili*, tendo estas quatro ou mais aros de janelas frontais e uma varanda com dois bancos laterais. Estes bancos reservavam-se aos momentos de lazer para os ocupantes das casas. A estas especificidades acrescem-se duas salas, com a particularidade de uma (parte frontal da casa) ser reservada aos homens e a sala dos fundos às mulheres.

Vistas frontal e parcial de duas casas de *macuti* com traço *swahili*, vendo-se nas laterais os bancos

As paredes, tanto exteriores como as interiores, compõem de um enterrado, constituído por uma fileira de estacas de madeiras de 5 cm de diâmetro, espectadas no chão a intervalos de 50 cm, cobertas, interna e externamente com bambu de cerca de 5 cm de diâmetro, colocadas horizontalmente. O bambu é actado às estacas com corda de sisal ou de *khero*, a intervalos de 12,5cm. O bambu é geralmente cortado de forma obliqua e visa eliminar tensões e proporcionar travamento eficaz da armadura. Os interstícios são preenchidos com pedra e pedriça de coral e depois maticados (o uso de argamassa de areia, pedra e cal misturados com *murapa*[65], e em alguns casos com *matope*/argila) com vistas a revestir as paredes[66].

Pormenores de uma parede de casa de macuti

Concluído o processo de armadura e maticagem, as paredes são rebocadas com argamassa de cimento e cal, e caiadas com cal pigmentada. Para os casos das casas de pessoas sem

[65] *Murrapa* é designação local de uma substância que cola retirada de uma planta cujo nome científico não foi possível apurar, limitando-se as fontes orais a afirmarem tratar-se de uma trepadeira.
[66] Secretaria de Estado da Cultura/Arkitekskolen i Aarhaus, 1985.

posses, os acabamentos (reboques) são feitos somente com terra (*matope*-barro argamassado) e, por fim, caiadas com cal.

A cobertura mais frequente, geralmente de quatro águas, é feita em *macuti*. Usam-se renques de folhas de coqueiro bem atadas a varas de 30 a 50 cm de comprimento, formando feixes lamelares coesos de 50 a 70 cm. Estes painéis são fixados às ripas horizontais, geralmente de mangal ou bambu, e aos barrotes de pau-ferro, amarradas a intervalos de 5 a 15 cm, sobrepostas e inclinadas[67]. Por sua vez, o pavimento dessas casas é feito de terra pisada ou betonilha de cal e cimento.

Na época em que abundavam os coqueiros, o *macuti* era cortado quando atingia o ponto mais alto de crescimento e, seguidamente, exposto ao sol. Sua durabilidade, em condições normais, era de 5 a 6 anos.

[5] Praticantes ou detentores

Os praticantes ou detentores dos conhecimentos sobre as técnicas de construção em *macuti* é o grupo etnolinguístico *makhuwa* em geral, isto é, os *nahara* de *Omuhipiti* bem como os *makhuwa* do continente. No entanto, não se descarta a hipótese desta técnica ser do conhecimento de outros grupos etnolinguísticos de Moçambique, na medida em que na costa moçambicana abundam os coqueiros e é visível construções desta natureza, podendo existir ligeiras diferenças ligadas a disponibilidade de alguns recursos e matérias primas. Ademais, o contacto entre os árabes *swahilis* com as populações autóctones não se restringiu à *Omuhipiti*. De acordo com Conceição (2006), as lendas de povoamento da costa oriental fazem muitas vezes apelo a um povoamento árabe. Na costa moçambicana os principais focos de islamização encontram-se em Sofala[68] (na região centro), na Ilha de Moçambique, em Angoche e em Cabo Delgado, estando os últimos três na parte norte do país.

Esta actividade está adstrita ao sexo masculino no contexto da divisão social do trabalho, cabendo às mulheres a confecção do *khero* (fibras ou cordas), aspecto referido anteriormente, e no carregamento da areia e água para o fabrico de argamassa para revestir as paredes da casa. Esta prática é acessível aos membros da comunidade, em geral, desde que os mesmos tenham domínio do conhecimento e técnicas para o efeito.

Os construtores se organizam de acordo com seus conhecimentos, os mais novos cabem-lhes a tarefa de abrir os burracos sob a orientação dos mestres; aos mais velhos reservam-se todo o processo que envolve a construção da casa (colocação das estacas, levantamento das paredes, armaduras, a armação do tecto e colocação da cobertura, cuidados dos detalhes que diz respeito à consistência da casa), também sob o olhar de um mestre em técnicas construtivas.

[6] Forma de organização

Na maioria dos casos, a iniciativa da construção de uma casa parte do indivíduo, geralmente do sexo masculino que se ache já maduro para libertar-se da dependência de seus pais. Este entra em contacto com um mestre que irá dirigir a construção, participando ainda na mesma, em sistema de inter-ajuda, familiares, amigos e vizinhos mais aconchegados com mínima experiência. O apoio prestado por estes é muitas vezes

[67] Secretaria de Estado da Cultura/Arkitekskolen i Aarhaus, 1985.

[68] Sofala foi uma feitoria portuguesa estabelecida por volta do ano 1507 na região centro de Moçambique e abrangia as actuais províncias de Sofala e Manica.

incondicional, embora se preveja retribuição futuramente. Refira-se que aquando da realização do presente inventário existiam, em *Omuhipiti*, cerca de nove (9) mestres, segundo as fontes orais. O mestre é solicitado para dar orientações sobre as técnicas básicas de construção (alinhamentos), ficando o resto a cargo do proprietário. No final, o mestre é agradecido de forma remunerada, ainda que simbólica, ou em produtos alimentares. Estes aspectos mostram de uma maneira geral a inter-ajuda existente entre os africanos, onde não há compensação monetária para os que participam numa actividade, esperando no futuro serem ajudados da mesma maneira. Portanto, a lógica assenta numa relação de reciprocidade.

Entretanto, por vezes, na construção de casas de *macuti* impera uma lógica economicista, de prestação de serviços. Efectivamente, nestes casos, em que o proprietário tem dinheiro, contrata-se um mestre que se responsabiliza pela construção. Este por sua vez, contrata ajudantes que normalmente são seus parentes (filhos, sobrinhos e primos) e cujo pagamento é feito em duas prestações, no início e no fim da obra.

[7] Origem, transformações e situação presente

A origem destas casas perde-se no tempo. Ela é comum em diversos locais da costa moçambicana, do sul ao norte do país, e não só, como habitação de população não européia (tendo ou não boas condições econômicas). A zona onde existem as casas de *macuti* servia como nicho de segregação racial e social onde negros, mestiços e indianos eram acantonados. Ainda que seja dificil determinar a origem destas casas dada a escassez de fontes escritas que se debrucem a respeito, as fontes orais são de opinião que elas são originárias do grupo etnolinguístico *swahili* que habitavam as costas africanas do oceano índico. Serve como argumento o facto deste tipo de casa ocorrer, igualmente, na Tanzania, especificamente em Zanzibar, local onde o grupo *swahili* é dominante.

Antigamente, a matéria-prima para a construção das casas e os construtores vinham do continente, mais concretamente das zonas de Mussoril e Lunga. Explica-se isto pelo facto destas regiões terem muita população escrava. A matéria-prima era transportada para a Ilha em pequenos barcos.

Quando ainda abundavam os coqueiros, a população cortava os *macuti* no momento certo de crescimento e punham a secar ao sol. Refira-se que o *macuti* (folhas) tem entre 4 m a 6 m de comprimento. Em condições normais a sua utilidade variava entre 5 a 6 anos. Com o decorrer do tempo, os coqueiros foram desaparecendo quer devido ao contínuo envelhecimento, abate para dar lugar aos assentamentos humanos e não reposição, ou ainda pelo amarelecimento letal do coqueiro, uma doença que tem atingido vários palmares em Moçambique. Dada a contínua escassez do coqueiro, a população passou a tirar os *macuti* muito cedo dos coqueiros e a secá-los no calor do fogo. Estes factores tornaram a construção com recurso ao *macuti* mais cara.

Como alternativa para cobrir as casas na falta do *macuti* passaram a usar chapas de zinco, lusalite e *nkuta* (palha), reforçada com plástico. O uso deste último material, o plástico, aparenta ser devido à pobreza das famílias, visto serem as casas precariamente cobertas e a aparentarem abandono. Contrariamente, o uso das chapas de zinco e lusalite ainda que inadequadas para o clima de *Omuhipiti* serve como um indicador de uma família com posses ou melhores condições de vida[69]. Do mesmo modo, as cordas de *lanho* foram substituídas por outras feitas de pneus de borracha ou sisal.

[69] Esta situação deve ser analisada mais atentamente, pois, em termos de custos, actualmente é mais oneroso cobrir uma casa com *macuti* em relação a zinco ou lusalite. No entanto, pelo facto de no passado

Em tempos idos (período da dominação colonial portuguesa), o uso de material para a cobertura que não fosse o *macuti* era proibido à população não-européia da Ilha. Algumas excepções eram concebidas para os indivíduos detentores de algumas posses como os xeiques e/ou comerciantes. Estes, depois de atingirem certo *status*, queriam se diferenciar dos "outros", e essa diferenciação consistia essencialmente no tipo de coberturas das suas casas.

Actualmente, devido às mudanças socioeconômicas, esta técnica está a perder os seus melhores mestres, pois a urgência em ter-se uma casa sobrepõe-se ao tempo real de construção de uma casa típica de *macuti*. Por outro lado, há escassez de material usado tradicionalmente na construção destas casas, o que leva a um aumento de seu custo. Nesse sentido, as casas da população *nahara* vão sendo progressivamente cobertas de zinco e as suas paredes vão passando a ser feitas de blocos de cimento. Em alguns casos, verifica-se a associação de material tradicional e convencional numa mesma casa. O número de casas tipicamente de *macuti* está, ano-após-ano, a reduzir e grande parte delas encontra-se em mau estado de conservação.

[8] Referências espaço-temporais

Num contexto geral, estas casas são feitas no período seco (entre Junho a Setembro de cada ano), pois, a secagem natural do *macuti* requer muito sol. Para a sua construção, é preciso que o terreno esteja limpo e nivelado. Entretanto, dadas as condições climáticas da Ilha de Moçambique, caracterizada por irregularidade de chuvas, as casas vão sendo erguidas ou reabilitadas ao longo de todo ano.

[9] Componentes materiais associados

Folhas de coqueiro, estacas, bambu, laca-laca, siki, palha, *matope*, cimento, cal e *murapa* (resina extraída de uma árvore que tem a função de dar a consistência à cal). Estes materiais existem em quase toda a região costeira de Moçambique, incluindo em *Omuhipiti*. É usado por vários grupos etnolinguísticos costeiros, dentre eles, o *makhuwa*.

Cordas (*khero*): fabricado pelo grupo etnolinguístico *makhuwa*, na Ilha de Moçambique.

Pedra de coral, usada para maticar a casa (formar as paredes). Existente em *Omuhipiti*, e de acesso é irrestrito.

[10] Componentes imateriais associados

Domínio do conhecimento tradicional das técnicas de construção é detido pelo grupo etnolinguístico *makhuwa* da Ilha de Moçambique e zonas circunvizinhas do continente. Tanto no início e no fim da obra, realizam-se rituais. No início, estes têm a função de proteger todos que estarão envolvidos na construção, bem como para permitir a que a obra ande num bom rítimo, sem contratempos. Este ritual consiste na colocação de um remédio tradicional por parte de um curandeiro (praticante de medicina tradicional) nos quatro ângulos da casa, antes do início das obras. Esta acção ocorre no período nocturno, sendo designado localmente por *Ovirelia* (fazer o cerco/assegurar a área). O ritual no fim da obra é aquele que ocorre em todas as inaugurações, que visam proteger aos proprietários contra invejas e outros males. Este ocorre na presença de um *Xhehe*, que abençoa a casa, fazendo uma leitura religiosa "Parajanze", evocando os profetas para abençoar os futuros inquilinos da casa, apelando a harmonia. São convocados para este acto familiares, amigos e todos aqueles que directa ou indirectamente estiveram envolvidos na construção da casa.

o *macuti* ter sido um indicador de exclusão social ou de pobreza têm concorrido para que as pessoas optem pelos materiais convencionais, um sinal de modernidade e *"progresso/desenvolvimento"*.

Para finalizar, o proprietário oferece uma refeição aos presentes, em jeito de celebração.

[11] Transmissão, sucessão

A transmissão dos conhecimentos relativos a esta prática é feita a qualquer indivíduo que se mostre interessado, pelo que não existe nenhuma interdição imposta pelos costumes e nem de outra forma. Esta ocorre de modo informal, no quotidiano da vida social, com base no processo de aprendizado nas próprias obras. Nesse sentido, os mestres, detentores do conhecimento e das técnicas de construção destas casas, vão transmitindo os seus conhecimentos aos ajudantes, paulatinamente.

[12] Disseminação, divulgação

A disseminação é feita informalmente, por contactos entre diferentes pessoas da região circunvizinha e outras. Mais recentemente, os organismos responsáveis pela gestão do patrimônio edificado da Ilha têm demonstrado interesse em valorizar esta técnica construtiva, o que é reforçado pela promoção do turismo na região. A promoção do turismo é feita por meio de visitas e através da divulgação da Cidade de Macuti por meio de folhetos de informação, cartazes e palestras que visam sensibilizar as pessoas sobre a importância da preservação dessas técnicas de construção de casas.

Em 2007, vários mestres se beneficiaram de capacitação sobre as técnicas de construção, conservação e restauro de casas de *macuti* e de pedra e cal. A formação, orientada pelos mestres oriundos do *Lamu* (Quénia), englobou aspectos como a carpintaria, conservação do *macuti*, *khero*, confecção da cal, tratamento do bambu, laca-laca, entre outros. Além disso, os mestres Abdala Cassimo, (mestre de obras de construção de casas) e Sulmagy Omar (carpinteiro), ambos residentes no Bairro Areal, deslocaram-se a *Lamu* (Quénia) para a formação mais aprofundada sobre as técnicas de construção, conservação e restauro de casas de *macuti*.

I. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

A comunidade atribui um alto valor social as casa de *macuti*. Com efeito, as casas são um espaço de lazer e aconchego e também o lugar onde acontecem os processos de socialização dos indivíduos, criação e fortalecimento de laços familiares. Quando feitas em *macuti*, elas são uma habitação extremamente funcional e climaticamente confortável, especialmente para a região. De igual modo, espelham a história da ocupação da Ilha e o modo de vida de seus habitantes na medida em que preservam e reproduzem conhecimentos e técnicas de construção seculares.

Estas casas, também são de extrema importância para as populações, pois as protegem dos ventos fortes das monções de que esta zona da Ilha é vulnerável, através dos seus tectos de quatro águas. Esses tectos conseguem ser um engenho arquitectónico para desviar os ventos fortes.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

A inclusão da construção em *macuti* na lista dos bens inventariados prende-se com o facto destas habitações se constituírem como uma referência histórica no processo de ocupação da Ilha de Moçambique. Elas espelham a interação de culturas *swahili* e *makhuwa nahara*

e um conhecimento arquitectónico secular, preservando conhecimentos que foram transmitidos ao longo de gerações e que são amplamente difundidos em quase toda a costa moçambicana. Além disso, elas são emblemáticas de toda uma região de *Omuhipiti*, fazendo um contraponto essencial às construções da Cidade de Pedra e Cal, onde se encontram os principais monumentos da ocupação portuguesa.

Com início da construção da Cidade de Pedra e Cal, o local onde a Cidade de Macuti foi erguida, tinha sido identificado para a extração de pedra e areia. Nessa época, a população que vivia em *Omuhipiti* muito antes da chegada dos portugueses, foi expulsa tal como os árabes, para o continente. A exploração massiva desses minérios provocou a criação de crateras, com frequência abaixo do nível médio das águas do mar. Essa situação, que a população designou como *litine* (que significa buraco), designa hoje um dos bairros da Cidade de Macuti, onde muitas vezes ocorrem inundações desastrosas, com consequências graves à saúde da população.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

As técnicas de construção da casa de macuti resultam da interacção e fusão de culturas entre povos de origem *makhuwa* e *swahili*. O reconhecimento das técnicas de construção deste tipo de casa é local, nacional e internacional, razão pela qual a ilha no seu todo, englobando as casas de *macuti* é classificada como Património Cultural da Humanidade e é protegida pela Lei 10/88, de 22 de dezembro, que visa à proteção do Património Cultural de Moçambique.

Nacional e internacionalmente, a Cidade de Macuti, se afigura como um pólo de atracção turística e, acima de tudo, abriga casas bem arejadas e ecologicamente aceitáveis, que não atentam contra o meio ambiente.

[4] Ameaças à continuidade da execução

A prática desses conhecimentos é dificultada pela escassez dos materiais utilizados tradicionalmente, não só o *macuti*, mas também o *khero* (este devido ao envelhecimento dos coqueiros aliado ao desinteresse das mulheres jovens em assimilarem esses conhecimentos), o bambu, o desaparecimento dos corais que acarreta a escassez da cal, desaparecimento dos mangais, etc. Os detentores desta técnica estão a desaparecer ano-após-ano, trazendo consequências também para os artesãos. Além disso, as condições de superpopulação e falta de saneamento, devido à escassez de espaço para abertura de aterros sanitários, latrinas, assoreamento de valas de drenagem, tudo isso faz com que os habitantes da Cidade de Macuti satisfaçam todas as suas necessidades biológicas junto às praias e as usem para depósito de lixo doméstico.

[5] Ameaças à transmissão

À transmissão é dificultada a uma associação de factores, como sejam: a falta de operários (artesãos) especializados neste tipo de construções devido ao desaparecimento dos mestres, associado à escassez do material tradicionalmente recomendado na construção de casas de *macuti*, a falta de interesse de jovens em aprender as técnicas de construção da casa de *macuti*, mudanças de *status* social das famílias na Ilha de Moçambique.

Todavia, o Governo moçambicano incentiva a população a preservar estas construções. A partir da altura em que a Cidade de Macuti foi inclusa como um todo Conjunto do Património Cultural da Humanidade, esta beneficia da protecção legal. A criação do Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique visa igualmente a apoiar a sua divulgação, sensibilização sobre a importância da preservação, conservação, e restauro, tendo como base a integridade e autenticidade aos diferentes intervenientes deste como

bem patrimonial.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Acentuada escassez de pedra de coral e de palmares, este último devido, ao envelhecimento e abate das árvores, não acompanhados pela reposição. Igualmente, o alto custo do transporte dos materiais tradicionais necessários que resulta no seu cintínuo encarecimento .

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Idade avançada dos detentores do conhecimento associada ao facto deste ser baseado na oralidade. Associação das casas de *macuti* com a pobreza. Falta de interesse dos jovens em conhecer estas práticas.

Pelo facto de no passado (período da dominação colonial portuguesa) ter sido associado à exclusão social, a comunidade tende a substituir as casas de macuti pelas convencionais (bloco, cimento e zinco).

[8] Outras ameaças à viabilidade

A viabilidade desta prática também é ameaçada por uma conjugação de factores como:

- O desinteresse das pessoas por este tipo de construção e preferência por casas do tipo europeu, feitas com materiais convencionais, motivados, por um lado, pelos custos e, por outro, pelo prestígio social, pois, as casas de *macuti* são associadas à pobreza, ao tradicional e atrasado.

- A falta de incentivos, tendo em conta o custo de materiais.

- A inexistência de uma política de reposição de árvores, especificamente, coqueiros, aliado ao desinteresse da população nesta acção.

- Falta de legislação e plano de acção específicos, que privilegiem a preservação e divulgação de conhecimentos tradicionais no quadro da educação.

- O aumento da densidade populacional da Ilha de Moçambique, que provoca a sobre-exploração de recursos naturais.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta actividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Impacto na saúde dos residentes da Ilha decorrente do desaparecimento da cobertura de *macuti*, pois, as outras coberturas fazem com que a casa seja muito quente e de baixa salubridade.

Relativa perda do valor estético, histórico e cultural da Ilha de Moçambique – e, consequentemente, de sua integridade enquanto conjunto arquitectônico e paisagem integrantes da lista do Património Mundial.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Melhores condições de habitabilidade, de vida e conforto, contribuindo substancialmente para melhoria da qualidade de vida e da saúde pública, assim como para o desenvolvimento da actividade turística na Ilha.

Além disso, possibilitaria o aumento de receitas provenientes da actividade turística, pois os melhores artesãos estão nesta zona.

[11] Acções concorrentes à salvaguarda

Existência de Planos de Gestão da Ilha de Moçambique e Plano Integrado da Ilha de Moçambique, cuja implementação é prevista para o presente ano, e do Plano Estratégico de Desenvolvimento Distrital. Todas essas medidas visam salvaguardar o património material e imaterial da Ilha de Moçambique através da criação de estaleiros para o aprovisionamento do material de construção tradicionalmente recomendado para a Ilha de Moçambique (pedra, cal, laca-laca, bambu, area, *macuti* e outros elementos associados), reabilitação de fornos de fabrico de cal, fomento da produção de palmares, mangal, entre outros. Além disso, planeja-se criar incentivos aos proprietários para a conservação e restauro de casas de *macuti*, (isentá-los do pagamento de algumas taxas).

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

De modo a assegurar a viabilidade desta prática, acções concretas e sustentáveis poderão ser implementadas junto às comunidades. Estas podem passar pelo restabelecimento dos palmares e do mangal por via de uma política clara de plantío de árvores, recomposição dos mangais e uso sustentável destes recursos. Provisão de sistemas de transporte de cargas eficientes para a Ilha para fazer face à escassez de material.

Formação e capacitação de jovens em matérias de construção tradicional e sensibilização da comunidade sobre as vantagens de uma casa com cobertura de *macuti* para a saúde.

Por fim, mas não menos importante, apoio aos mais desfavorecidos na recuperação das suas casas de *macuti* em estado avançado de degradação.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

É recomendável um plano de salvaguarda por parte do Governo moçambicano na medida em que estas casas afiguram-se como marcos referenciais, históricos e culturais, de *Omuhipiti* e do grupo etnolinguístico *makhuwa* e não só. Estas técnicas construtivas empregam conhecimentos transmitidos ao longo de gerações permitindo que seus habitantes tenham uma condição de vida aceitável e, acima de tudo, são ecologicamente correctos.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

A salvaguarda desses conhecimentos e a conservação das edificações existentes na Ilha de Moçambique é urgente, mas acredita-se que essas medidas sejam da esfera nacional.

II. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Ibraimo Assamo Albi
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: masculino

Data de nascimento:
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade:
Contacto:

Nome: Fefé Andigg Loy
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 03/08/1959
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: Artesão – mestre
Contacto:

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA. Ilha de Moçambique. Relatório 1982-85.

Lei 10/88, de 22 de Dezembro – determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural de Moçambique.

Decreto 27/94, de 20 de Julho – diz respeito ao regulamento de protecção do património arqueológico.

Estatuto Específico da Ilha de Moçambique. Rege a gestão do património específico da Ilha de Moçambique.

MEC. Ilha de Moçambique. Guia [português].

PEREIRA, Luís Filipe. As transformações urbanas na Ilha de Moçambique. 1994. [Brochura].

Monografia dos principais edifícios da Ilha de Moçambique. [Brochura]

DPEC – Nampula. Breve resenha informativa sobrea história da Ilha de Moçambique. Nampula, Setembro de 2007.

[4] Bibliografia

ARKITEKSKOLEN0, Aarhus. Secretaria do Estado da Cultura. Ilha de Moçambique. Relatório - Report – Danmark. 1982-85

COELHO**,** Maria Isabel Hermínia Monteiro; A Ilha de Moçambique. Dissertação de Licenciatura em Geografia. Lisboa, 1966.

CONCEIÇÃO, António Rafael. Entre o Mar e a Terra: situações identitárias do Norte de Moçambique. Promédia. Maputo, 2006.

DAVA, Fernando; et al. Ritual das Primícias de Ukanyi. ARPAC. Maputo, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. Cultura: um conceito antropológico. 6ª Edição. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro.

MUTAL**,** S.; Ilha de Moçambique Património Mundial: um programa de desenvolvimento

humano sustentável e conservação integral. Relatório global. STS/PNUD/UNESCO/WHC. 1998.

RODRIGUES, Eugénia; et all. Ilha de Moçambique. Alcance Editores. Maputo, 2009.

PERREIRA, Luís Filipe. As transformações urbanas na Ilha de Moçambique. 1994 [Brochura]

http://pt.wikipedia.org/wiki/Island_of_Mozambique_-_Makuti; acessado a 15 de Abril de 2010.

http://pt.wikipedia.org/wiki/coqueiro; acessado a 28 de Maio de 2012.

http://pt.wikipedia.org/wiki; acessado a 28 de Maio de 2012.

[5] Iconografia

Não há.

[6] Plantas, mapas e croquis

Não há.

[7] Anexos a esta ficha

Não há.

III. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado

Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.

[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo

3 a 13 de julho de 2009, 24 de abril a 6 de maio de 2010 e 26 de Abril a 2 de Maio de 2012.

[3] Autoria do texto

Fernando Manjate, Lúcia Omar, Célio Tiane.

[4] Responsável pelo inventário

Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).

[5] Responsável pela instituição inventariante

Fernando Paulo Dava (Director Geral do ARPAC).

JOALHARIA

Artesão no processo de fundição do ouro.

Exposição de artigos de prata.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Conhecimentos e técnicas artesanais / ourivesaria.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Não há.

[4] Descrição

O processo de fabricação de produtos de ourivesaria, principalmente jóias femininas, passa por diferentes fases. Por exemplo, a primeira etapa da preparação de artefactos de ouro, é a limpeza do mesmo com auxílio do íman para a retirada de impurezas. Este processo consiste em depositar o ouro num pedaço de madeira. Aproxima-se então um íman para atrair toda a limalha e impurezas de origem metálica, deixando assim o ouro purificado. De seguida acende-se o candeeiro e adiciona-se uma pequena porção de soda ao ouro limpo sobre uma pedra para fundi-lo, com auxílio do *damí* (uma especie de tubo oco) que carrega o ar que se sopra da boca para avivar o fogo do candeeiro e fundir o ouro que se pretende trabalhar. Após este processo, leva-se o ouro já amolecido para a máquina de chapa (que serve para dar forma achatada ao metal) ou para a máquina de arame (para dar a forma de fio), dependendo da peça que se pretenda fabricar. Com efeito, todas as transformações exigem que o ouro passe pelo fogo para que seja moldado.

Para o fabrico de brincos de argorinha ou "moda bebé" de ouro, em forma de argolas que levam uma pequena bola oca, os passos seguidos são os seguintes:

Primeiro: derrete-se o ouro com o auxílio de um candeeiro aceso e de um domi. Neste ponto, são referidas duas formas de fazer: uma em que se funde o ouro e produz-se uma chapa com o auxílio da máquina de puxar chapa. Depois com um compasso marca-se o círculo consoante a medida da bola no bássilo; noutra forma de fazer corta-se o metal em 4 pedacinhos que se derretem para fazer primeiro 4 metades de boia.

O segundo passo consiste em achatar as bolinhas com o auxílio da sânfora. Este processo deve ser feito com muito cuidado para que os círculos saiam regulares.

Depois vai-se ao bássilo, instrumento usado para a feitura de bolinhas de ouro. Neste processo utiliza-se o colilo, um pequeno instrumento de ferro massico com extremidades aredondadas e com o qual baixa-se o ouro para fazer as metades de bola. Em seguida lima-se cada metade para obter-se uma superfície regular e colam posteriormente as metades, duas a duas, com solda de ouro para formarem-se duas bolas ocas.

O restante do ouro é reunido para voltar a derreter. Faz-se em seguida um arame com o auxílio da máquina de puxar arame. Com este produz-se o arco do brinco. Corta-se o arame na medida do arco e fixa-se a bola no arame com solda de ouro. Faz-se com o arame uma pequena anilha que vai servir para produzir o fecho do brinco. Feito isto, lavam-se os brincos com o auxílio de sal e limão ou de uma fruta ácida qualquer, na falta de Brasso. Lixa-se, pule-se e só no fim se dobra o arame para dar a forma final aos brincos.

[5] Praticantes ou detentores

Descendentes *makhuwa* dos antigos empregados dos *baneanes* (ourives provenientes da Ìndia) e que se estabeleceram na Ilha de Moçambique por volta do século XV.

[6] Forma de organização

A organização para a execução deste trabalho se faz em moldes familiares. O mestre geralmente se encontra cercado pelos seus próprios descendentes (filhos, sobrinhos, netos). Existem 3 oficinas na Ilha, localizadas nos bairros de Areal, Litine e Quirahi.

[7] Origem, transformações e situação presente

Historicamente, a orivesaria é uma actividade que se introduziu na Ilha pela via dos indianos *baneanes* (hindus). Existe a memória de um famoso ourives do grupo Damudar de nome Vithela. Este rico indiano, possuia lojas e oficinas de ourivesaria. O ouro, a prata, pedras preciosas e todos os instrumentos de trabalho utilizados em suas oficinas eram trazidos da Índia. Nas suas oficinas, os Banianes, contratavam trabalhadores locais que passaram a aprender a técnica do ouro.

Ao que se saiba, a primeira oficina de ourivesaria na Ilha foi implantada por Vithela e ela se localizava próximo do hospital. Não existia na Ilha e mesmo no continente nenhuma outra orivesaria. As pessoas de posses vinham de todos os cantos da província de Nampula e até de outras partes do país para adquirirem jóias de ouro ou prata junto ao Vithela. As grandes familias da Ilha adquiriam jóias femininas que eram exibidas em momentos especiais como casamentos, cerimónias *osinkiya* e *emwali* (veja fichas sobre *osynkiya* e *emwali* neste inventário), nascimentos e outras celebrações. A posse de jóias trazia grande prestígio para as famílias. Estas relíquias passavam de mães para filhas, sendo oferecidas como presente precioso de casamento.

Com o tempo, porém, as coisas mudaram. Os portugueses, que mantinham relações comerciais com os *baneanes* e permitiram um certo predomínio destes na acticidade do ouro, abandonaram o país logo após a independência e a crise do ouro sobreveio, acarretando a partida dos *baneanes*, até então detentores do monopólio da produção de joalharia na Ilha.

Actualmente, parece existirem mais ourives do que antigamente. Todavia, a qualidade dos produtos bem como o aperfeiçoamento técnico dos ourives baixaram consideravelmente. Um factor que desencoraja a actividade é a grande escassez e elevado custo da matéria prima, resultando numa certa estagnação ou até mesmo num recuo da actividade na Ilha. O ouro que tem mantido uma actividade relativa provém de alguns distritos do país como, por exemplo, Nacala-à-Velha e Ribáuè, na provícia de Nampula, Gilé, na Zambézia e Sussundenga, em Manica.

[8] Referências espaço-temporais

Não se aplica.

[9] Componentes materiais associados

A actividade de ourivesaria usa diferente matéria prima, como a prata, o ouro, pedras preciosas e semi-preciosas. Para a transformação destes elementos, existe uma diversidade de instrumentos, a saber:

- alicates (de ponta, corta arames e achatado);

- alicates de puchar arame;

- tesouras para cortar chapas finas e arames;

- limas finas e grossas;

- escópulos para polir e para cortar;

- fiela (chapa grossa de ferro com buracos pequenos grandes para o fabrico de argolas);

- bássilo (estrutura de ferro maçisso de forma quadrada com buracos para o fabrico de bolas de ouro ou de prata);

- colilo (peça que se utilisa junto com o bássilo para a feitura de bolas de metal);

- agulhas feitas com raios de bicicleta ou de motorizada para a produção de pequenas anilhas para o fabrico de um tipo de colar;

- ferro de medir anéis, brincos e colares;

- jogo de medidas para pulseiras;

- jogo de medida para anéis;

- compasso;

- escovas de aço para lavar o metal;

- morqui (instrumento que serve para furar as chapas de ouro ou de prata);

- tornos para cortar e furar chapas;

- pinças;

- sânfura (peça de ferro maçisso fixo a uma base de madeira forte e que serve de apoio para bater o metal, endireitar ou cortar);

- máquinas (1 de puxar arame, 1 de puxar chapa e 1de cortar);

- formas diversas para a produção de anéis, brincos, colares de diferentes feitios e tamanhos;

- pedras de limar;

- lixas de diferentes tipos;

- martelos;

- candeeiro a petróleo;

- maçarico;

- *domí*, pequeno tubo de metal, ligeiramente recurvado e afunilado numa das extremidades para soprar o ar da boca para avivar o fogo.

[10] Componentes imateriais associados

Conhecimentos tecnicos associados a actividade.

[11] Transmissão, sucessão

De pais para filhos ou sobrinhos mediante a actividade prática. Nota-se que todas oficinas visitadas estão localizadas nas residências dos ourives.

[12] Disseminação, divulgação

Não há.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade
A comunidade atribui um grande valor a esta actividade em razão do lugar que a joalharia ocupa na vida das mulheres da Ilha. Pode se dizer que não há mulher da Ilha que não possua jóias (colar, brinco, *maluatha* (pulseira de pé), brinco de nariz, pulseiras e anéis) produzidos nas oficinas locais.
[2] Justificativa para inclusão no inventário
Trata-se de uma actividade histórica transmitida de geração para geração e que caracteriza a Ilha. Hoje em dia, um número considerável de ourives deixaram a Ilha para prosseguirem com sua actividade fora dela.
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente
Se a ourivesaria foi antigamente uma actividade muito provavelmente difundida na região, hoje não se pode mais dizer o mesmo. A Ilha perdeu grande parte do seu valor desse ponto de vista.
[4] Ameaças à continuidade da execução
A falta de matèria prima, instrumentos e a falta de aperfeiçoamento técnico dos ourives tem trazido o declínio da actividade.
[5] Ameaças à transmissão
Como consequência das limitantes acima indicadas no ponto 4, o processo de transmissão tem sido deficiente, pois ela envolve a prática constante da actividade.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados
O dificil acesso à matéria prima como o ouro a prata e as pedras preciosas, devido ao seu preço elevado, são uma ameaça à actividade.
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados
Riscos de se perderem os conhecimentos acumulados nesta área em resultado de uma falta de prática. O empobrecimento dos modelos usados na produção das jóias conduz as pessoas a buscarem outros pontos de comércio.
[8] Outras ameaças à viabilidade
Não há.
[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados
A perda de identidade (se considerar que a Ilha foi um ponto de referência no comércio de ouro e de prata), redução da fonte de renda de algumas famílias e o suprimento de um item de consumo bastante relevante para as mulheres *makhuwa nahara*.
[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática
Regresso da Ilha a sua anterior posição como um centro de comércio de produtos de ouro e prata; oferta de um produto de qualidade que pode ser um atrativo importante na promoção do turismo cultural; fortalecimento da actividade e aumento da renda familiar;

aperfeiçoamento da técnica do ouro com vantagens para o comércio.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Não há.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Estímulo à documentação urgente desta técnica e dos modelos tradicionalmente produzidos na Ilha através da localização de coleções ou iconografia. Promoção de oficinas de memória da arte com ourives da região para recuperar o repertório de desenho anteriormente conhecido. Criação de facilidades para formação de capital de giro (através de algum órgão associativo) e comercialização em sistema de *fair trade* (comércio justo).

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Criação de um programa de salvaguarda.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Muzé Abdala
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 1937
Local: Ilha de Moçambique, Matibane, Mossuril
Residência: Ilha de Moçambique, Areal
Posição na actividade: ourives
Contacto:

Nome: Muzé Braimo
Grupo etno-lingüístico: makhuwa
Sexo: masculino
Data de nascimento: 1977
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique, Areal
Posição na actividade: ourives
Contacto:

Nome: Ali Ussene Simba
Grupo etno-lingüístico: makhuwa

Sexo: masculino
Data de nascimento: 07/04/1976
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique, Quirahi
Posição na actividade: mestre ourives
Contacto:

Nome: Mahomed Abdul
Grupo etno-lingüístico: makhuwa
Sexo: masculino
Data de nascimento: 1981
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique, Quirahi
Posição na actividade: ourives
Contacto:

Nome: Raul Matano Mussa
Grupo etno-lingüístico: makhuwa
Sexo: masculino
Data de nascimento: 1948
Local: Ilha de Moçambique, Mussoril, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique, Quirahi
Posição na actividade: régulo
Contacto: 820568140

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

Não há.

[5] Iconografia

Não há.

[6] Plantas, mapas e croquis

Não há.

[7] Anexos a esta ficha

Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado

Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com

os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Hermínia Manuense, Sónia Lopes, Josefina Salência, Sofia Cássimo
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

4. Conhecimentos e técnicas relativos ao corpo

M'SIRO, OWANTXA, MULALA

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Conhecimentos e técnicas relativos ao corpo / ornamentação

[3] Outros bens relevantes

Não há.

[4] Descrição

O *m'siro* e um produto natural extraido da planta do mesmo nome. Para seu manuseio o *m'siro* é cortado em pequenos pedaços de cerca de 25 a 35 centímetros. Os *nahara* distinguem dois tipos de *m'siro*. Um mais vulgar, branco, usado em todas as ocasiões, em público e sempre que se queira ao longo da vida e, outro, de tom acastanhado e perfumado utilizado nos ritos *osinkiya*, nos rituais fúnebres e em momentos íntimos dos casais.

Tanto um como outro *m'siro*, quando untado na pele tem efeitos terapêuticos e estéticos.

A preparação do *m'siro* consiste em friccionar os pedaços da planta numa pedra natural extraida da montanha e própria para essa finalidade, denominada *nluku no kuthela m´siro*, adicionando-se água em pequenas quantidades de modo a produzir uma fina pasta, de tom creme, que é posteriormente aplicada sobre a pele do rosto, pescoço ou todo corpo. Esta pasta, depois de aplicada, age como uma máscara que, ao secar, absorve as impurezas da pele, deixando-a limpa e macia. De salientar que o uso do *m'siro* castanho está envolto de tabus. É apenas usado no tratamento de cadáveres e nos ritos *osinkiya*. Note-se que a ambos os tipos de pasta se pode adicionar coco ralado, o que é facultativo para o *m'siro* branco e indispensável para o castanho.

Por seu turno, a preparação de *owantxa* faz-se com o auxílio da fuligem de candeeiro a petróleo e óleo. Para produzir a fuligem, acende-se o candeeiro e aproxima-se uma chapa metálica ou panela, deixando que o fumo vá cobrindo gradualmente a sua superfície. De seguida, adicionam-se gotas de óleo à fuligem e mistura-se, obtendo assim o *owantxa*, uma especie de tinta gordurosa, que se pode aplicar sobre o contorno dos olhos e nas sobrancelhas, realçando a beleza e expressão feminina. Refira-se que o *owantxa* foi no passado colonial bastante usado pelas camadas pobres da ilha, por não possuirem recursos para a aquisição do lápis de sombra. Uma das entrevistadas, a senhora Dauria, de 70 anos de idade afirmou com alguma saudade que na sua juventude as raparigas produziam elas mesmas essa tinta gordurosa para pintarem seus olhos e assim se porem belas.

A *mulala* é uma raiz dura que possui uma casca fina e mole de cor preta por fora. Não é um produto tipicamente *makhuwa*, pois seu uso abrange o país inteiro. Esta planta encontra-se nas zonas ribeirinhas junto ao mangal. Como em todo o país, a *mulala* é usada por todos os indivíduos, crianças, adultas, homens e mulheres da Ilha para a limpeza e tratamento dos dentes. Para isso, corta-se a raiz num cumprimento de cerca de 20 centímetros e depois lava-se muito bem com água limpa. De seguida, retira-se a parte preta da mulala, deixando ver a parte carnuda da casca. Mastiga-se uma das extremidades da *mulala* até que a fibra se desfie, formanto uma espécie de escova. Uma vez que a casca mole é ácida, caso o queira, a pessoa podera removê-la na totalidade.

A substância que sai da mulala produz uma brancura tipica aos dentes e dá uma cor alaranjada forte à boca e aos lábios. A substância é ácida e queima a pele. A única maneira de atenuar a acidez é retirando a parte mole da *mulala*.

[5] Praticantes ou detentores

Os *makhuwa*, e não só.

[6] Forma de organização

Não se aplica.

[7] Origem, transformações e situação presente

M'siro: O uso do *m'siro* é uma prática que teve o seu início desde os tempos imemoriais. O *m'siro* de tom claro e não perfumado é o mais comum e é usado por indivíduos do sexo feminino com fins estéticos e terapêuticos. O *m'siro* acastanhado é perfumado e usado pelos casais em seus momentos íntimos, depois da mulher ter sido submetida ao ritual *osinkiya*. Refira-se ainda que o *m'siro* de cor acastanhada é aplicado no tratamento dos mortos.

No uso destes produtos não se registraram mudanças e preservam ainda a mesma função de outros tempos.

Owantxa: É um produto de valor estético. As mulheres pobres da ilha confecionavam e aplicavam este produto para realçarem a beleza do rosto, dando maior expressividade aos olhos pelo contorno a preto do *owantxa*. Hoje em dia a proliferação de produtos cosméticos, incluindo o lápis de sombra, de diferentes origens e qualidade tem facilitado a aquisição desses produtos, e provocado o abandono, por algumas mulheres, sobretudo jovens, do *owantxa*.

Mulala: Este produto é usado desde tempos recuados pelos *makhuwa*. No passado era carregado de grando significado uma vez que era apenas usado por mulheres casadas, que haviam passado, portanto, pelo *osinkiya*. Nos dias que correm todos podem, sem restrição, usá-lo. Apanha-se em qualquer mercado e pode ser adquirido por qualquer um.

[8] Referências espaço-temporais

M'siro branco: a qualquer hora do dia. Algumas mulheres aplicam este produto durante a noite para tirar melhores resultados.

M'siro perfumado: aplicado sempre a noite.

Owantxa: a qualquer hora desde que a mulher o queira.

Mulala: normalmente de manhã ao acordar.

[9] Componentes materiais associados

M'siro: *m'siro*, pedra de moer e água.

Owantxa: Candeeiro, chapa metlica ou panela, fogo, petróleo e óleo.

Mulala: *mulala*.

[10] Componentes imateriais associados

M'siro branco: não há.

M'siro perfumado: conhecimentos do *osinkiya.*

Owantxa: não há.

Mulala: não há.

[11] Transmissão, sucessão

M'siro: convivência diária entre mulheres jovens e adultas; ensinamentos administrados no *osinkiya*.

Owantxa: convivência diária entre mulheres jovens e adultas (mães, avós, tias) e a pràtica.

Mulala: educação familiar.

[12] Disseminação, divulgação

Através do uso frequente e generalizado.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

M'siro: trata-se de uma prática saliente entre as populações da Ilha, ao mesmo tempo em que o *m´siro* possui um elevado valor como um produto natural de tratamento da pele.

Owantxa: revela a criatividade feminina na ornamentação do corpo com recurso a produtos naturais locais. As mulheres da Ilha encaram o cuidado com o corpo como um aspecto importante da vida.

Mulala: pelo alto valor como produto de higiene bocal e de luta contra a cárie.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

A inclusão no inventário justifica-seem razão dos valores atribuídos pela comunidade.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

Reconhecimento do valor estético e terapêutico desses produtos.

[4] Ameaças à continuidade da execução

M'siro: as jovens não dão a mesma atenção ao *m´siro* que as adultas.

Owantxa: existência de produtos industriais com a mesma função que o *owantxa*.

Mulala: existência de produtos industriais com a mesma função que o mulala (a pasta dentífrica).

[5] Ameaças à transmissão

M'siro: desinteresse por parte das jovens.

Owantxa: desinteresse por parte das jovens.

Mulala: desinteresse por parte das jovens e adultos.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Não há.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Não se aplica.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

M'siro: a Ilha ficará destituída de um dos seus maiores atrativos, fazendo desaparecer o aspecto característico da mulher.

Owantxa: não há.

Mulala: uma vez que a *mulala* contribui para a saúde bocal, o abandono desta prática poderá aumentar os índices de cárie.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

M´siro: Promoção do produto com provavel aumento da renda para os seus produrores. Resgate da identidade da ilha. Promoção do turismo cultural na ilha.

Owantxa: Sem muita relevância

Mulala: Melhor saude

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Não há

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Não há recomendações a fazer em face das informações disponíveis.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Não há recomendações a fazer em face das informações disponíveis.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em face das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em face das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Dauria Jamú
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1929
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Litine, Ilha de Moçambique
Posição na actividade: anciã da comunidade
Contacto: 826055992

Nome: Ancha Ali (Namamotinho)
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1952
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique, Macaribe
Posição na actividade: *anamalaka*
Contacto: 826134104

Nome: Manjuma Ali (Namamustafá)
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1939

Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Macaribe
Posição na actividade: *anamalaka*
Contacto: 826134104

Nome: Acelina
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento:
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Macaribe.
Posição na actividade: ajudante de *anamalaka* (filha de Ancha Ali)
Contato: 826134104

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

Não há.

[5] Iconografia

Não há.

[6] Plantas, mapas e croquis

Não há.

[7] Anexos a esta ficha

Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado

Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.

[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo

3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.

[3] Autoria do texto

Sónia Lopes, Josefina Salência, Herminia Manuense, Sofia Cassimo.

[4] Responsável pelo inventário

Antonio A. Arantes (Consultor da UNESCO).

[5] Responsável pela instituição inventariante

Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

OTHUNA

ALONGAMENTO DOS PEQUENOS LÁBIOS VAGINAIS

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Conhecimentos e técnicas relativos ao corpo / sexualidade.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Emwali e o*sinkiya.*

[4] Descrição

A palavra *othuna* (verbo) deriva do substantivo *makhuwa athuna* que significa pequenos lábios vaginais. Por este termo designar partes íntimas da pessoa não é usado senão em circunstâncias restritas, geralmente no seio da família e entre mulheres. É um termo que designa o processo pelo qual são alongados, manualmente, os pequenos lábios, prática realizada pelas raparigas no próprio corpo, com o auxílio de uma substância gordurosa e preta, resultante da queima de sementes de rícino que são posteriormente esmagadas e reduzidas a pó. Outros produtos vegetais aplicados neste processo são o *impira* ou *ikura*, o *espigi*, o *npitxi,* o pó de carvão misturado com óleo de rícino e borracha queimada. É referida também a associação de produtos animais à substância gordurosa feita à base de rícino.

O *othuna* é uma prática secular, bastante difundida entre as comunidades *makhuwa* da Ilha e do continente. Faz parte de um conjunto de práticas que visam a preparação da criança do sexo feminino para a função sexual, a qual está fortemente associada à preocupação de dar maior satisfação ao homem, seu futuro esposo. Pode-se afirmar que esta prática constitui o iniciar de um processo de educação da rapariga para o casamento, que culmina com o *osinkiya* (ritual de nubilidade).

Através do *othuna* as meninas, ainda muito novas (entre 8 e 12 anos), passam a conhecer o seu próprio corpo e a cuidá-lo. O alongamento dos lábios é realizado sob orientação de mulheres adultas, geralmente as próprias mães, que estão atentas ao crescimento das filhas de maneira a que, logo cedo, sejam ensinadas a como proceder. O começo tardio torna

difícil a obtenção dos resultados desejados. Outro facto que motiva o começo do *othuna* mais cedo (antes da primeira menstruação) é a realização do *emwali* (rito de iniciação feminina). Por ocasião desses ritos as meninas devem exibir seus lábios às *anamalaka* (mulheres conselheiras) para confirmar-se que o *othuna* foi feito e que seus resultados obedecem estritamente à norma. As meninas podem ser repreendidas severamente e aconselhadas a voltar ao processo do alongamento caso os pequenos lábios não tenham as dimensões requeridas.

Depois de uma primeira instrução, mostrando no corpo da menina como fazer a mãe passa a controlar o comprimento dos lábios. A rapariga isola-se no quarto, numa casa de banho ou num outro lugar escondido, levando consigo uma bacia de água e um pouco do preparado acima mencionado. O lugar escolhido para esta prática deve ser longe dos olhares masculinos, pois acredita-se que a presença de homens pode anular os efeitos da aplicação. Assim, certificando-se de que está sozinha, senta-se num banco ou num tronco de pernas abertas e molha os quatro dedos das mãos (polegares e indicadores) para depois com as pontas pegar o produto e com ele começar a estirar os lábios vaginais. Faz isso repetidas vezes passando, uma vez e outra, água para lavar os lábios. Este processo leva no mínimo cerca de 10 minutos por dia e é interrompido algumas semanas depois, logo que os lábios tenham atingido o tamanho de um dedo normal ou entre 5 a 10 centímetros de comprimento.

A explicação dada às meninas para que elas assumam a prática como algo importante é a de que o *othuna* torna as mulheres completas e aceitáveis. Assim, as raparigas trabalham suas partes íntimas e se aplicam nisso para "modela-las" e preencherem assim os requisitos físicos socialmente impostos para serem consideradas mulheres "completas".

[5] Praticantes ou detentores

O *othuna* é praticado pelas mulheres da etnia *makhuwa*, tanto na Ilha quanto no continente. De forma não generalizada é também praticada entre os *nyanja*, igualmente designados de *marave* ou *maravi*, grupo étnico que habita as margens oriental e ocidental do Lago Niassa.

Fruto do contato entre populações das diferentes origens existentes no país é comum encontrar mulheres não *makhuwa* e nem *nyanja* que se submetem ao *othuna*, seja por simples curiosidade ou para se sentirem socialmente aceitas.

[6] Forma de organização

A atividade envolve mães e filhas, e a *anamalaka* no momento do *osinkiya*.

[7] Origem, transformações e situação presente

Não é conhecida a origem desta prática sabe-se, porém, que ela teve o seu início desde os tempos imemoriais deste grupo. E orientada por mulheres adultas que instruem e controlam as meninas na maneira de o fazer. Não existem mudanças assinaláveis na prática que continua bastante difundida entre as mulheres *makhuwa*.

[8] Referências espaço-temporais

Esta atividade é realizada em espaço privado, fora do alcance e da vista dos homens.

[9] Componentes materiais associados

Sementes de rícino, outras plantas como o *impira* ou *ikura*, o *espigi*, o *npitxi*, pó de carvão, borracha queimada e partes de animais associados.

[10] Componentes imateriais associados Conhecimentos da técnica de manipulação do corpo e concepções relativas a gênero e sexualidade.
[11] Transmissão, sucessão A transmissão se faz de geração para geração, de mães para filhas.
[12] Disseminação, divulgação O costume impõe que o acesso aos ensinamentos seja aberto a mulheres *makhuwa* em geral.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade Esta prática é considerada importante pelos mais velhos que afirmam que pequenos lábios pouco desenvolvidos podem ser causa de graves problemas no casal, podendo inclusive causar o divórcio.
[2] Justificativa para inclusão no inventário A inclusão deste ítem nos bens inventariados justifica-se pelo facto de constituir uma prática fortemente associada ao povo *makhuwa* (embora não seja praticada exclusivamente por mulheres desta etnia) e constitui o início da preparação da rapariga para sua condição futura de mulher e esposa.
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente Mulheres pertencentes a outros grupos etnolinguísticos também praticam o alongamento dos pequenos lábios vaginais, ainda que de forma não generalizada.
[4] Ameaças à continuidade da execução Não há.
[5] Ameaças à transmissão Não há.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados Não há.
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados Esta prática é por vezes negligenciada pelas raparigas em razão de uma grande exposição a outras formas de ser e estar, e à desvalorização dos costumes locais.
[8] Outras ameaças à viabilidade Não há.
[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Não há.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Enquanto prática dominante poderá contribuir eventualmente para o reforço da coesão social e familiar, muito particularmente entre os casais.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Não há.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Mariamo Abacar Ali Sinalo
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1950
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: *halifa*, professora de profissão e juíza eleita
Contacto:

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Não há.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

Organização da Mulher Moçambicana, "Situação social da mulher moçambicana sua análise e definição da estratégia da luta pela sua emancipação na fase actual", Maputo, Sd.

- Ficheiros da Campanha Nacional de Preservação e Valorização do Património Cultural

(1978-1983), Rituais.
[5] Iconografia Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis Não há.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Hermínia Manuense, Josefina Salência.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

5. Conhecimentos e técnicas relativos à natureza

PESCA ARTESANAL

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Conhecimentos e técnicas relativos à natureza / pesca.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Construção naval. Conhecimentos náuticos do *nahota*.

[4] Descrição

A pesca é uma actividade que ocorre na Ilha de Moçambique tanto com recurso a técnicas tradicionais, como convencionais e industriais. No que concerne à pesca tradicional, os pescadores individualmente ou em grupos de até três elementos, entre amigos e familiares, se fazem ao mar usando três tipos de embarcações, nomeadamente: a canoa, também designada almadia e chamada localmente *ekalaya*, movida por remos; o barco a vela, chamado *ekankaya ya ntanga* e motorizado, designado *showiyo*. Os outros instrumentos associados são remos, anzóis, linhas e redes.

Enquanto o primeiro tipo de embarcação realiza a actividade em águas pouco profundas, e é vocacionada, sobretudo para o autoconsumo, os barcos a vela e a motor realizam as suas actividade em águas relativamente profundas, e a captura satisfaz não somente o auto-consumo, mas também para a comercialização.

Do ponto de vista das técnicas utilizadas existem, de acordo com os praticantes, as seguites modalidades principais, nomeadamente: arrasto, emalhar, cerco, gaiola, linha e a chamada "arma submarina".

Um estudo realizado em 1988 caracteriza a pesca na Ilha da seguinte maneira:

"Cerca de 600 pescadores dedicam-se a esta actividade em regime de ocupação exclusiva, sem contar com outra centena de indíviduos (fundamentalmente mulheres e crianças) que se dedicam a actividade de recolecção de mariscos, nos períodos de mare baixa, e cuja produção se destina, na sua totalidade, ao auto-consumo familiar. A organzação destes pescadores varia bastante, podendo-se encontrar pescadores artesanais que operam isoladamente ou em grupos de dois, sendo, todavia a actividade da pesca organizada predominantemente com base em pequenos proprietários (em que muitas vezes o dono da embarcação e de outros meios de produção participa no processo da pesca), e privados (patrões de pesca); estes são também, não raro, proprietários em outros ramos de actividade)".[70]

Dados fornecidos pela Capitania da Ilha de Moçambique sobre 2009 indicam que, até o primeiro semestre daquele ano, tinham sido registadas um total de 406 embarcações, das quais, 29 movidas a motor e as retantes a vela. Dados do Governo Distrital destacaram que entre 2008 e 2009, não houve evolução em termos de números de embarcações, de empregados ligados ao sector e muito menos da quantidade de pescado capturada, se comparadas com 2007. Segundo esta fonte, isto deveu-se aos efeitos negativos do ciclone Jokwe, que em 2008 assolou a região costeira de Nampula, saldando-se na destruição de

[70] Falcão, Rui Manuel. "Notas Gerais sobre a Actividade da Pesca na Ilha de Moçambique". In: ARQUIVO 4. AHM, 1988.

diversas embarcações e de infra-estruras secundárias ligadas ao sector. Outra razão é a falta de manutenção constante das embarcações e da aquisição ou reposição dos diversos bens de produção ligados à pesca.

As principais espécies de pescado capturadas nas águas da Ilha de Moçambique são: atuns, peixes de bico, peixe pedra, pargo, sargo, roncador, sapateiro, carapau, sardinha, entre outros.

A comercialização da produção pesqueira é efectuada em diferentes moldes. Destaca-se em primeiro lugar o mercado Passo-Mar, onde os barcos que desembarcam na costa, onde os compradores ficam a espera da chegada dos barcos. Estes compram em caixas para a revenda em outros mercados dentro da província de Nampula. Neste mesmo local, também vende-se em pequenas quantidades para o suprimento das necessidades alimentares das famílias locais. Igualmente, encontram-se neste mercado, senhoras que vendem peixe confeccionado, acompanhado de mandioca ou banana fritas. Também comercializa-se pescado nos mercados como Areal. Existe também o chamado mercado de peixe, que abre no final do dia, cuja vocação é a comercialização de pescado frito.

Refira-se que no período colonial e nos anos subsequentes, o pescado era comercializado principalmente no Mercado Celeiro. Neste local tinham sido instalados frigoríficos para a conservação do pescado; que era vendido nas bancas ali existentes, e parte podia seguir para mercados fora da Ilha. Com o tempo, este lugar foi perdendo a sua preponderância, sendo agora um lugar onde são comercializados produtos diversos, desde cocos até vestuário.

A divisão do trabalho com base no género e na idade é bastante nítida. A pesca do tipo arrasto, cerco e linha é desenvolvida pelos homens e jovens. As mulheres e crianças, fundamentalmente, como recolectoras de crustáceos e moluscos na maré baixa, junto à praia. As mulheres também participam dos circuítos comerciais, tanto a nível local como provincial.

A conservação do pescado é um aspecto que merece alguma atenção. De acordo com Momade Ibrahimo, mais conhecido por Momade Canhama, esta questão inquieta tanto aos associados como aos pescadores não associados. De acordo com este informante:

"A Associação dos Pescadores da Ilha de Moçambique (ASSOPIMO), aquando da sua criação, elaborarou um projecto visando a aquisição de duas câmaras frigoríficas, uma normal e uma de choque, com as capacidades de 10 e 3 toneladas respectivamente. Solicitaram uma factura pro-forma e submeteram-na a um investidor, no caso, a Agência de Cooperação Italiana. Contudo, houve demora no desembolso dos fundos por parte do financiador, e quando estes foram disponibilizados, o custo das câmaras tinha-se agravado, não tendo sido possível, desse modo, a aquisição destes equipamentos. Existem actualmente duas câmaras frigoríficas no Mercado Celeiro que funcionam com dificuldade, uma outra, pertencente ao senhor Panthuwa, com a capacidade estimada em 4 toneladas, e outras 2 na zona da cidade de Pedra e Cal, que não conseguem responder a demanda e se encontram em processo de abandono. A alternativa viável á sua conservação através de frigoríficos domésticos".[71]

No que respeita à fumagem e secagem, Momade referiu que, a primeira encontra-se praticamente abandonada, sobretudo como resultado da introdução da energia eléctrica no distrito e a consequente aquisição de equipamentos de frio pelas famílias. Como a capacidade de conservação neste molde é reduzida, não conseguindo responder aos

[71] Entrevista de 27/04/2010. Ilha de Moçambique.

período de elevada produtividade, este é comercilizado a preços abaixo do habitualmente praticado. A secagem ainda se usa, sobretudo na parte continental do Distrito.

Salientou ainda que, após a Independência de Moçambique, foi criada uma empresa estatal conhecida por Combinado Pesqueiro. Esta instituição recolhia o pescado dos pescadores artesanais para a sua conservação e venda em mercados como Nampula, redistribuindo depois os rendimentos aos pescadores. Contudo, esta entidade deixou de existir há cerca de 15 anos.

[5] Praticantes ou detentores

A população da etnia *makhuwa*, cuja esmagadora maioria fixou residência na Ilha, sobretudo a partir dos finais do período colonial, com maior destaque para a decáda de 1960, desdica-se a esta atividade. Este número viu-se substancialmente acrescido[72] com a eclosão da guerra civil em Moçambique, para onde seguiam como um refúgio, tendo se integrado na actividade pesqueira.

Maior parte destes trabalha(va) como assalariados. De acordo com alguns empregados da Empresa de Pesca STA[73], os trabalhadores deste sector auferem os seus ordenados tanto em espécie como em numerário. A remuneração é diária. Após um dia de trabalho, o pescado é comercializado e o seu rendimento redistribuido. Igualmente, recebem uma certa quantidade de pescado cujo destino é definido pelo beneficiário, podendo portanto alocá-lo para auto-consumo ou para venda.

[6] Forma de organização

Há várias formas de organização. Existem os pescadores artesanais que operam individualmente, tendo como instrumentos de trabalho, a canoa de peça única, o anzól e o remo. Existem os pescadores artesanais que actuam em grupos de dois ou três, recorrendo igualmente a pequenas embarcações.

Existem igualmente pequenos proprietários, que possuem uma, duas ou até três embarcações, a vela ou motorizadas, e que empregam cerca de 15 a 30 trabalhadores. Neste quadro, pode citar-se a Empresa de Pesca STA. Por último, foram identificadas associações de pescadores, como a ASSOPIMO e a Associação dos Pescadores das Cabaceiras (APC). As últimas duas modalidades são consideradas as mais sustentáveis e melhor estruturadas. Estas têm se beneficiado do apoio e protecção das instituições nacionais ligadas ao sector e, por via disso, tem acesso a concessões e preços bonificados para a aquisição de combustíveis, equipamentos para as embarcações e crédito.

[7] Origem, transformações e situação presente

Para a população da costa, assim como das ilhas, onde o contacto com o meio marítimo é um imperativo de sobrevivência, a actividade pesqueira destaca-se sobre as outras. Nessa ordem, desde a fixação humana, a actividade piscatória constituiu-se tanto como uma fonte de rendimento, como de obtenção de proteínas. Assim, concluí-se que esta foi sofrendo as vicissitudes e dinâmicas históricas, atravessando todos os períodos.

No período árabe-persa, a navegação constituiu-se como um ofício, que se desenvolveu até a perfeição, no quadro das técnicas da época. Neste quadro, a pesca, a par da nevegação, revelaram-se como actividades predominantes. No período da dominação

[72] Em 1960, a população total da Ilha era estimada em cerca de 12.002; em 1970, ascendeu a 21.906; em 1980 passou para 30.152, para em 1997 ser calculada em 42.407, e em 2007, foram contabilizados 48.839 habitantes, dos quais, 23.502 do sexo masculino e 25.337 do sexo feminino. INE (2009).

[73] Ver lista de entrevistados no final da ficha.

portuguesa, estas actividades confirmaram-se como principais. Até a proclamação da independência nacional, a população de matriz *bantu* continuou a dedicar-se esta actividade, conjugada com o trabalho doméstico (os ditos *mainatos*) e a construção civil. Com a independência e o consequente êxodo de parte significativa das élites locais, a população negra aqui estabelecida passou a depender, quase que exclusivamente, da pesca para a sua sobrevivência e obtensão de renda familiar.

Durante o período tardio da dominação estrangeira, existiam na Ilha cidadãos de origem portuguesa ou indiana que possuiam estaleiros de pesca, onde trabalhavam alguns dos pescadores vindos de Monapo, Muecate, Memba, Matibane, Nampula, entre outros locais.

De acordo com Charifo Arabia, nascido em Matibane, distrito de Mossuríl, em 1947, que se dedica a actividade piscatória desde a tenra idade, e residente na Ilha de Moçambique desde 1959, o primeiro barco a motor foi introduzido na Ilha em 1962, propriedade de Mariato Salimo, um afro-islamizado natural do distrito de Nacala.

Segundo ele, a pesca na Ilha não era uma actividade massificada por causa da presença de pessoas de origem estrangeira, com destaque para os portugueses. Ele assim se descreveu o cenário desta actividade desde o período em que se fez presente na Ilha:

"Eram poucos os negros na actividade piscatória. Muitos trabalhavam directamente para os brancos em diversas actividades e mesmo na pesca. Eram trabalhadores assalariados. Por exemplo, existia um branco chamado Morgado que possuía um frigorífico. Este comprava e armazanava o pescado. Outro comprador era José Mendes Arnaut, mas este possuia menos posses económicas que o primeiro. Portanto, o peixe não se vendia e não se comprava em nenhum outro local que não fosse no Morgado, que também explorava o Mercado Celeiro. O primeiro barco motorizado apareceu na Ilha em 1962".[74]

De acordo com a mesma fonte, com a proclamação da independência de Moçambique em 1975, e a consequente fuga da população de origem portuguesa, os estaleiros portugueses foram encerrados e o Mercado Celeiro deixou de ser referência para a comercialização do pescado. Desta forma, os pescadores africanos que se tinham estabelecido na Ilha para desenvolver esta actividade passaram a dominar o sector. Neste período, foi estabelecido o Combinado Pesqueiro, que trabalhava em colaboração com os pescadores, auxiliando-os em matérias como o uso de técnicas de trabalho sustentáveis, na aquisição dos meios de trabalho, assim como na comercialização. Esta empresa encerrou as suas portas na década de 1980.

Actualmente, a actividade é desenvolvida pela população *makuwa* radicada na Ilha, proveniente das regiões de Lunga, Matibane, Memba, Cabaceiras Pequena e Grande, entre outros locais da costa norte de Moçambique.

[8] Referências espaço-temporais

A realização da actividade pesqueira é dependente das condições atmosféricas e dos ciclos das marés, não havendo, deste modo, uma rotina rígida de trabalho. Os pescadores se fazem ao mar quando a maré começa a baixar, e regressam à costa quando esta começa a encher. Um dado recolhido no Passo-Mar revela que, na generalidade, a partir do meio-dia, as embarcações começam a regressar, podendo desembarcar até o final da tarde. Às sexta-feiras, os pescadores não se fazem ao mar. A recolha de moluscos e crustâceos, a actividade ocorre na maré baixa, próximo da praia. A pesca por meio de um anzól pode

[74] Entrevista de 08/07/2009. Ilha de Moçambique.

ocorrer tanto na maré baixa como na alta.

De acordo com Ana Loforte e Alexandre Mate[75], "*os períodos de maior captura do pescado são os meses de Janeiro a Outubro, pois os meses de Novembro a Dezembro são extremamente quentes e os peixes procuram outras águas. (...). A colecta de mariscos nesta região é efectuada por mulheres e crianças embora para certas espécies como a djassa que é recolhida no fundo do mar com auxílio de uma lente, a colecta seja feita por homens. Nesta tarefa geralmente não são empregues embarcações. A actividade decorre durante a maré baixa em zonas bem determinadas podendo facilmente ser identificados do fundo das águas marinhas os tradicionais trilhos que os grupos de mulheres e crianças usam na deslocação para as zonas de colecta. A recolha é sazonal para mariscos como o ussunkulu, o khompé e a djassa. Estes aparecem de Janeiro a Março e são usados para consumo e venda, pois são bastante apreciados pela população local"*.

[9] Componentes materiais associados

O Mercado Celeiro; embarcações; madeira para embarcações e remos; redes, anzóis, bóias, panos para velas, etc.

A respeito do Mercado Celeiro, refira-se que não foi possível ainda datar o período da sua edificação. Pórem, este viria a tornar-se numa referência no que respeita a comercialização de pescado. O seu estado actual de abando não é explicado pela inexistência de pescado na Ilha, mas por uma relativa periferização, pois, com a ineficiência do sistema de frio, os vendedores de pescado adoptaram por outras alternativas, como a comercialização do peixe nos locais de desembarque, com destaque para o Mercado Passo Mar; o surgimento de compradores-revendedores, que após a aquisição do produto encaminham-no para locais distantes, como Monapo, Nampula, entre outros pontos da província de Nampula e, por fim, a comercialização de pescado frito em diveroso locais, com particular insidência para o chamado "Mercado Tradicional", que abre por volta das 17:00 horas da tarde até cerca das 2:00 horas da madrugada. O nome oficial é Mercado de Antalane.

[10] Componentes imateriais associados

Nesta actividade, os pescadores seguem certas práticas. Por exemplo, destaca-se uma cerimónia designada *mwacamo.* Alguns entrevistados destacaram que trata-se de uma prática secular, que nos últimos tempos tem vindo a perder um certo valor. Incialmante, todos os pescadores de uma determinada área organizavam-se e realizavam a cerimónia.

O *mwacamo* é uma prática considearada secular. Toda a comunidade de pescadores realizava uma cerimónia tradicional, que visava, por um lado, solicitar a intermediação de Deus na actividade e como forma de agradecimemto pelos momentos de abundância havidos. Por outro, visa responder aos período de crise de pescado.

Existem dois dados importantes nesta cerimónia, pelo menos na sua modalidade actual, simbolizados pela presença do Deus, isto é, Alá, e a presença dos espirítos do mar, uns bons e outros maus. A reverência a Alá é marcadamente um resultado da forte converção da população local ao islamismo. A crença nos espirítos do mar faz parte do capital cultural tradicional desta comunidade, justificados pelo temor que o alto mar suscita.

Neste aspecto, admite-se que o fundo do mar está povoado de seres encatandos, que podem desviar o rumo das embarcações e conduzi-lás ao abismo. Como exemplo, cita-se

[75] Loforte, A; Mate, A. "Sociedades Costeiras do Norte de Moçambique: Gestão e Maneio de Recursos (o caso da Ilha de Moçambique)". In: Angius, Matteo; Zamparoni, Mario, 1988. Ilha de Moçambique, Convergência de Povos e Culturas. AIEP Editore, Bologna.

o caso da sereia, o peixe mulher, que se crê atrair os pescadores com os seus gritos e encantamentos, podendo levá-los para o fundo do mar. Também sabe-se que existe no mar seres como o tubarão, que são verdadeiros gigantes e que podem colocar em risco a vida dos pescadores, sem deixar de lado as correntezas e turbilhões sobre as quais é dificil navegar.

Assim, os pescadores se reuniam numa espécie de conselho dos pescadores e decidiam realizar o *mwacamo*, e segundo ele, os resultados eram excelentes, pois havia poucos casos de naufrágios e a produção era significativa.

Esta prática passou igualmente a ser observada nos períodos em que a produção pesqueira estivesse retraída. Diga-se que, a disponibilidade de pescado é condicionada pelas condições climáticas, como a precipitação e o calor. Se houver menor precipitação e a água estiver quente, os peixes não chegam para as águas da Ilha onde depositariam as suas crias, preferindo regiões mais temperadas. Nestes momentos, a pesca é significativamente reduzida.

Em princípio isto ocorre anualmente na estação quente. Assim, aqueles pescadores entendiam que alguma coisa estava a passar-se mal; buscando explicações na ira ou insatifação de Alá para com os seus actos (pesqueiros?), retirando-lhes dessa forma a sua benção e protecção, o que dava espaço para o aumento da actividade dos espirítos maus do mar. Desta forma, para agraciar o primeiro e reduzir os efeitos negativos dos espirítos maus, os pescadores realizam o *mwacamo*. Invariavelmente, ainda que com periodicidade menos rígida, a cerimónia era anualmete realizada até os finais da decáda de 90.

Desde então, recrudesceu a competitividade entre os pescadores. Esta nova situação deve ter sido provocada pela elevada densidade populacional da Ilha, que crescia de forma geométrica e não era acompanhada pela criação de novos postos de trabalho. Aliás, a partir da decáda 80, as empresas estatais começaram a fechar as suas portas, seja como resultado do processo de privatizações, ou por insolvência e, portanto, falência. Este cenário foi associado à eclosão da guerra civil, que injectou um número significativo de refugiados na Ilha.

Tanto os desempregados como os refugiados encontraram na pesca a solução para os seus problemas de instabilidade económico-social. Assim, a pesca tornou-se a principal fonte de emprego e de rendimento da comunidade local. Nesta situação, o imperativo era que cada pescador ou grupo associado tentasse obter o maior nível de rendimentos em detrimento dos seus concorrentes. Face a isto, a prática do *mwacamo* passou a ser da iniciativa de um grupo de associados ou de pescadores afins que pretendem resolver o seu problema específico.

Na sua modalidade actual a cerimónia consiste de dois momentos. O primeiro, após a congregação dos pescadores interessados, convida-se um líder religioso, no caso a figura mais citada é a de um *sheik*, que dirige a dimensão islâmica. Na sua ausência, a cerimónia pode ser dirigida por um *mwalimo* ou *imamu*, ou ainda, solicitam-se os serviços de uma *piyamwene*, líder tradicional do sexo feminino influente e respeitada nas comunidades *makhuwa*, de matriz matrilinear, ou ainda um *sanjata*, membro da hierarquia islâmica.

O rito religioso evidência a omnipresença e omnipotência de Alá, que através do seu poder, pode inverter a situação, tornando desse modo, os mares em abundantes produtos pesqueiros. Em simultâneo, acredita-se poder neutralizar os malefícios dos demónios do mar. Refira-se que a queima de incenso é imprescindível.

No decurso das orações, um grupo de mulheres, geralmente seleccionadas entre as esposas dos pescadores presentes, confecciona os alimentos. Em princípio deve ser boa comida de

acordo com o padrão dietético local.

Terminadas as orações e finalizada a confecção dos manjares, estes são levados nas penelas em que foram preparados, numa embarcação de pequenas dimensões (uma canoa). Acende-se uma ou duas velas e a embarcação zarpa para o local onde a comida é lançada, juntamente com as penelas, durante a noite.

Não foi possível determinar as distâncias em milhas do local onde parte o barco para o lugar de deposição da comida, e não existe um ponto específico. Mas deve ser a uma certa profundidade. Neste sentido, Momade Ibrahimo afirmou que os locais de deposição da comida são pontos intermédios, entre Ilha de Moçambique e Ilha das Cobras; entre Ilha de Moçambique e Nacala e entre Ilha de Moçambique e Lunga.

Esta cerimónia era organizada entre os meses de Junho/Julho de acordo com o calendário gregoriano, ou então, no quadro do calendário islâmico, antes do final do mês de Ramadan. Depois deste acto, os pescadores não se faziam ao mar durante uma semana, finda a qual, retomavam as suas actividades, observando-se uma produtividade da pesca acima da média.

Como se referiu acima, na actualidade, esta prática cultural é desenvolvida de forma individual, o que se considera como sendo um dos constrangimentos e uma das causas da fraca produção pesqueira; e observa-se ainda um relativo abandono. A direcção[76] da ASSOPIMO referiu que em 2008, com o apoio do Instituto de Desenvolvimento de Pesca de Pequena Escala (IDPPE) e do Governo local, organizou uma cerimónia do género, e que efectivamente deu resultados excelentes.

Um segundo aspecto destacado na actividade da pesca é o recurso a actos mágicos ou feitiçaria. Momade Ibrahimo disse esta prática é recorrente na pesca artesanal, não se sabendo, no entanto, a sua verdadeira dimensão e eficácia. Contudo, ela ganhou maior expressão com o incremento do número de pescadores e de embarcações. Avançou ainda que a actividade piscatória é dificil e envolta em perigos e incertezas, por isso, se justifica o recurso a práticas obscurantistas.

A finalidade da feitiçaria é, por um lado, contribuir para a melhoria dos rendimentos da actividade, por outro lado, garantir uma maior segurança na navegação marítima. No que respeita a produtividade, acredita-se que a magia possa atrair extensos cardumes para as redes. Quanto à segurança, se supõe que um competidor pode usar feitiçaria para dificultar o trabalho do outro pescador.

A consulta ou convite ao mágico ou feiticeiro é da iniciativa do proprietário da embarcação ou da direcção de uma associação de pescadores. Um dos informantes[77] referiu que, sem o recurso a estas práticas, um barco pode fazer-se ao mar durante várias vezes, com muitos gastos de recursos como combustível e esforço físico, sem, no entanto, obter rendimento algum. Diga-se, no entanto, que este acto é extremamente sigiloso, na medida em que, quando descoberto, os outros pescadores, provavelmente lesados, tentariam neutralizar a sua eficácia, através da contra-magia. Mas, com maior ou menor frequência, estes acreditam na eficácia dos actos mágicos ou da medicina tradicional e recorrem a eles para incrementar a produção e produtividade piscatória.

[11] Transmissão, sucessão

Como se referiu acima, esta é uma das principais actividades económicas da Ilha. Aliás,

[76] Momade Ibrahimo, Cassimo Abdulremane e José Issa, Presidente, ex-Presidente e Presidente do Conselho Fiscal da ASSOPIMO, respectivamente.

[77] Momade Adamo e Adamuji Ali Adbul, Ilha de Moçambique.

um estrato significativo dos actuais residentes da Ilha encontra na pesca e nos produtos pesqueiros as suas principais fontes de rendimento e de segurança alimentar e nutricional.

A obtenção ou aquisição dos conhecimentos relativos à actividade, e particulamente, a natação, representa um sigificativo valor na medida em que contribui nas respostas dos indivíduos da Ilha aos imperativos de sobrevivência, e a natação é também uma actividade lúdica. Portanto, a transmissão dos conhecimentos relativos à actividade pesqueira é efectuda de modo informal.

Na Ilha de Moçambique, maior parte das actividades estão viradas à água e o contacto com o meio aquático ocorre de forma precoce. Por volta dos 10 anos, os rapazes já aprenderam a recolher moluscos junto de suas mães, e na maioria das vezes, possuem conhecimentos sobre a manobragem de canoas. Assim, esta faz parte dos mecanismos de socialização.

A fase seguinte, em que os rapazes já atingiram cerca de 15, parte deles profissionaliza-se. Assim, podem integrar-se nos grupos de pescadores profissionais, realizando actividades mais complexas. Neste âmbito, o *nahota*, considerado como o capitão da embarcação e que possui um acerco de conhecimentos empirícos sobre a navegação marítima, transmite os rudimentos necessários para uma navegação eficaz e segura (veja ficha 001-05-02-01, neste inventário).

[12] Disseminação, divulgação

Devido ao convívio da população com o meio marítimo, as novas gerações envolvem-se na actividade voluntariamente. A sua iniciação está relacionada com a necedidade de dominar as técnicas de natação. No princípio recolhem moluscos e conchas junto à praia. Com a idade, isto é, por volta dos 17 a 18 anos, integram-se nas equipas de pescadores experientes, obtendo de forma mais consciente os conhecimentos inerentes à actividade.

Refira-se que parte dos entrevistados considerou que não ensinava aos seus filhos este ofício, porque gostariam que estes se integrem em outros sectores de actividade, ligados sobretudo à vida urbana. Este posicionamento tem vindo a ganhar relevância devido à relativa escassez dos recursos pesqueiros que se tem observado nos últimos tempos.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

Como disse um dos nossos entrevistados, a vida na Ilha gira em torno da pesca. Com esta afirmação pretendia explicar que a pesca é o centro em torno do qual todas as actividades gravitam. Considera-se que cerca de 70% da população garante a sua subsistência, directa ou indirectamente, através da pesca e seus derivados.

Existe na Ilha um número significativo de indivíduos empregados neste sector como pescadores; outro extrato recorre aos produtos da pesca para comercialização. E praticamente todos se alimentam deste produto. Assim, este sector é fundamental nas estratégias de sobrevivência e meios de vida dos ilhéus. Portanto, esta é a principal actividade económica, seguida dos serviços. Em suma, garante emprego aos pescadores; rendimento aos comerciantes e proprietários dos factores de produção (barcos e lanchas, redes, etc.).

[2] Justificativa para inclusão no inventário

Julga-se conveniente a colocação da actividade pesqueira no inventário e na lista representativa do património imaterial da Ilha de Moçambique devido as seguintes razões:

É uma actividade secular na Ilha, que remonta desde a fixação dos primeiros grupos populacionais de matriz cultural *bantu*;

Constitui actualmente uma das principais actividades económicas da Ilha, suplantando qualquer outra;

As técnicas e conhecimentos a ela relacionados constituem valores importantes do repertório do conhecimento tradicional e local, relacionado com aspectos como alterações climáticas e nevegação marítima, assim como a gestão dos recursos marinhos.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

A produção pesqueira da Ilha não está isolada da actividade realizada na região continental. Toda a população da costa moçambicana encontra na pesca a sua fonte de rendimentos e de emprego.

A participação global da actividade piscatória da Ilha e das regiões costeiras nos meios de vida e na geração de renda tanto familiar como regional ou nacional está ainda por determinar. Contudo, dados empíricos mostram que esta actividade possui um peso substâncial na económia regional e nacional como produção de exportação, contribuindo desse modo para o equilíbrio da balança de pagamentos e a obtensão de divisas.

[4] Ameaças à continuidade da execução

A continuidade desta actividade é condicionada pelos seguintes aspectos:

A Ilha de Moçambique não dispõe de recursos florestais, em quantidade e qualidade significativa. A madeira usada na confecção das embarcações obtida no continente, à distâncias não menores de 150 Km. Esta situação, aliada à dificuldade de transporte, eleva os custos da madeira. Neste aspecto, a ASSOPIMO propõe a emissão de licenças "bonificadas" para extração e exploração dos recursos florestais;

O custo das redes[78], bóias e outros equipamentos de navegação marítima são considerados proíbitivos pelos pescadores. Aliás, estima-se que uma embarcação de cerca de 15 metros de comprimento pode custar cerca de 600 a 700 Mt, sem contar as redes e acessórios;

O preço do combustível em Moçambique varia em função da localização do espaço geográfico. Nas cidades portuárias, o valor para a aquisição deste bem é relativamente mais baixo que nas regiões interiores, sobretudo devido às dificuldades de transporte e acondicionamento. No caso específico dos sectores de produção, como a pesca e a agricultura, o Governo adpotou uma medida designada "bonificação dos preços de combustíveis para os sectores produtivos". Porém, os seus efeitos não serão observáveis se a precaridade das condições de transporte, vias de comunicação e acondicionamento não forem alteradas;

A pesca indiscriminada constitui uma ameaça na medida em que, a não observância dos períodos de veda dificulta a reprodução e incremento do povoamento do pescado;

O uso de técnicas não convencionais, como o recurso à redes mosquiteiras e o arrasto,

[78] As redes são adquiridas na cidade de Nacala. As mais pequenas eram negociadas durante o ano de 2009 por cerca de 3500,00 Mt, com cerca de 50 metros, o que corresponde a 100 malhas. As médias, com o custo estimando em 7000,00 Mt, tinham uma extensão de 100 metros, correspondente a 200 malhas; e a partir de 22.000,00 Mt, com dimensões de 400 malhas em diante.

contribuem igualmente para a redução da população de peixes;

Os eventos naturais como cíclones e tempestades, que tem vindo a ganhar maior frequência e impacto nos danos causados como corolário das mudanças climáticas, são apontados como outros factores, posto que destroem os meios de trabalho, isto é, barcos e materiais associados, como ocorreu, por exemplo, em 2002 na costa da província de Nampula;

As deficientes condições de saneamento[79] da Ilha afectam igualmente de forma negativa esta actividade devido à contaminação da água por vibriões fecais. Tal contaminação torna a pesca em águas rasas e a recolha de moluscos e o seu consumo um atendado à saúde pública, mormente quando se leva em consideração que essa é a principal fonte de alimento da grande maioria da população da Ilha;

Observa-se na Ilha uma elevada concentração populacional e, portanto, uma extrema pressão sobre os recursos pesqueiros. Sobre este aspecto, destaca-se que, nos últimos vinte anos, a Ilha observou uma imigração acentuada. Um dos nossos entrevistados[80] reconheceu que, como corolário da pressão populacional sobre os recursos, a disponibilidade dos mesmos reduziu significativamente nos últimos anos, uma tendência que continua a agravar-se.

[5] Ameaças à transmissão

Não há.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

O custo dos factores de trabalho (madeira, redes, bóias) e as taxas pagas à capitánia[81] para a aquisição e renovasão das licenças das embarcações são considerados elevados, e em contrapartida, o rendimento é reduzido. Esta situação inibe novos empreendedores artasanais para se envolverem na actividade.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

O relativo abandono do *mwacamo*, descrito acima.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Na presente situação, o enfraquecimento desta actividade conduziria às seguintes situações:

- Dedução do poder aquisitivo de um significativo extrato populacional;

- Desemprego massivo;

- Mal nutrição;

[79] De acordo com o PIDIM, cerca de 13.000 pessoas fazem necessidades maiores nas praias da Ilha diáriamente. (Dezembro, 2009).

[80] Juma Muputo e Babu Chale, Ilha de Moçambique.

[81] Para efeitos de registo e vistoria, as embarcações pagam à Capitánia os seguintes valores: canoas (barcos de uma única peça, sem vela paga-se cerca de 200 meticais; barcos a vela, a taxa ronda nos 900 meticais e embarcações a motor, a partir de 1600 maticais. Estes números correspondem ao ano de 2009.

- Bloqueio do circuito comercial, que depende intrinsecamente da pesca.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

- Aumento do rendimento dos pescadores;

- Melhoria das condições de vida dos pescadores e suas famílias;

- Maior sustentabilidade da actividade através de uma eficaz auto-reprodução, crescimento e maturação do pescado;

- Manutenção e fortalecimento do circuíto comercial (tanto interno como externo);

- Contribuição, através de taxas e impostos, para os cofres do município e do distrito.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Por verificar, de acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique (PDIM), e acções em curso, junto das instituições governamentais e/ou parceiros de cooperação.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Todos os ítens indicados no campo 13.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

- Controle da poluição e contaminação da água através do lixo, de águas negras e de vibriões fecais;

- Realização de campanhas de informação e sensibilização da população acerca das consequências da poluição e contaminação da água onde se pratica a pesca;

- Implementação de medidas de desincentivo de novas fixações de residentes, sobretudo no bairro de Macuti;

- Criação de atractivos em termos de infraestruturas habitacionais e de serviços públicos na parte continental da Ilha;

- Criação de mecanismos de controle da pesca indiscriminada, dos períodos de defeso e introdução de técnicas sustentáveis de pesca;

- Subsídios para aquisição dos meios de produção;

- Melhores condições de conservação e acondicionamento do pescado.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[1] Entrevistados

Nome: Panthó Ussene
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Lunga-Sede
Residência: Ilha de Moçambique, Mossuríl
Posição na actividade: tripulante de embarcação
Contacto: Empresa de Pesca STA

Nome: Momade Adamo
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Matibane
Residência: Ilha de Moçambique, Nacala-Porto
Posição na actividade: 1º *nahota*
Contacto: Empresa de Pesca STA

Nome: Adamuji Ali Adbul
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Matibane
Residência: Ilha de Moçambique, Nacala-Porto
Posição na actividade: 2º *nahota*
Contacto: Empresa de Pesca STA

Nome: Momade Amade
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Cabaceira Pequena
Residência: Ilha de Moçambique, Mossuríl
Posição na actividade: mergulhador
Contacto: Empresa de Pesca STA

Nome: Juma Muputo
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Lunga
Residência: Ilha de Moçambique, Mossuríl
Posição na actividade: secretário da Associação dos Pescadores das Cabaceiras (APC)
Contacto: APC

Nome: Sadique Jamal Sadique
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Cabaceira Pequena
Residência: Ilha de Moçambique, Mossuríl
Posição na actividade: 1º maquinista
Contacto: APC

Nome: Essiaca Mustafa
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Cabaceira Pequena
Residência: Ilha de Moçambique, Mossuríl
Posição na actividade: chefe de produção da APC
Contacto: APC

Nome: Charifo Arabia
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Matibane
Residência: Ilha de Moçambique, Mossuríl
Posição na actividade: proprietário de embarcação
Contacto: Mercado do Celeiro

Nome: Momade Ibrahimo (Momade Canhama)
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Lumbo
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: presidente da ASSOPIMO
Contacto:

Nome: Cassimo Abdulremane Amuri
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local:
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: membro, fundador e ex-presidente da ASSOPIMO
Contacto:

Nome: José Issa
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Lunga

Residência: Ilha de Moçambique, Mossuríl Posição na actividade: presidente do Conselho Fiscal da ASSOPIMO Contacto: ASSOPIMO
[2] Documentação sonora e visual produzida em campo Fotos de Ernesto Matsinhe disponíveis no ARPAC.
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo Não há.
[4] Bibliografia Loforte, A; Mate, Alexandre. "Sociedades Costeiras do Norte de Moçambique: Gestão e Maneio de Recursos (o caso da Ilha de Moçambique)". In: Angius, Matteo; Zamparoni, Mario, 1988. Ilha de Moçambique, Convergência de Povos e Culturas. AIEP Editore, Bologna. Secretaria de Estado da Cultura/Arkitektskolen I Aarhaus. Ilha de Moçambique: Relatório/Report (1982-1985). Moçambique/Danmark.
[5] Iconografia Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis Não há.
[7] Anexos a esta ficha **Não há.**

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Arrissis Mudender, Hafiz Jamu.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

CONHECIMENTOS NÁUTICOS DO NAHOTA

ARRAIS

IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Conhecimentos e técnicas relativos à natureza / navegação.

[3] Outros bens relevantes

Carpintaria naval.

[4] Descrição

O *nahota* é uma designação em língua *emakhuwa* para se referir ao arraís que navega sem instrumentos de orientação e localização. Este indivíduo é responsável pela condução de embarcações a vela ou a motor, com excepção de canoas que qualquer pescador pode conduzir. Para casos de embarcações a motor, não é imperioso que o condutor do barco seja meramente o *nahota*, podendo ser o maquinista, e o *nahota* apenas orienta a este condutor.

O *nahota* dispõe de conhecimento sobre fenómenos meteorológicos, o que lhe possibilita realizar navegação marítima sem recurso às previsões feita por meteorologistas. Outro aspecto relaciona-se com a navegação no alto mar sem recurso a bússola ou a outros instrumentos de navegação, orientando-se para o efeito através dos astros. Estes indivíduos nunca foram submetidos a nenhuma formação formal para o efeito, realizando as suas actividades através dum conhecimento que detém sobre a natureza, transmitido de gerações a gerações, através da oralidade e da vida prática de navegação marinha.

O *nahota* não fabrica barcos, apenas os utiliza, cabendo esta actividade ao carpinteiro naval. O *nahota* muitas vezes não tem sido o proprietário da embarcação, com excepção de alguns casos. Este capitão usa o vento como elemento primordial para a sua actividade, visto que normalmente desenvolve a navegação com recurso a barco a vela, apesar de usar também barco a motor. O barco a vela faz parte da sua identidade cultural da Ilha de Moçambique, sendo o mais previlegiado pela população desta parcela do país.

Recorrendo aos seus conhecimentos de cruzamento de vários fenómenos meteorológicos decide se vale a pena navegar nesse dia ou não. A direcção e força do vento têm sido primordiais para a definição da rota do barco e cálculo do tempo a ser gasto durante a viagem. Os ventos são distinguidos em *Matalai* – leste, *Neumane* – noroeste, *Olane* – nordeste, *imanthe* – quadrante oeste, *papalaze* – ventos de leste com agitação, *Cusse* – Sul e *Kapicase* – Norte. Os ventos do sul considerados perigosos por provocarem ondas que possam atingir aproximadamente sete (7) metros de altura. Em caso de haver queda de precipitacão durante a viagem é necessário parar o barco, arreiar a âncora e baixar a vela de modo a não molhar o pano e comprometer a viagem.

Para se fazer uma viagem com recurso a barco a vela é imperioso que estejam 3 pessoas com actividades bem distintas, onde o *nahota* conduz o barco, pois ele é que pega o lémen e orienta todas as acções a serem observados tanto pelos restantes membros da tripulação, assim como para os passageiros (em caso de se tratar de embarcação de transporte de passageiros). Por seu turno o marinheiro vira as velas para o efeito de mudança de direcção do barco e o servente retira a água que entra na embarcação durante a viagem. De realçar que para ser membro da tripulação é necessário saber nadar e o *nahota* tem sido responsável pela selecção dos outros elementos da tripulação, baseado muitas vezes por afinidades. Toda a tripulação deve estar registrado na capitania para adquirir a cédula

marítima.

Para o caso do arrais (*nahota*), para além deste documento deve possuir a carta de condução, que é obtida após a realização de um exame na capitania, administrado pelo capitão-mor, mediante a manifestação da vontade do marinheiro depois de pelo menos 3 anos de experiência na navegação marítima, expressa num requerimento dirigido aos Serviços da Marinha. De realçar que o exame pode ser oral (para os que não sabem escrever) ou escrita.

Um exemplar de exame de tráfego local e navegação costeira, administrado a candidatos a arrais (*nahota*), encontrado nos serviços de Marinha com nove (9) questões:

1- O que é ser arrais?

2- Na qualidade de navegante, tem sempre a preocupação de verificar o tempo. Acontece que um desses dias ao sair depara-se com desses ventos perigosos.

   a) Quais são esses ventos?

   b) Desses ventos qual deles é o mais perigoso?

3- Depara-se com um náufrago e um dos tripulantes lança o cabo, mas o náufrago não consegue pegar o cabo devido a aflição e as mãos geladas sem força. Nisto um dos tripulantes lança-se a água ao encontro do náufrago, mas antes de chegar diz uma palavra à ele. Que palavra é essa?

4- Quando navega, depara-se com um navio que trás como sinalização duas luzes vermelhas sobrepostos, o que indica? E o outro com duas luzes amarelas sobrepostas?

5- Está a viajar da Ilha de Moçambique à Pemba e no meio depara-se com uma agitação de ventos não determinados. Quais são as luzes que deve utilizar para aviso aos outros navegantes?

6- Você está a sair do porto da Ilha de Moçambique para o de Angoche e cruza-se com uma embarcação a entrar no canal (na baía) de enfiamento. Qual é o lado que deve passar para não se chocar?

7- Quais são os ventos que dominam a República de Moçambique?

8- Acaba de socorrer um náufrago, quais são os primeiros socorros que deve dar antes de levá-lo ao hospital.

9- Depara-se com um mau tempo no alto mar, na qualidade de arrais, o que deve fazer? Se estiver perto ou longe da terra?

Entre os *nahotas* existem alguma diferença em termos de prestígio social e reconhecimento atribuído pela comunidade. Os mais antigos e considerados melhores dedicam-se a condução de embarcações de transporte de passageiros e carga enquanto que os mais novos dedicam-se as de pesca.

Em caso de embarcação de passageiros, se houver situação de mau tempo, o *nahota* orienta aos passageiros em relação aos locais onde possam sentar-se na embarcação de modo a equilibrar o barco e continuar com a viagem.

Para a embarcação de pesca, onde a actividade decorre no alto mar, o *nahota* dirige as operações de ida e para o regresso ao continente com frequência no escuro, em especial observando as estrelas (com destaque a uma grande estrela conhecida localmente por *Nohoroxa*, rodeada por várias outras menores, que normalmente se vê ao amanhecer, por

volta das 03:00 horas) o nascente e desaparecimento da lua e do sol, recorrendo também aos marcos existentes em terra firme, como o caso do farol da Ilha de Goa.

Quando o *nahota* está no alto mar, orienta-se pela direcção onde nasce o sol e onde se põe. O sol nasce no local mais fundo, que demonstra imediatamente que se está na direcção de Madagáscar, correspondendo ao alto mar, e o local do pôr do sol é Nampula. A partir deste conhecimento, fica patente a direcção que o barco deve tomar para regressar à origem. Outro aspecto digno de realce é a orientação via costelações que permite ao *nahota* a direcção a zona de origem.

[2] Praticantes ou detentores

Este conhecimento das formas de lidar com a natureza para os efeitos de navegação marítima é praticado pelas comunidades residentes nas zonas costeiras. Para o caso da Ilha de Moçambique, os indivíduos que comandam a embarcação são designados por *nahota* (arrais), podendo ser jovens ou adultos do sexo masculino. Esta técnica de navegação sem recurso a instrumentos de orientação é generalizada por toda costa moçambicana. Este conhecimento de navegação é transmitido através da oralidade e a prática do dia a dia. Apesar da maioria da população da Ilha professar a religião muçulumana, este aspecto não tem sido usado como a base para o desenvolvimento desta actividade.

[3] Forma de organização

Para o desenvolvimento desta actividade, normalmente formam-se redes informais de cooperação, baseado em alguns laços de parentela ou amizade, porque o condutor da embarcação (*nahota*) é o responsável pela selecção dos demais membros da tripulação, apesar de na maioria dos casos não ser o proprietário do barco.

A actividade destes indivíduos é controlada pela Capitania, onde é obrigatório que estejam registados. Apesar de não existir uma associação dos *nahotas*, alguns encontram-se enquadrados na Associção dos Pescadores da Ilha de Moçambique.

[4] Origem, transformações e situação presente

Para as comunidades residentes nas regiões costeiras, o oceano constituiu um referencial importante para a realização das actividades económicas, sociais, culturais, religiosas, que só com a presença do mar se tornam possíveis e viáveis.

Na busca de alternativas para o usufruto e exploração das potencialidades que o mar apresenta, o homem preocupou-se em perceber a correlação de vários fenómenos naturais e a contorná-los com vista a satisfazer as suas necessidades.

O *nahota* surge como resultado do desenvolvimento das capacidades do homem na busca de uma convivência e superação dos entraves/determinismos colocados pela natureza. Um dos grandes desafios para a sua atividade consiste em saber relacionar os aspectos meteorológicos e astronómicos para efeitos de navegação marítima.

No período colonial, um dos requisitos para ser *nahota* (arrais) era possuir cédula marítima, saber nadar, isto é, ser capaz de fazer pelo menos 50 metros a braço, seguido de conhecimentos sobre como lidar com a natureza, principalmente no cruzamento dos aspectos meteorológicos (para efeitos de navegação) e astronómicos (para efeitos de orientação). Após aprovação nesses exames lhe era atribuído um documento que lhe dá o direito de ser arrais de navegação, denominado por carta de condução.

Actualmente estas exigências continuam a ser observados nos Serviços de Marinha e o *nahota* continua a ser uma personalidade de respeito na comunidade devido ao conhecimento da natureza adquirido por via de transmissão oral e experiência do dia a dia

para a navegação marítima.

Na Ilha de Moçambique o barco a vela continua a ser uma das embarcações mais usadas, cujo manuseamento é feito pelo *nahota*, onde a experiência tem se tornado numa referência importante para o respeito e no nível de confiança na qualidade dos seus trabalhos. Tendo em conta a fraca expansão da rede meteorológica no país, o *nahota* continua a ser um indivíduo com valor acrescido para a vida das comunidades para efeito de navegação marítima para transporte de bens e pessoas.

[5] Referências espaço-temporais

Para a actividade do *nahota*, as referências espaço-temporais são os fenômenos naturais de ordem astronómica (nascer e o pôr do sol, a localização das costelações) e os meteorológicos (vento, precipitação atmosférica, ondas e as marés).

Outros marcos de referência espacial utilizados são a Ilha de Madagáscar a leste e a costa de Nampula a oeste. De realçar que o farol da Ilha de Goa tem sido de extrema importância. A noite, as luzes da Ilha de Moçambique também têm ajudado na certificação de que a embarcação está na direcção certa.

A estrela *Nohoroxa* tem constituído referência de tempo.

[6] Componentes materiais associados

- Existência de barco a vela ou a motor.

- Existência de carpintaria naval para manutenção e fabrico do barco (veja ficha 001-03-01-02).

- Disponibilidade de material para construção do barco (madeira, pregos, panos, etc.)

[7] Componentes imateriais associados

- Conhecimento profundo da interação de vários fenómenos naturais (meteorológicos e astronómicos) para efeitos de navegação.

- Conhecimento do ritual de batismo do barco (veja ficha 001-03-01-02).

- Técnicas de fabrico e conservação de embarcações (veja ficha 001-03-01-02).

[8] Transmissão, sucessão

A transmissão dos conhecimentos para a execução desta actividade se dá de mestre (*nahota*) para os demais membros da tripulação (marinheiro e servente). Um indivíduo chega a escalão de *nahota* depois de pelo menos 3 anos de experiência na navegação, desempenhando várias funções na embarcação, permitindo-lhe a aprendizagem nas técnicas primordiais de navegação.

Para que um indivíduo chegue a ser considerado *nahota*, tem que ter sido inicialmente marinheiro e após o reconhecimento do seu mestre como quem tem capacidade de conduzir o barco e dirigir uma tripulação. Em seguida, este marinheiro faz requerimento para os Serviços de Marinha solicitando a realização de exame para entrar na categoria de arrais.

[9] Disseminação, divulgação

A população da Ilha de Moçambique de modo geral, homens e mulheres, detém algum conhecimentos sobre a actividade pesqueira e de navegação marítima, através de contos e convivência no dia a dia com o mar, apesar destas actividades estarem reservadas para o homem, visto que as mulheres e crianças dedicam-se a apanha de mariscos.

A especialização em conhecimento de cruzamento de fenómenos meteorológicos e astronómicos para efeitos de navegação marítima é adquirido mediante o trabalho prático do dia a dia.

I. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

As populações das regiões costeiras de Moçambique dedicam-se fundamentalmente à pesca. Nestas comunidades a informação meteorológica para a navegação marítima e mesmo sobre a situação geral do estado de tempo é escassa.

A previsão meteorológica feita pelo Instituto Nacional de Meteorologia para efeitos de navegação marítima é generalizada por regiões (Sul, Centro e Norte do país) factos que tornariam quase impossível praticar a pesca ou mesmo a deslocação das populações, dum ponto para o outro, com recurso a embarcação sem a presença de indivíduos com conhecimentos profundos sobre fenómenos naturais determinantes para a navegação marítima, designados por nahotas.

O *nahota*, para as comunidades da Ilha de Moçambique, detém um valor acrescido em termos da sua decisão sobre a navegação maritíma, independentemente do objectivo para o efeito. Nestas comunidades, os seus conhecimentos sobre o cruzamento de vários fenómenos da natureza para uma boa navegação e o alcance dos resultados desejados, coroam a actividade deste indivíduo de um valor acrescentado.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

Os conhecimentos de navegação marítima possuídos pelo *nahota* contribuem para o decurso das actividades do dia a dia das populações da Ilha de Moçambique, uma vez que recorre mar para o transporte de bens e pessoas.

O conhecimento ou técnica usado pelo *nahota* para o cruzamento dos fenómenos meteorológicos e astronómicos para o sucesso da navegação marítima, precisa de ser registado como forma de preservá-lo e valorizá-lo, razão pela qual foi incluído no presente inventário.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

A figura do nahota detém um reconhecimento de âmbito regional, porque as comunidades residentes na faixa costeira (em particular da Ilha de Moçambique) dependem destes indivíduos para a realização da pesca, transporte de bens e pessoas via marítima, visto que usam maioritariamente o barco à vela.

Mesmo para os casos do uso do barco a motor, ainda continua evidente o papel do *nahota* na previsão do estado do tempo para a navegação, orientação no alto mar e em termos de localização dos pontos partida e chegada, nas técnicas para manuseamento do barco em situação de mau tempo, uma vez que a expansão da rede meteorológica no país é fraca e a previsão de tempo é feita a macro-escala.

[4] Ameaças à continuidade da execução

- Redução de embarcações a vela, colocando em risco a profissão de *nahota*, causando a existência de indivíduos com conhecimentos, mas sem meios para aplicação e o sustento.

- Redução da demanda para os serviços prestados pelo *nahota*, com a entrada de barco a motor com tecnologias avançada.
[5] Ameaças à transmissão Escassez de registos gravados ou escritos sobre os conhecimentos detidos pelos *nahotas*.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados Escassez de madeira e outros materiais necessários para o fabrico das embarcações (veja ficha 001-03-01-02).
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados Fraco registo das técnicas de fabrico e manutenção das embarcações.
[8] Outras ameaças à viabilidade Fraca promoção e divulgação do uso do barco a vela como um produto turístico local.
[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados Perca de um dos elementos que fazem parte da identidade cultural da Ilha, que é a técnica de navegação com recurso ao barco a vela.
[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática Fortalecimento da identidade cultural da Ilha e aumento dos produtos turísticos inerentes a Ilha de Moçambique na qualidade de Património Mundial Material.
[11] Ações concorrentes à salvaguarda Promoção de regatas de barco a vela. Existência de instâncias turísticas que promovem passeios com recurso a barco a vela.
[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda Registo dos conhecimentos de navegação marítimas usadas pelo *nahota*. Registo e promoção da carpintaria naval na Ilha de Moçambique. Promoção do barco a vela como produto turístico.
[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique Fortalecimento das acções da promoção e divulgação do uso do barco a vela, como um produto turístico.
[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO Não se recomenda em vista das informações disponíveis.
[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente Não se recomenda em vista das informações disponíveis.

II. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Anlane Ibrahimo
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local:
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: *nahota*
Contacto:

Nome: Ossumane Abdul Magid
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local:
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: *nahota*
Contacto:

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Ibrahimo, Anlane. **Anlane Ibrahimo** depoimento [Julho de 2009]. Entrevistador: A. Valoi e A. Arantes. Ilha de Moçambique: ARPAC, 2009. 1 cassete sonora. Entrevista concedida no âmbito do projecto IPCIM.

Magid, Ossumane Abdul. **Ossumane Abdul Magid:** depoimento [Julho 2009, Abril 2010]. Entrevistador: Alberto Valoi. Ilha de Moçambique: ARPAC, 2010. 2 cassetes sonoras. Entrevista concedida no âmbito do projecto IPCIM.

Fotos de Ernesto Matsinhe disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

Nada a declarar.

[5] Iconografia

Nada a declarar.

[6] Plantas, mapas e croquis

N

[7] Anexos a esta ficha

Não há.

III. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado

Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Supervisor de campo Alberto Francisco Valoi.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

6. Cosmologia e religião

CONHECIMENTOS DO FUNTI

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Cosmologia e religião / cura e feitiçaria.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Dança *majini*.

[4] Descrição

A Ilha de Moçambique é um local onde houve miscingenação de povos, observando-se traços da presença do oriente, das sociedades *swahili* e da religião muçulmana, bem como a presença dos portugueses, sendo estes traços enraizados e tornando-se parte da herança sociocultural da população desta parcela do país. Estes aspectos acabam reflectindo-se nos espiritos que rondam a volta desta ilha, designados por *majini*. Esta talvez seja a provável razão de encontrarmos nesta região *majini* subdivididos em 4 grupos: *makhuwa*, muçulumanos, indianos (*abaniani)* e portugueses (*ekunha*).

Para o caso dos *majini makhuwa*, também conhecidos por *majini* do interior, podemos encontrar os seguintes tipos: *Yoto, Namiridji, Khapulu, Kharamu, Nakuru, Mathuka, Panderani, Nanununupa, Corhiviya* e *Namurukureya*. Por sua vez os *majini* muçulmanos subdividem-se em *Shé-Marohane, Jarmani, Turqui, Macheha, Chopanga, Massikissana, Madjululi, Nwanatoto e Nanweque.* A população residente nesta região do litoral tem sido vulnerável a doenças relacionadas com a encarnação dos espirítos (*majini*), aparecendo homens ou mulheres com conhecimentos relativos à sua cura, denominados em *emakhuwa* por *funti.* Esta é coajuvada nas suas actividades pelos auxiliares denominadas por *Tchumbe.* O *funti* desempenha papel primordial na vida destas comunidades, uma vez que ele tem ligação com os espíritos e consegue identificar e curar os indivíduos que se encontram possuídos pelos *majini*, resgatando a tranquilidade para a sua alma.

Para tornar-se *funti* é preciso que se tenha sofrido pela doença dos *majini* e após a sua cura, voltar a encarnar um *Jini* muçulmano que lhe dá o poder de sabedoria para identificar e curar os demais *majini* conhecidos por *Jini Marohane*. Estes factos levam a/o *funti* a ocupar um lugar de destaque na sociedade, obtendo o previlégio de hastear na sua casa uma bandeira de cor branca, como forma de identificação. No seu quintal tem uma casinha onde armazena o seu material de trabalho, constituído por batuques, chocalhos de mão, panos (de cores vermelha, verde, preto e branco), paus (de 50 a 70 cm) enrolados com panos, denominados *mussamussa,* panelas de barro, medicamentos, rabo de um animal selvagem *(Nwila wa Nyumphu)* e um pau de 2 a 3 m, enrolado por panos de cor preta, branco e vermelho, com 4 bandeiras (vermelha, preta, verde e branco) hasteadas, designado por *n'raia.*

O rabo do animal selvagem *(Nwila wa Nyumphu)* é o escudo da batalha do *funti*, pois serve para localizar o esconderijo do espírito e reanimar o doente e os demais intervenientes na cerimónia. O *n'raia* é usado para sinalizar o local onde está a se proceder com a cerimónia de tratamento dos *majini.* Como cada estilo de *jini* exige um certo estilo de som, o estilo de batuques utilizados vai variar de acordo com o tipo de *jini*. A título de exemplo, para os *majini makhuwa*, usam-se 3 batuques de tamanho médio, designados por *Ekoma ya yoto, Tchitcho e Muheia*. Os paus enrolados com panos

(vermelho, verde, preto e branco) denominados por *mussamussa* são assegurados na mão durante a dança *majini*. A cor do pau varia mediante a indumentária exigida pelo *jini*.

As cores estão intimamente ligadas aos gostos específicos de cada espírito, visto que no acto da dança para a cura de *majini*, é preciso que as cores das vestes estejam de acordo com o tipo de *jini* que está sendo tratado. A título de exemplo, para o tratamento de *majini makhuwa* usa-se indumentária de cor preta e vermelha; por seu turno, para o *jini Macheha* usa-se o branco e vermelho, para o *turqui* usa-se o verde, para o *marohane* é o branco.

Quando um indivíduo aparece em casa da *funti* para se tratar ela recomenda-lhe para adquirir 4 panos de cor branca, preta, vermelha e verde, como forma de precaver-se para qualquer tipo de *jini*. De regresso à casa da *funti*, o doente é metido dentro da casa com 1 a 2 membros da família, onde a *funti* acompanhado pelos *tchumbes* entra em transe para descobrir o tipo de *jini* que está encarnado no corpo do doente. Depois desta acção, o doente e os demais intervenientes na cerimónia ou acto, usam indumentária com cores compatíveis as exigências do espírito e deslocam-se para o local onde o *jini* acha que é ideal. Chegados ao local é inspectado no solo o *n'raia* (pau enrolado com panos e com 4 bandeirolas hasteadas) como sinal de que naquele local está decorrer a cerimónia de tratamento de *majini.*

No acto da dança para a cura de *majini*, quando se trata de um espírito português (*Jini Ekunha)*, o doente começa a falar e escrever na língua portuguesa, sem nunca ter frequentado uma escola, dança fado, bebe wisky, vinho e come comidas classificadas como portuguêsas. Caso seja *jini makhuwa,* exige que se tome uma bebida tradicional feita de mapira, designada por *otheka*, acompanhado por galinha assada e chima. Para que a cura seja efectiva, deve-se obedecer todas as suas exigências do espírito.

O comportamento do doente durante o processo da cura vai variar de acordo com o tipo de espírito pelo qual está possuído. Há *jini* muito agressivo e outros calmos, existem aqueles que não gostam de criança e caso estejam presentes na cerimónia o possuído começa a perseguí-las, há *jini* que faz a pessoa ter atitudes de cão, leão ou mesmo cobra. Os batuques tornam-se instrumentos muito importantes para estimularem a reacção dos espíritos.

À medida que os presentes na cerimónia da cura dos *majini* vão ingerindo os alimentos e bebidas exigidas pelos espíritos, os instrumentistas (tocadores de batuques, designados por *Matamboro*) não param com a música e as pessoas começam a cair e aí a *funti* leva o rabo do animal (*Nwila wa Nhumphu*) mergulha no medicamento e bate as pessoas e elas levantam como se estivessem a sair de um sono profundo. As canções usadas retratam sobre os *majini*, ordenando-lhe para que libertem o doente. O acto da cura termina com o banho do doente na praia e a toma do sangue de pombo, galinha ou cabrito, misturado com água de coco, variando de acordo com o tipo de *jini.*

Em relação a todos os espíritos, existe um *jini* reconhecido pelo *funti* como sendo o mais exigente, denominado por *Jini Macheha* (pertencente a classe dos muçulmano). Quando inicia o processo da sua cura, leva-se 24 horas a tocar os batuques e a pessoa possuída não pode comer e nem beber, senão pode perder a vida. Durante a cerimónia, o doente pode até fazer necessidades involuntariamente nas suas roupas. No dia seguinte, o doente quebra o jejum com o sangue de pombo misturado com água de lanho de coco. Depois do banho na praia, volta ao local onde decorria o tratamento para comer a papinha de meixoeira (*Marupi).*

Como já foi referenciado, o tratamento incorpora a fase do banho na praia, para que o *jini* saia da pessoa e fique na praia. Este espírito é preso num barco feito de palha de coqueiro

com uma vela de pano branco que o doente deixa nas águas do mar. Através do movimento das ondas, o barco vai desaguar noutro local e em caso de ser apanhado por alguém o espírito volta a se encarnar nessa pessoa. Caso o barco se afunde no alto mar, o espírito fica inutilizado definitivamente e mesmo que um dia volte à praia e seja pegue por alguém já não há problemas.

Feito isso, o doente vai para casa e leva consigo medicamento para tomar banho, num período de 90 dias. Neste espaço de tempo não pode manter relações sexuais. Findo este período, a pessoa volta à casa do *funti* para levar medicamentos mergulhados numa panela de barro, que deverão ser usados para tomar banho em caso de se sentir mal.

[5] Praticantes ou detentores

Os conhecimentos relativos à cura e tranquilização de pessoas possuídas pelos espíritos é detido por todos grupos etnolinguísticos em Moçambique, variando o tipo de espíritos que abundam numa dada região. Para o caso deste inventário, relacionado com os *majini*, os praticantes pertencem ao grupo etnolinguístico *makhuwa*. O *funti* podem ser homens ou mulheres.

[6] Forma de organização

Os detentores deste conhecimento sobre a tranquilização e cura de pessoas possuídas de espíritos, encontram-se organizados em associações que regula a sua actividade, de modo a dar credibilidade as suas actividades. Os *funti* são membros da Associação da Medicina Tradicional de Moçambique (AMETRAMO). Além disso, com a criação de uma instituição do Estado que promove a medicina tradicional, o Instituto da Medicina Tradicional, a actividade e a organização deste grupo ficará cada vez mais fortificada.

[7] Origem, transformações e situação presente

Para o caso da Ilha de Moçambique, há narrativas segundo as quais os *sheiks* detinham o controle dos espíritos (*jini*) como forma de manutenção do poder e controle da sociedade e a zona onde se localizavam suas casas é identificada como a zona de *majini*. A divisão entre a Cidade de Pedra e a Cidade de Macuti é também um marco espacial e cultural importante pois é o ponto de partida para a circulação dos jini.

Outrora havia uma crença de que cada bairro da Cidade de Macuti tinha certos *majini* que o controlava, podendo ser de bem ou de mal (ver a ficha da narrativa sobre *majini*). Este facto fez com que cada bairro tivesse um *funti* que zelava pela saúde espiritual dos moradores. Actualmente já não existe esta rigorosidade em termos de rácio *funti*/bairro.

[8] Referências espaço-temporais

Esta actividade de cura de *majini* acontece em qualquer período do ano, estando divido em 3 grandes etapas: cerimónia de cura dos *majini*, que ocorre basicamente em 2 dias, medicação pós- a cerimónia da cura, em 90 dias e, por último, o uso de medicação em caso de mal estar espiritual. A cerimónia da cura, também conhecido por dança de *majini*, ocorre na zona litorânea para casos de *majini* da praia e na parte continental para o caso de *majini makhuwa*.

[9] Componentes materiais associados

Instrumentos de trabalho da *funti* (batuques, chocalhos de mão, *N'raia* – pau com bandeirolas, rabo do animal selvagem *Nyumphu*, paus da mão- *mussamussa*);

Alimentos e bebidas exigidas pelo *jini;*

Indumentária compatível ao *jini*;

Galinha, pombo e cabrito para o sacrifício;

Coco;

Mata ou floresta para a colecta de medicamentos;

Panelas de barro para a conservação dos medicamentos.

[10] Componentes imateriais associados

Existência do *jini* de sabedoria, denominado por *jini Marohane,* que a *funti* a utiliza para a identificação e cura das pessoas possuídas.

[11] Transmissão, sucessão

A questão da espiritualidade está intimamente ligada aos ancestrais, ou seja, se alguém da família havia sido possuída pelo espírito, existe uma forte probabilidade da continuação ou permanência deste espírito para as demais gerações. A crença é transmitida de geração a geração, no dia-a-dia da vida familiar e comunitária.

Para um indivíduo tornar-se *funti* deve passar necessariamente por ter sido possuído por espíritos e ter ser curado. Em seguida entra como *tchumbe* (auxiliar da *funti*), passando em vários escalões e aprendendo dia após dia com a *funti*, tanto para a identificação dos espíritos, bem como do respectivo tratamento. Em caso da morte da *funti* a *tchumbe* principal passa a *funti*, numa cerimónia popular onde se toca batuque e lhe é apresentado aos espíritos, pedindo que a partir daquele momento o *jini* da sabedoria (*jini Marohane*) possa se encarnar nela.

[12] Disseminação, divulgação

As actividades relacionadas com a cura de *majini* são abertas ao público, ou seja, qualquer indivíduo pode assistir qualquer cerimónia. É uma prática amplamente conhecida pela população, uma vez que acontece em quase todo o país com diferentes caracterísiticas.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

O *funti* desempenha um papel muito importante, visto que a maioria da população da zona costeira sofre da doença dos *majini*. Ela ganha o prestígio de acordo com o reconhecimento atribuído pela população à solução dos seus problemas, uma vez que a comunidade acredita na existência de espíritos que enfermam as suas vidas.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

A inclusão dos conhecimentos de como lidar com os espíritos, detidos pelo *funti* neste inventário é pertinente, uma vez que a vida dos seres humanos está intimamente a questões místicas e aos poderes sobrenaturais. Esta crença que prevalece de geração em geração, torna-se a base para inclusão dos aspectos ligados a exorcismo como património cultural imaterial.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

O valor atribuido ao *funti* ultrapassa a dimensão local, uma vez que estas personalidades

têm um reconhecimento que até pode chegar a ser internacional. Dependendo da qualidade de serviço que presta aos possuídos, estes podem recomendar a outros que tenham o mesmo problema ou similar.

Actualmente é frequente encontrar nas mídias publicidade referente a estas personalidades, indicando a especialidade de problemas que resolve, uma vez que a espiritualidade se manifesta em quase todo o globo terrestre.

[4] Ameaças à continuidade da execução

Não há.

[5] Ameaças à transmissão

Não há.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Destruição de florestas ou matas onde se busca medicamentos.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Não há.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Não há.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Trata-se de uma prática que se associa a vida das comunidades, uma vez que existe esta crença de existência de espíritos com poderes acima de um ser humano, por isso que o fortalecimento da actividades do funti cria tranquilidade no seio das comunidades para a resolução dos seus problemas.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Criação de uma instituição do Estado que apoia e promove a expansão da medicina tradicional, designada por Instituto da Medicina Tradicional.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Registo das técnicas usadas pelo *funti* para a cura de pessoas possuídas pelos espíritos, garantindo-se a protecção dos direitos de autor.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Consolidação de políticas que estão sendo desenvolvidos para a continuidade e proteccão dos conhecimentos do *funti*.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Ida Ibrahimo
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: feminino
Data de nascimento:
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: narradora de histórias
Contacto:

Nome: Maria João (Funti Maria)
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: feminino
Data de nascimento:
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: *funti*
Contacto: 847018454

Nome: Fefé Andigg Loy
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 1958
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: genro da *funti*
Contacto: 844126918

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Ibrahimo, Ida. **Ida Ibrahimo** depoimento [Abril de 2009]. Entrevistador: Alberto Valoi. Ilha de Moçambique: ARPAC, 2010. 1 cassete sonora. Entrevista concedida no âmbito do projecto IPCIM.

João, Maria. **Maria João:** depoimento [Abril 2010]. Entrevistador: Alberto Valoi. Ilha de Moçambique: ARPAC, 2010. 1 cassetes sonoras. Entrevista concedida no âmbito do projecto IPCIM.

Loy, Fefé Andigg. **Fefé Andigg Loy:** depoimento [Abril 2010]. Entrevistador: Alberto Valoi. Ilha de Moçambique: ARPAC, 2010. 1 cassetes sonoras. Entrevista concedida no âmbito do projecto IPCIM.

DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo
Não há.
[4] Bibliografia
Não há.
[5] Iconografia
Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis
Não há.
[7] Anexos a esta ficha
Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado
Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo
3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Supervisor de campo
Alberto Francisco Valoi.
[3] Responsável pelo inventário
Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[4] Responsável pela instituição inventariante
Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

MAULIDE

Foto de Antonio A. Arantes

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações Não há.
[2] Domínio / tipo Cosmologia e religião / celebração
[3] Outros bens relevantes Não há.
[4] Descrição Maulide, palavra derivada do árabe *Mawlid*, significa "aniversário do profeta". É uma manifestação de louvor, agradecimento e reconhecimento a Deus (Allah), razão pela qual a sua prática se inicia com uma oração, denominada de *Duha*. Na Ilha de Moçambique esse ritual adquiriu um sentido mais genérico e significa "celebração" de modo geral, tais como nascimentos, casamentos, festas populares etc. Na Ilha há apenas um grupo, que é composto por indivíduos iniciados, com idade dos 10 anos em diante. Importa salientar que sua prática restringe-se aos homens, o que para os praticantes justifica-se pelo facto de a mulher passar o ciclo menstrual, o que constitui um tabu nesta comunidade. Além desta restrição, os praticantes não devem manter relações sexuais um dia antes da execução do rito, nem consumir bebidas alcoólicas, segundo os mandamentos do Alcorão. A sua prática é antecedida pelo consumo do *nikhombe*, líquido resultante da mistura leite

de cabra (*eledi ya pury*), mel (*oravo*), água de lanho (*madzi akole*) e banana, produto este preparado pelo *pwapu* (chefe e membro mais idoso do grupo). O consumo do *nikhombe* permite a qualquer homem praticar esta dança, independentemente de ser muçulmano ou não, embora a reza feita antes e no final da cerimônia seja restrita aos seguidores do islamismo. Esta bebida é considerada também uma proteção do dançarino contra qualquer ferimento. Diz-se que com o seu consumo e rezas, o dançarino não sangrará e nem sentirá dores ao perfurar o corpo durante o ritual.

No início da *performance*, os praticantes ajoelham-se, formando um semi-círculo. Com recurso a batuques (localmente designados de tambores) e um tubo de ferro, que dá o ritmo e é tocado pelo *papwo* de forma sincronizada, é executada a melodia instrumental. Esta é acompanhada de uma harmonia vocal em que se declamam extratos do Alcorão, tematizando aspectos do quotidiano e/ou o propósito da cerimônia em causa.

Todos os elementos componentes do grupo de maulide são designados *anamolide*, sendo que os instrumentistas designam-se *anakoma*, os cantadores *anamwipa* e os dançarinos *anamwina*. O prefixo "*ana*" indica pertença do indivíduo a um certo grupo como, por exemplo, *anamolide*: pessoas pertencentes ao grupo de maulide.

No início da execução, um membro do grupo posta-se no centro do semi-círculo e, em pé e gesticulando, acompanha o ritmo da música iniciando a dança. Quando este regressa ao seu lugar no semi-círculo, os *anamwina* vão entrando ordenadamente, da esquerda para a direita. Dançam de início individualmente e a seguir colectivamente, sempre de forma suave. Nesse momento quando está a dançar no meio do semi-círculo, o *tapuxi* (intrumento perfurante) vai sendo introduzido pelo dançarino em diferentes partes de seu próprio corpo. De maneira geral, ele tem um *tapuxi* em cada mão. Importa salientar que, por vezes, os dançarinos entram aos pares sendo que, nesta situações, executam a mesma coreografia e espetam-se em locais similares, normalmente na região do abdómem.

Porque esta dança é de louvor, agradecimento e reconhecimento da fé para com Deus, em sinal de confiança nele, ao retirarem o *tapuxi* do corpo, os dançarinos não estão preocupados com o facto de estarem ou não a sangrar.

Após estas exibições, fazem o *duha* novamente e despedem-se do público.

[5] Praticantes ou detentores

A prática é conhecida no litoral norte de Moçambique, em particular em Nampula e na Ilha. Ela é executada por homens com mais de 7 anos de idade, pertencentes à comunidade islâmica. Não praticantes do Islão podem participar desde que observem as prescrições rituais mencionadas anteriormente.

[6] Forma de organização

Geralmente, os jovens/crianças aprendem a recitar os cânticos nas madrassas, nas casas dos xeiques e/ou nas irmandades. Quando se acham na idade apropriada (por volta dos 7 ou 8 anos) podem entrar no grupo de *maulide* desde que aceitos pelo *papwo*, que os acolhe e os ensina em sua casa. Os bairros são os locais de recrutamento por excelência dos integrantes desses grupos e há casas onde se pode encontrar uma geração inteira de praticantes.

[7] Origem, transformações e situação presente

O maulide é uma prática de origem árabe, introduzida na Ilha de Moçambique por volta do século XIII. No início havia dois tipos: o *maulide salkina*, apenas praticado pelos Shehes, e o *maulide nakira* que era - e é - praticado pelos demais crentes. Contudo, a

prática do *maulide salkina*, com o tempo, deixou de ter lugar, estando apenas em vigência o *maulide nakira*. Hoje em dia, já não existe essa diferença, somente existe o *maulide*, designado mais genericamente.

Na Ilha de Moçambique, existiram em tempos 3 grupos, mas hoje existe apenas um, com um número variado de integrantes, que chegam por vezes a mais de 50. Este grupo está a actuar sozinho desde os finais dos anos 70 ou princípios de 1980. Segundo os entrevistados a extinção dos demais grupos deveu-se fundamentalmente a questões organizacionais internas a eles e ao fato destes não quererem realizar apresentações públicas. Assim, estes outros foram sendo esquecidos e marginalizados.

Segundo Lorenzo Macagno (2006:p.141) este grupo existente na Ilha de Moçambique, praticante de "*um islão expontâneo, quase físico*" (...), "*constituía uma presença, evanescente para alguns, da Confraria Ahmad al'Rifaiyya, cujas práticas não eram aceites pelos restantes muçulmanos*."

[8] Referências espaço-temporais

Dança-se em qualquer época do ano, com excepção do mês de Ramadan e um mês antes de Ramadan.

[9] Componentes materiais associados

Tapuxis, instrumentos metálicos perfurantes.

Instrumentos musicais feitos de madeira e peles, a saber: *kupura* (tambor de tamanho maior), *kadjiza* (tambor tamanho médio), *cundju* ou *tchundjo* (tambor menor), *opatha* (instrumento de ferro em forma cilíndrica) e *tapuxta* (batuque pequeno em forma de pentágono).

Leite de cabra (*eledi ya pury*), mel (*oravo*), água de lanho (*madzi akole*) e banana, que são usados na preparação do *nikhombe.*

Quitabo, livro onde se registram as letras dos cânticos entoados durante a performance. Este é transferido pelo antigo líder do grupo ao seu sucessor. O livro encontrado durante este trabalho de campo, segundo os nossos entrevistados, tem mais de 80 anos e contém tudo sobre o *maulide*, desde o conteúdo das danças ao preparo da poção mágica. Nas apresentações, esse livro é colocado sobre um banco.

[10] Componentes imateriais associados

Ritos de iniciação, repertórios de cânticos e conhecimentos associados.

[11] Transmissão, sucessão

A transmissão é feita de geração em geração. Nas madrassas e em casa os jovens são ensinados esta dança. Os mais velhos, sobretudo o chefe *papwo*, que também é o chefe do grupo, tem a responsabilidade de escolher seu substituto, que pode ser um filho, sobrinho, ou o melhor dançarino do grupo.

[12] Disseminação, divulgação

Esta dança dessimina-se através das diferentes apresentações em variados contextos, religiosos e festivos. Importa salientar que a madrassa constitui um local de forte poder de dessiminaçao desta prática. O *maulide* é aprendido nos bairros, em casa dos líderes dos grupos.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

A comunidade atribui valor elevado a esta prática, na medida em que se procura preservá-la e executá-la com entusiasmo. Esta dança simboliza harmonia com a fé religiosa, harmonia social e exaltação da confraternidade dos membros do grupo ou bairro da Ilha. O termo "comunidade" pode-se entender aqui num sentido genérico, como comunidade de *maulide*, pois esta dança também está aberta a qualquer pessoa não praticante da religião islâmica.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

Trata-se de uma dança ímpar com dinâmicas que causam admiração relativamente aos gestos executados. Os seus praticantes afirmam que *maulide* é uma expressão de fé, de contrário seria uma martírio total. Esta dança também está a ser assolada pelo desinteresse dos praticantes, pois existiam antes 3 grupos e hoje apenas um.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

Esta dança é um reconhecimento a Deus e a sua protecção. Praticando o *maulide,* faz-se uma exaltaçao à fé. Esta valorização é de carácter geral em muitas sociedades islâmicas com destaque para as comunidades do litoral norte de Moçambique e particularmente a Ilha.

[4] Ameaças à continuidade da execução

Falta gritante de apoio ao grupo existente.

[5] Ameaças à transmissão

Uma das grandes questões levantadas tem relação com a fraca afluência dos jovens à mesquita, local este considerado fundamental para obtenção de conhecimentos sobre o *maulide*, sua história, importância e valor socio-cultural.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Escassez de materiais para a produção de instrumentos musicais (pele de animais, madeira, ferro).

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Aparentemente não há.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Idade avançada do *papwo* desse grupo e o desinteresse dos jovens à prática desta dança.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Perca de parte considerável dos valores culturais e empobrecimento do repertório coreográfico e musical da população da Ilha. Trata-se do único grupo que ainda pratica e preserva a modalidade *maulide nakira*.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Aumento do grau de coesão social dos membros desta comunidade e do grupo em geral. União entre os mais velhos e os mais novos do grupo.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Infelizmente, nenhuma acção está a ser feita, segundo os nossos entrevistados.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Nada a sugerir, embora possam ser desenvolvidas acções concretas como a sua inclusão nas diferentes cerimónias desta comunidade, e em cerimónias governativas e não só, para assim perpectuar esta dança milenar.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Integrar mais este grupo restante de *maulide* na esfera sócio-cultural, económica e turística da Ilha com vistas a captar recursos indispensáveis para a sua sobrevivência, desde que estas medidas sejam aceites pelo grupo e não interfiram com seus valores e crenças. O apoio em instrumentos também deve ser constante e é urgente.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: grupo
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Localidade: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique, Cidade de Macuti, Litine
Posição na actividade: líder do grupo de *Maulide*
Contacto: 82 9700992

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

MACAGNO, L. **Outros muçulmanos**: islão e narrativas coloniais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

[5] Iconografia

Não há.

[6] Plantas, mapas e croquis

Não há.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Fernando Manjate, Brazão Catopola, Luís Meno, Bernadino Quiane.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

7. Lugares

OMAKHUTHINI

CIDADE DE MACUTI

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Lugares / histórico.

[3] Outros bens relevantes

Não há.

[4] Descrição

A Cidade de Macuti (bairro Macuti) é designada a partir da cobertura tradicional das casas feitas com folhas de coqueiro. Esse assentamento foi ocupando as partes sul e oriental da Cidade de Pedra[82]. É formada, maioritariamente, por casas feitas de material local, nomeadamente, pau-a-pique, mangal, bambu, *khero* (cordas feitas à base de fibra de mesocarpo de coco) e pedriça.

De acordo com fontes orais, o que condicionou a formação desse bairro são os ventos que, aliás condicionaram também toda formação das primeiras habitações na Ilha, e mesmo a da Cidade de Pedra e Cal. A região onde se situa a Ilha é afectada de quando em vez por ciclones e ventos de monções, que sopram do mar para o continente. Com efeito, na costa (lado da baía) os ventos são mais suaves, o que facilita a navegabilidade. Por essa razão, nela foi instalado o porto, na área atualmente designada Bairro do Museu. Por causa do porto, as principais actividades comerciais estavam localizadas nesta zona, sendo as mais activas o comércio, serviços públicos, correios. Todavia, antes mesmo da chegada dos portugueses no século XV, o comércio com os árabes também decorria nesta zona, pois, as águas do mar são calmas, profundas e permitem a atracagem dos barcos. Todavia os vestígios desta acção já não são visíveis. Talvez por essa razão existe no local a primeira mesquita, em frente ao museu, registrada no diário de São Francisco Xavier[83], o que sugere que esta teria sido uma das primeiras zonas a serem habitadas na Ilha.

Os relatos do século XVI que chegaram até nós dão-nos conta da existência de uma povoação pequena, mas pitoresca, composta de casas de alvernaria cobertas de *macuti*, pois não havia telha, que só apareceu no séc. XIX.

Até metade do século XVIII, na zona Sul da Ilha, onde hoje se situa a Cidade de Macuti, além do convento de João de Deus, do lavadouro da Marangonha e da Fortaleza de Santo António, nada havia além de pedreiras, dunas e vegetação[84]. Nesta altura, em termos de recursos de interesse econômico, a Cidade de Macuti resumia-se a pedreiras e machambas. Todavia, na zona da costa (lado da baía) já existiam algumas edificações de pedra e cal como as casas dos xeiques, a quem pertenciam os terrenos onde se localizavam as pedreiras, o celeiro e o matadouro.

Nos finais do século XVIII e princípios do XIX, verifica-se um rápido crescimento da Cidade de Pedra e Cal. Com efeito, algumas fontes orais referem que a Ilha de Moçambique ainda tinha a essa altura, por um lado, importância estratégica na navegação para a Índia pelo que continuava a ser a aguada (os barcos atracavam na Ilha para

[82]Rodrigues et al, 2009:50.

[83] Residiu na Ilha de 1541 a 1543. Ver ficha 001-08-02-04: Narrativas sobre São Francisco Xavier, neste inventário.

[84]Secretaria de Estado da Cultura, 1985:18).

reparação, reabastecimento de comida e mão-de-obra). Por outro, a intensificação das actividades comerciais impulsionada pelo comércio de escravos nesse mesmo período, transformou a Ilha num local de suprimento de mão-de-obra. Nesse sentido, há um aumento do número de escravos, da mão-de-obra, de pessoas em trânsito ou não. Estas tinham necessidade de ter um abrigo.

É neste contexto que a Cidade de Pedra e Cal foi se expandido. Para o efeito, havia necessidade de pedra, matéria-prima incontornável para a edificação das sumptuosas habitações ocupadas pelas instituições do regime colonial e por seus funcionários.

Tem início, então, a exploração intensiva das pedreiras. O trabalho era executado por escravos vindos na sua maioria do continente. Segundo relatos, numa primeira fase, estes teriam sido alojados nos quintais das grandes casas existentes na Cidade de Pedra e Cal. Progressivamente se esgotava a disponibilidade de pedras para corte devido ao lençol freático. À medida que se esgotava esse recurso, o sítio remanescente ia sendo ocupado para moradia dos escravos que neles começaram a construir as suas próprias casas.

A administração autorizava-os a construírem (escravos não eram sujeitos de direito, portanto não é provável que se reconhecesse a eles a posse de algum bem). Talvez fossem obrigados a construir a casa que habitariam, mas esta não viesse a ser necessariamente sua. Uma casa com dimensões não superiores a 25 m^2. Eram casas precárias e usavam materiais vindos de Sancul, Lunga, Matibane, no continente. As técnicas de construção utilizadas eram as praticadas pelos *mahuwa* do interior, influenciados pelos árabes, que compõem cultural *swahili*. É nesse processso que começa a nascer a Cidade de Macuti, que irá se expandir a partir da zona da costa, onde se encontravam o matadouro e o celeiro, em direcção à contra-costa.

Importa realçar que nos cruzamentos dos lotes onde se fazia a extração das pedras existiam casas de pedra e cal. Presume-se que estas casas eram dos controladores das pedreiras. Na planta da Cidade de Macuti, verifica-se claramente esta divisão. A estrada que cortava estes subdivisões é chamada pelos nativos de *ntala* o que quer dizer *estrada*.

O resto das pedras (inutilizável para a construção das casas da Cidade de Pedra e Cal) era utilizada pelos escravos para construirem as suas palhotas e, eram pedras muito pequenas.

A Câmara Municipal[85] definiu nesta altura que todos que extraíssem pedras neste terrenos tinham a obrigação de aterrar depois, nivelar e resguardar com muro e quem não o fizesse incorreria a multa. Esta prática não se verificou até hoje, o que explica, em parte, os problemas que o bairro Macuti enfrenta atualmente.

Documentos como o Relatório da Secretaria de Estado da Cultura (1985) e o Plano de Gestão da Ilha de Moçambique (2009) referem que os bairros de Marangonha e Esteu teriam sido os primeiros a serem habitados na Cidade de Macuti, por escravos e várias pessoas de baixa renda, desde mestiços, negros, brancos, indianos. Contudo, este bairro viria ser destruído. Aventa-se que devido a problemas de saneamento, este bairro foi destruído, e construídas as casas no actual bairro de Esteu.

Assim, a cidade é ocupada a partir das antigas pedreiras, do lado da baía, nascendo o bairro de Esteu e Litine em direcção a contra-costa, onde surgem os bairros de Marangonha, Areal, Quirahi. Até a década de 1950 nada havia sido edificado no actual bairro Unidad, que foi um dos últimos a serem ocupados, a partir dos anos 60 do século

[85] No frontão da Câmara, que conserva o escudo de Moçambique, mencionam-se duas datas de 1781 de 1909, datas do provável início da construção do Paço da Câmara e das obras que posteriormente refizeram o aspecto do edifício da Câmara.

passado. Até 1960 as casas na zona de Areal eram poucas. A maior concentração de casas estava nos bairros Esteu e Litine.

Num outro desenvolvimento, os relatos orais salientam que antigamente todas as casas da zona sul deveriam possuir obrigatoriamente coberturas de *macuti*. Nesta altura, o governo português proibia o uso de chapas de zinco. Para usarem esse tipo de cobertura as pessoas deviam ter licença da Câmara, cuja obtenção distinguia pessoas de prestígio na comunidade. Se procedente, essa informação dá indício de um ingrediente importante do processo de atribuição de valor negativo às coberturas de palha, que ao longo do tempo vai se disseminando entre os *makhuwa nahara*, apesar de ser tecnicamente a mais adequada para as condições climáticas da Ilha.

[5] Praticantes ou detentores

Os praticantes são maioritariamente o grupo etnolinguístico *makhuwa nahara*.

[6] Forma de organização

Não se aplica.

[7] Origem, transformações e situação presente

A origem da Cidade de Macuti está ligada ao processo histórico de ocupação da Ilha de Moçambique pelos portugueses, a partir de 1500. Com efeito, quando Vasco da Gama chega à Ilha de Moçambique, em 1498, encontra um xeique que governa o território em nome do rei de Quíloa. Perante a superioridade do armamento português, este xeique teve de abandonar a Ilha, indo fixar-se no Sancul, na costa em frente[86].

Efectivamente, aquando da chegada dos portugueses a Moçambique, entre 1500 a 1770 a povoação consistia em um aglomerado de palhotas escuras dominadas pelos eirados brancos a residência do xeique e da mesquita. Até metade do século XVIII, a zona Sul da Ilha, onde hoje se situa a Cidade de Macuti, não havia nada além das pedreiras, do convento de João de Deus, do lavadouro da Marangonha e da Fortaleza de Santo António (Ibd:18).

Na parte mais a sul, encostada a praia do lado da baia, foram construídos, por volta de 1770, os celeiros para efectuar o controlo da exportação e para fixar os preços dos produtos alimentícios importados.

No período áureo do tráfico deescravos (1776 ‑ 1803), observa ‑ se uma expansão da Cidade de Pedra e Cal mais para a costa ocidental. Estaexpansão consistia em palhotas para escravos, negros livres e mulatos. Era o chamado Bairro Altoda Marangonha ou Missanga semeado de coqueiros que, por ser uma zona irregular e pobre,constituía um foco de doenças e foram várias as tentativas para realizar o seu saneamento (Plano de Gestão da Ilha de Moçambique).

Segundo a legislação de 1852, nenhum escravo podia construir palhotas dentro da cidade, a não ser no terreno de seu senhor e sob seu controlo. Assim, quatro anos mais tarde, foi organizado o bairro da Missanga, na contra-costa. Havia habitantes de diferentes classes sociais e etnias, entre árabes, africanos islamizados e até cristãos das classes mais baixas. Para a construção era necessário obter-se uma licença da câmara municipal e dos proprietários dos terrenos, nos casos em que estes fossem privados.

Todavia, na organização do bairro da Missanga, deveriam ser respeitados os alguns princípios seguintes, como os alinhamentos das ruas e altura das palhotas. Em 1866 é

[86](Secretaria de Estado da Cultura, 1985:11).

ampliada a área onde é permitida a construção de palhotas, para a Marangonha e também para as áreas limítrofes das pedreiras mas há regulamentos específicos que deviam ser respeitados: era necessário obter a permissão do foreiro, respeitar o alinhamento das obras e a altura. Também é determinado um espaçamento entre as palhotas de 2.5 braças (cerca de 5,5 m) e, imposto o rebôco das paredes de pedra e cal.

Com o aumento considerável da actividade comercial da Ilha, impulsionada pelo tráfico de escravos, a Cidade de Pedra e Cal foi se expandindo, por volta do século XIX. Nesse período, inicia-se a exploração intensiva das pedras de coral que existiam na zona sul da Ilha.

Assim, as populações de renda baixa, na sua maioria nativos, sem possibilidades de viver na Cidade de Pedra e Cal começam a ocupar os terrenos que foram surgindo com a retirada da pedra. Foi demolido o antigo bairro da contra-costa (Marangonha). Na sequência, novos bairros de Macuti foram planeados nas antigas pedreiras no sul da cidade,começando com os bairros da Contra-Costa: Marangonha e Areal, e no interior, no baixo da zonados armazéns: Esteu e Litine (Plano de Gestão da Ilha).

Depois da Independência Nacional houve, igualmente, uma grande expansão da Cidade de Macuti, caracterizada por parcelamentos ao longo das ruas rectilíneas, com umespaçamento adequado entre as palhotas. Nas áreas ainda não ocupadas o assentamento deu ‑ sesem planeamento o que originou um povoado mais compacto e labiríntico.

Com a eclosão da guerra civil em 1977 e sua intensificação depois de 1980, a população do continente migrou em massa para a Ilha de Moçambique a procura de refúgio e segurança, pois, a parte insular, pela sua localização, não chegou a ser atacada. Regista-se, deste modo, um aumento significativo da população.

A Ilha tinha em 1997 14 887 pessoas, com uma densidade de 4.963 hab/km^2, o que a torna na área de maior densidade populacional de Moçambique.[87] Dez anos mais tarde, 2007, a Ilha tinha uma população de 13.350 habitantes, com uma densidade de 4.450 hab/km^2.

Há sobrepovoação dos bairros de Macuti, com os problemas de saneamento e de saúde que isso implica. Este bairro carece de um sistema de esgotos, o que leva a que milhares de pessoas que aqui vivem defequem diarimente nas várias praias, colocando em causa a redução da pobreza na região, já que este fenómeno constitui um sério dissuador do desenvolvimento do potencial turístico da Ilha. De igual modo, assiste-se a uma degradação progressiva das casas de *macuti* e, construções desordenadas sem respeitar os espaçamentos e arruamentos. Esta situação poderá ter sido causada, segundo os locais devido à pressão da falta de espaço e ultimamente, devido à guerra dos 16 anos, que levou a que a Ilha ficasse superpovoada.

Actulamente, grande parte das casas estão em situação precária, sem condições de saneamento. As casas típicas de *macuti* vão desaparecendo e, em seu lugar, surgem casas de alvenaria, em alguns casos, e noutros, casas com associação de material moderno, tal como cimento, chapas de zinco, lusalite.

[8] Referências espaço-temporais

Esta actividade ocorreu na parte sul da Ilha de Moçambique, concretamente nas antigas pedreiras da costa e dunas da contra-costa por volta dos séculos XVIII e XIX, altura que se dá um rápido crescimento da Cidade de Pedra e Cal. A pedra era tirada da zona onde mais tarde foi construída a Cidade de Macuti.

[87]RODRIGUES, Eugénia; et all. Ilha de Moçambique. Alcance Editores. Maputo, 2009. p. 12.

[9] Componentes materiais associados
Os componentes materiais associados são a pedra de coral, folhas de coqueiro, estacas, bambú, laca-laca, barro, cal, khero.
[10] Componentes imateriais associados
Domínio do conhecimento tradicional das técnicas de construção, licença de construção autorizado pela Câmara ou proprietários de terrenos.
[11] Transmissão, sucessão
Não se aplica.
[12] Disseminação, divulgação
Não se aplica.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade
À Cidade de Macuti é atribuído um grande valor pela comunidade por acima de tudo ser o seu local de habitação.
[2] Justificativa para inclusão no inventário
A Cidade de Macuti, como parte integrande da Ilha merece a sua inclusão no inventário, por antes de mais, ser uma zona que antes era uma pedreira, que alimentou a formação a cidade de pedra e cal, e por ter sido local de trabalho árduo de muitos escravos africanos. Hoje a Cidade de Macuti vive uma ebulição cultural muito activa, onde a cultura está enraizada na comunidade.
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente
Em termos regionais, nacional e internacionalmente, este bairro é um nicho ecológico, de protecção contra os ventos das monsões e acima de tudo, um complexo viável a níveis turísticos, podendo para tal ser fonte de geração de renda para os habitantes locais, através do turismo.
[4] Ameaças à continuidade da execução
Desinteresse por parte dos mais jovens deste tipo de habitação existente neste bairro, optando-se na sua maioria por casas convencionais. Falta de espaços, na maioria dos casos, para se fazer um trabalho de reordenamento territorial. A superpovoação leva ao empobrecimento da população o que se traduz na degradação das casas de *macuti*.
[5] Ameaças à transmissão
Não se aplica.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados
Superpovoação da Ilha que leva à pressão dos recursos materiais associados como as folhas da palmeiras, a destruição do mangal, etc.
[7] Ameaças aos componentes imateriais associa

Desaparecimento dos mestres conhecedores da técnicas de construção das casas de *macuti*, desinteresse dos demais neste tipo de casas.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Exiguidade de fundos ou nenhum apoio por parte das entidades competentes para ajudar as famílias na conservação deste tipo de casas. Falta de incentivos aos mais novos para a construção deste tipo de casas.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

De momento não é aplicável esta acção.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Não se aplica.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Existem neste momento alguns planos, tais como O Plano estratégico da Ilha de Moçambique, 2008-2012, Plano de Desenvolvimento Integrado da Ilha de Moçambique, lançado em 2009. Estes planos contém acções específicas para a salvaguarda da Ilha, e acima de tudo abarcam a Cidade de Macuti em grande medida.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

O envolvimento da comunidade na preservação da Cidade de Macuti é fundamental para um futuro plano de salvaguarda, na medida em que os ilhéus precisam entender que o futuro da Ilha também depende desta parcela, os habitantes desta parcela também irão ter muitos ganhos, a exemplo do turismo cultural.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

A Cidade de Macuti precisa urgente, em primeiro lugar de medidas de saneamento, pois, como vimos atrás, está encrustada em grande extensão em antigas pedreiras que dinamizaram a construção da cidade de pedra e cal, e este local não foi aterrado o que hoje inplica ser um local com um nível freático muito elevado. A plantação e revitalização de palmares seria outra medida de urgência, tal como a preservação do mangal.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não se aplica, pois a Ilha no seu todo já é Obra do Património Mundial.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não se recomenda em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Não há.

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo Não há.
[4] Bibliografia ILHA DE MOÇAMBIQUE, Plano de Gestão 2010-2014. RODRIGUES, Eugénio, ROCHA, Aurélio, NASCIMENTO, Augusto; Ilha de Moçambique. Alcande Editores. 1ª edição. Maputo. 2009. MEC. Ilha de Moçambique. Guia [português]. PEREIRA, Luís Filipe. As transformações urbanas na Ilha de Moçambique. 1994. [Brochura]. Monografia dos principais edifícios da Ilha de Moçambique. [Brochura] DPEC – Nampula. Breve resenha informativa sobrea história da Ilha de Moçambique. Nampula, Setembro de 2007.
[5] Iconografia Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis Não há.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Célio Tiane, Fernando Manjate, Lúcia Omar.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

JARDIM DE MEMÓRIA DA ESCRAVATURA[88]

[88] Baseado em document preparado por Lúcia Laurentina Omar, Alberto Valoi, Juvenal Armazia. Registros em DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC/Maputo.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações:

Não há.

[2] Domínio / tipo

Lugares / histórico.

[3] Outros bens inventariados relevantes:

Narrativas sobre a escravatura. Quintais.

[4] Descrição

O Jardim da Memória da Escravatura localiza-se na Rua dos Trabalhadores, junto à costa Oeste da Ilha de Moçambique. O Jardim é uma área confinada, cercada por um muro alto, com uma entrada que dá acesso directo ao mar. A boa situação geográfica (junto à costa, aberto com um horizonte visual que transmite um sentimento do fim do mundo) deste local constituiu o factor determinante na sua escolha para a implantação deste monumento histórico simbolizando o processo da escravatura no mundo. O Sítio escolhido para se implantar o Jardim de Memória não teve nenhuma relação específica com as instalações destinadas ao tráfico de escravos na Ilha de Moçambique.

Este jardim é o terceiro a ser implantado a nível Mundial, sendo o primeiro na Ilha Reunião e o segundo na República de Madagáscar. O quarto e último será implantado na Índia, no presente ano de 2010. Este projecto tinha a duração de 7 anos (2004-2010).

A Ilha de Moçambique foi também até ao século XVIII, foi um dos principais pontos de tráfico de escravos saídos desta região de África e isso é demonstrado pela existência de feitorias e rampas. Dessa Ilha, partiram centenas de milhares de mulheres, homens e crianças que aqui primeiramente eram armazenados, vendidos e depois levados a várias partes do Mundo como às Ilhas do Oceano Índico, América do Sul e do Norte, Ilhas Caraíbas e das Antilhas, Golfo Pérsico, entre outras regiões do mundo.

Refira-se como exemplo que, em 1819, entraram na Ilha de Moçambique cerca de 10.444 escravos, número superior a da população que na altura residia nesta cidade. Dado aos maus-tratos que os escravos eram submetidos, desse grupos morreram 1.200 antes de serem vendidos; 9.244 foram comprados; 1.804 morreram após terem sido comprados; embarcaram 7.440 escravos, morreram pelo caminho, 2.196 e só chegaram ao destino (Brasil) 5.244 escravos.

O grande significado deste Jardim reside na estratégia que visa o resgate da história e vivências do passado para promover a fraternidade e cooperação para o desenvolvimento socio-económico local e regional entre os homens, preservar até à eternidade as formas forçadas e casuais que determinaram o encontro entre os povos no passado e manter os laços histórico-culturais que cristalizam ao longo dos séculos, como forma de valorizar a história da Ilha de Moçambique, do nosso País e da humanidade.

A concepção do Jardim de Memória da Escravatura, adoptando a forma circular de apresentação de sua temática, teve em conta a cultura africana. A convivência entre os povos de África, se desenrola à volta de círculos (os encontros de aprendizagem, as danças, a iniciação, reuniões, entre outras actividades). Assim, o Jardim da Memória de Escravatura está estruturado em três círculos, sendo que o primeiro, logo à entrada, simbolizando o lugar de encontro/Jardim Público, com quatro bancos, também dispostos

em círculos. O segundo, mais para o interior do jardim, que simboliza o lugar de iniciação/Jardim da História, onde se encontram diferentes bustos de madeira, feitos pelos artífices moçambicanos Elias João Mungus e Manuel José Rita, e da Ilha Reunião, Arius e Mary Batis Kaf. Além disso, a estrutura em forma de barco simboliza o meio pelo qual vários escravos foram transportados para além-fronteiras, por meio de corte de laços familiares na terra de origem. E o terceiro círculo, designado de círculo de reflexão/espaço da experiência pessoal e íntima, encontra-se fora das quatro paredes do jardim. Este é o lugar de meditação e de introspecção, em cujo centro se encontra um banco de cimento. A volta deste círculo encontram-se marcados os doze pontos cardiais, o que significa os vários cantos do mundo para aonde as pessoas iam sem volta. Encontram-se também no Jardim quatro placas descritivas sobre a história de Ilha de Moçambique, escritas em quatro línguas (Emakhwa, Português, Inglês e Francês).

O Jardim de Memória da Escravatura valoriza a história da Ilha de Moçambique, do País e da humanidade. É lugar de encontro, de meditação, introspecção e de reencontro com a história.

A transmissão do valor do Jardim de Memória é feita através das actividades que se realizam frequentemente neste local, nas escolas, através do currículo local, elaboração de folhetos informativos sobre a escravatura no país, entre outras formas.

Realizam-se anualmente cerimónias de celebrações do 23 de Agosto, dia instituído pela UNESCO como o dia Internacional de Abolição da Escravatura.

A sua disseminaçao e divulgação é feita através da inclusão em actividades culturais, rádio-difusão e roteiros de visita à Ilha. Tem havido visitas de várias instituições de ensino, da sociedade civil assim como dos turistas que visitam o local, produção de folhetos informativos.

[5] Praticantes ou detentores

De acordo com as fontes escritas, em 1836 (PEREIRA, Luís, 1994), teria sido abolido oficialmente o tráfico de escravos, embora a captura e venda de africanos e o uso do trabalho escravo tenha perdurado até a passagem para o século XX. No Brasil, por exemplo, a abolição da escravatura deu-se apenas em 1888. Após abolição do tráfico de escravos, todos os trabalhadores que se encontravam nas propriedades agrícolas e indústrias (zona continental) e aqueles que residiam nos quintais dos seus patrões foram convertidos à categoria de trabalhadores assalariados, dos quais, uns recebiam alguma remuneração, embora insignificante, e outros recebiam em troca dos seus serviços, produtos alimentares. Esta era a forma que tinha sido encontrada para justificar aos observadores internacionais que nas colónias portuguesas, a orientação tinha sido acatada para evitar as sanções. É de salientar que na Ilha de Moçambique haviam sido decretadas orientações segundo as quais todos os escravos deviam erguer as suas moradias junto dos seus patrões (nos quintais, nas propriedades), para facilitar o controle efectivo destes.

Entre os séc XVIII e XIX, o comércio dos escravos na Ilha de Moçambique atingiu os patamares mais elevados. A zona costeira (das Alfândegas até ao Celeiro) era considerada zona protegida e de fácil acesso, onde as embarcações podiam atracar sem problemas para carregar e descarregar mercadorias, incluindo os cativos. Os escravos na Ilha de Moçambique eram descarregados e carregados nas caladas da noite.

Em 23 de Agosto de 2007, o Jardim foi inaugurado. O acesso é livre. A visita inicia as 07 horas da manhã e fecha-se as 17:30 horas. Aos fins-de-semana, jovens pertencentes

associações culturais fazem suas demonstrações culturais. Dia 23 de Agosto de cada ano, realizam-se neste lugar as celebrações do dia Internacional de abolição da escravatura.

População da Ilha de Moçambique, em particular e visitantes, em geral. Todos aqueles que se interessam pela história, o desenrolar do processo da escravatura em Moçambique.
O local escolhido para a implantação do monumento pertenceu em tempos ao Grupo Ferreira do Santos, empresário de origem portuguesa que incrementou na Ilha de Moçambique várias actividades económicas, desde o comércio, agro-pecuária, industria, entre outras, e serviu primeiramente de armazéns de produtos comerciais. Mais tarde, tornou-se depósito de combustíveis até em 1975, quando da Independência de Moçambique.

O Jardim da Memória da Escravatura surge no âmbito do Programa "Estrelas Memórias e Escravatura nas Ilhas e Países o Oceano Índico" iniciado pela UNESCO em 2004, no quadro do Projecto Internacional da Rota da Escravatura.

Foi criado em 2007 e inaugurado pelo Ex-Ministro da Educação e Cultura, Dr. Aires Ali, no dia 23 de Agosto de 2007, Dia Internacional da Abolição da Escravatura. A concretização deste projecto em Moçambique foi feita com apoio da Embaixada da França, Conselho Regional da Ilha Reunião, Conselho Geral da Ilha Reunião, o Governo moçambicano, através do Ministério da Educação, Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique, entre outros organismos nacionais e internacionais.

Vários elementos naturais e edificados foram introduzidos para simbolizar o espaço histórico, a arca que simboliza o meio de transporte, os bustos, que simbolizam união e reencontro de culturas, bancos circulares feito com material de pedra, cal e cimento, entre outros elementos.

[6] Forma de organização

Não se aplica.

[7] Origem, transformações e situação presente

O local escolhido para a implantação do monumento pertenceu em tempos ao Grupo Ferreira do Santos, empresário de origem portuguesa que incrementou na Ilha de Moçambique várias actividades económicas, desde o comércio, agro-pecuária, industria, entre outras, e serviu primeiramente de armazéns de produtos comerciais. Mais tarde, tornou-se depósito de combustíveis até em 1975, quando da Independência de Moçambique.

O Jardim da Memória da Escravatura surge no âmbito do Programa "Estrelas Memórias e Escravatura nas Ilhas e Países o Oceano Índico" iniciado pela UNESCO em 2004, no quadro do Projecto Internacional da Rota da Escravatura.

Foi criado em 2007 e inaugurado pelo Ex-Ministro da Educação e Cultura, Dr. Aires Ali, no dia 23 de Agosto de 2007, Dia Internacional da Abolição da Escravatura. A concretização deste projecto em Moçambique foi feita com apoio da Embaixada da França, Conselho Regional da Ilha Reunião, Conselho Geral da Ilha Reunião, o Governo moçambicano, através do Ministério da Educação, Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique, entre outros organismos nacionais e internacionais.

[8] Referências espaço-temporais

De acordo com as fontes escritas, em 1836 (PEREIRA, Luís, 1994), teria sido abolido oficialmente o tráfico de escravos, embora a captura e venda de africanos e o uso do

trabalho escravo tenha perdurado até a passagem para o século XX. No Brasil, por exemplo, a abolição da escravatura deu-se apenas em 1888. Após abolição do tráfico de escravos, todos os trabalhadores que se encontravam nas propriedades agrícolas e indústrias (zona continental) e aqueles que residiam nos quintais dos seus patrões foram convertidos à categoria de trabalhadores assalariados, dos quais, uns recebiam alguma remuneração, embora insignificante, e outros recebiam em troca dos seus serviços, produtos alimentares. Esta era a forma que tinha sido encontrada para justificar aos observadores internacionais que nas colónias portuguesas, a orientação tinha sido acatada para evitar as sanções. É de salientar que na Ilha de Moçambique haviam sido decretadas orientações segundo as quais todos os escravos deviam erguer as suas moradias junto dos seus patrões (nos quintais, nas propriedades), para facilitar o controle efectivo destes.

Entre os séc XVIII e XIX, o comércio dos escravos na Ilha de Moçambique atingiu os patamares mais elevados. A zona costeira (das Alfândegas até ao Celeiro) era considerada zona protegida e de fácil acesso, onde as embarcações podiam atracar sem problemas para carregar e descarregar mercadorias, incluindo os cativos. Os escravos na Ilha de Moçambique eram descarregados e carregados nas caladas da noite.

Em 23 de Agosto de 2007, o Jardim foi inaugurado. O acesso é livre. A visita inicia as 07 horas da manhã e fecha-se as 17:30 horas. Aos fins-de-semana, jovens pertencentes associações culturais fazem suas demonstrações culturais. Dia 23 de Agosto de cada ano, realizam-se neste lugar as celebrações do dia Internacional de abolição da escravatura.

[9] Componentes materiais associados

Vários elementos naturais e edificados foram introduzidos para simbolizar o espaço histórico, a arca que simboliza o meio de transporte, os bustos, que simbolizam união e reencontro de culturas, bancos circulares feito com material de pedra, cal e cimento, entre outros elementos.

[10] Componentes imateriais associados

Realizam-se anualmente cerimónias de celebrações do 23 de Agosto, dia instituído pela UNESCO como o dia Internacional de Abolição da Escravatura.

[11] Transmissão, sucessão

A transmissão do valor do Jardim de Memória é feita através das actividades que se realizam frequentemente neste local, nas escolas, através do currículo local, elaboração de folhetos informativos sobre a escravatura no país, entre outras formas.

[12] Disseminação, divulgação

Inclusão em actividades culturais, rádio-difusão e roteiros de visita à Ilha. Tem havido visitas de várias instituições de ensino, da sociedade civil assim como dos turistas que visitam o local, produção de folhetos informativos.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

Trata-se de um local memorável das vicissitudes da escravatura e do seu impacto para as populações. A população tem exaltado e retratado os actos desumanos da escravatura em

dias de comemoração. É visitada por estudantes como parte de actividades de cursos de história, no âmbito do currículo local.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

O jardim da memória, não apenas pelo arcabouço material de que é feito, mas pelos significados que encerra e atividades que abriga, é uma importante referência cultural que não pode deixar de integrar o inventário do patrimônio cultural intangível de *Omuhipiti*/Ilha de Moçambique.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

O Jardim é um local reconhecido a nível local, nacional e internacional. Enquanto estrutura física, faz parte do conjunto de edificações do património arquitectónico da Ilha proclamados património mundial da humanidade pela UNESCO,portanto também foi incluído no inventário arquitetônico realizado em 2008.

[4] Ameaças à continuidade

Não há.

[5] Ameaças à transmissão

Não existe nenhuma ameaça à sua transmissão, uma vez que é um local já inventariado e protegido pela Lei 10, de 22 de Dezembro de 1988, que dispõe sobre a Protecção do Património Cultural Material e Imaterial de Moçambique, além de estar incluído no conjunto de bens inscritos na Lista do Património Mundial da UNESCO, em 1991.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

A degradação do material expostos no Jardim de Memória a altas temperaturas, como são os casos de bustos, a réplica do barco e a erosão do solo constituem ameaças à conservação do monumento.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Não existem ameaças aos componentes imateriais associados pelo facto estar incluído nas atividades escolares e em cerimônias oficiais comemorativas da abolição da escravatura e do tráfico no mundo.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade e do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Empobrecimento da memória da escravidão.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Reforço do currículo escolar e valorização dos direitos humanos.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

O jardim foi reabilitado recentemente e está prevista, numa segunda fase, a criação de uma galeria da história no interior da cisterna e um centro de informação turística, actividade que está sendo coordenada entre o GACIM (Gabinete de Conservação da Ilha de Moçambique) e a Direcção Nacional da Cultura.O Conselho Municipal e o GACIM pretendem implantar também uma estrutura de gestão do Jardim, com vista a tornar o seu uso mais sustentável.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

É necessário fazer um levantamento exaustivo dos depoimentos sobre a escravatura e que se procure mais informação sobre o tráfico de escravos disponíveis em inúmeros centros de pesquisa e documentação e todo o mundo. Independentemente de seu valor documental e factual, narrativas orais carregam conteúdos simbólicos significativos para as populações actuais e por ser a experiência da escravatura um aspecto marcante da cultura da população de Omuhipiti, deve-se estimular a sua recolha e interpretação.

Além disso, percebe-se que falta sinalização interpretativa nos espaços e edifícios que informe o morador da Ilha e o visitante sobre as marcas físicas deixadas pelo tráfico de escravos no espaço da cidade, tais como: os locais de venda e encarceramento, o pelourinho, a forca, as pontes de embarque e os túneis. Aliás, considera-se uma necessidade urgente incluir os seguintes bens na lista de prioridades no que diz respeito à conservação e protecção do património edificado: túnel e o quintal localizado de trás da

Mesquita Maior, edifício em ruínas ao lado direito da capitania, suposto armazém localizado ao lado esquerdo da Pensão Escondinho, onde se presume ter sido usado para a concentração e comercialização de escravos. Recomenda-se que se realize, concorrentemente, um sério trabalho de arqueologia histórica sobre o tema.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique.

Valorização do sítio através visitas guiadas, elaboração de folhetos portáteis retratando o espírito simbólico que este sítio tem. Criação, na Ilha de Moçambique, de um Centro de Memória do Tráfico de Escravos e das contribuições das populações africanas para a formação das diversas nações do globo. Esse Centro poderia proceder à recolha e interpretação de depoimentos de memória oral sobre o tráfico e sobre as representações correntes acerca da escravatura.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não é o caso, porque enquanto bem do patrimônio mundial já é protegido pela UNESCO.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Não há.

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia
ARKITEKSKOLEN Aarhus. Secretaria do Estado da Cultura. Ilha de Moçambique. Relatório- Report-Danmark, 1982-85;
Ministério da Educação. Direcção Nacional da Cultura: Colectânea da Legislação Cultural de Moçambique. 1ª Edição, Maputo, 2007,
PEREIRA, L."Algumas notas sobre a Ilha de Moçambique-Património Histórico Nacional em degradação acelerada." Arquivo 4, 5-12,. 1988;
PEREIRA, L. As transformações Urbanas na Ilha de Moçabique, 1994
Monografia dos Pincipais Edifícios e Monumentos da Ilha de Moçambique, s/d
Report – Danmark, 1982-85
[5] Iconografia
Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis
Não há.
[7] Anexos a esta ficha
Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado
Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo
3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto
Lúcia Laurentina Omar, Alberto Valoi, Juvenal Armadia.
[4] Responsável pelo inventário
Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante
Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

QUINTAIS

Foto Antonio A. Arantes

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Lugares / histórico.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Jardim de Memória. Narrativas sobre escravatura. *Wahala*.

[4] Descrição

Os quintais eram espaços abertos localizados na parte traseira das casas da Cidade de Pedra e Cal, em geral, e em algumas casas da Cidade de Macuti, estas também feitas de pedra e cal. Eram circundados por pequenos compartimentos que serviam de dormitórios, lavabos, cozinha. Além destes tinham, também, um poço, cisterna para armazenamento da água de chuva e uma esplanada com cadeiras e camas de descanso para deleite dos proprietários e seus convidados.

Os quintais da Cidade de Pedra e Cal eram, de modo geral, propriedade de funcionários públicos, pois, tinham rendimentos para a sua manutenção. Na Cidade de Macuti, os poucos quintais eram propriedade dos xeiques que os mantinham graças a doações das Irmandades.

Importa frisar que os xeiques eram no apogeu do uso dos quintais, como ainda hoje são, líderes que se ocupam da gestão do quotidiano das comunidades nas mais variadas esferas, desde a religiosa, espiritual, política, económica, dentre outras. Com efeito, estes presidem as Confrarias ou Irmandades auxiliados pelas *halifas*, *mucamos* e *chawrias*, encarregados de administrar os iniciados ou irmãos. Ao *xeique* da Irmandade compete em princípio, ler, traduzir e explicar o Corão, os *hadhits* (ditos do profeta) e os *qaitabos*. Para além disso, deve fornecer os alvarás de nomeação, ditos *idjazas*, para os diferentes cargos e para as outras Irmandades saídas dela, e deve apreciar, aconselhar e resolver os vários casos que lhe sejam apresentados, para além de orientar e indicar o que julgue conveniente para o bem da comunidade (Medeiros, 1999: 76 e 77).

Em geral, os compartimentos do quintal serviam para albergar trabalhadores migrantes, viajantes, marinheiros, que os arrendavam; trabalhadores domésticos e escravos, estes últimos maioritariamente do grupo etnolinguístico *makhuwa*, provenientes do interior do continente. Havia uma distinção entre os *mainatos* (trabalhadores domésticos) e escravos, pois, enquanto os primeiros tinham uma remuneração em dinheiro pago mensalmente, os outros somente recebiam roupa e comida, como compensação pelos trabalhos executados.

Nos quintais também decorria o tráfico de escravos na medida em que em alguns existem túneis que levavam até a fortaleza e a algumas feitorias na margem da praia, onde atracavam os navios negreiros. As feitorias eram postos onde se guardavam e comercializavam as mercadorias. Com o advento do comércio de escravos a partir do século XVIII, começaram a dedicar maior atenção ao tráfico de escravos, visto que tinham acesso directo ao mar.

Era nos quintais onde decorria a vida social das famílias. Com efeito, estavam reservados a momentos de lazer e descontração. Era um lugar onde a vida social era intensa e, os proprietários e seus familiares passavam os seus momentos de diversão, organizando

banquetes, em sinal de poderio económico. Para além disso, realizavam-se algumas cerimónias religiosas e *ziarat* (fúnebres), e decorriam lições de islão (ensinamentos de Alcorão).

Paralelamente, acontecia todo um processo de socialização dos filhos dos proprietários. De facto, algumas fontes orais mencionaram que foi nos quintais onde receberam ensinamentos sobre as formas de melhor se comportar e apresentar diante dos mais velhos e em público. Também conhecimentos sobre as actividades diárias, seja de âmbito doméstico como a culinária ou do domínio público como o comércio, a religião, dentre outras.

No entanto, enquanto os proprietários e convidados se deliciavam com várias iguarias preparadas em grandes panelões de cobre, os empregados e escravos satisfaziam os desejos daqueles fazendo massagens e abanando leques gigantes para produzir frescura nos dias quentes. Algumas escravas satisfaziam sexualmente os seus donos, chegando inclusive a ter filhos destes. No entanto, estes filhos não eram reconhecidos e nem registados legalmente. Todavia, o registo destes factos e todos outros acontecimentos que ocorriam no quintal, de uma forma particular, e na comunidade em geral, eram registrados exclusivamente pelos s*heiks*/s*hehe* em livros designados *Wahala* (identidade). A única pessoa que tinha acesso ao livro era o s*hehe*.

A transmissão da propriedade das feitorias e, por consequência, de quintais como herança era feita na linha masculina, segundo o princípio da primogenitura, onde o filho primogénito (varão) sucedia ao pai, contrariando a tradição linhangeira por via feminina característica destas comunidades.

A hierarquia política dos *sheikados* tem uma estrutura piramidal e a sucessão de um lider não é geralmente pacífica. Nas confrarias existem redes complexas de cariz patriarcal. Assim, qualquer dos cargos dentro das Irmandades transmite-se de pai para filho ou de avô para neto. (Medeiros, 1999:77 e 78). Todavia, apesar da condição do *shehe* ser, na maioria das vezes, de carácter heriditária, ao sucessor é exigido o domínio do conhecimento sobre a leitura, explicação e interpretação do alcorão, em suma, da religião e do mundo à sua volta.

[5] Praticantes ou detentores

Os praticantes eram do grupo etnolinguístico *makhuwa nahara*. O uso dos quintais era uma prática restrita às pessoas com algum poder económico e, também com estatuto especial na comunidade, como os xeiques.

No norte de Moçambique existem duas grandes Irmandades religiosas mães: a Confraria *Kadiria* (*Cadria, Kadri* ou *Qâdiriyya*), com 5 confrarias saídas dela, e a Confraria *Xadulia* (*Chadulia, Chaduly, Liaxuruti* ou *Lixuruti*), da qual se formaram outras 3 (Medeiros, 1999:75).

O uso dos quintais era organizado de modo informal, por famílias, grupos de parentela e associações (irmandades). No caso dos xeiques, a manutenção dos quintais era garantida pelas Irmandades.

As Irmandades ou Confrarias há muito que passaram a constituir a tela na qual são tecidas as relações económicas, sociais, jurídicas e políticas das comunidades islãmicas. A palavra árabe donde resultou o termo *kiswahili* para designar as Irmandades é *Tarîqa* e significa caminho. Teoricamente, as Irmandades existem para a oração colectiva dos seus membros e para a realização de festas específicas em honra do fundador da Confraria-

Mãe, o *Wali*, do árabe *Madhî*, o iluminado (Medeiros, 1999:71 e 72).

Na África oriental, as Confrarias são sobretudo o espaço social de ajuda-mútua, em particular no que diz respeito aos funerais dos confrades falecidos.

[6] Forma de organização

O uso dos quintais era organizado de modo informal, por famílias, grupos de parentela e associações (irmandades). No caso dos xeiques, a manutenção dos quintais era garantida pelas Irmandades.

As Irmandades ou Confrarias há muito que passaram a constituir a tela na qual são tecidas as relações económicas, sociais, jurídicas e políticas das comunidades islãmicas. A palavra árabe donde resultou o termo *kiswahili* para designar as Irmandades é *Tarîqa* e significa caminho. Teoricamente, as Irmandades existem para a oração colectiva dos seus membros e para a realização de festas específicas em honra do fundador da Confraria-Mãe, o *Wali*, do árabe *Madhî*, o iluminado (Medeiros, 1999:71 e 72).

Na África oriental, as Confrarias são sobretudo o espaço social de ajuda-mútua, em particular no que diz respeito aos funerais dos confrades falecidos, e também uma rede especial de relações familiares, sociais e económicas (Ibd:73).

[7] Origem, transformações e situação presente

A referência espaço-temporal relacionada a esta prática estende-se desde o século X ao século XIX, nas Cidades de Pedra e Cal e de Macuti. Com efeito, o século X ao XV é relacionado ao comércio árabe e introdução do islão na Ilha. Por sua vez, a partir do século XV a princípios do XIX, de acordo com o relatório da Secretaria de Estado da Cultura 1982-85, refere-se ao estabelecimento dos portugueses e a intensificação do comércio de escravos bem como o aumento do fluxo de pessoas na Ilha.

A origem desta prática é árabe e presume-se que tenha sido apropriada pelo grupo *makhuwa* do litoral a partir do século X. De facto, segundo o relatório da Secretaria de Estado da Cultura de Moçambique, as ligações com o mercado árabe datam deste período, altura em que os contactos entre os grupos locais e os árabes estimularam o aparecimento de núcleos linguísticos diversos como os *nahara* da Ilha de Moçambique.

Nesta altura os quintais eram reservados ao deleite e lazer dos proprietários e seus familiares. Mais tarde, entre os finais do século XVIII e princípios do XIX, a pobreza que caracterizava a parte continental, predominantemente rural, fez com que alguns pais entregassem os seus filhos aos xeiques para que pudessem ter acesso a alimentação, vestuário e lições do islão, pois, a parte insular da Ilha já havia se constituído como centro das actividades comerciais. As crianças tornaram-se *mainatos* e eram alojadas nos quintais.

Posteriormente, com a instalação do porto na Ilha, a fixação dos portugueses entre 1500 a 1686 (séculos XV e XVI), o florescimento do tráfico de escravos entre 1750 a 1840 (por volta de século XVII); o movimento de pessoas aumentou consideravelmente, ora em trânsito ou à procura de emprego o que proporcionou aos donos dos quintais o aluguel de quartos.

Importa salientar que os primeiros quintais podem ter sido construídos por volta do século X com a instalação dos Xeicados. Todavia, presume-se que os maiores tenham sido construídos a partir de 1507 com a fundação da feitoria que levou ao nascimento do povoado europeu. Mas, o maior número deles data do século XVIII e XIX com o

crescimento da Cidade de Pedra e Cal e advento do tráfico de escravos.

Com a abolição oficial do tráfico em 1837, tendo o tráfico diminuído a partir de 1840, embora esta actividade tenha continuado por muitos anos de forma ilegal, pois, os habitantes da Ilha estavam habituados a séculos de negócios rendosos e sem riscos pelo que o desaparecimento desta não lhes convinha; a criação do porto de Nacala por volta de 1951, afectou negativamente o fluxo de pessoas e bens. Efectivamente, a maior parte das actividades comerciais e a navegação na Ilha diminuíram consideravelmente ou cessaram. Parte considerável das pessoas e actividades transferiu-se para Nacala. Importa referir que o fim efectivo do tráfico de escravos aconteceu em 1910.

Este facto precipitou o declínio dos quintais. Com o aproximar da Independência, por volta de 1974-1975, a segregação no acesso ao ensino foi diminuindo e os empregados passaram a enviar seus filhos à escola, o que levaria ao declínio completo dos quintais. Actualmente grande parte dos antigos quintais está abandonada ou transformada em pousadas (*guesthouse*).

[8] Referências espaço-temporais

A referência espaço-temporal relacionada a esta prática estende-se desde o século X ao século XIX, nas Cidades de Pedra e Cal e de Macuti. Com efeito, o século X ao XV é relacionado ao comércio árabe e introdução do islão na Ilha. Por sua vez, a partir do século XV a princípios do XIX, de acordo com o relatório da Secretaria de Estado da Cultura 1982-85, refere-se ao estabelecimento dos portugueses e a intensificação do comércio de escravos bem como o aumento do fluxo de pessoas na Ilha.

[9] Componentes materiais associados

No que se refere aos componentes materiais associados a esta prática, destacam-se cadeiras de descanso feitas de madeira, camas com trançado de cordas de *khero*, leques, mesas, cisternas e poços, e panelões de cobre. Também existiam instrumentos de madeira em que se amarravam e puniam escravos desobedientes e tábuas com buracos onde se prendiam as mãos e cabeça.

[10] Componentes imateriais associados

Em relação aos componentes imateriais associados pontificam as cerimónias religiosas, fúnebres, familiares, convívios. Conhecimentos religiosos (estudo, explicação e interpretação do alcorão).

[11] Transmissão, sucessão

A transmissão da propriedade das feitorias e, por consequência, de quintais como herança era feita na linha masculina, segundo o princípio da primogenitura, onde o filho primogénito (varão) sucedia ao pai, contrariando a tradição linhangeira por via feminina característica destas comunidades.

A hierarquia política dos *sheikados* tem uma estrutura piramidal e a sucessão de um lider não é geralmente pacífica. Nas confrarias existem redes complexas de cariz patriarcal. Assim, qualquer dos cargos dentro das Irmandades transmite-se de pai para filho ou de avô para neto. (Medeiros, 1999:77 e 78). Todavia, apesar da condição do *shehe* ser, na maioria das vezes, de carácter heriditária, ao sucessor é exigido o domínio do conhecimento sobre a leitura, explicação e interpretação do alcorão, em suma, da religião e do mundo à sua volta.

[12] Disseminação, divulgação

Não se aplica, pois a prática está na memória.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade A comunidade atribuía vários significados à prática, mas na sua maioria ligados a esfera social e económica. Assim, tinham grande valor, pois se constituiram como centros de acolhimento de crianças de famílias carenciadas. A par disto, eram transmitidos conhecimentos religiosos. De igual modo, era ensinado o alcorão às populações carenciadas e providenciados pelos senhorios comida e vestuário. A comida era obtida com base em doações das irmandades, o que espelha um sentimento de inter-ajuda e solidariedade social. Constituiam-se como postos de trabalho em que a remuneração não era monetária, mas sim por via da providência de alimentação e alojamento e, também fonte de obtenção de renda por via de aluguer de quartos para os trabalhadores do porto e marinheiros. Eram também local de convivência e de aproximação dos membros das famílias dos proprietários, onde se criavam e solidificavam os laços familiares e a coesão social.
[2] Justificativa para inclusão no inventário Os quintais são lugares de memória viva da Ilha relativamente à escravidão e à vida social dos *shehes* bem como o processo de islamização das comunidades costeiras. De algum modo, muitos africanos escaparam à escravidão pela via de empregos domésticos nos quintais. Com efeito, os africanos de camadas sociais desfavorecidas tinham nos quintais o seu ponto de alento, abrigo e emprego. Eram lugares de convivência familiar e de socialização que, acima de tudo, foram se adaptando às novas realidades, transformando-se em fonte de rendimento (casas de repouso).
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente Testemunham o intercâmbio cultural ao longo dos tempos entre os povos, espelhado no actual mosáico cultural das comunidades da Ilha com influêncais árabes, indianas e europeias. Estas várias influências também estão patentes na estrutura arquitetónica da Ilha. Assim, é memória histórica da Ilha, na medida em que espelha as várias fases do processo histórico de sua ocupação e as actividades desenvolvidas.
[4] Ameaças à continuidade da execução Não se aplica.
[5] Ameaças à transmissão Não se aplica.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados Não se aplica.
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Não se aplica.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não se aplica.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Não se aplica.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Não se aplica.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Conservação da Ilha como Patrimônio Mundial da Humanidade.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Restauração e interpretação dos quintais incluindo a conservação e exposição de objectos representativos da vida social da época. Criação de uma interface com o turismo e com a educação.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

É recomendável medida oficial de salvaguarda da informação sobre o uso dos quintais por parte do Governo Moçambicano, pois, eles testemunham a história social e arquitetônica da Ilha. A restauração de alguns exemplares assim como de tuneis utilizados pelo comércio de escravos contribuirá como atrativo ao turismo na Ilha, seja como transformação em casas de acomodação ou como lugares de memória abertos a visitas guiadas.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não se recomenda em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não se recomenda em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Dauria Jamú
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1929
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Litine, Ilha de Moçambique
Posição na actividade: anciã da comunidade

Contacto: 826055992

Nome: Luís Abdul Remane
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local:
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: filho de um antigo proprietário de quintal, actualmente transformado em casa de repouso
Contacto:

[1] Documentação sonora e visual produzida em campo

Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[2] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Wahala – histórias tradicionais da comunidade registadas em livro exclusivamente pelos xeiques.

A tinta usada para o resgito dos acontecimentos no *wahala* era feita a base de arroz queimado. A escrita era feita com penas de áves como águias e perú. De forma geral, os assuntos registados no *wahala* estavam relacionados aos nascimentos, casamentos, ocorrências familiares, dentre outros.

Assim, eram registados todos nascimentos relacionados a família do xeique, suas irmandades e comunidade em geral, bem como os casamentos. As ocorrências familiares resgitadas iam desde a convivência diária à brigas e discussões. No *wahala* estão claramente registadas as relações de consanguinidade, parentesco e alianças entre os vários membros da comunidade.

Para além do *wahala*, foram localizados arquivo de documentos redigidos pelo *sheik* Momade Arune que contém ordens de serviços, registos administrativos.

[4] Bibliografia

MEDEIROS, Eduardo; Irmandades Muçulmanas do Norte de Moçambique; In Ilha de Moçambique: convergência de povos e culturas. AIEP Editore, Repubblica di San Marino, 1999.

MUTAL, S.; Ilha de Moçambique Património Mundial: um programa de desenvolvimento humano sustentável e conservação integral. Relatório global. STS/PNUD/UNESCO/WHC. 1998.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA; Ilha de Moçambique. Relatório 1982 – 85. Moçambique.

[5] Iconografia

Não há.

[6] Plantas, mapas e croquis

Não há.

[7] Anexos a esta ficha

Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado
Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo
3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto
Célio Tiane, Fernando Manjate, Sonia Lopes.
[3] Responsável pelo inventário
Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[4] Responsável pela instituição inventariante
Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

8. Oratura

EHANTISI[89]

CONTOS TRADICIONAIS MAKHUWA

Avó Ida Ibrahimo narrando contos *makhuwa*.

[89] Baseado em entrevistas com Ahamati Ali Mussa, Hagi Ussemane, Ancha Ali Buana Hamati, e em documento preparado por Sónia Lopes e Assumail Raidone. Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC/Maputo.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Oratura / narrativa.

[3] Outros bens relevantes

Não há.

[4] Descrição

Os contos tradicionais makhuwa localmente denominados ehantisi, retratam a cosmovisão deste grupo, seus mitos, crenças, organização social, seus conflitos e dinâmicas sociais.

À semelhança do que acontece pelo mundo fora, os contos tradicionais narrados pelos makhuwa nahara têm o objectivo de educar a comunidade através da substituição de personagens reais por animais, seres inanimados ou outros seres humanos com nomes fictícios, para representar a vida real sem ferir susceptibilidades, trazendo exemplos e experiências de vida bastante úteis para a vida do indivíduo.

Com efeito, estes são narrados na Ilha de Moçambique em ambiente doméstico, em geral à noite, depois de jantar. Eles são acompanhados por tambores, e às vezes de batidas de latas velhas.

Antes de apresentar os contos makhuwa, recolhidos ao longo do inventário, afigura-se importante fazer uma breve resenha sobre quem são os makhuwa, aspecto que nos irá facultar a compreensão de alguns contos:

Segundo Martinez 2009:37/38 O povo macua vive, actualmente, numa grande área do Norte de Moçambique, com cerca de 300.000km^2, que abrange parte das províncias de Cabo – Delgado, Niassa, Nampula e Zambézia… Também se encontram macuas, embora em números mais reduzidos que em Moçambique, na Tanzania e no Malawi, devido às migrações do século XIX. Igualmente, se encontram grupos de macuas em Madagáscar, nas Ilhas Seychelles e nas Maurícias.

Sobre o significado da palavra macua, Opcit:39/40, refere que há variadas interpretações sobre a etimologia, significado e escrita da palavra macua, desde a hipótese de que é uma palavra injuriosa (equivalente a selvagem, bárbaro, não – civilizado), até à afirmação de que significa originário de Goa(=Ma-Koa)

A origem deste grupo etnolingístico é sustentada no "mito do monte Namúli", um monte de 2419m de altura, situado na serra de Gurrúe, a Norte da Província da Zambézia.

O "mito do monte Namuli" conta-nos que o homem recém-criado olhava todos os dias à sua volta e contemplava a extensa planície verde, onde crescia toda a espécie de árvores e plantas.

Um dia, querendo satisfazer a sua curiosidade, decidiu descer do monte para conhecer

melhor o rico panorama. Passou pelos atalhos perdidos entre as rochas. Na perigosa descida tropeçou numa pedra e caiu no chão, ferido, desmaiado. Depois de um grande sono, acordou e, ao abrir os olhos, viu o seu sangue misturado com água de um riacho que por ali corria; seguiu o curso de água e observou que a mistura misteriosa que se reunia nas cavidades das rochas e como se ia formando do líquido avermelhado, lentamente, uma figura semelhante ao seu corpo: era a mulher! Assim nasceu o primeiro homem (MULOPWANA) e a primeira mulher (MUTHIYANA).

Da união conjugal deste primeiro casal nasceram outras pessoas que, com o correr do tempo, cresceram, multiplicaram-se e descobriram novas terras; até que um dia chegaram à beira de um grande rio, o Malema, que corre na região. Quiseram atravessá-lo e, para isso, tiveram que construir uma ponte rudimentar, usando cascas de árvores para fazeres as cordas que lhes serviam para o efeito.

Preparada a ponte de cordas, começaram a passar todos os homens e mulheres que podiam, animando-se mutuamente. Porém, quando já mais de metade do grupo tinha atravessado para o outro lado do rio, as cordas não resistiram, cederam e, num abrir e fechar de olhos, a ponte ruiu, caindo também algumas pessoas no rio.

Aqueles que ainda não haviam atravessado o rio, assustados com o facto, não quiseram reconstruir a ponte, pois para além do trabalho enorme necessário para o fazer, pensaram que o que acontecera tinha também outras causas mais profundas, motivo pelo qual tiveram medo e decidiram ficar cada qual onde estava.

Por tudo isto considera-se o monte Namuli como o lugar de unidade originária e constitutiva do povo macua. É o berço do povo. Testemunham-nos os ritos tradicionais e a literatura oral. O mito do monte Namuli encontra-se presente nos momentos mais importantes do ciclo vital, aparece na iniciação, nos ritos de cura, nos funerais e numa grande quantidade de provérbios usados em muitas e variadas circunstâncias da vida.

A expressão MIYO KOKHUMA O NAMULI (eu venho de Namuli) a qual encerra todo o significado de identidade pessoal e social. Equivale a dizer: nós somos alguém, sabemos de onde viemos, conhecemos a nossa origem e sabemos para onde vamos, temos uma finalidade na vida.

O "mito do monte Namuli", sintetizando simbolicamente a unidade originária e a pátria comum do povo macua, ocupa um lugar muito importante na cosmovisão geral e no ciclo vital da sociedade macua, especialmente:

- Na determinação da identidade e pertença ao povo macua (é a chave da unidade)
- Nos vários ritos, sobretudo nos ritos de cura de uma doença;
- No sentido de finalidade e transcendência da morte.

Concluindo, pode resumir-se o ensinamento do mito do monte Namuli em três pontos essenciais:

a) Unidade ontológica (ser) – o mito conta algo que sucede realmente; a prova da sua veracidade é a existência do cosmos, que vemos e de que fazemos parte.

b) Unidade vital (ser com) – o mito narra-nos as façanhas do ser supremo, Deus, para que sirvam de exemplo a todos os membros da comunidade no seu comportamento social e privado;

c) Unidade transcendental (ser até) – o mito indica-nos a origem do mundo e das pessoas, mas mostrando ao mesmo tempo o lugar ou meta aonde as pessoas têm

de regressar como fim último da sua vida. Por isso, para o homem macua, a morte é um regresso sereno ao lugar donde saiu um dia.

O ciclo vital do povo macua é bastante cercado por rituais, desde o nascimento, a iniciação durante a juventude, o matrimónio, as doenças, a morte e o consequente regresso ao monte Namúli.

O sistema de linhagem macua é unilinear, matrilinear uxorilocal e exogâmico e se subordina ao tio materno (atata), pese embora, haja casos de linhagens patrilineares em virtude da islamização.

Refira-se que a islamização surge no advento do comércio transcontinental com os árabes, tendo uma grande parte dos makhuwa sido islamizada nesse contexto. Com efeito, parte destes islamizados acabou sendo protagonista no comércio, incluindo o de escravos, conforme refere Capela 1993:34 que no século XIX, Moçambique fazia parte, económica e culturalmente, de uma região que, nessa altura, integrava as ilhas do Oceano Índico. Era com o índico que se negociava, predominantemente…. Nos anos 80 e 90, o tráfico clandestino a partir das caravanas que desciam do Niassa até a costa e do rapto puro e simples da população nas zonas ribeirinhas, fazia-se desde Quelimane a Cabo-Delgado… o governador- geral queixava-se dos xeiques e régulos que no continente fronteiro, a Sul a Norte e para o interior das terras, frente à sede do governo, se dedicavam impunemente ao tráfico.

Conforme podemos depreender no excerto a cima transcrito de Capela (1993), o tráfico clandestino deu-se na zona da macuana, em situações e com contornos hilariantes e desumanos, onde alguns parentes e ou chefes gozando da sua posição de autoridade, venderam os seus próprios sobrinhos e ou súbditos.

Os aspectos socioculturais e económicos aqui apresentados determinam a cosmovisão deste grupo etnolinguístico, cujos contos encontram fundamento na mesma, conforme iremos testemunhar a seguir:

Kasumwe (Felisberto Jorge Aranha)

Dizem que há mais mulheres no mundo do que homens, porque há muito, muito tempo numa certa região as mulheres caçavam os homens porque era a melhor carne para comer. Mas, certo dia, as matriarcas caçaram um jovem muito bonito e a rainha disse que a carne daquele jovem seria só para ela, devido à rara beleza que o rapaz tinha e ordenou que o levassem para sua casa para pô-lo na engorda, para comê-lo gordinho.

Aquele hábito de viverem entre mulheres fazia com que não se escondessem para se despirem e elas despiam-se perante o homem prisioneiro, e este comecou a ficar nervoso e foi fazer massagens que a excitaram e por fim o homem conseguiu envolver-se com a rainha, e as outras ficarm impacientes e perguntaram à rainha: quando é que vamos comer o Kasumwe? Ao que ela respondeu: nem pensar! Depois disso, já com poucos homens na região, ela reuniu as outras mulheres e disse: "não podemos caçar aquele tipo de carne, porque Kasumwe tem mais sabor crú do que cozido. Cada uma deve procurar o seu próprio animal." Como restassem poucos homens, as mulheres passaram a disputá-los. É por isso que as mulheres são mais ciumentas que os homens.

Moral da história: este conto justifica a existência de mais mulheres que homens e o porquê da poligamia mas também encerra a ideia de que desde os tempos imemoriais a comunidade makhuwa era constiuída, maioriitariamente por mulheres, daí esta sociedade ser matrilinear.

Nateletele (Molde Andique, 84 anos, nascido a 22/03/1928)

Numa dada região, havia uma jovem muito bonita que recusara várias propostas de casamento.

Certo dia, apareceu um rapaz vindo da Ilha das Cobras que a pediu em casamento e ela aceitou, mas o irmão opôs-se àquela união e ela vendo um pretendente muito bonito não quis ouvir o irmão. O homem pediu que guardassem a mão da menina e o dessem tempo para se preparar para o casamento.

O homem regressou à sua povoação para se preparar para o dia do casamento, contudo a sua intenção era comer a rapariga com os amigos.

Enquanto o casamento não se efectivava, o irmão tentou demovê-la tentando fazê-la entender que aquele homem era diabo e que não convinha se casar com ele. A rapariga cega de paixão, disse: meu irmão és invejoso, queres que eu perca o meu lar?

Ante a insistência do irmão os pais pediram que ela tentasse confirmar o que o irmão dizia, mas ela não quis ouvir a ninguém, tendo avançado uma contraproposta: mano, quando eu me casar vais commigo para casa do meu marido por alguns dias para confirmares que ele é um bom homem. O irmão disse: se tú te casares com aquele diabo, irás arcar com as consequências sozinha, eu não te vou acompanhar.

A jovem manteve a sua posição até que chegasse o dia do casamento. O irmão ainda tentou, pela última vez, convecê-la a desistir do casamento, mas ela não aceitou, ainda tentou convidá-los para viverem junto da família desta mas o marido recusou-se.

A jovem, vendo que o irmão a importunava tanto disse: meu irmão, estás para me fazer perder a fortuna, viste as joias que ele trouxe? Velem mais que tú.

Perante tamanha insistência, os pais obrigaram o irmão a acompanhar a irmã para o novo lar, onde permaneceria durante alguns meses para vivenciar o modo de vida da comunidade do genro. O jovem foi contrariado, acompanhar a irmã.

Chegados à Ilha das Cobras, o homem disse à sua esposa: querida, és muito magra, tens que comer bem para engordares, para não pensarem que te estou a maltratar. O homem foi mimando a sua mulher e oferecendo os melhores pratos da região, ante o olhar atento do irmão, para poder comê-la bem nutridinha.

Quando o marido e os amigos viram que a jovem estava no ponto, combiram o seguinte: - a nossa carne já está prontinha para comermos, vamos procurar os melhores temperos para comê-la depois de amanhã.

O irmão que fora acompanhá-la ouviu todo o plano dos canibais, fugiu para o mato sem que o vissem, cortou bambús e fez uma gaiola grande e terminou no dia combinado para o pitéu. Correu para casa e chamou a irmã discretamente, pedindo que o acompanhasse para o mato, para mostrá-la algo incomum que fizera. A irmã acompanhou-o e chegados onde a gaiola estava pediu que ela entrasse primeiro, ela aceitou e ele entrou de seguida e trancou a porta. Logo a seguir apareceu o cunhado e os amigos munidos de catanas à busca dela, dizendo: onde está a nossa carne, como a deixaste escapar?

Então o rapaz disse: nateletele, nateletele, leva-nos para casa! nateletele, nateletele, leva-nos para casa! Nateletele começou a levantar-se do chão, o marido começou a perseguí-los, quanto mais o rapaz cantava: nateletele, nateletele, leva-nos para casa! nateletele, nateletele, leva-nos para casa! A gaiola subia mais alto e os canibais não os

conseguiram alcansar. Nateletele voou e os levou para casa.

Assim a rapariga compreendeu que se safara de morte certa.

Moral da história: quem se demora a decidir sobre algo, acaba ficando com algo pior.

Este conto transporta também o tipo de casamento e o sistema de parentesco makhuwa. Refira-se que esta sociedade é maioritariamente matrilinear e geralmente o tipo de residência é uxorilocal, daí a dificuldade de os parentes entregarem as suas filhas para viverem junto da família do homem. Antigamente, era comum que o novo casal iniciasse a sua vida conjugal junto da família da mulher e após constatar-se estarem aptos para cuidarem de si próprios, era-lhes permitido fixarem residência longe dos parentes da mulher.

N'thu kha inthu (Molde Andique, 84 anos, nascido a 22/03/1928)

Um grande caçador fez a sua casa no mato para estar próximo do seu local de trabalho. Certo dia, saiu para caçar com a sua arma e se embrenhou mata a dentro, andou, andou, andou muito e mais adiante avistou um poço e pensou lá consigo: se há um poço por aqui é porque alguém vivia aqui. Para onde terá ido? Foi espreitar no poço e constatou que a água estava bolorenta mas conseguiu ver que lá dentro havia um homem, um leão e uma cobra, todos eles extremamente magros.

O homem disse: tira-me a mim que sou ser humanos igual a a ti, ficarei na tua casa e te servirei para sempre como empregado doméstico.

A cobra disse: eu sou rainha das cobras, tira-me a mim, não te morderei jamais.

O leão disse: tira-me a mim, não te vou devorar.

Fiquem descansados que os irei tirar a todos, disse o caçador. Primeiro tirou o homem e colocou-o ao sol, depois o leão e por fim a cobra. Depois de se secarem, acompanharam-no para conhecerem a sua casa. Chegados à casa do caçador, a cobra disse que se ia embora, senão iria mordê-lo mas traria o agradecimento e o leão disse o mesmo e o homem ficou a viver com o caçador.

Volvidos alguns dias, veio a cobra trazendo-lhe folhas e revelou-lhe o antídoto contra picadas de cobras.

O leão continuou a procurar um presente à altura da gratidão que pretendia demonstrar ao caçador. Chegou a festa do ide e toda a aldeia estava na asáfama da festa, uns iam e vinham de um lado para o outro, numa dessas voltas viu uma princesa muito bonita que ia carregada numa machila pelos seus amos, o leão disse para si mesmo: eis o presente perfeito para o meu amigo caçador, que me salvou no poço, ele merece uma mulher formosa quanto esta princesa. O leão rugiu e afugentou os amos, capturou a princesa e foi entregá-la ao amigo.

O caçador começou a viver com a princesa, cedeu-lhe a cama e os melhores lençois que tinha e ele passou a dormir no chão e quando fosse à caça entregava-lhe toda a carne e toda a comida que encontrasse para ela repartir por todos e gerir para os dias subsequentes.

O homem que o caçador salvara começou a ter inveja da princesa porque, já não podia gerir a casa e roubar carne para oferecer às suas amigas, pensou: tenho de me livrar desta intrusa, vou à aldeia saber de onde ela veio. Foi para a aldeia procurar pelos pais

da princesa até que os encontrou e perguntou: sua majestade perdeu uma filha muito bonita que foi devorada por um leão? E o rei respondeu afirmativamente. Ela não foi devorada pelo leão, foi capturada, eu sei onde ela está, venham commigo e mostrá-los-ei. O rei preparou os seus melhores homens e foram resgatá-la, o caçador foi preso acusado de ser feiticeiro amigo de animais e que agia em conluio com estes e, o seu empregado foi nomeado califa.

Passados alguns dias a rainha das cobras foi visitar o caçador e não o encontrou nem a ele nem o seu empregado, ela estranhou porque não havia nenhum sinal de pegadas à volta da casa e já faziam dias. Mandou uma pequena cobra procurá-lo e esta achou-o apresionado nas celas do palácio e foi comunicar àcobra rainha.

A cobra rainha disse que a pequena cobra se introduzisse na bilha de água que o rei usava para se refrescar e purificar-se antes das orações. A pequena cobra procedeu conforme a rainha lhe recomendara e quando o rei ia beber a água picou-lhe na face. O rei tentou tratar-se no hospital mas não logrou nenhuma cura. O rosto foi inchando, inchando, inchando tanto que já estava a ficar desfigurado. Vendo a situação em que o rei se encontrava, os seus homens recomendaram que pedisse o auxílio ao caçador amigo dos animais: sua majestade devia pedir ajuda ao homem do mato, ele é amigo dos animais, pode ser que conheça um antídoto.

O rei disse: tragam-no.

Trouxeram-no junto do rei e este perguntou: podes curar-me da picada da cobra?

O prisioneiro respondeu: vou tentar.

Incerto da sua cura o rei entrou em desespero e disse: dou o meu trono a quem me curar.

O prisioneiro foi buscar o antídoto no mato, sob forte vigia e curou o rei.

O califa conveceu o rei a mantê-lo preso, alegando que ele constituia um grande perigo para a sociedade, porque mandara a cobra para picá-lo.

Devido à confiança que depositara no califa, o rei mandou aprisioná-lo de novo.

O caçador sentiui-se injustiçado e pediu várias vezes uma audiência com o rei mas o califa não permitia que tal encontro acontecesse.

Certo dia, o califa ausentou-se do palácio a trabalho e o caçador prisioneiro conseguiu que o rei o recebesse e disse: sua majestade, peço que me oiça em julgamento e o senhor ajuizará acerca da minha conduta. O rei respondeu: hoje não pode ser, o meu califa está fora, em serviço, o teu julgamento fica marcado para amanhã às 08:00h da manhã.

Na manhã seguinte, o califa foi colhido de surpresa na sala de audiências, encontrou o caçador aguardando a hora do julgamento. Fingiu não reconhecê-lo e foi sentar-se no seu lugar. O rei entrou e orientou o julgamento e perguntou ao prisioneiro como ele se tornara amigo dos animais. O caçador prisioneiro narrou como salvara os 3 seres que encontrara no poço e como cada um deles agradecera o seu gesto: a cobra mostrou-me o antídoto para picadas de cobras, que usei para curá-lo; o leão trouxe-me uma mulher linda e formosa com a qual vivi como irmã. As amas da princesa confirmaram que ela continuava virgem, mas o homem que salvei pagou-me com a difamação e cadeia.

Assim o rei mandou prender o ingrato e colocou-o na pedreira como escravo para sempre e o caçador passou a ser califa com as mesmas mordomias do rei.

Moral da história: Este conto ensina-nos que não devemos confiar nas pessoas. A

cobra agradeceu, o leão também e a pessoa atraicou-lhe. Quem faz o bem, ganha o inferno.

Refira-se que neste conto está subjacente a ideia ou o ar dissimulado e deconfiado dos makhuwa, estes não confiam em ninguém, é muito difícil tirar-se-lhes a verdade.... este facto poderá derivar do facto de terem ocorrido diversas traições aquando do advento da comercialização de escravos.

O macaco e o cágado, fábula adaptada de Fucks (op,cit, p 16) onde a esperteza do cágado reprime a avareza do macaco.

O macaco e o cágado fizeram-se amigos. Certo dia, o macaco disse ao cágado:

- Amigo, venha hoje à minha casa jantar.

O cágado disse:

- Virei com todo o gosto.

O cágado foi para casa, preparou-se, usou o seu melhor fato e foi para casa do amigo. Quando lá chegou, o macaco matou um galo, fez *xima* preta e pôs à mesa. Convidou o amigo para comer, contudo este não conseguia chegar ao prato porque a mesa era muito alta. Tentou tantas vezes quanto pôde e não alcansou a comida, aé que desistiu e se despediu.

À saída, convidou o amigo macaco para jantar em sua casa uma semana depois. O macaco aceitou.

No dia combinado, o cágado preparou o mesmo prato que o amigo macaco preparara aquando da sua visita, limpou o capim ao redor da casa e queimou-o, deixando cinza espalhada por todo o chão e por fim despejou a água que estava em todos os recipientes da casa.

O macaco chegou a hora marcada com a esposa e o cágado sem rodeios disse:

- Não há água, mas podes lavar as mãos junto do poço. Tenha cuidado para não pousares as mãos no chão no regresso.

O macaco foi ao poço com a sua esposa. Lavaram as mãos e puseram-se a saltitar com duas patas para não sujarem as maos. Quase ao chegarem à mesa tocaram no chão cheio de cinza e tiveram que voltar a lavar as mãos tantas vezes até que desistiram. Foram ter com o cágado e despediram-se. A partir daí o macaco e o cágado nunca mais voltaram a ser amigos.

Moral da história:não faças aos outros o que não gostarias que te fizessem

O coelho e o leão. Conto transcrito de Fucks (op. cit, p.17), onde o colho, embora fraco, usa a astúcia para usurpar a casa do poderoso leão.

Era uma vez um coelho e um leão. O leão preparou um lugar para construir a sua casa. Cortou bambús e paus, levantou a casa e saiu. Veio o coelho, fez a parede e foi-se embora. No dia seguinte, apareceu o leão que viu oa bambús já amarrados aos paus e perguntou:

Mas quem fez isto à minha casa? Não vi quem fez isto. Então oleão maticou a casa e

foi-se embora. No dia seguinte, o coelho e a sua mulher mudaram-se para aquela casa.

Quando lá chegaram, o coelho disse à mulher:

- Esta casa é do leão e quando ele aparecer, bates na criança, aí dentro e eu hei-de começar a falar.

Então o leão apareceu e o coelho chamou pela mulher:

- Mulher, mulher, já vem aí o leão!

Ela bateu na criança que começou a chorar.

Porque é que choras? Disse o coelho. – Já temos fígado de leão e tu choras!? Queres fazer-nos perder a carne dos leões desta zona?

Então o leão ouvindo aquilo foi-se embora.

Chegou à casa do macaco e disse:

- Construí a minha casa, mas alguém está lá a viver. Quando vou para lá, diz "porque choras? Queres fazer-nos perder a carne dos leões desta zona?"

Mas como pode ser?

O macaco respondeu: - Oh, meu amigo, és pateta. Nessa tua casa não está a viver ninguém importante. Eu passei por lá e encontrei o coelho. Agora tu vens dizer-me que para lá foi outra pessoa e que não te deixa entrar? Eu vou lá ver.

- Sim, vai lá ver – concordou o leão.

O macaco foi até lá e encontrou o coelho. Voltou para casa, contou ao leão o que tinha visto e disse:

- Tu andas a dizer que ocuparam a tua casa, mas quem lá está é o coelho.

- Ih, não – disse o leão.

Então se tu não acreditas, vamos já juntos. Vamos atar as nossas caudas, tu ficas atrás e eu vou à frente.

Asim amarraram os rabos e foram andando. O coelho viu-os e disse:

- O leão veio com o rabo amarrado, coragem mulher!

Quando eles chegaram, a mulher bateu na criança que começou a chorar.

- Mas tu, porque choras? – perguntou o coelho. – O leão de ontem está cá. Hoje já matei um e está aqui outro. Mulher, porque não dás o fígado à criança?

Então o leão disse:

- Nada! Tú macaco, recebeste dinheiro para eu ser comido por esse.

O leão fugiu e o macaco também se foi embora. Depois disto, o leão foi à casa do leopardo e contou-lhe:

- O macaco foi-me buscar e amarrou-me para me ir vender na casa que eu construí.

É por essa razão que o leopardo e o macaco são grandes inimigos.

Moral da história: Nem sempre o mais forte vence perante a astúcia. Contudo, a desones

O homem ciumento. Conto retirado de Fuks (op.cit. ,pp 41 a 45) que retrata um conflito social gerado por um indivíduo ciumento, situação que só veio a conhecer o seu término com a intervenção de um indivíduo esperto, alheio à comunidade.

Hamati grande ourives da Ilha era um homem muito ciumento e não deixava passar ninguém nas suas terras. Colocou guardas em torno da sua casa com ordens para matar qualquer homem que se aproximasse da sua casa. Muitos homens da terra acabaram por morrer porque queriam ver a mulher dele que era muito bonita.

Certo dia, um jovem disse:

- Pais, os homens desta terra estão a morrer, inclusive os meus amigos. Peço que me façam um barquinho

Os pais perguntaram?

- Para onde pretendes ir, nosso filho querido?

E ele respondeu:

- Para qualquer lugar, quero sair desta terra enquanto antes, Hamati mata todos os homens deixando somente as mulheres. Eu vou-me embora, vou para outra terra.

Fizeram-lhe o barquinho e partiu. Quando chegou à outra terra, fez amizade com Omar e este perguntou-lhe:

- Quem és tú?

E ele respondeu:

Sou o Mussa. Vim refugiar-me nesta terra porque na minha terra todos os homens estão a morrer.

- Porquê?

- porque Hamati casou-se com uma mulher bonita e ninguém a deve ver, por isso o marido dela mata todos os homens.

Omar ficou muito curioso e com muita vontade de conhecer essa mulher. Disse a Mussa:

- Volta à tua terra, que eu irei lá ter.

Omar foi para junto dos pais e pediu:

- Meus pais, quero que me deêm uma prova do vosso amor . peço que me construam um barco e me ofereçam muita roupa .

Os pais fizeram a vontade e ele partiu. Quando lá chegou Mussa indicou-lhe a casa.

Omar começou a andar pelo caminho que levava à casa do ourives e encontro-se com uma velhinha e perguntou-lhe:

- Onde fica a casa do ourives?

- Fica aqui perto.

- Ouvi dizer que não se pode chegar lá. Lá em cima há uma mulher muito bonita que não se pode ver.

- Onde está este homem?

Está lá em baixo. Respondeu a velhinha.

Hamati desceu e Omar disse-lhe: senhor ourives, quero falar consigo. Preciso urgentemente de uma aliança, um jogo de pulseiras, um fio e um par de brincos e em troca dou-lhe tudo que está no meu barco.

- Para quando é que vais precisar disso?

- Pretendo casar-me dentro de poucos dias.

Pediu que a velha mostrasse uma fotografia sua à esposa de Hamati, pois ela frequentava a casa e nao concordava com aquela forma desumana de a tratar.

Ao chegar à casa do ourives, este permitiu que ela fosse vê-la e assim mostrou-lhe a fotografia de outro homem.

A mulher do ourives olhou para a fotografia e perguntou-lhe: posso conhecê-lo?

A velhinha disse que seria muito difícil mas que ele iria tentar encontrá-la.

Enquanto o ourives cuidava da encomenda, Omar pediu que mussa lhe contratasse uma equipa de pedreiros para fazerem um túnel que desse à casa do ourives. Assim foi, Omar passou a usá-lo para se encontrar com a mulher e pediu-lhe em casamento.

Quando o ourives aprontou a sua encomenda, Omar convidou-o para ser seu padrinho.

Vou me casar amanhã e quero que sejas meu padrinho.

Aceito, tú és o único amigo que tenho. Irei ao seu casamento amanhã.

No dia seguinte, Hamati trancou a mulher em casa, redobrou a vigilância na casa e foi ao casamento. Quando chegou à festa encontrou a sua mulher.

- Valha-me Deus, esta mulher é a cópia fiel da minha. Meu amigo, volto já, vou à casa de banho.

Apressou-se e foi às corridas no seu carro para confirmar se não era a mesma. Para seu espanto, a mulher estava em casa, fortemente guarnecida. Ficou surpreso por encontrá-la em casa.

- Como é possível seres tão parecida com a mulher do meu amigo?

- Não faço a mínima ideia, eu nunca saio de casa, como é que me posso parecer com outra mulher?

Voltou ao local do casamento e sempre intrigado observava a semelhança daquelas mulheres. Chegada a hora do baile, o afilhado convidou-a a dançar com a afilhada, e aconselhou-o a pegá-la com delicadeza pois se tratava de uma joia rara e inexperiente. Durante a dança sentiu que o seu cheiro, o hálito, os olhos eram os mesmos que os da mulher e de repente, o padrinho disse:

- Vou à casa de banho, deve ser por causa dos refrigerantes que tomei. Voltou para casa e fez o mesmo comentário.

- se desconfias de mim, leva-me ao casamento, assim controlas-me melhor.

- Não, não, não te posso levar, há muitos leões pelo caminho.

Quando regressou à festa era chegada a hora de o amigo se ir embora.

O afilhado despediu-se e pediu que o acompanhasse até à ponte. Quando chegaram à ponte, a mulher entrou no barco e o homem também.

- Adeus padrinho. Disse ela.

- Adues afilhada. Respondeu Hamati.

Quando o barco se afastou bastante da margem, ela gritou para o antigo marido: finalmente livrei-me da sua cadeia, vou-me embora com o meu novo marido, eu já não aguentava com aquela vida, até pensei em morrer.

Quando Hamati ouviu aquilo, caiu duro no chão. Levaram-no para o hospital e deram-lhe injecções.

A partir daí ficou curado dos ciúmes.

Moral da história: santo de fora faz milagres

O solteirão e a solteirona, adaptado de Fuks (op.cit., pp38 a 40).

Conto que narra um facto contigente que se verifica nos dias de hoje, é frequente ouvir falar em desavenças entre casais que se pretendem separar, na hora da partilha de bens. Embora este conto seja antigo, aplica-se à realidade actual e casos como estes são muito frequentes pois as relações matrimoniais de hoje são pouco duradoiras e este conto pode servir a atenção aos casais na hora da separação.

Certo dia um homem solteiro e uma mulher também solteira se encontraram no poço. O homem ficou encantado pela mulher e perguntou se era casada. Ela disse:

- Sou solteira.

- Eu também.

Decidiram ir viver juntos. A mulher foi com uma cabra e o homem tinha um bode. Passados alguns meses, os cabritos começaram a procriar e eles não. Desentenderam-se e deciram separar-se.

Quando a mulher quis dividir o rebanho, o marido recusou-se e disse:

- O homem é que dá filhos à mulher, por isso os cabritos são todos meus. Leve a sua cabra de volta.

A mulher, sentindo-se injustiçada levou o caso ao conselho de anciões e este decidiu resolver o caso na tarde do dia seguinte.

No regresso à casa, cruzou-se com o coelho que notou o seu conturbado.

- amiga, vejo-lhe triste, cabisbaixa, o que é que se passou?

A mulher narrou o seu infortúnio e disse-lhe que o caso seria julgado na tarde do dia seguinte. O coelho lamentou bastante e foi-se. Nisto, aparece o marido da senhora a contestar o facto de ela ter levado o assunto ao conselho deanciões.

O coelho aproveitou a oportunidade para entrar em acção. Passou a correr à toda a velocidade.

O homem espantado perguntou-lhe:

- Para onde vais tão apressado, senhor coelho?

- Vou a machamba dizer à minha mãe que o meu pai pariu um filho.

- Como é possível um homem parir um filho?

- Mas o senhor impediu a sua mulher que levasse uma parte do rebanho alegando que só o homem dá filhos a uma mulher? Respondeu o coelho.

E assim o homem apercebeu-se da injustiça que fizera à sua mulher. Aceitou repartir o rebanho e nem foi necessária a intervenção do conselho de anciões.

Conforme podemos depreender dos contos a cima transcritos, as narrativas sugerem que do ponto de vista dos Emakwhuwa o mudo pertenceria aos espertos, uma vez que a esperteza sempre tende a prevalecer.

Moral da história: nunca usemos de falsos argumentos para apossarmo-nos de bens alheios

O ciúme

O ciúme está dividido em 3 partes: 1 ciúme verdadeiro, 2ciúme camuflado que acoberta manhas, 3ciúme virado aos bensmateriais (ele/ela tem que fazer barulho para dar a entender que gosta muito da/o mulher/homem para ganhar a sua confiança)

Havia uma senhora com um ciúme camuflado cujo marido era motorista, na sua ausência a senhora se envolvia com o vizinho e a criança ia espreitando pelo buraco da fechadura.

Dias depois coube a vez da mãe ir de viagem e o marido envolveu-se com a vizinha Joana, o menino viu e calou-se.

No regresso, a mãe perguntou ao filho o que o pai fizera na sua ausência, e o filho disse: o papá veio com a vizinha Joana... e a mãe interrompeu-a prometendo perguntar durante o almoço.

A mulher serviu o almoço e quando o marido se preparava para se levantar, a mulher perguntou ao menino: o que é que o pai ficou a fazer na minha ausência? O menino respondeu: o pai ficou a fazer com a tia Joana o que a mãe costuma fazer com o tio António quando o pai viaja.

Moral da história: Quando pretendemos saber de algo sério ou verdadeiro, perguntámos às crianças, mas é preciso saber usá-las para não obtermos resultados contraproducentes. Com efeito, socialmente existe na comunidade makhuwa uma cláusua que diz que não devemos envolver crianças nos problemas do lar. Aqui há um paradoxo, diz-se que as crianças nao mentem mas nas se deve usar o testemunhodas crianças como prova. Não devemos levar em conta a tudo que as crianças dizem, sob o risco de nos destruirmos.

Inteligência feminina (Felisberto Jorge (Aranha))

Certo dia o um homem bastante violento adoeceu e foi ao serviço pedir dispensa para se deslocar ao hospital e lá pediram que colectasse urina e fezes para as análises.
No dia seguinte, passou do serviço para pedir dispensa para ir entregar o material, tendo-o deixado em casa debaixo da cama. Enquanto ia pedir dispensa a mulher vareu o quarto e por descuido partiu o recipiente que continha urina e temendo represálias, pois o marido a espancava por tudo e por nada, procurou um recipiente igual e repôs o material e deixou no mesmo lugar.
O marido levou o material para o laboratório e o médico constatou que ele estava grávido.
O homem voltou para casa cabisbaixo e a mulher perguntou-lhe: "marido, qual foi o

resultado das análises? E ele respondeu: "o médico disse que estou grávido.
A mulher aproveitou a oportunidade para afectá-lo psicologicamente, em retaliação aos maus tratos pelos quais o marido a fazia passar e disse: "já viste? Vais passar pelas dores de parto, que nem eu e com a desvantagem de não poderes abortar. Nós mulheres abortamos quando queremos e tú? Então ele pediu que lhe desse o medicamento para o aborto. Ela recusou-se a dar-lhe e colocou como condição para ajudá-lo que ele deixasse de a bater e ele disse implorando: "juro minha mulher, nunca mais te vou bater. Mas ela não se deu por satisfeita, queria que houvesse testemunhas e impôs que ele jurasse perante os familiares que não a iria bater mais.
No mesmo dia, o homem chamou os familiares e jurou perante todos eles que não mais iria bater nela.
Depois que todos os familiares se foram embora, a mulher prometeu ir à procura do medicamento para o aborto. A mulher foi à machamba colher mathapa e preparou um chá, deu ao marido e recomendou o seguinte: "quando fores ao mato, não olhes nem para a urina nem para as fezes sempre que te fores aliviar porque é tabú." O tratamento durou 3 dias, durante os quais o homem cumpriu escrupulosamente com as recomendações da esposa, e era ela quem tapava as covas durante o tratamento.
Decorrido o número de dias combinados, a mulher disse ao marido: "a gravidez já saiu, podes fazer as análises de novo."
O homem foi ao hospital e confirmou-se que não estava grávido. Ele voultou muito feliz para casa e agradeceu à esposa pela salvação das dores de parto e da vergonha de estar grávido sendo homem. No entanto, a mulher, para garantir que o marido não a voltasse a violentar, disse: "se me voltares a bater engravido-te de novo, eu sei como engravidar-te". O marido jurou nunca mais batê-la e viveram felizes para sempre.

Moral da história: Esta história mostra como uma mulher usou a sua inteligência para combater a violência doméstica. O homem usa a força e a mulher a inteligência.

[5] Praticantes ou detentores

Os praticantes ou detentores desta prática é a comunidade *makhuwa*. Os contos não têm um autor determinado, pois fazem parte da memória colectiva do grupo. O acto de narrar é passível de ser feito por qualquer membro da comunidade em geral, desde que seja conhecedor de contos da comunidade.
No concernete à transmissão, o facto destes contos serem narrados em momentos de descontração familiar, cria condições para estes se irem implantando na memória colectiva do grupo e sendo transmitidos de geração para geração.

[6] Forma de organização

A tradição de narrar contos surge desde os tempos imemoriais do grupo e são passados de geração para geração. Os contos não são narrados exactamente da mesma forma que eram ontem, estes são adequados à realidade vivida no momento em que são narrados, para responder aos anseios do momento. Ou seja, cada contador de histórias acrescenta-lhe um ponto.

[7] Origem, transformações e situação presente

A origem destes contos aponta os tempos imemoriais da formação deste grupo e vão se adaptando à dinâmica actual. Conforme indica o prefácio de Pereira na obra de Fucks (1999). Os contos são "sempre inseridos no contexto social, são enriquecidos pelo narrador que com a sua originalidade contrapõe os valores e as intenções dos vários

intervenientes. Refira-se que antigamente a prática de narrar contos era mais comum que nos dias de hoje. Com efeito, os contos não são narrados exactamente da mesma forma que eram ontem, estes são adequados à realidade vivida no momento em que são narrados, para responder aos anseios do momento, ou seja, cada contador de histórias acrescenta-lhe um ponto.
[8] Referências espaço-temporais Os contos sao narrados na Ilha de Moçambique em ambiente doméstico, em geral à noite, depois de jantar.
[9] Componentes materiais associados Eles são acompanhados de tambores, e às vezes de batidas de latas velhas.
[10] Componentes imateriais associados Os contos fazem parte da memória colectiva e são narrados via oral.
[11] Transmissão, sucessão Eles são transmitidos de geração em geração.
[12] Disseminação, divulgação Os contos são transmitidos oralmente.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade Os contos tradicionais são valorizados por educarem os mais novos, criticarem os comportamentos das pessoas na vida quotidiana e transportarem uma moral, ou seja, ensinamentos sobre os valores da comunidade.
[2] Justificativa para inclusão no inventário Foi inventariado pelo facto de fazerem parte do patrimônio oral dos *makhuwa* e porque os detentores desta prática são pessoas idosas.
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente Não há.
[4] Ameaças à continuidade da execução Sem informação.
[5] Ameaças à transmissão Os mais jovens não gostam de ouvir estas histórias.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados Não há.
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Não há

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Não há.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Não há.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Edição de um livro sobre os contos *makhuwa*, tradiçao de contar histórias por parte dos mais velhos aos mais novos.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Produção de mais obras sobre os contos *makhuwa*.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

É de referir que as comunidades pedem ao Governo que construa uma Casa de Cultura para a prática das actividades culturais, ainda sugerem que o Governo faça questão de incluir os contos tradicionais nos currículos escolares, para que os alunos possam ler ao longo dos seus estudos.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não se aplica enquanto contos *makhuwa*, em particular, porque estes contos se assemelham a tantos outros que são contados à escala nacional.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não se aplica.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Ahamati Ali Mussa
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento: 08/08/1938
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade:
Contacto:

Nome: Hagi Ussemane
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: masculino
Data de nascimento: 23/03/1933
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade:
Contacto:

Nome: Ancha Ali Buana Hamati
Grupo etno-lingüístico:
Sexo: feminino
Data de nascimento:
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade:
Contacto:

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

Elisa Fuchs (Coord). 1992.*Contos Macuas.* Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique. Minerva Central. Maputo. Moçambique.

[5] Iconografia

Não há.

[6] Plantas, mapas e croquis

Não há.

[7] Anexos a esta ficha

Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado

Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.

[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo

3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.

[3] Autoria do texto

Assumail Raidone, Sónia Lopes.

[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

NARRATIVAS SOBRE MWANANTI[90]

Fortaleza de S. Sebastião que deu origem às narrativas sobre o *mwanante.*

Fortim S. Lourenço, referenciado nas narrativas sobre o *mwanate.*

[90] Baseado em entrevistas com Ahmad Abdul Cadre Cassimo, Mario Pedro, Fefé Andeek Loy e em documento preparado por Juvenal Armazia, Sónia Lopes. Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC/Maputo.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Oratura / narração

[3] Outros bens inventariados relevantes

As narrativas sobre o *Madjini*.

[4] Descrição

A história do *mwananti* pode ser entendida como sendo uma explicação que as comunidades de outrora encontraram para explicar a existência do fortim e da fortaleza, edifício de grande envergadura, que não cabia na cosmovisão dos antepassados dos *makhuwa nahara*. Isto porque não existe nenhuma testemunha viva que possa contar a história da construção da fortaleza e do fortim. Mas também pode ser entendida como sendo uma história que é/era contada aos mais novos para lhes causar medo, pois segundo Fefé Loy, o *mwananti* só existe no indicador dos mais velhos, quando a criança perturba indica-se nenhures e diz-se que está ali o *mwananti*.

Segundo Sr. Ahmad Cadre, em entrevista concedida em julho de 2009, esta narrativa diz que a construção da Fortaleza de S. Sebastião foi feita em um dia. Surgiu para aterrorizar as pessoas, porque o seu pressuposto era de não dar a entender que a Fortaleza e o Fortim de São Lourenço estavam a ser construídos por escravos, filhos da Ilha. *Mwananti* em língua local significa mistério ou espírito. É uma narrativa da tradição árabo-*swahili*.

Do trabalho de pesquisa efectuado em 2010, foi possível encontrar outras versões sobre o *mwananti*, como a seguinte, relatada por Fefé Andigg Loy:

Naquele tempo, quando eu e outras crianças perguntávamos como tinham sido construidos a fortaleza e o fortim, os mais velhos respondiam que é o *mwananti*.

E nós crianças perguntávamos de novo: - Mas, quem é esse *mwananti*?

Os mais velhos respondiam:

- É *jini*. Esse *jini* construi a fortaleza num dia, numa noite e conclui.

- E a gente acreditava nessas histórias.

- Diziam que o *mwananti* deixara uma chaleira, uma escova de pau chamada *musuwaki* e um par de tamancos. Porque sendo muçulmano, ele usava a chaleira para fazer a purificação quando fosse orar. O *musuwaki* era para escovar os dentes e os tamancos, usava quando terminasse a sua oração. O que não fizeram referência se orava no fortim ou na mesquita. Diziam que vivia sossegado no meio da água.

- Segundo os mais velhos, *mwananti* era um *jini* pacífico.

- A história de *mwananti* que ouvi é essa. Já fui lá e nunca vi, nem a chaleira, nem a escova, muito menos os tamancos.

Outra versão refere ainda que *mwananti* era um espírito com traços humanos e com uma altura incomum e que andava sempre munido de uma chaleiria para se purificar na hora das orações. Segundo a crença local, este espírito era do bem e sensibilizava as pessoas a

converterem-se ao islão. Era visto como um profeta. Refira-se que existe no mercado local um estabelecimento com o nome *Ekandirinya ya mwanante* "chaleira do *mwananti*" em alusão à referida chaleira, como uma das marcas do enraizamento deste conto na memória colectiva dos habitantes da Ilha.

A sua altura incomum permitia que atravessasse o mar a pé sem que fosse necessário nadar ou ir à barco. Quando as ondas fossem gigantes, ele batia o chão com a sua bengala e as águas se separavam para que passasse.

Mwananti é associado à construção da fortaleza e do fortim, cujo poder mágico permitiu que estes imponentes edifícios fossem construídos em um dia, sem a intervenção de mão de obra humana.

O que se pode concluir desta perplexidade ante tamanhos engenhos, que deu origem ao conto ou mito, poderá ser o facto de naquela época em que os edifícios foram construídos, não se conceber, na cosmovisão dos habitantes da Ilha, edificações de tamanha envergadura e a sua materialização só se explicava mediante a intervenção de um espírito poderosíssimo.

[5] Praticantes ou detentores

Os praticantes ou detentores são os *makhuwa nahara.*
Conhecimento generalizado nessa comunidade cultural.

[6] Forma de organização

Conhecimento generalizado nessa comunidade cultural.

[7] Origem, transformações e situação presente

A origem deste conto remonta ao período de penetração mercantil, durante a fase de construção da Fortaleza de São Sebastião e alastrou-se até aos nossos dias. Segundo relatos dos entrevistados, a Fortaleza de São Sebastião começou a ser construída por volta de 1568 e viria a terminar em 1620. O *mwananti* refere-se a esse contexto, para transmitir a ideia de que era um mistério ou ser sobrenatural que construia a Fortaleza. Durante muitos e longos séculos essa história foi difundida para os ilhéus e causou muito suspense nas pessoas, passando a fazer parte da memória colectiva da população.
É uma narrativa que está hoje associada ao *Majini* da feitiçaria, que se dizem serem resultado da zanga do *mwananti*). Hoje, a lenda do *mwananti* está sendo desacreditada, pois as pessoas vão deixando de acreditar nela.
A transmissão deste conto é feita de pai para os filhos, dos mais velhos para os mais novos.
É contada de pessoas mais velhas para as mais novas, e isso foi se verificando ao longo do tempo. Na Ilha existe um jogo tradicional chamado *m'pale* ou *n'tatche* (veja ficha 001-10-01-01, neste inventário). Quando se joga, os mais velhos aproveitam para contar a História do *mwananti* às crianças.

[8] Referências espaço-temporais

Decorreu no período de penetração mercantil, durante a fase de construção da Fortaleza de São Sebastião e alastrou-se até aos nossos dias.

[9] Componentes materiais associados

O *mwananti* associa-se às construções antigas como o Fortim de São Lourenço e a Fortaleza de São Sebastião.

[10] Componentes imateriais associados

Conto que consta da memória colectiva dos ilhéus.
[11] Transmissão, sucessão Diálogo de pai para os filhos, dos mais velhos para os mais novos.
[12] Disseminação, divulgação É contada de pessoas mais velhas para as mais novas, e isso foi se verificando ao longo do tempo. Na Ilha existe um jogo tradicional chamado *m'pale* ou *n'tatche* (veja ficha 001-10-01-01, neste inventário). Quando se joga, os mais velhos aproveitam para contar a História do *mwananti* às crianças.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade A comunidade da Ilha considera que este conto faz parte do conjunto das crenças e da tradição oral local. É uma lenda que teve grande impacto no seio desta comunidade durante muito tempo, pois transmitia uma mensagem que causava medo às pessoas e servia para exercer o controle social, as pessoas tinham medo de sair a noite com medo de se cruzarem com o *mwananti*.
[2] Justificativa para inclusão no inventário Trata-se de uma das principais narrativas sobre espíritos hoje em dia vigentes na comunidade, que ale mais refere-se à edificações emblemáticas da Ilha.
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente Não se aplica.
[4] Ameaças à continuidade da execução Nao há.
[5] Ameaças à transmissão Nao há.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados Nao há.
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados Nao há.
[8] Outras ameaças à viabilidade Nao há.
[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados Desconhecimento por parte dos mais jovens sobre o passado histórico da Ilha.
[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Valorização das tradições orais da Ilha.
[11] Ações concorrentes à salvaguarda Não há.
[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda Recolha das narrativas orais e identificação dos narradores mais destacados nas comunidades.
[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique Sim, por forma a que se dê mais valor às narrativas orais dos vários grupos etnolinguísticos do país.
[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.
[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Ahmad Abdul Cadre Cassimo
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 08/08/1940
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: reformado
Contacto: 828062010

Nome: Mario Pedro
Grupo etno-linguístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Idade: 1967
Local: Ilha de Moçambique, Netia, Monapo, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posiçao na actividade: professor de História e Geografia na Escola Secundária de Nampula e estudante universitário a distancia na Universidade Pedagógica.
Contacto: 828105264

Nome: Fefé Andigg Loy
Grupo etno-linguístico: *makhuwa*

Sexo: masculino Idade: 1958 Local: Ilha de Moçambique Posiçao na actividade: Contacto: 844126918
[2] Documentação sonora e visual produzida em campo Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo Não há.
[4] Bibliografia Não há.
[5] Iconografia Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis Não há.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Juvenal Armazia, Sónia Lopes.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

NARRATIVAS SOBRE MAJINI[91]

[91] Baseado em entrevistas com Ida Ibrahimo, Maria João (Funti Maria), Fefé Andeek Loy e em documento preparado por Sónia Lopes. Registros em DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC/Maputo.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Oratura / narração.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Não há.

[4] Descrição

A prática de narrar factos sobre os *majini* teve o seu início desde os tempos imemoriais do grupo.
Os conhecimentos são transmitidos dos mais velhos para os mais novos ou de adulto para adulto, ou ainda de um possuído para os outros.
Os *majini* tornam-se conhecidos pela narração de histórias e casos supostamente ocorridos. Por testemunhos a sessões de cura ou exorcismo.
Não existe nenhuma forma de organização para a narração de contos sobre os *majini*, todo o indivíduo que tenha sido possuido ou tenha testemunhado a acção, o exorcismo e ou cura dos *majini* é um potencial narrador sobre estes.

No início era apenas um *jini* "um espírito", que fazia maravilhas fora do alcance humano. *Jini* é um espírito com formato de pessoa que tinha efeitos sobre quem com que se cruzasse, causava calafrios, suores, privação da memória. Antigamente, era possível vê-lo. O *jini* era uma pessoa muito alta com vestes brancas.

Segundo a sra Ida, existem dois tipos de *majini*, uns muçulmanos e outros *makhuwa*. No concernente à forma de actuação, existem também dois tipos, os que se manifestam com efeito de batucadas e que operam curas e os que fazem aparições inesperadas, operam marivilhas como dar sorte, tornar o indivíduo milionário, etc.

O primeiro tipo compreende *majini* designados pelos seguintes nomes: *Germani, Maxeha, Xompanka, Rewa, Yoto, Turuki, Khapulu*. Estes provocam mazelas ou enfermidades às pessoas.

Dando prosseguimento à sua alocução, a nossa interlocutora referiu que os *majini* surtem efeito sobre qualquer pessoa ou qualquer raça. "Há casos em que alguns brancos são possuidos por *majini* e são submetidos a tratamentos. Contudo, estes preferem que lhes sejam submetidos a tratamentos em segredo, enquanto que os nativos não têm problemas em ser tratados publicamente.".

Existe a crença de que há doenças causadas pelos *majini* e um dos sinais que leva a essa forte crença é o facto existirem doenças de difícil diagnóstico, cuja cura se crê que só seja possível mediante a acção de um *funti* (entenda-se por *funti* aquele a quem se atribui a capacidade de curar os *majini*). Com efeito, os indivíduos submetidos à cura, com dom para a prática, "formam uma comunidade", com o seu *funti* e são chamados *cumpe*. Vão se juntando ao *funti* que os cura e apoiam-no passando por diferentes categorias, ao longo das quais vão aprendendo os segredos do ritual até que ascendam ao estatuto de *funti*, após a morte de quem os curou e iniciou. Refira-se que os *cumpe* reconhecem o seu *funti*, quem

os curou, como líder de sua comunidade de praticantes.

A administração da cura dos *majini* compreende várias fases, designadamente, danças ao som de batucadas, administração de medicamentos tradicionais, bafos, banhos, imersões no mar após o visado ser untado com sangue de pomba ou de cabrito, leite, ovos, etc. Outra forma de cura, compreende a retirada do(s) *(ma)jini* e colocação do mesmo em um boneco de trapo que é colocado de seguida em um barquinho e largado no mar. Contudo, este acto pode se tornar cíclico, na medida em que, caso um indivíduo inadvertido pegue no barco ou no boneco, é possuído pelo mesmo espírito. Os "serviços" do *funti* são retribuídos, pagos, por quem os procura.

As cerimónias de cura dos *majini* exigem o uso de trajes especiais para o efeito, onde as cores predominantes são o branco, preto e vermelho.

Segundo a nossa interlocutora, Ida Ibrahimo, cada bairro possui um *jini* que se manifesta da seguinte maneira:

"A aparição e desaparecimento de um *jini* é inexplicável. Geralmente, aparece um vulto muito alto com vestes brancas causando arepios a quem o vê. Vai avançando em direcção do indivíduo, causando muito medo. Pode ser que se aproxime e aperte a mão da pessoa, dando-lhe muita sorte. Em outros casos, aparece a fumar um cigarro, nesta circunstância, é necessário que a pessoa tenha a coragem de acender o cigarro e assim o *jini* desaparece.".

"Desde os tempos imemoriais ouço falar em dois *majini* famosos, um chamado *Alihitiri* e outro chamado *Nsupa*.".

"O *jini Alihitiri*, era um anão com o qual só se cruzava quando estivesse abençoado. Uma pessoa amaldiçoada nunca se encontrava com este anão. Caso o indivíduo se cruzasse com este *jini* e este o aconselhasse a fazer algo, era necessário seguir à risca os seus conselhos, pois a seguir a pessoa tornar-se-ia rica. Este *jini* só aparecia perante indivíduos asseados, perfumados, bem trajados, que tivessem urinado e lavado as mãos e nunca para pessoas desleixadas, sujas, exalando cheiros desagradáveis. Em suma, este *jini* é do bem e aparece em locais limpos.".

"Por seu turno, *Nsupa* é um tipo de *jini* que gosta de sujidade, principalmente muita quantidade de urina, escamas de peixe e lixo em geral, este *jini* entra em acção em locais sujos e provoca doenças como paralesia *supiyani*. É um *jini* da maldade.".

Segundo os mais velhos, os *jinis* pertenciam aos *nabís* (profetas), tais como, Abrão, Moisés, e Jesus Cristo, que os usavam para proceder o controle social dos membros das suas comunidades.

Outra versão sobre os *majini* é avançada por Abacar. Relata que outrora a Ilha estava cheia destes, mas quando as pessoas começaram a aperceber-se que os cigarros os afujentavam, passaram a fumar e estes começaram a desaparecer.

O mesmo interlocutor, narra factos relacionados com *jini* que seduzia os homens para adoecê-los:

"Às vezes um homem podia encontrar-se com um *jini* com feições de mulher muito bonita e formosa que o convidava para ir à casa dela, depois que conseguisse lograr os seus intentos, o homem apercebia-se que se encontrava em sua casa e com o susto, este adoecia, possuído pelo *jini* e só melhorava com a intervenção de um *funti*.".

Funti Maria

A crença na existência de um *jini* em cada bairro é refutada pela *funti* Maria José, para ela

cada bairro tem um *funti* reconhecido, que trata as doenças causadas pelos *majini*.

Para a nossa entrevistada, os contos sobre os *majini* não são comumente narrados, geralmente, estes factos são narrados quando se pretende explicar a origem de uma doença. Existe a crença de que não se deve falar com frequência nestes assuntos, para não atraí-los e se apossarem dos seus corpos.

As histórias aquí narradas entrelaçadas com as doenças, dons de cura, dicotomias em entre o bem e o mal, limpo e sujo, entre outros misticismos que com eles se relacionam, deixam a impressão de que a Ilha é povoada por vários espíritos de várias origens, desde os germânicos, *makhuwa*, indianos, entre outras origens, reforça o facto de a Ilha ter sido habitada por povos provenientes de diferentes cantos do mundo e que alguns morreram desterrados, principalmente escravos, e que as suas almas vagueiam pelas ruas à busca das suas origens, e não as encontrando, apossam-se das almas dos habitantes da Ilha e causam-lhes doenças.

[5] Praticantes ou detentores

Os praticantes são os *makhuwa nahara*, pois embora a prática de contar histórias sobre os *majini* não seja comum entre estes, porque crêem que falar sobre os *majini* atraem mal agoiro e pelo facto de as histórias relacionadas com estes espíritos serem arrepiantes, o que justifica o facto de as pessoas terem medo de tocar no assunto.

Dificilmente se pode dissociar as narrativas do exorcismo e das doenças. O *jini* é simultâneamente espírito e doença que precisa ser exorcizado ou curada e para que se diagnostique o mal que apoquenta o indivíduo, é necessário saber como a doença começou e como pode ser curada.

[6] Forma de organização

Não existe nenhuma forma de organização para a narração de contos sobre os *majini*, todo o indivíduo que tenha sido possuido ou tenha testemunhado a acção, o exorcismo e ou cura dos *majini*.

[7] Origem, transformações e situação presente

Inicialmente, nos tempos imemoriais do grupo, existia um *jini* apenas, que tanto podia fazer bem ou o mal. Hoje existe vários tipos de *majini*, os mais conhecidos, ligados às efermidades são o *Germani, Maxeha, Xompanga, Rewa, Yoto, Turuki* e outros dois que dominam os bairros, nomeadamente, *Alihitiri* e *Nsupa*.

[8] Referências espaço-temporais

A prática de narrar factos sobre os *majini* teve o seu início desde os tempos imemoriais do grupo.

[9] Componentes materiais associados

Não há.

[10] Componentes imateriais associados

Narrativas sobre os *majini.*

[11] Transmissão, sucessão

Os conhecimentos são transmitidos dos mais velhos para os mais novos ou de adulto para adulto, ou ainda de um possuído para os outros.

[12] Disseminação, divulgação

Os *majini* tornam-se conhecidos pela narração de histórias e casos supostamente

ocorridos. Por testemunhos a sessões de cura ou exorcismo.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade
A comunidade atribui grande valor místico e poderes sobrenaturais aos *majini* e geralmente se furta em falar sobre o assunto por considerá-lo muito sério, dada à forte crença que os nativos têm sobre os espíritos e o poder que estes exercem em suas vidas.
[2] Justificativa para inclusão no inventário
A inclusão dos *majini* no inventário prende-se com o facto destes dominarem o *modus vivendi* da comunidade da Ilha.
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente
Não se aplica.
[4] Ameaças à continuidade da execução
Não há. Enquanto existir a crença de que as doenças são causadas pelos *majini*, haverá sempre histórias por contar acerca destes.
[5] Ameaças à transmissão
Não há.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados
Não há.
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados
Não há.
[8] Outras ameaças à viabilidade
Não há.
[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados
Não há.
[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática
Dada a forte crença na existência dos *majini* com um forte impacto na vida das populações e havendo um *jini* que se crê que abunde no lixo e cause doenças, *Nsupa*, seria de encorajar a quem de direito/dever a disseminar informação orientada para o saneamento do meio, tendo como argumento a acção maligna dos *jini nsupa*.
[11] Ações concorrentes à salvaguarda
Crença na relação causa – efeito entre a acção dos *majini* e a eclosão de doenças.
[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda
Não há.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Ida Ibrahimo
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1940
Local: Mativani
Residência: Ilha de Moçambique, Nampula
Posição na actividade: membro do grupo de *tufu* Estrela Vermelha
Contacto:

Nome: Maria João (Funti Maria)
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1939
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique, Nampula, Chembesi
Posição na actividade: *funti*
Contacto: 847018454

Nome: Fefé Andigg Loy
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 1958
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: genro da *funti*
Contacto: 844126918

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo
Não há.
[4] Bibliografia
Não há.
[5] Iconografia
Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis
Não há.
[7] Anexos a esta ficha
Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado
Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo
3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Supervisor de campo
Sónia Lopes.
[4] Responsável pelo inventário
Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante
Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

NARRATIVAS SOBRE SÃO FRANCISCO XAVIER[92]

Capela erguida em memória a São Francisco Xavier.

[92] Baseado em entrevistas com Tiago de Almeida Mário, Maria da Conceição Amad e em documento preparado por Alberto Folowara, Adriano Tépulo e Sónia Lopes. Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC/Maputo.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Oratura / narração

[3] Outros bens inventariados relevantes

Não há.

[4] Descrição

O padre São Francisco Xavier foi da Companhia Jesuíta e desenvolveu uma série de acções a favor da sua igreja. Durante a sua permanência na Ilha de Moçambique ajudou os pobres e os enfermeiros a cuidar dos doentes. Também ajudou na criação de Companhias Jesuítas no Oriente. A figura de S. Francisco Xavier está ligada a vários milagres como é o caso de travessia milagrosa de Mossuril à Ilha e do ressuscitar de um menino no Oriente.

Tanto a santidade como os milagres de São Francisco Xavier não se resumem ao exposto a cima, conforme testemunha a Sra. Conceição, em sua entrevista:

"Naquele tempo, na minha adolescência e juventude, tínhamos o 3 de Novembro, dia dedicado a São Francisco Xavier. Deslocávamo-nos à capela e saíamos de lá em procissão. No dia do santo, dava-se uma grande festa e ensinava-se às crianças de onde ele vinha, onde ficou, onde orava e quando partiu.

A capela em memória a São Francisco Xavier foi erguida no local onde havia uma pedra que tinha uma pisada de São Francisco e a rocha foi crescendo e a pegada ficou alí, estando actualmente no interior da capela.

São Francisco Xavier fez muitos milagres e dos mais recentes, de que tenho memória, que revelam a fé dos católicos e não só sobre este santo são os seguintes:

Nos finais dos anos 60, uma senhora acometida por uma doença que a medicina convencional não tinha explicação para a mesma, foi recomendada por uma devota ao santo que lhe disse:

"Minha amiga, embora sejas muçulmana, peça uma graça ao santo. Deus atende a todos.".

A senhora foi orar na porta da capela, pois esta se encontrava fechada, fez a sua promessa e se foi. Passado algum tempo viu o seu pedido respondido e testemunhou a sua graça com a intercessão de São Francisco Xavier.

Outra senhora de Cuamba veio pagar a promessa em 1982. Um envelope entregue na igreja, porque tinha alcançado a graça da cura de sua filha, que tinha sido acometida por uma doença estranha que paralisou todos os seus membros e afectou a fala e a sua memória. A senhora recorreu à medicina convencional e não obteve resposta para o problema da filha.

Uma senhora cristã devota ao santo, vendo a aflição daquela mãe, disse-lhe o seguinte:

"Amiga, vejo que já tentaste tudo pela saúde da tua filha e não tiveste sucessos, peça a São Francisco Xavier uma graça para a sua filha.".

A senhora orou de lá do Niassa pedindo que o Santo concedesse a graça da saude à sua

filha, passado algum tempo, a menina comecou por andar com recurso à parede e depois largou a parede e recuperou a memória e sem nenhuma sequela da doença. Por isso ela veio pagar a promessa que fizera ao pedir a graça ao santo mesmo de longe.

A entrevistada comentou também que "aqui na Ilha, quando alguns senhores muçulmanos se vêm afectados por uma preocupação de difícil solução, vão lá e alcançam a graça.".Outro milagre relacionado com o Santo, também narrado pela Sra. Conceição, refere-se à altura em que o Santo estava prestes a sair da Ilha:

"Quando o Santo quis sair da Ilha foi ao local onde hoje é a capela e ele pediu a um pescador que o fizesse atravessar para a Cabaceira Grande e este pediu dinheiro. Como o Santo não tivesse dinheiro, este ajoelhou-se no chão da praia, orou e de seguida estendeu a sua batina e foi navegando em direcção à Cabaceira Grande. Durante o percurso, deixou cair o crucifixo no mar, mas este foi apanhado por um caranguejo e lho foi entregar próximo do palácio de São José na Cabaceira. Dali alguém lhe ofereceu água numa chaleira para lavar os pés. Ninguém soube dizer como é que foi à Índia, nem como saiu de lá.".

O crucifixo entregue pelo caranguejo é o mesmo que a figura do Santo trás na mão, na capela erguida em sua memória.

Outro relato narrado por ela refere-se ao seguinte tema:"Quando roubaram o sino da capela, que era de bronze, houve muita agitação na Ilha, até os muçulmanos diziam que iria acontecer algo a quem o roubou, porque com este Santo não se brinca. Eles roubaram para irem vender ao ferro velho. Actualmente existe um negócio muito concorrido de venda de ferro velho para a indústria metalúrgica na Ásia e Europa, muitas sarjetas com tampões de ferro foram vandalizadas, para serem vendidas neste negócio e quanto mais pesado fôr o objecto, maior lucro se tem, daí o roubo do sino."

[5] Praticantes ou detentores

Comunidade cristã na Ilha de Moçambique.
Os contos são narrados tanto individualmente como colectivamente na catequese e grupos de oração católicos, principalmente no dia de São Francisco Xavier.

[6] Forma de organização

Os contos são narrados tanto individualmente como colectivamente na catequese e grupos de oração católicos, principalmente no dia de São Francisco Xavier.

[7] Origem, transformações e situação presente

São Francisco Xavier era um padre espanhol, apóstolo da Índia e do Japão. Ele foi o enviado do Papa Paulo III para evangelizar o Oriente. Chega a Ilha de Moçambique em Setembro de 1541 e com as dificuldades tidas pelos ventos norte permaneceu 2 anos à espera de que estes mudassem de direcção a seu favor. Neste período, o Padre São Francisco Xavier trabalhou no Hospital da Misericórdia (actual Hospital de Moçambique) onde ajudou aos enfermeiros a cuidar dos doentes. Desenvolveu acções de caridade a favor dos pobres, frequentemente se isolou para meditação sentado numa rocha a beira mar onde pedia a Deus o auxílio dos necessitados. Nesse local econtra-se hoje a capela de São Francisco Xavier. Na actualidade e em sua memória foi erguido na Ilha, para além da capela, um lar de estudantes. Desenvolveu ainda outras acções no Oriente onde criou as missões da Companhia dos Jesuítas.

Desde a sua passagem a Santo a comunidade cristã da Ilha de Moçambique, faz celebrações em sua memória até a actualidade.

A Transmissão e sucessão é feita através da realização de orações direccionadas à figura de São Francisco Xavier junto da capela do mesmo nome, a evangelização dos catecúmenos, ou seja, a educação catequética

Para a sua disseminação e divulgação não existem interdições impostas pelo costume. Periodicamente são destacados grupos para irem junto à capela onde realizam, além das orações, intercâmbios catequéticos. Assim permite a divulgação da prática.

[8] Referências espaço-temporais

Desde a sua passagem a Santo a comunidade cristã da Ilha de Moçambique, faz celebrações em sua memória até a actualidade.

[9] Componentes materiais as sociados

Capela de São Francisco Xavier, castiçais, a pedra onde se sentava para a meditação, a figura de São Francisco Xavier.

[10] Componentes imateriais associados

A crença em relação a figura de São Francisco Xavier e a sua veneração.

[11] Transmissão, sucessão

Realização de orações direccionadas à figura de São Francisco Xavier junto da capela do mesmo nome, a evangelização dos catecúmenos, ou seja, a educação catequética.

[12] Disseminação, divulgação

Não existem interdições impostas pelo costume. Periodicamente são destacados grupos para irem junto à capela onde realizam, além das orações, intercâmbios catequéticos. Assim permite a divulgação da prática.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

A figura de São Francisco Xavier é considerada como uma mediadora. Todos os pedidos feitos evocando esta figura são realizáveis, daí a sua veneração religiosa. No local onde esta figura sempre fizera presente a quando da sua permanência na Ilha foi erguida uma capela em sua memória.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

É uma figura considerada mítica na comunidade cristã da Ilha.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

Todos os santos constituem um ídolo para essa comunidade religiosa. Contudo, esta figura por ter uma ligação histórica com a comunidade cristã na Ilha de Moçambique, faz com que tenha um reconhecimento acrescido ao mesmo tempo em que fortalece a crença nos seus feitos.

[4] Ameaças à continuidade da execução

Não há.

[5] Ameaças à transmissão

Não há.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Pelo facto de a Ilhas ser um local rico em relíquias, aparecem, periodicamente, pessoas interessadas em adquiri-las. A ser assim, há uma ameaça de vandalização da capela e de tudo quanto lá existe.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Pelo facto da maior parte da população da Ilha professar o islamismo, as narrativas associadas a esta figura cristã pode vir a desaparecer uma vez não existindo praticantes em número suficiente, para manter a prática viva.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

A rivalidade religiosa entre muçulmanos e cristãos, onde cada um acha que o seu profeta é superior.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

A forte crença na figura de São Francisco Xavier que existe nas pessoas, seja cristã ou muçulmana, faz com que a prática se perpetue.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Conservação do patrimônio edificado na Ilha.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Inclusão nas informações turísticas da Ilha dos feitos ligados à figura de São Francisco Xavier. A comunidade cristã deve criar um espaço para debates públicos e radiofônicos.

Recomenda-se que se controle a vandalização que a capela vem sofrendo, pelo contributo que o Santo teve no patrimônio edificado da Ilha. São Francisco era um padre da Companhia dos Jesuítas e esta Companhia ergueu várias edificações importantes na Ilha de Moçambique, como é o caso do actual museu que na altura funcionava como um colégio dos jesuítas e o edifício onde hoje é tribunal.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Conservar a capela em sua memória, o lar de estudantes que ostenta o seu nome e protegê-la contra as águas do mar.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Tiago de Almeida Mário
Grupo etno-lingüístico: *makuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 02/05/1942
Local: Ilha de Moçambique, Monapo, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na atividade: crente da comunidade cristã
Contacto: Bairro do Museu, Ilha de Moçambique, perto dos correios.

Nome: Maria da Conceição Amad
Grupo etno-lingüístico: *makuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 07/06/1938
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na atividade: Foi catequista, pertence à comunidade de São Francisco Xavier (núcleo) da Igreja Nossa Senhora da Saúde
Contacto: 825509730 (Bairro do Museu)

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Capela contendo castiçais; a pedra e a figura de São Francisco Xavier; e o lar de estudantes.

[4] Bibliografia

Existem obras que dão referência a figura de São Francisco Xavier:

João de Lucena, Vida do padre Francisco Xavier, Nova edição actualizada; II Vol. União gráfica, Lisboa, 1960.

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira, ilustrada, editorial enciclopédia Lda, Lisboa, S/a, Vol. XI.

P. Miguel de Oliveira, História eclesiástica de Portugal, 3ª edição, União gráfica, Lisboa, 1958.

[5] Iconografia

Não há.

[6] Plantas, mapas e croquis

Não há.

[7] Anexos a esta ficha

Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado
Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo
3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto
Alberto Folowara, Adriano Tépulo, Sónia Lopes.
[4] Responsável pelo inventário
Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante
Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

NARRATIVAS SOBRE A ESCRAVATURA[93]

Embarcação representando a forma como os escravos eram transportados.

[93] Baseado em entrevistas com Ahmad Abdul Cadre Cassimo, Ibrahimo Abacar, Ahmad Nahompe, Fefé Andeek Loy e em document preparado por Juvenal Armazia e Sónia Lopes. Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC/Maputo.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Oratura / narração.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Wahala, Jardim da Memória.

[4] Descrição

O tráfico de escravos foi uma das fases mais marcantes da vida da Ilha de Moçambique desde os tempos imemoriais deste comércio desumano. Refira-se que aquando da expansão islâmica na região do Índico, este tipo de comércio não se verificava. Os árebes vinham com interesses comerciais de igual para igual, só mais tarde se envolveram neste comércio, cerca do Séc. XVIII, iniciado pelos europeus, porque nessa altura a comercialização de escravos era muito rentável.

A miscigenção e a diversidade cultural do povo desta região são o testemunho vivo deste encontro de culturas, as ruas, os rostos, os hábitos culturais dos ilhéus aparecerem em cada raiar do sol como que a reivindicar de forma muda e gritante o que ela viveu nesses tempos. E o comércio de homens, mulheres e crianças cativos para o trabalho na Ilha ou – principalmente – fora dela são atividades e lembranças que correm pelos subterrâneos desse cotidiano, tal qual os túneis por onde essa mão-de-obra era conduzida para as naus que os conduziriam às Américas, ao Caribe e às demais ilhas do Índico.

Alguns depoimentos que narram as vivências do advento do comércio escravo levantam a ponta do véu do que se terá passado. São histórias que causam calafrios mas que explicam, de certa forma, a maneira de estar deste povo. Viajemos pois na esteira da oralidade para estes tempos:

Primeiro depoimento

"Os escravos eram recrutados em regiões circunvizinhas à Ilha, em rotas organizadas, e eram levados para locais como por exemplo, o armazém do lado esquerdo da Pensão Escondindinho, para serem leiloados. Os escravos não eram naturais da Ilha de Moçambique, mas trazidos pelos régulos, mwenes, sheiks, chefes de terras, homens de negócios esclavagistas, que os armazenanvam na Ilha de Moçambique e em Mussuril para posterior revenda aos portugueses para trabalhar nas plantações do Brasil e outros países da América Latina."

Refira-se que os maior parte dos escravos vinha do interior do país, uns recrutados em Sofala, Zambézia, Nampula, Niassa, entre outras regiões, transportados para Mussuril, onde eram pré-seleccionados e os rejeitados eram deixados por lá, sem referências da sua proveniência. Foi nesta baía, por volta do Sec. XIX, que o regime colonial português enfrentou a maior revolta de escravos na Província de Nampula, a chamada Revolta dos Namarrais, tendo morto o cavalo de Mouzinho de Albuquerque e consumido.

Segundo depoimento

"Naquele tempo da escravatura, muitos tios vendiam os seus sobrinhos em troca de comida. Quando a fome apertasse, alguns tios não hesitavam em vender os sobrinhos para o trabalho escravo. Refira-se que a sociedade makhuwa é ou era matrilinear. E, geralmente, o sobrinho não tinha conhecimento da intenção do tio. Este agia em conluio com a irmã, sem o conhecimento do pai da criança, pois o responsável pelos filhos das mulheres, na sociedade matrilinear, é o irmão desta. O mais impressionante é que naquela alturta era legítimo um tio vender o filho da irmã devido aos laços de parentesco.

Aí, o sobrinho muito confiante nas acções do tio, a quem devia respeito, acatava todas as suas orientações. Assim que chegassem junto do cliente, o último avaliava quanto a criança valia e a trocava por comida.

Este comércio não envolvia apenas sobrinhos atraiçoados, havia muitos casos de venda de adultos, e o que ressalta à vista neste caso era o facto de muitos deles serem amigos íntimos.

Assim que o indivíduo era entregue, era submetido a tratamentos que o faziam esquecer a sua proveniência. Por mais inteligente que fosse, a pessoa não conseguia voltar para casa, porque punham medicamentos que o faziam esquecer o caminho de volta e acabava ficando por lá. (Fefé Loy, entrevista concedida a 30/04/10)

Este aspecto talvez explique o facto de as pessoas não depositarem confiança umas nas outras, porque segundo eles quanto mais confia mais probabilidade de traição há.

O ar desconfiado dos ilhéus é notório, o controle social é bastante forte, tratando-se da presença de indivíduo estranho na comunidade, a atenção é ainda mais redobrada.

Entre os habitantes da ilha apenas importa a convivência social, contudo, os segredos mais profundos não são revelados. Atraiçoam-se com muita facilidade, cada um se preocupa com a vida alheia, muitos lares se destroem devido às más línguas. A Ilha de Moçambique é conhecida por Ankawani "fofoca", está cheia de alcoviteiros e alcoviteiras.

O misticismo, o secretismo, a "fofoca" fazem parte do seu dia-a-dia. Alguns problemas são orquestrados quando a pessoa é indesejada. O mesmo que acontecia na época da escravatura. Os indesejados eram atraiçoados e vendidos, e isto era envolto num secretismo tumular de que só os deuses tinham conhecimento.

Os dois depoimentos acima apresentados não se pretendem únicos sobre os contos sobre a escravatura. São apenas um pequeno testemunho das memórias deste comércio hediondo que as comunidades se recusam a revelar, talvez por precaução ou por temerem revelar histórias que só os *wahala*, livro de memórias de famílias (veja ficha 001-08-02-01, neste inventário), tiveram o direito de conhecer. Talvez tenham também vergonha de reconhecer em público que são descendentes de escravos, mas os anais da história narram estes factos e todos sabem o que realmente se passou.

Outro aspecto a ter em conta é que os nativos da ilha eram preteridos pelos compradores por serem preguiçosos, de baixa estatura, aparentemente débeis, o que leva a questionar o seguinte. Será que o segundo depoimento é fruto de um processo selectivo de escravos entre os nativos? Quem eram esses tios e sobrinhos? Ninguém nos sabe explicar. Todos dizem ter ouvido estas histórias dos mais velhos.

[5] Praticantes ou detentores

Os praticantes ou detentores dessas narrativas são os *makhuwa nahara* e outros moradores da Ilha. A prática não se restringe a esse grupo etnolinguístico.

Por fazerem parte da memória colectiva do grupo, não existem associações ou contadores profissionais de histórias sobre esse episódio da história da Ilha e do mundo. Algumas pessoas narram estes factos timidamente, como que houvesse muito por se esconder. É um paradoxo saber que a ilha foi um centro do comércio escravo e que a maioria pouco saiba sobre o mesmo.

[6] Forma de organização

Não existem associações ou contadores profissionais de histórias sobre esse episódio da história da Ilha e do mundo. Algumas pessoas narram estes factos timidamente, como que houvesse muito por se esconder. É um paradoxo saber que a ilha foi um centro do comércio escravo e que a maioria pouco saiba sobre o mesmo.

[7] Origem, transformações e situação presente

A narração de factos sobre a escravatura remonta desde os tempos imemoriais deste grupo, mais concretamente, no contexto da penetração mercantil portuguesa e árabe em Moçambique.
Segundo o Sr. Cadre os escravos nunca eram filhos da Ilha, vinham acompanhados de colonos de outros cantos da África, eram vendidos aqui e ficavam aguardando pelo seu destino. Estes eram levados para as Américas e as Maurícias.

Segundo o Sr. Amade Nanhompe os escravos capturados eram levados para uma espécie de leilão. Havia um palco onde eram expostos e vendidos aos compradores que em seguida os vestiam. A seguir, eram levados com os olhos vendados até ao mar. Ao lado da Mesquita Central entravam através de um túnel que também escoava os escravos, onde hoje se localiza a Mesquita Madrassa.

Durante o processo da chegada, dos barcos que vinham levar os escravos para escoá-los verificava-se na Ilha algum movimento agitado marcado pela preocupação das pessoas se esconderem para não serem levadas. Daí começavam a gritar Muipiti, Muipiti (esconder), palavra que tornou-se por isso intimamente associada à Ilha. egundo o Senhor Ibrahimo Abacar, no período colonial os escravos vinham de Nampula, Monapo, Lumbo, passavam pela Ilha de onde eram levados através de navios para as plantaçoes de cacau em São Tomé e Principe.

[8] Referências espaço-temporais

No contexto da penetração mercantil portuguesa e árabe em Moçambique.

[9] Componentes materiais associados

O Jardim de Memória, o túnel de passagem de escravos localizado ao lado da mesquita central, as referências à indumentária usada pelos escravos (*M'konta)*, a Fortaleza de São Sebastião, o armazém localizado ao lado da atual Pensão Escondidinho são lugares de memória desses acontecimentos. O riquexó não deixa de ter uma relação com a idéia do uso da força humana em benefício de quem possa pagar por ela.

A transmissão destes contos é feita via oral no diálogo de pai para os filhos, dos mais velhos para os mais novos.

[10] Componentes imateriais associados

Actividades culturais apresentadas durante as datas comemorativas sobre a escravatura, as histórias narradas pelos mais velhos sobre a escravatura detidas pelos idosos da Ilha de Moçambique.

[11] Transmissão, sucessão

A transmissão destes contos é feita via oral no diálogo de pai para os filhos, dos mais velhos para os mais novos.

[12] Disseminação, divulgação

Por meio da educação formal através dos manuais de história e ou ciências sociais, assim como de pai para os filhos através do conto das histórias.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

A comunidade atribui um grande valor a estes contos, pese embora de os narre de forma acanhada. São um marco histórico de grande magnitude para a comunidade local, pois este acontecimento está na sua memória e deve ser transmitido às novas gerações.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

A inclusão deste item no iventário justifica-se na medida em que a Ilha de Moçambique terá sido um dos pricipais portos onde a exportação de escravos terá tido lugar desde os tempos remotos em que aí se processou o comércio à longa distância (Capela, 1999: 55).

Dando prosseguimento à sua explanação, (Capela, op.cit.: 66) a Ilha de Moçambique representou para esta parte da Costa Oriental de África um centro a partir do qual se desenvolveu o tráfico de escravos transíndico e transatlântico, em direcções tão diversas como a costa industânica, as ilhas do índico, o golfo pérsico, a Cidade do Cabo, as Américas do Norte e do Sul e as Caraíbas. Até finais do século XIX, da costa que hoje é Moçambique foram exportados escravos em todas as direcções. não somente da ilha de Moçambique. Mas nessa ilha estava sedeada a capital da Colônia Portuguesa e durante muito tempo inúmeras embarcações por lá passavam a pagar os direitos devidos pela exportação.

Em função do acima exposto, este bem afigura-se muito importante porque faz parte da memória dos ilhéus acerca do advento do comércio de escravos que os marcou profundamente.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

É um dos bens integrantes do conjunto inscrito na lista do Patrimônio Mundial (UNESCO).

[4] Ameaças à continuidade da execução

Não há.

[5] Ameaças à transmissão

A ameaça na transmissão reside no facto de muitos idosos por nós interpelados se terem mostrado alheios a este facto histórico, pese embora eles sejam os detentores deste conhecimento.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

O túnel existente ao lado da Mesquita Maior necessita de uma intervenção urgente em termos de salvaguarda.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Com a persistência por parte dos mais velhos, em se recusarem a prestarem depoimentos sobre a escravatura, pode ser que esta memória se perca com a morte destes.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Desconhecimento por parte dos mais jovens sobre o passado histórico da Ilha.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Maior conhecimento pelos mais novos sobre o passado histórico da Ilha de Moçambique, e sua participação na história mundial.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

O programa da UNESCO sobre a rota dos escravos e as iniciativas locais que trazem à tona a memória da escravidão.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

É necessário fazer um levantamento exaustivo dos depoimentos sobre a escravatura, que se procure mais informação sobre o tráfico de escravos, que se consultem as comunidades antes de realizar qualquer tipo de actividades de salvaguarda.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

O governo devia promover a recolha e registro de narrações sobre os factos ocorridos aquando do comércio de escravos, por forma a que se dê mais valor às narrativas, particularmente as que se referem ao conhecimento sobre o tráfico, e como testemunho vivo da memória colectiva do povo da ilha em particular e de Moçambique em geral.

Recomenda-se que o Governo de Moçambique tenha papel ativo no programa da rota dos escravos ou em outras iniciativas internas relativas à memória do tráfico negreiro.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Ahmad Abdul Cadre Cassimo
Grupo etno-lingüístico: Macua

Sexo: masculino
Data de nascimento: 08/08/1940
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência:
Posição na actividade: reformado
Contacto: 828062010

Nome: Ibrahimo Abacar
Grupo etno-lingúistico: *macua*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 05/05/1937
Local: Ilha de Moçambique
Residência:
Posição na actividade: trabalhador do Museu da Arte Sacra
Contacto:

Nome : Ahmad Nahompe
Grupo etno-lingúistico: *macua*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local: Ilha de Moçambique
Residência:
Posição na actividade: jornlista comunitário
Contacto: 824759220

Nome: Fefé Andeek Loy
Grupo etno-lingúistico:
Sexo: masculino
Data de nascimento: 1958
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência:
Posição na actividade:
Contacto: 844126918

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

Capela, José. 1999. O tráfico de escravos na Ilha de Moçambique. In ura de Matteo & Mário Zamponi. Ilha de Moçambique: Convergência de Povos e Culturas. AIEP EDITORE.

[5] Iconografia

Não há.

[6] Plantas, mapas e croquis

Não há.

[7] Anexos a esta ficha

Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado
Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo
3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Supervisor de campo
Juvenal Armazia, Sónia Lopes.
[4] Responsável pelo inventário
Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante
Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

WAHALA[94]

LIVRO DE REGISTRO DAS IRMANDADES

[94] Baseado em entrevistas com Dauria Jamú, Hafiz Abdulrazk Assane Agy Ossman Jamú (xeique Hafiz) e em documento preparado por Sónia Lopes e Hafiz Jamú. Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC/Maputo.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Oratura / testemunho.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Contos tradicionais *makhuwa*.

[4] Descrição

O objeto físico *wahala* é um volume encadernado de folhas de papel almaço (formato A4), com cerca de 150 páginas. *Wahala* significa "o que ficou por contar", o legado dos antepassados. É o livro de memória das irmandades, das comunidades e das famílias. Ele contém a história de vida de famílias muçulmanas, seu legado histórico, sua genealogia. É uma narrativa sobre o curso de vida das famílias pertencentes a uma irmandade, onde os acontecimentos mais importantes dessas famílias são registados. É também um recurso geralmente usado para a interpretação do comportamento social, em particular em situações de conflito.

O *wahala* a que tive acesso foi iniciado no ano de 1900. O índice desse volume inclui assuntos como nascimentos, casamentos, falecimentos, ocorrências familiares e outros como a edificação de grandes obras, viagens relevantes que marcam a comunidade (como é o caso da peregrinação a Meca), discussões que criaram clivagens entre as irmandades ou entre familiares, e decisões tomadas em face de desavenças que podem ser evocadas como precedentes em situações similares. O padrão do índice dos volumes varia, dependendo de quem compõe o livro.

A tinta usada para o resgito dos acontecimentos no *wahala* era feita a base de arroz queimado. A escrita era feita com penas de áves como águias e perú. De forma geral, os assuntos registados no *wahala* estavam relacionados aos nascimentos, casamentos, ocorrências familiares, dentre outros.

Assim, eram registados todos nascimentos relacionados a família do xeique, suas irmandades e comunidade em geral, bem como os casamentos. As ocorrências familiares resgitadas iam desde a convivência diária à brigas e discussões. No *wahala* estão claramente registadas as relações de consanguinidade, parentesco e alianças entre os vários membros da comunidade.

Para além do *wahala*, foram localizados arquivo de documentos redigidos pelo *sheik* Momade Arune que contém ordens de serviços, registos administrativos.

Uma das histórias narradas no *wahala* consultado explica o facto de uma criança ter passado a ser reconhecida como filha/irmã membro de uma família que não é a sua, biológica, em virtude de ter sido amamentada pela mãe daqueles, após a morte de suaprogenitora durante o parto. Por via do aleitamento, a menina passou a ser considerada irmã dos filhos da senhora que a amamentara. O *wahala* serve também para aconselhar se um indivíduo se deve casar ou não com pessoas de determinada família. Outras histórias que constituem segredo para as famílias tais como - filhos ilegítimos, relações incestuosas, filhos de escravas, filhos de escravos que se envolviam com as filhas dos seus senhores - estão inscritas no *wahala*, por forma a constituir a memória da família/irmandade. É

também um registo de aspectos socioeconomicos da vida da comunidade, da propensão de alguém à loucura, ocorrência de *majini*, doenças. O regitro desses factos auxilia na aplicação do direito costumeiro/consuetudinário, podendo até ter função importante em julgamentos segundo os moldes tradicionais, tendo em conta os antecedentes da família do réu.

Esses julgamentos ocorrem ainda hoje, apesar de não formalmente; mas um indivíduo acusado pelo detentor do *wahala* torna-se socialmente condenado, como ilustra o exemplo a seguir:

"*Reza a história que, nos anos 50, certo homem cuja mulher acabara de ter um filho se apercebeu que o filho que aquela trouxera ao mundo não era seu. Irrompeu casa a dentro, dirigiu-se ao berço e de lá retirou o bebé. Tomou a criança pelas pernas e bateu sua cabeça contra parede, matando-a friamente, Contudo, o assunto foi resolvido: o casal continuou junto e teve outros filhos.*

Em consequência deste acontecimento, hoje, a comunidade da ilha não recomenda que os descendentes deste homem cuidem de crianças pois o seu comportamento é interpretado como um antecendente comprometedor de seus descendentes. Assim, uma ou mais gerações foram condenadas pelo crime do seu antepassado, com base nos registos do wahala."

O *wahala* é geralmente aberto aquando da morte do guardião deste, quando se prevê a sua morte ou quando se considera necessário dar a conhecer alguns aspectos da história da família às novas gerações.

O *wahala* não é do domínio de qualquer um; deve ser apenas do conhecimento do líder da irmandade ou da família. Entre os *makhuwa* matrilineares, o *wahala* passa do detentor para o seu neto gerado pela filha; entre os patrilineares, de pai para filho, normalmente, filho mais velho. Ele é também transmitido de esposo para esposa, geralmente a *halifa*.

A sucessão não inclui ritos específicos. O herdeiro é escolhido porque se lhe identificaram dons especiais para a resolução de conflitos. Essa capacidade tem por base o conhecimento dos textos registados no *wahala*, o exercício de uma jurisprudência consuetudinária e o recurso aos contos tradicionais e provérbios para exemplificar.

O *wahala* nunca é tornado público. Seu conteúdo é secreto, sendo apenas acessível aos líderes tradicionais e seus sucessores.

[5] Praticantes ou detentores

A População *makhuwa nahara* é a praticante e detentora deste bem. É difícil especificar o número de *wahala* existentes na comunidade. Além dos que se encontram na posse dos xeiques, outros são mantidos pelas famílias.
Irmandades muçulmanas, anciões líderes de famílias e os *funti* são considerados guardiões de conhecimento, por isso, os membros das comunidades os procuram e narram factos marcantes. Esses líderes, por seu turno, registram os acontecimentos narrados no *wahala*.

[6] Forma de organização

Irmandades muçulmanas, anciões líderes de famílias e os *funti* são considerados guardiões de conhecimento, por isso, os membros das comunidades os procuram e narram factos marcantes. Esses líderes, por seu turno, registram os acontecimentos narrados no *wahala*.

[7] Origem, transformações e situação presente

Segundo os entrevistados, pratica-se o registo nos *wahala* desde os tempos imemoriais. Antigamente, o texto *wahala* era memorizado; somente a partir de 1900, aproximadamente, é que se começa a usar o registo escrito. Nos tempos passados, usava-se a escrita árabe e hoje, além dessa, usa-se também a portuguesa. No passado remoto, a tinta era feita com base em arroz queimado e fuligem de panelas de barro, misturados com água. A escrita era feita com penas de aves como águia, peru, galinha do mato. Refira-se que eram usadas penas difíceis de se obter devido à crença de que a escrita era uma forma de magia e que, por isso, as penas deviam ser provenientes de animais raros. Hoje, as inscrições são feitas com base em esferográficas. Actualmente, acredita-se que o número de *wahala* seja superior ao de antigamente.

O recurso ao *wahala*, para a aplicação do direito consuetudinário entra por vezes em conflito com o direito formal/positivo. A maioria se rege por uma legislação contrária ao direito formal em Moçambique e muitos julgamentos formais são contestados porque os indivíduos sentem-se injustiçados por este . Nos períodos colonial e actual, embora as autoridades tivessem/tenham conhecimento da existência do *wahala*, ele não é usado para assuntos ligados à justiça.

[8] Referências espaço-temporais

Não há.

[9] Componentes materiais associados

Os principais componentes materiais associados ao *wahala* são o volume encadernado (com cerca de 150 páginas, em formato A4) e o material de escrita, antigamente composto de penas e tinta feita à base de arroz e fuligem, hoje em dia substituídas por canetas esferográficas.

[10] Componentes imateriais associados

As histórias e vivências da família, a memória da família, raciocínio com base nos contos e provérbios locais, através da memorização da moral associada a estes, para adequá-los a uma situação específica. Desta forma, o *wahala* se insere no conjunto das práticas orais tradicionais dos *nahara*.

Além disso, é de se destacar o trabalho e os conhecimentos dos encadernadores, que montam esses volumes.

[11] Transmissão, sucessão

O *wahala* não é do domínio de qualquer um; deve ser apenas do conhecimento do líder da irmandade ou da família. Entre os *makhuwa* matrilineares, o *wahala* passa do detentor para o seu neto gerado pela filha; entre os patrilineares, de pai para filho, normalmente, filho mais velho. Ele é também transmitido de esposo para esposa, geralmente a *halifa*.

A sucessão não inclui ritos específicos. O herdeiro é escolhido porque se lhe identificaram dons especiais para a resolução de conflitos. Essa capacidade tem por base o conhecimento dos textos registrados no *wahala*, o exercício de uma jurisprudência consuetudinária e o recurso aos contos tradicionais e provérbios para exemplificar.

[12] Disseminação, divulgação

O *wahala* nunca é tornado público. Seu conteúdo é secreto, sendo apenas acessível aos líderes tradicionais e seus sucessores.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

A comunidade valoriza o *wahala* porque narra e documenta, dá o testemunho de factos nunca antes tornados públicos e que permitem compreender o presente e prever o futuro.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

A inclusão do *wahala* no inventário prende-se com o facto deste ser o registro material do ciclo de vida de gerações e gerações, portanto, da memória das famílias *nahara*. Além disso, por ser o suporte de uma prática extremamente relevante do ponto de vista da implementação do direito costumeiro e do exercício do poder local.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

As irmandades existem além das fronteiras e maior número de muçulmanos pertence a estas associações e pratica esta forma de registro de sua memória.

[4] Ameaças à continuidade da execução

Não há.

[5] Ameaças à transmissão

O carácter secreto do *wahala* pode fazer com que o conhecimento se perca, caso os detentores não tenham a oportunidade de fazê-lo conhecer aos seus sucessores.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Tendo em vista as difíceis condições de vida da população *nahara*, é de se supor que estes frágeis manuscritos não estejam sendo conservados de forma compatível com sua importância para a memória social.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Eventual confronto e conflito com o direito institucionalizado.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

O abandono dessa prática pode contribuir para o enfraquecimento da memória da família, do poder dos líderes tradicionais e para a mudança das relações entre famílias e parentelas.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Maior coesão social, maior controle das relações entre famílias por parte dos líderes tradicionais.

[11] Ações em curso concorrentes à salvaguarda

Não há.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

É relevante, e possivelmente urgente, contribuir para a conservação desses documentos em condições adequadas, nos locais onde se encontram e por seus próprios detentores. Uma avaliação deste aspecto deveria ser feita por técnicos da área de conservação de

documentos.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

É relevante, e possivelmente urgente, contribuir para a conservação desses documentos em condições adequadas, nos locais onde se encontram e por seus próprios detentores. Uma avaliação deste aspecto deveria ser feita por técnicos da área de conservação de documentos. Além disso, em cooperação com as irmandades, poder-se-ia realizar, de modo eficiente e compatível com a tradição, um acompanhamento mais efectivo de estatísticas relativas aos nascimentos e óbitos de cidadãos moçambicanos em *Omuhipiti*.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Dauria Jamú
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1929
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Litine, Ilha de Moçambique
Posição na actividade: anciã da comunidade
Contacto: 826055992

Nome: Hafiz Abdulrazk Assane Agy Ossman Jamú (xeique Hafiz)
Sexo: masculino
Data de nascimento: 13/03/1973
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique, Quirahi
Posição na actividade: líder da Confraria Muçulmana Qadria Bagdad
Contacto: 826055992, hafizjamu@hotmail.com, hafiz.jamu (Skype)

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo *Wahala* da Irmandade Qadria Bagdad. Outras irmandades e diversos líderes locais possuem seus próprios *wahala*.
[4] Bibliografia Não se consultaram publicações sobre o assunto.
[5] Iconografia Não há.
[6] Plantas e mapas Não se aplica.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Sónia Lopes, Hafiz Jamú.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Dava (Director Geral do ARPAC).

9. Ritual

OSIKHA

RITO **FÚNEBRE**

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Ritual / fúnebre.

[3] Outros bens relevantes

Não há.

[4] Descrição

A vida é importante para os povos makhuwa. Sendo algo que se deve preservar, conservar, transmitir. A morte é continuação da vida numa outra dimensão onde os mortos se comunicam com os vivos, por estes, são alimentados, respeitados e venerados pois interferem na sua vida social e económica. A morte é um dos momentos do ciclo de vida de um Makhuwa. Sua importância é marcante do ponto de vista cultural. A importância de intercessão entre o divino e os vivos..

Os mortos representados pelos espíritos (*minepa* – plural*; nnepa* – singular), velam pelo cumprimento educativo dos vivo, da sua prosperidade económica, saúde, transição para fase de adolescência, o matrimónio, poder politico e social.

Osikha, acto de preparar ou dirigir ritual de preparação do corpo de um defunto. Este conjunto de actos é liderado por um Sheik ou representante reconhecido pelas comunidades ou família locais como sendo conhecedor das regras religiosas islâmicas ou detentor da identidade Amakwa pela sua idade ou posição de *Taata* (tio materno) na família.

No ponto de vista cultural, a morte pode ser boa e má. Má morte é aquela que acontece fora da comunidade ou da familia, sucedida de improviso ou de modo violento (acidente, homicídio ou assanssinato); os individuos que não tenham descendentes, morte deixando dívidas e problemas por serem resolvidos, com dificuldades económicas ou por doença prolongada.

A boa morte é aquela que acontece com na velhice, na sua comunidade ou casa, no colo ou presença dos seus familiares, deixando descendentes abençoados, sem dívidas e problemas inacabados.

Importa dizer aqui que o ritual descrito é praticado pelos grupos Amakhuwa Nahara, predominantes em Mossuril, Nacala Velha e Porto, Memba e Ilha de Moçambique. Este grupo do litoral norte de Moçambique, são miscigenadas porem com maioria islamizada.

Momento da Morte

Perdida esperança de vida do indivíduo, é colocado o corpo do doente sobre as pernas do familiar mais íntimo presente que, sentado no chão ou cama, recebe o doente de modo que a cabeça fica apoiada no peito do familiar que o assiste num gesto acolhedor. Outro assistente humedece um tecido que vai passando pela boca do agonizante e massajeia o peito com água morna. Neste momento são evocados os antepassados, O Sheik lê alguns versículos de *Yasin.* Estes são precedidos reconciliações, bênção para os descendentes, o moribundo faz seus últimos desejos, em caso deste professar a religião muçulmana o assistente directo lhe recorda as palavras de conversão ao islamismo.

No quintal da casa, as mulheres e amigas da família aquecem agua que serve para massagem e uso posterior de lavagem do corpo. A temperatura da água é medida pela mão da esposa do moribundo em caso deste ser casado.

Com última expiração, o assistente que humedecia os lábios anuncia a morte (*Ohiya murima*). Nesse momento são lhe fechados os olhos e a boca, e o corpo é deitado na esteira ou *Quitanda* (cama de tranças de *Ekeerro*). As mulheres soltam um choro forte denominado ekuttho. Toda visinhança se apercebe do sucedido.

Aviso aos familiares e conhecidos

Os familiares que vivem na comunidade são os primeiros a serem comunicados da morte, de seguida aos de comunidades distantes, informando a hora do enterro que se realiza 24 horas depois de confirmada a morte. É escolhido o orientador do ritual, através da idade ou posicao na familia (tio materno) ou o Sheik da irmandade onde este pertencia.

, Este convoca os membros que constituem familiares próximos e *Muridis* (membros) da irmandade a que o defunto pertencia. Em coordenação com os familiares do defunto, delega em grupo as pessoas para marcar a hora de inicio do ritual de preparação e destaca as quatro fases de preparação do corpo, a saber, *orapiha*, *okhafini, sualatul tjanaitsa* e finalmente *osikha*. Caso o defunto seja líder das irmandades (sheik), é hasteada a bandeira da sua confraria.

O ritual da morte difere, quando o defunto é Sheik, Halifa e simples Muridis (membro).

Sheik: convocatórias para as subdelegações e hasteia-se a bandeira da respectiva confraria.

Halifa: são convocadas as *Tairas* (subdelegações), o ritual é liderado pelas mulheres..

Tratando-se de um Sheik, a informação se estende a seus sustidos nas distantes e variadas comunidades.

Velório (*orrupelella mahith wala nookwa*)

Os procedimentos desde a morte até a sepultura do corpo duram pouco menos de 24 horas. O corpo devidamente preparado para unções e abluções é estendido na Quitanda, com uma pedra na parte do ventre de modo que este não inche. Uma capulana suporta o peso da cabeça.

Os familiares e amigos chegados pernoitam na casa do falecido. Os familiares mais próximos ficam retirados num quarto particular. As mulheres tiram os adornos e despenteiam o cabelo. Um silencio invade o local, interrompido com soluços inquisitórios

ao defunto, enterrogando-o sobre o motivo da sua morte, sobre os familaires vivos que este deixa, as mulheres interrogam os antepassados por não terem protegido o defunto ou choros de chegada de alguém distante.

Os homens, familiares e amigos se reúnem na sala, varanda da casa ou patiola feita para acolher as pessoas, partilhando a dor discutindo decisões, falando da vida do falecido e por vezes aparece o *Navili* que zomba da vida do defunto como forma de elevar o estado psicológico dos presentes, esperando o tempo passar. Amigos e familiares distantes deixam seus afazer normais para velar pelo corpo ate o amanhecer.

Destes ritos são excluídas todas as pessoas que não passaram pelos ritos de iniciação. Em algumas comunidades até hoje se raspa o cabelo e se usa roupa velha em sinal de luto.

Lavagem do corpo (*orapiha*)

Quando se trata de um adulto casado de ambos os sexos, o cônjuge deve verificar a temperatura da água que será usada na lavagem do corpo. O corpo é estendido numa cama tradicional (denominada *ekitthantha* na língua local *emakhuwa nahara* e feita com corda trançada denominada *ekheero* ou *ekhampala)* para que as impurezas sejam colectadas debaixo dela através de uma bacia colectora ou um furo no chão do compartimento do quarto de lavagem. São acessos incenso como forma de purificar o ar.

Orapiha - Consiste na ablução do defunto. São esolhidas as pessoas mais próximas, A primeira agua é corrida pela face e acompanhado de uma recitação corânica expressando a vontade de purificar o corpo; o Sheik cobre o seu dedo com pedaço de pano branco de forma a constituir uma escova. Lava de seguida a boca; passa agua corrida pelo braço direito, de seguida o esquerdo, a perna iniciado pela direita e terminado pela esquerda. O passo seguinte consiste em passar água corrida pelo comprimento total do corpo, iniciando pela cabeça e terminando pelas pernas. Desse modo,, fica aberta a iniciação da lavagem do corpo.

Na base da nuca é colocado um pano de forma a suportar a cabeça denominado *Ekhaarra*. A lavagem do corpo é iniciada na parte superior. O corpo deveestar coberto de uma capulana denominada *nkumi*, não permitindo sua exposição visual aos presentes. Os muçulmanos acreditam que o corpo se envergonha de todas actividades feitas a seu redor e que apesar de morto, são do seu conhecimento. Todos orifícios do corpo são limpos como o caso de ouvidos, ânus, etc; as articulações dos membros superiores e inferiores são massajeadas e flectidas incluído os dedos das mãos e a barriga. Um dos participantes, o mais próximo dos familiares fica na parte média do corpo (*onkaama),* e introduz um dos seus dedos coberto de pano branco no ânus do defunto de formas a aliviar o esfíncter e saída dos excrementos.

Depois de ter terminada a lavagem do corpo, deve-se verificar se o mesmo se encontra completamente limpo

Para tal, o corpo é colocado na posição de sentado com as pernas estendidas e sem suporte ou apoio. Se este inclinar para qualquer dos lados, é interpretado como sendo o lado que ainda contém impurezas, suscitando a repetição do procedimento de lavagem desse mesmo lado.

Okhafini

Consiste na medição do pano branco sendo dois metros e um palmo de comprimento para macho; quinze metros para fêmea pelo facto deste usarem um cabaia, ou capulana em forma de saia também denominada *tunkutji*. Todos orifícios do corpo são protegidos com algodão, que inclui os espaços entre os dedos das mãos e dos pés. O corpo macho é

envolvido no pano branco com alguns incensos de formas a dominar o odor do corpo; da fêmea vestida as cabaia, capulana em forma de saia e *tunkutji* é envolvida em pano branco. Atado na parte superior da cabeça, na cintura e base dos pés, é solicitado à família que faça a entrega e despedida do corpo.Esta actividade é feita por machos e fêmeas quando os defuntos forem machos e fêmeas respectivamente, contudo, em paralelo a esta fase do ritual, grupo das mulheres preparam *mussiro* mesmo que o defunto seja macho, colocado num numa chávena que é levada ao cemitério; os restantes machos usam a sala de visitas da casa para fazer pedido de perdão pelos pecados cometidos em vida - *Hitmath ul kur'na.*

Sualat ul-Janaisa. Esta última oração é feita em pé, sem a prostração como numa oração normal. O familiar mais próximo do defunto solícita ao Sheik ou alguém mais consentido entre os presentes que lidere esta oração. Os crentes ficam em filas ligadas pelos ombros.

Osikha.

Consiste nos rituais finais de despedida, transporte e deposicao do corpo no cemitério. Nas hierarquia das irmandades existe a categoria de *Murchide*. Estes são encarregues de possuírem viva voz, eloquência e domínio dos cânticos. A pedido de tio materno do falecido, são encarregues liderar os cânticos em volta das bandeiras no cortejo fúnebre.

O lugar da sepultura

O grupo destacado para organizar a cova anuncia que terminou os trabalhos, aos familaires que ficam a velar o corpo. Então, o mais velho tio materno - ou na falta deste - o substituinte por idade, encarrega o Sheik de enviar 2 pessoas para verificar as dimenções e profundidade da cova, depois de decidido se ela terá um nicho lateral ou cova secundaria.

Os homens carregam o corpo em cortejo fúnebre e atrás vão as mulheres. Nas comunidades islamizadas as mulheres não participam nesta fase do funeral. O cortejo passa pela mesquita para a última reza.

Chegados ao cemitério (*mahiye*), as bandeiras são fixadas num sítio onde as irmandades fazem cânticos e dança de *dikr* que dura mais ou menos dez minutos durante a sepultura do corpo onde são permitidos familiares, amigos, pessoas relevantes a comunidades a introduzirem-se na cova em número impar (7, 9 e

O sitio da sepultura é decidido normalmente pelo tio materno do falecido, em local fora da comunidade. Por vezes as famílias privelegiadas tem locais particulares. Quando se trata de um líder, os locais são particulares.

A cova, denominada *nihiye*, deve ter 2 metros de profundidade conforme a idade do defunto. Há 2 formas de fazer a cova: com nicho lateral ou com uma cova secundária.

O corpo é recebido dentro da cova e depositado no nicho. Com ajuda de um canivete fazem uma abertura no tecido branco da cabeça, muito próximo da orelha direita, de formas que o morto seja aconselhado da sua próxima caminhada. Junto ao corpo, são colocadas mantas ou esteiras que usava em vida para dormir ou rezar. Em algumas comunidades são colocados pertences pessoais.

O corpo é coberto com madeira ou folhas de modo que não tenha contacto directo com a terra e retarde a putrefação. Inicia-se a deita da terra atravez do tio materno e o resto dos presentes o seguem o exemplo tapando-a completamente ate pouco mais de meio metro de altura ao nível do terreno. Toda areia que sai da cova deve voltar e completar o tumulo; caso contrário, o defunto será considerado um individou que consumia bens alheios.

Sepultado o corpo é feito o *lakini* que consiste em recomendações das actividades que iniciaram na fase seguinte da vida depois da morte, dentro da campa espera ate ao juízo final. O local é limpo, não se deve deixar pegadas de passagem humana pois na manhã do dia seguinte são enviados familiares para verificarem se ninguém ou algum animal aproximou ou violou a campa. Para finalizar, o Sheik faz a *faateha* e dispersa os presentes que acompanham os familiares a casa.

Últimos ritos

Depois sepultado, todos os participantes do enterro passam pelo rio próximo, praia para um banho de purificação. Aqueles que tiveram contacto directo com o cadáver são proibidos de tocar pessoas menores. Os que ficam em casa, lavam as mãos com agua preparada pelo Sheik.

Como forma de agradecimento, os participantes do funeral são oeferecidos alimentos, com significado de comunhão entre os familaires do falecido, os antepassados e os membros da comunidade.

Terminada a refeição, alguns familiares voltam para suas habituais residências e outros ficam para fazer companhia aos restantes familiares durante a primeira noite. Outros vão para as suas casas e voltam para a celebraçãoo da terceira noite.

Nos próximos três dias, todas as manhãs são feitos rituais e leituras corânicas denominadas *mathehi*.

Matthanka – o luto

Depois de celebrado o enterro começa o período de luto que dura entre 30 a 40 dias (luto pequeno) ou um ano da data de celebração do aniversário (luto grande). Durante este período, são feitas oferendas de formas que os espíritos lhe recebam, não lhe falte nada e garanta sua posição em relação aos vivos.

Três dias. Depois de 3 dias, a contar da data do enterro, há um ritual que os crentes acreditam chegado o momento em que os olhos do defunto se quebram, assim feito, este momento é feito pedidos de formas que ocorra de modo pacífico. São solicitados os presentes que frequentam a casa dos ante queridos em formas de consolação para o fecho parcial sucedido. Reunidos são feitos leituras corânicas em número de 11 em reverência a Deus; 11 orações ao profeta do islão; recitação corânica e *duá* seguido de um lanche. Todos os participantes recebem os valores monetários estipulados. Qualquer anomalia do luto é informado ao mais velho tio materno, de formas a traduzir o enigma, sonhos e prioridade de questionar especialistas.

Dez dias . Após 10 dias é chegado o momento da barriga explodir. Os crentes tornam reunir com os mesmos objectivos dos 3 dias. São repetidos os actos dos 3 dias acrescidos de *Tahalili ya Kuumi* que é a recitação conjunta de 100 submissões ao Islão, são concedidos a cada irmandade 4 cânticos específicos de cada e fechado com *Duá*.

Quarenta dias. Após 40 dias é chegado o momento do pescoço se separar do corpo. Deste modo, o Sheik é solicitado pela família nas datas 30-40 a contar pela data de enterro que segundo um ritual revira sete vezes a cama onde o defunto foi lavado acompanhado de cânticos e preces. Assim feita a cama pode ser usada. São realizados orçamento para convidados, recitação corânica, palestras religiosas e finalizado com uma refeição. Em caso do defunto ter cargos de liderança nas irmandades, nessa data são eleitos cargos e ascensão de categorias, referidos planos anuais de trabalho nas irmandades pois todas as subdelegações são convidadas a participar. Esta actividade é feita durante a noite até o

alvorecer, recheada de cânticos.

No passado os familaires usavam roupas feitas de cascas de arvores; actualmente usam roupas velhas. Nas comunidades mais modernas, apenas as mulheres não devem usar adornos e alguns homens rapam o cabelo.

Um ano. depois são feitas as últimas oferendas aos espíritos onde todos os familaires estão presentes. São feitas orações na sepultura, seguidas de uma refeição comunitária composta de arroz, caril de carne de cabrito, vaca, patos ou galinhas, salada de cebolas (*catjumparre*), feijoada e aletria.

[5] Praticantes ou detentores

A prática desta forma de preparação de corpo para sepultura é promovida pelas irmandades sufis sediadas na Ilha de Moçambique espalhas pelo resto do pais, cujas práticas são resultantes da miscigenação entre os makhuwas e árabes comerciantes vindos de Zanzibar. Qualquer individuo que seja do grupo *makhuwa* passa pelos mesmo ritos. Excepto quando pratica o fundamentalismo muçulamano.

[6] Forma de organização

A comunidade muçulmana da Ilha de Moçambique organiza-se em irmandades cujos líderes conduzem os mencionados ritos.

[7] Origem, transformações e situação presente

Os makhuwa são um povo do norte de Moçambique ditos como oriundos do monte Namuli. Povoam desde o norte da província de Zambeze, Nampula, pouco mais do norte de Cabo Delgado e vai para o interior do país penetrando a província do Niassa. Os comerciantes árabes vindos de Zanzibar, sediaram-se na Ilha e integraram-se nas comunidades locais, islamizando uma grande parte dos makhuwas. Estes são um dos grupos makhuwas que, ao longo vários séculos, interagiu com vários povos do mundo e povoam os distritos de Mossuril, Nacala Porto e Velha, Ilha de Moçambique e Memba.

Este ritual, realizado pelos makhuwa nahara islamizados , foi desenvolvido e difundido pelas irmandades religiosas muçulmanas do Índico, muito em particular na Ilha de Moçambique, desde por volta de 1900, data em que as irmandades muçulmanas foram fundadas nessa ilha.

Segundo os entrevistados esta prática provém dos ensinamentos corânicos expressos e acrescidos pelos ensinamentos de Abdu al Qadir a Jailani, nascido e sepultado em Baghdad, Iraque, praticante e promotor do sufismo. Esta corrente *sufi* moldou a forma de vida das comunidades islâmicas nos entrepostos comerciais do Indico, criando alianças e lealdade entre seus praticantes. Sua difusão para o interior do norte de Moçambique cresce, pois ela se integra aos modos de vida dos *makhuwa* do interior, agregado o valor sócio político dos regulados que iam se islamizando. Na época, se islamizar era uma forma de ter reconhecimento de cultura e civismo na sociedade. O sufismo praticado na Ilha de Moçambique integra o sufismo puramente dito e as tradições dos *makhuwa*. A miscigenacao destas e demais formas culturais de vários povos que passaram pela Ilha de Moçambique resulta na identidade *makhuwa nahara*.

[8] Referências espaço-temporais

Este tipo de ritual é feito sempre para qualquer individuo makhuwa nahara, desde que não pratique o fundamentalismo islamico. Apenas as famílias de chefes, *sheiks* e famílias previlegiadas têm sitios particulares de enterro. Algumas delas ainda preservam esta

forma de ritual.

[9] Componentes materiais associados

1. *Esanta* – linho branco.
2. Algodão.
3. *Mussiro*.
4. *Kithantha* – cama tradicional, feita com corda *kharo* trançada *wuud* - *in*censo para purificação espiritual
5. Incenso.
6. Cânfora.
7. Tábuas.
8. Pequena esteira de palha.
9. Bandeiras das confrarias islâmicas quando o defunto é *sheik* das irmandades

[10] Componentes imateriais associados

1. Cânticos de preparação de corpos, de lamentações fúnebres.
2. Dança de *dikr*. Oralidade.
3. Conhecimento organizacional de liderança e do ritual.

[11] Transmissão, sucessão

A transmissão destes conhecimentos é feita através de encontros nas *zawias* (sede das irmandades) através de posições de relevo dentro das irmandades ou nas *madraças* (escolas islâmicas) e através da participação nos rituais. São ensinamentos gerais compartilhados pela comunidade makhuwa nahara.

[12] Disseminação, divulgação

A maior parte dos habitantes da Ilha tem conhecimento desta forma de tratamento de ritual. As pessoas que não tenha passado pelos ritos de adolescência poderãoo participar de partes deste, mas todas as informações contidas nesta ficha podem ser partilhadas com qualquer pessoa.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

Esta actividade é valorizada pelas comunidades tradicionais, da Ilha de Moçambique, mas é menosprezado pelos actuais aderentes do fundamentalismo residentes na Ilha, integrantes do conselho islâmico de Moçambique, que a consideram uma heresia. A identidade e coesão das comunidades que a pratiam são refeitas em momentos de tristeza, exposição dos dotes, da posse das capulanas, de perca de um membro da comunidade.

Nessas ocasiões destaca-se o líder religioso Nota-se atualmente a ascensão dos *emwali* e os filhos mais velhos da famílias tornam-se mais aceites nas congregações dos anciões em caso deste pertencer à linha adequada. Por outro lado, os jovens da comunidade que não praticaram *ekhalawa* não se devem fazer presente no ritual da morte.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

O *osikha* faz parte do conjunto de ritos que marcam o fluxo da vida entre os *makhuwa nahara*, a saber *ekhalawa*, *emwali*, *osinkiya* assim como o *oyariya* (rito de nascimento), o *ovona* (curas) e os cultos de tomada de posse dos líderes das confrarias. Portanto, esses

ritos desempenham papel importante na cosmologia e organização da vida social local, o que justifica a sua inclusão neste inventário.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

Esta actividade é valorizada pelas comunidades tradicionais, da Ilha de Moçambique assim como pelos *makhuwa* do interior, subdivididos nos grupos *Emeetto*, *Elomwe*, *Esaaka*, *Exiirima*, *Emarevoni* e *Essancagi* – e povos do norte de Moçambique que primam pelo islamismo moderado, que continuam com esta forma de ritual. Além disso, ela pode ser observada em alguns pontos da costa, como o caso de Falala e Matola 700 em Maputo. Estas formas de estar iniciaram com a chegada das irmandades *sufi* desde Zanzibar com o comércio dos árabes e se expandiu nas áreas do litoral até o sul de Moçambique, actualmente presentes em Inhambane e Maputo na Mafalala e Matola 700. Tem também penetrado o interior do país pela via das irmandades que se propagaram.

[4] Ameaças à continuidade da execução

A perda de voz ou o eventual desaparecimento das irmandades vulgarmente chamadas de *Tuariqas*, sediadas na Ilha há um século poderão contribuir para a descontinuidade da prática do ritual da morte nos moldes descritos. Assim também, a ridicularização das actividades inerentes ao ritual pela aderência e favoritismo político ao fundamentalismo islâmico põe em causa ao espaço de intervenção das irmandades islâmicas promotoras deste ritual.

[5] Ameaças à transmissão

Este ritual está baseado nas regras e comportamentos dos *sufi* sediados na Ilha de Moçambique. Segundo os entrevistados, com a proliferação do fundamentalismo nas camadas mais jovens, o silêncio dos líderes praticantes do sufismo resultante da ridicularização das suas actividades, a forma de integração religiosa islâmica com forma de estar dos *makhuwa* acrescido pelo desaparecimento físico paulatino dos líderes sufis torna este ritual em perigo de transmissão para as futuras gerações.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Não há, pois estes instrumentos são usados por todos *makhuwa* islamizados do norte, litoral de Moçambique, .

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

A falta de realização da sequência normal do ritual da morte prática da oralidade e dos cânticos.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta actividade e perda dos conhecimentos associados

Esta actividade molda a modos de vida de prática religiosa moderada, que aceita a diferenças e moldagem da inovação. A não prática desta actividade poderá contribuir para a rejeição da inovação e do desenvolvimento e interacção global de culturas que a ilha é ícone.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Fortalecimento das identidades locais típicas, como o caso do uso das diversas cores das capulanas, contribui fortemente para a coesão social, consequentemente promove as

lideranças justas, a fraternidade, humanismo, prestação comunitária e o voluntariado. Além disso, ela reforça a inserção comunitária dos jovens *emwali* uma vez que são considerados adultos os familiares directos mais jovens do defunto que já transitaram para a fase de adolescência.

[11] Acções concorrentes à salvaguarda

Não há.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Os entrevistados sugerem que se crie uma fundação de desenvolvimento social dos grupos tradicionais da Ilha de Moçambique como forma de fortificação e participação em parecerias público e privado, visando investir no desenvolvimento comunitário baseado na conservação e preservação de património local e, finalmente, no desenvolvimento de negócios para geração de renda.

Capacitação em assuntos relacionados à salvaguarda do patrimônio intangível.

Levantamento, registro e valorização do referido património.

Empoderamento das irmandades locais.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Os entrevistados pertencem à Confraria Qadiriyya Baghdad, oficilamente fundada em 1932, na Rua Formoza, bairro do Esteu, Ilha de Moçambique.

Nome: Mahamudo Nantia
Grupo etnolinguístico: *makhuwa naharra*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 06/1945
Local: Lunga, Mossuril
Residência: Areial, Ilha de Moçambique
Posição na actividade: *halifa* da confraria Qadiriyya Baghdad
Contacto:

Nome: Ancha Abudo Grupo etnolinguístico: *makhuwa naharra* Sexo: feminino Data de nascimento: 26/05/1938 Local: Ilha de Moçambique Residência: Areial, Ilha de Moçambique Posição na actividade: *halifa* da confraria Qadiriyya Baghdad Contacto:
[2] Documentação sonora e visual produzida em campo Não há.
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo Não há.
[4] Bibliografia Não há.
[5] Iconografia Não há.
6] Plantas, mapas e croquis Não há.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Hafiz Jamú.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

EMWALI

RITO DE INICIAÇÃO FEMININA

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Ophopeiha, wineliya.

[2] Domínio / tipo

Ritual / iniciação.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Othuna.

[4] Descrição

O termo *emwali* vem da palavra *makhuwa mwali* que significa donzela. É um rito de passagem bastante difundido entre as comunidades *makhuwa* que compreende duas fases, designadamente, *olakiiya* e *wineliya*. O *olakiiya* consiste em *olaka* (aconselhar) a *mwali* (donzela) sobre o comportamento a adoptar depois da sua primeira menstruação. Quando a mãe constata que a rapariga começou a menstruar, chama-a à parte e a interroga sobre a ocorrência, perguntando sobre a origem do sangue, se ela teria ou não mantido relações sexuais, ou ainda, se teria ferido com algo. Em face das respostas, a mãe decide então chamar as *anamalaka* (mulheres conselheiras investidas de autoridade no seio das comunidades) para, num primeiro momento, a interrogarem. Tudo isto se passa na casa da mãe da rapariga, num espaço fechado. As *anamalaka* instruem a moça a deitar-se numa esteira, a submetem a vários exames, apalpam-na com muita seriedade, procurando mostrar uma aparente preocupação pela sua saude. Depois, com uma lâmina, a *anamalaka*-mestre faz um corte ligeiro na zona peito, entre os seios e chupa o sangue para de seguida cuspir para dentro de um pequeno recipiente de barro denominado *nkakasi*. Todo este teatro que pode variar segundo a *anamalaka*, visava dar ao momento um ar de seriedade e reter a atenção da menina para os ensinamentos que se iam seguir.

Mostrando aparente alivio as *anamalaka* confirmavam então a cura à rapariga que a doença de que ela padecia já tinha sido curada e que ela se havia tornado uma *mwali*. Deitada na esteira as *anamalaka* batiam levemente nas costas e na região pelvica. Tiravam uma capulana velha (entregue pela mãe) e mostravam como fazer uma *n´kontha* (tanga) para que, durante o período, ela pudesse evitar o vazamento do sangue e sujasse suas vestes. Elas instruíam a *mwali* a nunca falar nem mostrar os panos sujos a ninguém que não fosse *mwali*. Este aconselhamento dura duas a três horas.

Decorrida esta fase, passavam-se dois a quatro meses para a preparação da cerimonia do *wineliya emwali*. Esta cerimonia, *wineliya emwali*, comporta também dois momentos: o

ophopeya e o *wineliya* propriamente dito. No *ophopeya* são administrados à rapariga todos os ensinamentos que vão ditar seu novo estatuto como adulta.

Entre os vários ensinamentos ministrados destacam-se: o respeito pelas pessoas mais velhas; como cuidar da mãe; o cuidado a ter por uma pessoa doente; cuidados a ter com uma pessoa morta; conhecimentos sobre a circuncisão; como abrir uma sepultura; e regras de conduta social, entre outros aspectos. Todos estes ensinamentos são administrados pelas *anamalaka* e pelas *namuko* (tias maternas em representação das mães que não praticipam directamente das encenações) com recurso a encenações, ilustrações, enigmas, contos e cânticos.

Por sua vez o *wineliya* é um momento comemorativo em que se festeja o crescimento da menina já considerada adulta. É também ocasião para a apresentação pública pela familia da nova *mwali*. Com efeito, trata-se de uma ocasião alegre que se caracteriza por danças e cânticos que introduzem temas educativos do *ophopeya*. O crescimento da rapariga é reconhecido por toda a comunidade, trazendo honra para os pais da rapariga.

A realização do *winelia* pode envolver a participação de mais do que uma rapariga de uma mesma família. Quando assim acontece, o *humo* (adulto do sexo masculino que representa a família da *mwali*) ou a *pwiamwene* (adulto do sexo feminino que representa a familia da *mwali*) convoca os restantes membros para discutir e acertar pormenores relacionados com o evento (marcação da data, a recepção dos hospedes, a logística do evento, vedação e ornamentação do espaço).

Um aspecto importante na preparação do *wineliya* é, mais uma vez, a convocação das *anamalaka*, que assumem um papel fundamental no desenrolar de todo o processo do ritual, sendo esta a razão porque estas mulheres beneficiam de um tratamento especial, não se deixando que elas sejam negligenciadas durante o tempo que dura o *wineliya*.

O *winelia* realiza-se geralmente na casa dos pais da rapariga, quando o espaço existente é adequado e sufucientemente grande para estenter-se uma barraca de dimensões apropriadas. Estas barracas podem chegar a comportar duzentas mulheres ou mais. No caso em que o espaço do quintal é pequeno, a família pode alugar um espaço junto as confrarias ou da Radio Local (antigo paiol da Ilha), localizado junto ao mercado municipal de Nalia, à entrada da cidade.

Em determinadas circunstâncias e quando isso se mostre necessário, a rapariga é submetida a um banho de purificação, uma mistura de água e ervas medicinais, preparada pela *anamalaka*-mestre, com vista a protegê-la da acção maléfica dos feiticeiros.

A cerimônia comporta um momento de entrega de oferendas *othuveliya*, que geralmente acontece sextas e sábados, onde as participantes oferecem valores monetários e produtos alimentares e outros às *anamalaka*. No domingo, realiza-se o *ophepha*, uma cerimonia que consiste na evocação dos espíritos, pedindo a protecção e sucessos na vida da futura da *mwali*. Esta cerimônia marca o culminar de todo o ritual *emwali*.

[5] Praticantes ou detentores

Os praticantes do emwali são as mulheres da etnia *makhuwa*.

[6] Forma de organização

Não se aplica.

[7] Origem, transformações e situação presente

Esta prática teve o seu início desde os tempos imemoriais deste grupo e era orientada

pelas *anamalaka* (conselheiras da comunidade). O rito era direccionado a raparigas donzelas e o mesmo acontecia geralmente em casa dos pais da rapariga e durava uma semana. Hoje, porém, dura três dias, começando numa sexta-feira e terminando num domingo.

[8] Referências espaço-temporais

Este ritual, que comporta dois momentos, pode ocorrer mais de uma vez no ano. O primeiro momento, o *olakiya*, dá-se na casa dos pais da inicianda, logo que esta vê as suas primeiras regras. O segundo momento o *ophopeyha* e o *wineliya* podem ou não envolver várias raparigas num rito colectivo e pode ou não realizar-se em casa de um dos pais. Quando se considere que espaço da casa é pequeno, por decisão e acordo dos pais, o mesmo pode realizar-se num espaço maior de aluguer ou emprestado.

[9] Componentes materiais associados

Capulanas, *m'siro*, roupas novas, calçado novo, adornos e ornamentos, produtos alimentares, espaço para a montagem de barracas e dinheiro.

[10] Componentes imateriais associados

Sermões, canções, encenações, ovações melódicas *elulu*.

[11] Transmissão, sucessão

A transmissão desta prática se faz de geração para geração através da função de *anamalaka*. Esta função transmite-se de mãe para filha, de tia para sobrinha ou de avó para neta. Essa transmissão pressupõe a realização de um ritual em que a herdeira é apresentada aos espíritos, através de uma cerimônia designada *makeya* (evocação dos espiritos).

[12] Disseminação, divulgação

O costume impõe que o acesso aos ensinamentos seja apenas aberto a mulheres iniciadas. Apesar dos ensinamentos contidos no rito serem apenas partilhados por mulheres iniciadas, existe um reconhecimento de que esta pratica é necessária e condiciona a vida de todos os individuos na comunidade *makhuwa*. Por exemplo, para um pai, ter uma filha que não passou pelo rito constitui uma grande desonra uma vez que esta não tendo sido educada segundo os valores da tradição *makhuwa*, não saberá como cuidar de si mesma, cuidar da mãe, respeitar os mais velhos, ver uma pessoa morta e anunciar a outros morte de alguém, coisa que outras crianças saberão.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

Este ritual reveste-se de grande importância na medida em que faz parte da estruturação do curso da vida na comunidade *makhuwa nahara*.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

A inclusão deste item nos bens inventariados, justifica-se, na medida em que marca a passagem da fase de adolescência para a adulta na rapariga. Este constitui um momento de

aprendizagem e de transmissão de valores das mais velhas para as mais jovens.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

A comunidade atribui um valor de extrema importância ao ritual, que confere o direito à iniciada de participar de todos os actos sociais da comunidade, na condição de adulta. Refira-se que nesta comunidade, a mulher só atinge a maioridade após ter sido submetida aos ritos de iniciação, *Emwali*.

[4] Ameaças à continuidade da execução

Embora os ritos de iniciação feminina possam ter diferentes designações no país, estes têm assumido, cada vez mais, um papel preponderante na educação e formação das jovens adolescentes. Esta prática cobre quase todo o país, verificando-se uma retomada em Inhambane (entre os *copi*), com excepção de Gaza (entre os *changana*) e Maputo (entre os *rhonga*).

[5] Ameaças à transmissão

Não há.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Não há.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

A rebeldia da juventude em acatar determinados ensinamentos, como é o caso de respeito aos mais velhos.

[8] Outras ameaças à viabilidade

A banalização do ritual, pela participação antecipada de raparigas e de mães solteiras no rito.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Efeitos sobre as diversas esferas da vida social.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

A prática contribui para a estabilidade social e domínio das regras de boa conduta na comunidade.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

A política cultural defende a pesquisa, preservação e divulgação das práticas culturais e várias iniciativas de pesquisa tem sido levadas a cabo, sobretudo ao nível do sector da educação com o objectivo de compreender os impactos dos ritos de iniciação no processo de ensino e aprendizagem.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Que a prática de ritos de iniciação seja integrada num modelo de formação e educação informal das jovens para a vida.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial

da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Dauria Jamú
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1929
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Litine, Ilha de Moçambique
Posição na actividade: anciã da comunidade
Contacto: 826055992

Nome: Ancha Abudo (Ancha Cháfio)
Grupo etno-lingüístico: *makuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 26/05/1938
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique, Macaribe
Posição na atividade: iniciada
Contacto:

Nome: Ancha Ali (Namamotinho)
Grupo etno-lingüístico: *makuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1952
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na atividade: *anamalaka*
Contacto: 826134104

Nome: Manjuma Ali (Namamustafá)
Grupo etno-lingüístico: *makuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1939
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na atividade: *anamalaka*
Contacto: 826134104

Nome: Acelina
Grupo etno-lingüístico: *makuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento:
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na atividade: ajudante de *anamalaka* (filha de Ancha Ali)
Contacto: 826134104

Nome: Mariamo Abacar Ali Sinalo
Grupo etno-lingüístico: *makuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1950
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na atividade: *halifa*, professora de profissão e juíza eleita
Contacto:

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Não há.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

Não há.

[5] Iconografia

Não há.

[6] Plantas, mapas e croquis

Não há.

[7] Anexos a esta ficha

Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

V.

[1] Consentimento prévio e informado

Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.

[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo

3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Hermínia Manuense, Sónia Lopes, Sofia Cássimo, Josefina Salência.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

EKHALAWA

RITO DE INICIAÇÃO MASCULINA

Fotos de S*hany*

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Otchekoma.

[2] Domínio / tipo

Ritual / iniciação

[3] Outros bens inventariados relevantes

Não há.

[4] Descrição

O rito de iniciação masculina, denominada por *Ekhalawa* ou *Otchekoma* em língua *emakhuwa*, marca uma fase importante no ciclo de vida de um indivíduo, pois reveste-se do reconhecimento pela sociedade da passagem da fase em que a pessoa era considerada criança ou adolescente para adulto. Importa realçar que ritos de inciação ocorrem em quase todas as regiões do país, abarcando diversos grupos etnolinguísticos, variando na maneira como são realizados e nas respectivas denominações. Para o caso deste inventário, prete2nde-se caracterizar como este ritual se procede na Ilha de Moçambique, entre os membros do grupo etnolinguístico *makhuwa naharra*.

Entre os *emakhuwa*, no passado os indivíduos entravam no ritual na fase de adolescência, onde os iniciados permaneciam no *nverani* 12 meses. Esse tempo foi reduzido para 9 meses, passando, posteriormente, para 3 meses. Actualmente dura cerca de 15 dias e tem lugar a partir do reconhecimento pelo pai de que o filho já está ficando crescido e por conseguinte precisa de passar pela iniciação para que goze do previlégio de ser considerado adulto na sociedade. Geralmente, os indivíduos que são submetidos ao rito têm idades que variam de 3 a 14 anos, sendo mais frequente a participação de indivíduos dos 8 a 12 anos de idade. A iniciação consiste em juntar um grupo de crianças da comunidade a serem submetidas ao ritual, onde cada pai informa sua intenção ao líder comunitário e este comunica aos organizadores do ritual (*nanku, zizima, nehaka, simba e onilakaekano*). *Nanku* é o indivíduo que cuida do iniciando durante o ritual, em todos os aspectos (alimentação, higiene e saúde) e informa tudo o que acontece com a criança à família, principalmente ao pai. *Zizima* é o cozinheiro, *Nehaka* é o indivíduo que ensina as canções aos iniciados, *Simba* refere-se ao mestre de circuncisão *e Onilakaekano*, o conselheiro.

Posto isto, cada família prepara uma cesta básica, constituída por arroz, farinha de mapira e milho, feijões, peixe e galinhas que o iniciado usará na sua dieta alimentar durante a estadia no local da iniciação. Criadas as condições para estadia dos candidatos e definido o local onde vai decorrer o ritual, 2 dias antes da partida das crianças, cada família leva a farinha de mapira e vai ao local sagrado da família para proceder com o ritual de evocação dos antepassados, denominado por *Ohelephepha*, com o objetivo de pedir a protecção da criança durante o *Ekhalawa*.

Chegado o dia da partida, cortam-se os cabelos deste indivíduo não iniciado designado por *aluku* em *emakuwa* (conotação socialmente negativa) e o pai o entrega a um indivíduo da sua confiança, podendo ser primo, irmão, tio, avô ou amigo, designado por *nanku*, para que o leve e preste toda atenção no local onde vai decorrer o ritual. Este local do ritual, denominado *nverani*, é geralmente localizado numa floresta ou mata, onde se constrói uma cabana denominada por *nvera*, em que o *aluku* permanecerá durante alguns dias para a circuncisão (acto que é localmente designado por *hitani*) e preparação para a vida adulta através de aconselhamentos (*wolaka*). Neste local são colocado sinais de aviso, hasteando-se em 4 cantos capulanas ou panos vermelhos, ficando também alguns guardas para impedirem a entrada de pessoas estranhas. O uso da cor vermelha simboliza perigo e por isso ninguém pode aproximar, principalmente as mulheres e indivíduos não iniciados, sendo esta informação visual de domínio das comunidades. É de se salientar ainda que no local são feitas algumas cerimónias mágico-religiosas para barrarem a entrada de feiticeiros. De referir que a cabana construída para o ritual (*nvera)* é queimada após o seu término.

O *nanku* por sua vez, leva o *aluku* no colo e quando chega no local é apresentado ao conselheiro (*onilakaekano)* e ao mestre de circuncisão (*simba*) que lhe falam sobre os propósitos da sua estadia naquele local isolado bem como os resultados que se esperam da nova realidade.

Chegado o momento da circuncisão, localmente denominado de *hitani*, o *simba* fica escondido para os *aluku* não ficarem amedrotados e chama uma criança (*aluku)* de cada vez, que com o apoio do *naku* retira toda a roupa e dirige-se ao mestre de circuncisão com a cara tampada pela mão do *nanku*. De seguida, o simba pergunta ao nan*ku* se durante a preparação deste ritual a família havia feito a cerimónia de pedido de protecção da criança pelos antepassados, designado por *ohelephepha,* conforme foi referido anteriormente. Aquando do processo do corte do prepúcio é criada uma base, normalmente feita de caniço ou bambú e aberto numa das pontas sob a forma de V, onde o sexo do indivíduo é pendurado. Após a reza do *simba* inicia o processo de corte do prepúcio, onde ele pega o sexo da criança e amassa-o, processo designado localmente por *omathiya*, permitindo-lhe fazer cálculo do prepúcio que é necessário cortar.

Com recurso a uma faca muito bem afiada, denominada por *navaia* procede ao corte do prepúcio a sangue frio e para estancar o sangue, coloca-se imediatamente o pó de *muchê*, conhecido em *emakhuwa* por *ethepele*. De seguida o recém circuncisado é dado água de lanho de coco para beber, que supostamente serve como soro e elemento para não se entupirem os tubos urinários. A água que resta é usada para lavar a ferida e por último é colocado uma seiva vermelha (retirada de uma planta denominada *chambiri,* que aliás para além do uso medicinal da seiva, a madeira é utilizada para o fabrico de mobília) à volta da ferida, colocando-se por fim uma ligadura. Importa salientar que passados 7 a 8 dias a ferida fica totalmente sarada.

Findo este processo de corte do prepúcio e tratamento da ferida, a criança é levada para o *nvera* e sentam-se em cadeiras muito baixas, designadas por *ekhololo.* Por forma a evitar que o sexo do indivíduo recém circuncisado se bata entre as pernas é criada uma base de apoio onde um pau com dimensão que se estende entre as ancas do indivíduo, de forma

horizontal e ligeiramente descaído até ao sexo e assegurado pelas folhas de palha (*nkuta)* vai fazer com que o sexo fique pendurado com movimentos limitados. Além disso, a partir do *nkuta* faz-se um biquini, denominado por *ntekera*, que tapa apenas o sexo que é mexida em caso de aparecer as moscas de modo a afugentá-las. A partir do momento em que o indivíduo é circuncisado até ao fim do ritual, ele deixa de ser chamado por *aluku* passando para *emwali* (que significa iniciado). Outro aspecto digno de realce é o facto do emwali ser atribuído um nome de animal durante a sua estadia, como forma de salvaguardar sua privacidade.

Durante este período, um conjunto de interdições são impostas aos pais dos iniciados, bem como aos demais participantes directos neste processo. Assim sendo, neste local é proibida a prática de relações sexuais para qualquer indivíduo. É extensamente proibido a entrada de mulheres e o contacto com elas. Os pais e outros responsáveis pelos iniciados, não é permitido que mantenham relações sexuais até que os seus filhos regressem, sob a pena de suas feridas não sararem com facilidade. No seio da família do iniciado, o ritual é visto como se tratasse do dia em que a mãe esteve para dar a luz à criança, por isso que a mãe de não deve manter relações sexuais, enquanto que o pai pode relacionar-se com outras mulheres, desde que não vá ao local onde se realiza o ritual, visto que ao pai do iniciado lhe é atribuído o direito de visitar e/ou obter informações sobre ele, sem contudo poder revelar para sua esposa.

Depois da circuncisão, entra-se na fase de passagem de valores socio-culturais da comunidade aos *emwali* (iniciados). O *nanku*, normalmente no meio da noite, acorda os recém iniciados e em volta de uma fogueira começam a aprender algumas canções com o maestro denominado por *nehaka* e o conselheiro (*onilakaekano)* vai transmitindo um conjunto de novos ensinamentos sobre os valores culturais que os iniciados deverão optar daquele momento em diante. O primeiro desses ensinamentos é que o iniciado nunca deve revelar a ninguém tudo o que viu e o que foi feito durante o ritual, senão os pais irão morrer. Não podem também entrar no quarto dos pais sem permissão dessa data em diante, não espreitar em baixo da cama ou esteira usada pelos pais, respeitar e ajudar os mais velhos, respeitar o próximo, não falar palavras injuriosas onde estão pessoas mais velhas, terem cuidados de higiene consigo próprios, cuidados e respeito a terem com as mulheres, não roubar e nem se envolver com as mulheres dos outros.

Os ensinamentos em causa são transmitidos na sua maioria com base na literatura oral (canções, contos, lendas, provérbios e adivinhas) e aspectos práticos da vida, como os casos de saber como se processa uma cerimónia fúnebre e como se apresenta uma pessoa que perdeu a vida. Em caso de perca de vida de um dos *emwali*, as cerimónias fúnebres são feitas no local do ritual (*nverani*) na presença de todos os *emwali* e a família só toma conhecimento após o acto e quando se aproxima o momento do fim do *ekhalawa* . Este é um processo de estimulo-resposta uma vez que durante a formação para a idade culturalmente adulta o indivíduo iniciado é exposto a várias situações e testes onde lhe são avaliados os ensinamentos dados no quotidiano, sob pena de submeter-se a pesados castigos caso não tenha ou não responda convincentemente às situações expostas.

À véspera do regresso do iniciado, faltando 2 a 3 dias, o *nanku* dirige-se à família para informar que o filho já está pronto e os pais preparam uma recepção calorosa, comprando

novas vestes que são entregues ao *nanku*. O anseio da chegada do dia da saída do filho é enorme, constituíndo motivo de orgulho para os pais porque o filho passa a ter o reconhecimento da sociedade como um indivíduo adulto. A partir do momento que sai do ritual ele pode participar na resolução de vários assuntos sociais da comunidade, participa das cerimónias fúnebres, pode namorar e inclusive casar-se quando já tiver idade para o efeito, uma vez que atingiu a idade adulta culturalmente.

Terminado o ritual, a casa (*nvera*) onde o *emwali* vivia é queimada, conforme foi refereciado, e as crianças deslocam-se a uma árvore qualquer localizada perto desta casa, passando este lugar ser designado por *omuphatama*, onde os iniciados vão cortar os cabelo, tomar banho e vestir as suas roupas. Neste local aparece o conselheiro com um ferro muito grande bem afiado denominado por *tom'phinha* que o coloca numa lareira, ficando aquecido até adquirir uma cor avermelhada, com o objectivo de assustar as crianças. Neste penúltimo dia da estadia dos *emwali* são informados de que, se quando regressarem à casa, transgredirem os ensinamentos dados, serão chamados e esse ferro será espetado em seu sexo que, também, será remetido de novo à circuncisão.

No dia da saída, cada família recebe o seu filho com uma festa calorosa, designada *nivungo*. Esta festa, muitas vezes, é efusivamente organizada e celebrada pela mãe, pois esta para além de ter de receber seu filho, que esteve ausente durante muito tempo (aproximadamente 15 dias), não tinha notícias a respeito do risco e dificuldades que passava, aliado ao facto de caso viesse a perder a vida não seria avisada de imediato. Portanto, a expectativa da mãe em ver o filho é maior.

A última fase deste processo é do agradecimento dos pais do iniciado ao *nanku* (indivíduo que foi responsável pelo iniciado durante o ritual) e ao *simba* (mestre de circuncisão), que se realiza depois de um mês em que ocorreu o ritual. A família do iniciado organiza uma festa privada onde fazem o pagamento e agradecimento a estas duas personalidades. Nesta festa, a família estende um lenço e coloca valores monetários e alguns produtos em agradecimento ao cuidado dado a criança durante a sua estadia no *nverani*.

[5] Praticantes

Os ritos de iniciação acontecem em diversos grupos etnolinguísticos de Moçambique, pois visam inculcar no jovem ou adolescente o comportamento que deve ter como pessoa adulta. Para o presente caso, os praticantes são as comunidades matrilineares do grupo etno-línguistico *makhuwa*.

[6] Forma de organização

Para que o ritual aconteça, existe uma organização comunitária, onde cada um desempenha o seu papel. O consentimento do pai é primordial, seguido da autorização do líder comunitário. De seguida é importante a existência de várias figuras responsáveis pelo ritual, como o caso do *simba* (mestre de circuncisão), *onilakaekano* (conselheiro), *zizima* (cozinheiro), *nehaka* (indivíduo que ensina as canções aos iniciados) e *nanku* (pessoa confiada pela família do candidato à iniciação para cuidar do filho durante o ritual).

[7] Origem, transformações e situação presente

Relata-se, na Ilha de Moçambique, que esta prática remonta desde a chegada e instalação dos povos árabes na costa moçambicana, por volta do século X. Ela constituía, para os árabes muçulmanos, a passagem de um indivíduo de adolescente para vida adulta. Inicialmente, esta prática tinha um carácter religioso muçulmano, uma vez que o profeta Maomé também havia sido submetido à circuncisão e eram os shehes que, nos tempos passados, estavam autorizados a realizá-la. Um marco importante na actualidade a esse respeito, relaciona-se com o facto de o mestre de circuncisão (*simba*) realizar uma reza muçulumana, conhecido por *duhan*, em que pede a protecção divina para que o processo de circuncisão que vai realizar corra bem. Este é um dos elementos de diferenciação deste rito em face de outras modalidades praticadas por vários grupos etnolinguísticos de Moçambique.

Entre os *emakhuwa*, no passado onde os indivíduos entravam no ritual na fase de adolescência, os iniciados permaneciam no *nverani* 12 meses. Esse tempo foi reduzido para 9 meses, passando para 3 meses e actualmente realiza-se entre 15 a 20 dias, durante as últimas férias lectivas, que geralmente acontecem no mês de Dezembro.

No passado, o ritual era feito através de circuncisão a sangue frio, recorrendo-se a uma *navaia*. Depois entrou-se numa fase onde as crianças eram recolhidas para o mato e era contratado um enfermeiro para proceder ao corte do prepúcio, usando anestesia, tesouras, algodão, entre outros materiais da medicina convencional. Para acelerar a cura e evitar maior sofrimento aos recém-circuncisos recorre-se também ao uso da medicina tradicional.

Actualmente, na Ilha de Moçambique, recorre-se ao hospital para o processo de circuncisão e deixar-se o *emwali* na casa de algum parente para obter os ensinamentos.

[8] Referências espaço-temporais

Esta cerimónia era realizada normalmente antes do período de Ramadam, período que precede ao nascimento do profeta Maomé e em que os muçulmanos fazem sacrifícios em sinal de compaixão, fé e compromisso com a causa deste profeta (veja ficha 001-01-01-01, neste inventário). Actualmente devido as novas dinâmicas sociais relacionadas com a conjugação e harmonização entre a educação formal com a tradicional, o Governo e a comunidade chegaram ao consenso de o ritual passar a ser realizado nos períodos de interrupção lectiva, principalmente nas últimas férias que acontecem em Dezembro.

Normalmente, o ritual é realizado fora do alcance dos demais membros da comunidade. Contudo, em algumas ocasiões, este pode ser realizado na casa do iniciado ou dos seus parentes, apenas mantendo-se o iniciando isolado dos demais membros da família.

[9] Componentes materiais associados

1. *Navaia* – instrumento usado pelo mestre de circuncisão para o corte do prepúcio.
2. *Chambiri* – planta medicinal de seiva vermelha;
3. *Nkuta* – folhas de palha de palmares silvestres;
4. *Nverani* – mata onde decorre o ritual;
5. Produtos alimentares e de higiene.

Nas situações em que é feita com a participação de um enfermeiro convencional, são fundamentais os seguintes elementos:

1. Tesoura;
2. Algodão;
3. Alcool;
4. Ligadura;
5. Luvas.

[10] Componentes imateriais associados

1. Conhecimentos tradicionais próprios do desempenho dos papéis de:
    - *Simba* – indivíduo com conhecimentos sobre o processo de circuncisão, de
    - *Nanku* – pessoa de confiança do pai do candidato a iniciação, para cuidar desta criança durante o ritual;
    - *Onilakaekano* - conselheiro com conhecimentos da literatura oral usada para os ensinamentos;
    - *Zizima* – cozinheiro dos iniciados;
    - *Nehaka*- indivíduo que ensina as canções aos iniciados;
2. *Conhecimento* da literatura oral (canções, contos, lendas, provérbios e adivinhas).
3. Realização do ritual de evocação dos antepassados, denominado por *ohelephepha.*
4. Realização do *duhan*,reza muçulumana para o pedido da protecção divina durante o processo de circuncisão.

[11] Transmissão, sucessão

O conhecimento deste ritual é transmitido a partir do momento em que o indivíduo entra no rito de iniciação, deixando de ser *aluku* passando a *emwali.* De referenciar que ascende-se aos estatutos existentes para a sua execução através da vida prática e não necessariamente por laços consanguíneos. Para ser *nanku* de um *emwali* o requisito primordial é ter passado pelo rito; portanto, qualquer indivíduo já iniciado pode ser *nanku.* Outro requisito é este indivíduo ser indicado pelo pai do iniciado, uma vez que durante o ritual ele serve de elo de ligação entre pai e filho, dado que a mãe não lhe é facultada nenhuma informação até o dia da saída do seu filho.

Para um indivíduo chegar a estatuto de *simba* deve trabalhar muitas vezes como seu ajudante e aos poucos vai aprendendo e aperfeiçoando as técnicas de medição e corte do prepúcio.

Para o caso de *nehaka* (mestre de canções) depende fundamentalmente das habilidades do indivíduo no aperfeiçoamento das canções ensinadas durante o *ekhalawa*. Um indivíduo iniciado num ano pode vir a ser *nehaka* no ritual seguinte.

O estatuto de *onilakaekano* (conselheiro) é reservado para pessoas adultas e de reconhecido mérito na comunidade como bons conselheiros.

[12] Disseminação, divulgação

Esta prática é de geral conhecimento dos membros da comunidade. Todavia, e neste caso particular da Ilha de Moçambique, as madraças (escolas religiosas muçulmanas) desempenham papel importante na disseminação desta prática uma vez que ela faz parte dos ensinamentos religiosos.

Os conhecimentos adquiridos durante o processo de circuncisão não podem ser divulgados para ninguém, principalmente para as mulheres e indivíduos não iniciados, como forma de não intimidá-los. As informações mais restritas estão relacionados com tudo o que viu e que foi feito durante o ritual, como os casos de circuncisão, demostrações de uma pessoa morta, entre outros aspectos. Importa salientar que durante a realização da circuncisão os iniciados são ensinados também as técnicas para a realização desta cerimónia.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

Os ritos de iniciação, para as comunidades locais, assumem um papel primordial na educação, transmissão e preservação de valores socio-culturais aos jovens, sendo este facto que reveste esta prática de um grande valor simbólico na comunidade *makhuwa*.

Esta prática representa um momento fundamental de mudança na vida do indivíduo circunciso e dos que o rodeiam, visto que permite a socialização dos indivíduos e o seu enquadramento nos *modus vivendis* comunitários. Esta prática representa a inserção social do indivíduo ao mais alto grau social e estatuto comunitário, pois permitem a obtenção e resgate de direitos e participação nas realizações sociais da comunidade em que se encontra inserido.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

A inclusão deste ritual nos bens inventariados como património cultural intagível da Ilha de Moçambique justifica-se na medida em que marca a passagem da fase de adolescência para a adulta entre os rapazes. Este constitui um momento de aprendizagem e de transmissão de valores dos mais velhos para os mais jovens. A partir destes ritos, os jovens se enquadram na sua própria identidade cultural, eles tomam consciência do seu contributo e papel no processo de inserção e desenvolvimento comunitário como pessoas adultas.

Com base nesta prática, que se compõe de diversas sub-áreas entre elas a educação, saúde e integração social dos indivíduos, são transmitidos às novas gerações os valores que identificam e caracterizam esta comunidade, dando-lhe um carácter de coesão específico e único. Além disso, os jovens aprendem a valorizar e a usar de forma sustentável os recursos naturais disponíveis.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

Esta cerimónia, na forma descrita, tem grande valor na zona norte do País com maior incidência no litoral. Porém, diversas modalidades de ritos de inicição podem ser encontradas em quase todo país, mudando a designação local e a maneira como nela se procede. Importa reiterar que esta prática também não é exclusiva dos muçulmanos, uma vez que é praticada por outros povos e grupos etnolingísticos que não professam o islão.

No país, há informações segundo as quais existe a prática dos ritos de passagem similares a este, com excepção do grupo etnoliguístico *ronga*. Há que realçar, que mesmo na província e cidade de Maputo (local onde vivem os *ronga*) as comunidades que vivem nesse território pertecendo a outros grupos etnolinguísticos praticam este ritual de passagem, destacando-se o caso dos *makonde*.

[4] Ameaças à continuidade da execução e à transmissão

O grande risco reconhecido pelas comunidades desta prática à maneira tradicional está nas situações em que existe uma complicação que necessita de intervenção médica. Dependendo da gravidade, existe a possibilidade do iniciado perder a vida, pois pela falta de outros conhecimentos adicionais por parte dos *simba* estes podem se ver sem possibilidade de ultrapassar uma condição inesperada.

Outro aspecto, relaciona-se com o risco de infecção das crianças pelo HIV/SIDA, uma vez que *simba* usa uma só *navaia* para proceder com a circuncisão de todas as crianças. Este facto, tem levado as famílias a optarem por levar a criança ao hospital ou chamando o médico/enfermeiro para a sua casa para proceder com a circuncisão convencional, desvalorizando deste modo o valor tradicional deste acto. Para o caso destas famílias, após a circuncisão levam a criança para a casa de um parente para obter os ensinamentos. Esta situação vai retirando e desvalorizando o sentido ritual do acto e a convivência e/ou troca de experiência que o iniciado teria num ambiente fora da família, embora seja mais segura do ponto de vista da saúde dos iniciandos.

Para o caso da comunidade da Ilha de Moçambique não foi encontrada nenhuma ameaça na transmissão destes conhecimentos, pois o rito mantém seu carácter socio-religioso, apesar das mudanças na maneira da sua execução.

[5] Ameaças aos componentes materiais associados

Não identificamos nenhum elemento quer possa constituir uma ameaça uma vez que esta prática é largamente difundida e realizada nesta comunidade, apesar de ter que se recorrer ao continente para a realização à maneira tradicional, uma vez que a Ilha de Moçambique não possui mais florestas e nem matas. Os outros produtos não estão em perigo uma vez que são de fácil acesso.

[6] Ameaças aos componentes imateriais associados

A grande ameaça neste ponto está aliada ao desaparecimeto dos conhecimentos do *simba*, uma vez que actualmente há tendência de recorrer-se à medicina convencional para efeitos de circuncisão dos indivíduos, mesmo quando ocorre nas matas ou florestas. Outro aspecto de realce é a perda do prestígio e dos conhecimentos do *nehaka* (maestro das canções) *e onilakaekano* (conselheiro) uma vez que actualmente este rito tem tido a dinâmica de ser desenvolvido nas casas ou famílias dos iniciados.

[7] Outras ameaças à viabilidade

Não identificamos nenhum elemento que possa ameaçar esta prática, a não ser a provável contribuição para a proliferação do HIV/SIDA para os casos em que ela ocorre sem as necessárias precauções médicas.

[8] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

Até ao momento não existe nenhuma ameça de abandono desta prática, apenas nota-se uma dinâmica no modo de execussão.

[9] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Consolidação da educação tradicional e enquadramento do jovem nos modus vivendus da comunidade em que está inserida.

[10] Ações concorrentes à salvaguarda

Negociação feita pelo Governo com a comunidade para que o ritual ocorra no período das últimas férias escolares (Dezembro).

Negociação feita entre o Governo e a comunidade para que o acto de circuncisão seja feita pelos agentes de saúde no local onde decorre o ritual.

[11] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Fortalecimento da relação entre as instituições de saúde e a comunidade, de modo que os agentes da saúde sejam convidados a realizar a tarefa de circuncisão, ficando os aconselhamentos e ensinamentos para os membros da comunidade. Esta acção pode contribuir para evitar morte de iniciandos durante o ritual, bem como a redução do risco de contaminação e infecção pelo HIV/SIDA.

[12] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Fortalecimento da relação e negociação já estabelecida entre o Governo e a comunidade para que o ritual ocorra no período de férias escolares.

[13] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[14] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Abudo Nakuti
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local:
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: líder do grupo de *maulide*
Contacto:

Nome: Khoropa Assuman
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local:
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: xeique e advinha
Contacto:

Nome: Amade Mussa
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento:
Local:
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: conselheiro (*onilakaekano*)
Contacto:

[2] Documentos oficiais e legislação

Em relação ao momento em que deve ser realizado o ritual, o sector de educação fez um acordo cavalheiro com as comunidades, para que o ritual acontecesse durante o período das últimas férias escolares, sem no entanto estabelecer uma norma jurídica. Por seu turno o sector de saúde sensibilizou as comunidades para que deixasse que a circuncisão estivesse a cargo dos técnicos de saúde, sem no entanto estabelecer uma norma jurídica ou oficial para o efeito.

[3] Documentação sonora e visual

Assuman, Khoropa. **Khoropa Assuman:** depoimento [Abril 2010]. Entrevistador: Alberto Valoi. Ilha de Moçambique: ARPAC, 2010. 1 cassete sonora. Entrevista concedida no âmbito do projecto IPCIM.

Mussa, Amade. **Mussa Amade:** depoimento [Abril 2010]. Entrevistador: Alberto Valoi. Ilha de Moçambique: ARPAC, 2010. 2 cassetes sonoras. Entrevista concedida no âmbito do projecto IPCIM.

[4] Objetos e coleções

Sem informação.

[5] Iconografia

Shanys, **Ritual de iniciação masculina (sem título)**, 2010. 4 fotografias.

[6] Plantas, mapas e croquis

Sem informação.

[7] Coleções ou documentos existentes em outros países, sobretudo os vizinhos.
Sem informação.

[8] Bibliografia

Tamele,V; Vilanculo, J; *Algumas danças tradicionais da zona norte de Moçambique*, Maputo, ARPAC, 2002.

[9] Anexos

Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores reuniu-se oficialmente com representantes da comunidade para informá-los sobre os objectivos do projeto e obter o consentimento para a sua realização. Ao longo dos trabalhos, reiterou-se também a cada entrevistado os objetivos da investigação e a possibilidade de divulgar os seus resultados. Ao concordarem em conceder entrevista, esses indivíduos manifestaram também, individualmente, sua concordância com esses procedimentos. As imagens que aparecem neste texto foram fornecidos pelo Shany, tendo se informado que eram para ser usadas num estudo.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo 3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto Alberto Francisco Valoi, Luís Meno, Brazão Catopola, Bernadino Quiane.
[4] Responsável pelo inventário Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

OSINKYIA
Rito pré-nupcial feminino

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Ritual / nubilidade.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Emwali.

[4] Descrição

O *osinkyia* é um rito de passagem que prepara a mulher para o casamento. O mesmo consiste na administração de aconselhamentos por via da teatralização de momentos íntimos, próprios da vida de um casal, na transmissão de modelos de comportamento no tratamento do marido, da família (parentes da mulher e do marido) e nos cuidados a ter para com o lar.

Um aspecto que não é particular às mulheres *makhuwa* é o facto delas casarem-se geralmente mais cedo do que os homens. O que determina a aptidão das raparigas ao casamento é o *osinkiya* ao qual somente se submetem as raparigas que passaram pelo *emwali* (rito de iniciação feminina[95]). Estes ritos realizam-se logo que se verifique a primeira menstruação que, regra geral, acontece à idade dos 12 a 14 anos. O fenómeno biológico da menstruação é encarado pela família da rapariga com muita alegria por ser entendido como prova de fertilidade na mulher. Assim, quando levasse muito tempo a ocorrer era motivo de grande preocupação[96].

Quando submetida ao *emwali*, a rapariga iniciada passa a ser socialmente considerada adulta, podendo, por isso, casar-se logo que apareça um pretendente. Afirma-se que no passado a *mwali* (rapariga iniciada) permanecia fechada até que aparecesse um homem que a tomasse em casamento[97]. Actualmente a idade do casamento da rapariga da Ilha varia entre os 17 e 18 anos. Esta idade não alterou. Um estudo efectuado há pouco mais de três décadas pela OMM, Organização da Mulher Moçambicana[98], referia que a idade do casamento na rapariga no litoral de Nampula e na Ilha de Moçambique era de 17 anos,

[95] Ver neste mesmo inventario ficha sobre o *emwali*, ritos de iniciação feminina.
[96] Ficheiros da Campanha Nacional de Preservação e Valorização Cultural, 1978.
[97] Idem.
[98] Organização da Mulher Moçambicana, "Situação social da mulher moçambicana sua analise e definição da e Estratégia da luta pela sua emancipação na fase actual", Maputo, Sd.

contrariamente ao que se passa no interior onde ela reduzia, sendo frequente a ocorrência de casamentos prematuros.

A idade do casamento no rapaz é geralmente mais tarde. Este facto se explica pela prevalencia de expectativas diferentes quanto ao futuro dos jovens do sexo masculino que devem, primeiro que tudo, mostrarem-se aptos a sustentar a futura família, diferentemente do que se espera das raparigas. Os alvos como ter uma formação escolar e conseguir um emprego que dê o necessário para o sustento exige algum esforço, recursos e tempo.

Recorde-se aqui que os *makhuwa* são uma sociedade matrilinear, os filhos pertencem ao *nihimo* (linhagem) da mulher e a sucessão se faz por via uterina. Segundo a tradição histórica da Ilha de Moçambique predominam entre os *nahara* casamentos fechados, isto é, entre parentes consanguíneos, sendo por isso frequente dizer-se que todo o povo natural da Ilha possui um parantesco entre si. Não são permitidos casamentos entre filhos de duas irmãs ou entre tios e sobrinhas (irmão da mãe com a filha desta). São casamentos autorizados os que acontecem entre filhos de dois irmãos. Por outro lado, embora sejam tolerados casamentos entre filhos de uma irmã e de um irmão, os mesmos não são insentivados. Existem, no entanto, casamentos preferenciais, os quais se realizam entre filhos de duas famílias que mantêm laços históricos de aproximação. Também são preferenciais aqueles que envolvem posses económicas. Estes casamentos são insentivados pelos pais e parentes tanto da rapariga como do rapaz.

De referir que a forte influência muçulmana sobre a Ilha e todo o litoral norte do país, explica o predomínio do casamento polígamo em relação ao monogâmico, facto que é comum aos praticantes desta religião.

O *osinkiya* comporta dois momentos distintos: o primeiro restrito (privado), no qual participam somente parentes directos da *mwali* (irmãs, primas, tias, avós), e o segundo, aberto (público), em que tomam parte não só mulheres parentes, mas também amigas, vizinhas e convidadas de destaque, como a secretária do bairro (autoridade local que tem como função administrar os assuntos do bairro), *halifas* (mulheres dos *shehes* que assumem uma posição elevada no seio da comunidade muçulmana, como mães e conselheiras), entre outras. De referir que a mãe da inicianda acompanha todo o processo na qualidade de anfitriã. Uma tia materna deve estar presente. Ela controla e zela pela correcta observância dos preceitos da tradição e das normas da família.

Importa salientar que o rito *osinkiya*, quer no seu momento privado como no "público", é presidido pelas *anamalaka*, conselheiras profissionais detentoras de um profundo conhecimento sobre o matrimónio entre os *makhuwa*. Elas podem ou não possuir um parentesco com a *mwali*. A sua intervenção acontece sempre que solicitadas pelos parentes da nubente, dias antes do casamento.

No momento "público" do *osinkiya* a principal tónica dos aconselhamentos ministrados à noiva é a vida conjugal, com demonstrações e encenações, acompanhadas pelo rufar de batuques e pelo entoar de canções pelas *anamalaka.* Estas canções versam diferentes temáticas associadas ao momento como, por exemplo, a hospitalidade, que obriga a mulher educada a acolher bem todos os parentes (do noivo e da noiva); a equidade, que motiva a mulher a não favorecer os seus próprios familiares em detrimento dos do marido; o sigilo sobre os problemas conjugais surgidos no lar; procurar pessoas idóneas para obter ajudas quanto aos problemas reincidentes (adultério, ofensas corporais, falta de respeito, insultos, recusa de sustentar a família, entre outros). Ser bondosa e não retribuir o mal com o mal; ser diligente e asseada; saber comportar-se em público; estar sexualmente disponível para o marido e mostrar grande respeito.

O número de *anamalaka* que participam no *osinkiya* varia de oito a doze, consoante as possibilidades financeiras da família da rapariga, que deve assegurar todas as despesas inerentes, como o pagamento das *anamalaka* pelos serviços prestados, alimentação dos convidados, durante o tempo que dura a iniciação (dois dias), entre outros.

Na Ilha de Moçambique existem vários grupos de *anamalaka*. Cada grupo é chefiado por uma mestra que responde pela boa organização do evento, orientando todo o processo do ritual de modo a que ele decorra sem quaisquer sobressaltos. Sempre que se mostre necessário, a *anamalaka* pode agir como *nkulukana* (curandeira) a fim de zelar pela segurança da *mwali* e da cerimónia, evitando a influência maléfica dos *akwiri* (feiticeiros), pessoas indesejáveis na comunidade. Acredita-se serem detentores de poderes maléficos que podem causar doenças, mortes e infortuneos. Estes indivíduos são geralmente reconhecidos como pessoas próximas, ou seja, parentes, vizinhos ou mesmo colegas.

Como foi referido acima, o caracter público do *osinkiya*, é relativo na medida em que apenas participam mulheres iniciadas, sendo por isso vedada a participação de mulheres que não passaram pelo *emwali*. Reconhece-se, no entanto, algum relaxamento nesta proibição. Sob certas condições algumas mulheres adultas, mesmo não iniciadas têm presenciado o ritual. A numerosa assistência de mulheres tem condicionado a organização do ritual que ocorre num espaço maior, geralmente no quintal da casa dos pais da noiva. Para evitar-se a possibilidade de olhares curiosos por parte de pessoas indevidas, o lugar do ritual é vedado com esteiras e capulanas. Neste espaço, as mulheres se dispõem de maneira a formar um círculo à volta das *anamalaka* e da *mwali* que aí se acomodam sobre esteiras, depois de terminada a parte restrita do *osinkiya*, efectuada no interior da casa.

O rito comporta momentos dinâmicos em que toda a assistência pode participar fazendo oferendas *othuv'eliya* - em forma de dinheiro, produtos alimentares, capulanas e senhas -, às *anamalaka* e às mulheres que participam das encenações. As *anamalaka* e as mulheres que assim se voluntariam para realizar tais encenações, apresentam-se seminuas e fazem movimentos sensuais que imitam o papel masculino nas relações sexuais.

A disposição circular adoptada pela assistência à volta das *anamalaka* e da *mwali* (figura central da cerimónia) propicia o envolvimento de todas numa espécie de jogo em que o alvo é mostrar generosidade e trazer muita alegria e animação.

Dinheiro, produtos alimentares são atirados na direcção dos recipientes das *anamalaka* (tigelas, capulanas, lenços, pratos, peneira, pires entre outros) que os recolhem imediatamente. Um aspecto peculiar é o uso de senhas nas oferendas. Estas senhas são pequenos pedaços de cartolina ou cartão contendo uma inscrição que identifica as ofertantes. Esses pedaços são usados para substituir as moedas de um metical evitando-se, desse modo, a fácil perda de dinheiro ao ser atirado aos diferentes recipientes. Os preciosos cartões são recolhidos pelas *anamalaka* e substituídos então pelo valor correspondente em dinheiro, logo que se dá por encerrado o jogo das oferendas.

Rebuçados e outro tipo de doçaria são igualmente distribuídos pela assistência de forma por vezes aleatória, provocando dessa maneira uma grande agitação que resulta da tentativa de cada um dos presentes conseguir o maior número dessas guloseimas.

Próximo do final, depois de uma sequência intercalada de *othuv'eliya*, aconselhamentos e encenações, aparece então a figura do *nav'ili* para descontrair o ambiente, dançando ou mesmo proferindo palavras insultuosas, batendo, fazendo gestos obscenos. O *nav'ili* pode ser uma figura masculina ou feminina que surge no quadro de uma relação histórica de amizade entre duas famílias. È geralmente uma pessoa idosa, alguém de muita experiência e cheio de memórias, capaz de atrair para si as atenções.

Nota-se que a figura do *nav'ili* não se faz presente apenas em cerimónias de *osinkiya*, ela aparece igualmente em diferentes momentos festivos (celebração de nascimento, casamentos, iniciação) ou de pesar, como falecimentos.

Depois de concluído o ritual do *osinkiya,* a *mwali* é levada para o interior da casa a fim de se arrumar para o casamento na mesquita. A maior parte das convidadas também se dirige à mesquita a fim de participar do novo casamento.

[5] Praticantes ou detentores

Os praticantes do *emwali*, são as mulheres da etnia *makhuwa*.

[6] Forma de organização

O *osinkiya* é geralmente anunciado pelos pais da rapariga quando esta está preste a se casar. Eles assumem a responsabilidade de assegurar os meios materiais e financeiros para a realização da cerimónia.

A tia materna é a pessoa responsável por acompanhar de perto o ritual, de modo que este decorra segundo todos preceitos da tradição.

Determinada a organização interna familiar, são chamadas as *anamalaka* que assumem a função de conselheiras e de protecção da rapariga.

[7] Origem, transformações e situação presente

Esta prática teve o seu início desde os tempos imemoriais dos *makhuwa* como um todo. Participam raparigas iniciadas na sua preparação para o casamento. Foi sempre orientada por mulheres iniciadas e já casadas.

Não existem transformações de vulto senão apenas na forma, por exemplo, a introdução de certo tipo de produtos como doçarias no jogo das oferendas. Quanto à figura da *anamalaka* esta continua sendo central na realização do *osinkiya* não havendo nenhuma outra que a substitua.

[8] Referências espaço-temporais

Este ritual (parte restrita como a pública) ocorre aquando da preparação do casamento em casa dos pais da noiva. Normalmente, inicia nas sextas-feiras e termina aos sábados, dia em que se realiza o *nikhay* (casamento muçulmano). O local geralmente é ornamentado com capulanas garridas cedidas pela mãe da noiva e esteiras.

[9] Componentes materiais associados

Capulanas, *m'siro*, roupas novas, calçado novo, adornos e ornamentos, produtos alimentares, rebuçados, dinheiro, esteiras, miçangas, peneiras, cestos, pilão, almofariz de pedra, panelas de barro, apito, batuques, entre outros.

[10] Componentes imateriais associados

Os bens imateriais directamente relacionados com a prática são os sermões, canções, encenações, ovações melódicas *elulu*.

[11] Transmissão, sucessão

A profissão de conselheira exercida pelas *anamalaka* é fundamental no processo de transmissão de conhecimentos e valores em torno do matrimonio. Esta actividade é geralmente transmitida de mãe para filha e o conhecimento adquirido pela futura conselheira resulta desta convivência permanente e da participação directa em vários *osinkiya*.

È de notar que no desenrolar dos diferentes momentos do rito, ela é chamada a executar pequenos serviços como moer o *m'siro*, untá-lo no corpo das nubentes, entre outros. Refira-se, no entanto, que para o início desta função a futura conselheira é submetida ao *makheya* (rito de evocação dos espíritos), em que ela passa a ser apresentada aos espíritos que se acredita serem os espíritos dos antepassados verdadeiros bastiões da tradição.

[12] Disseminação, divulgação

A disseminação é feita através do próprio *osinkiya* ao qual todas as mulheres iniciadas são submetidas para o casamento.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

A comunidade atribui um grande valor ao rito, que dopta a rapariga de conhecimentos para fazer face à vida conjugal. Uma mulher que não tenha sido submetida ao *osinkiya* é considerada imatura nesta comunidade e lhe está vedado todo e qualquer acesso ao casamento. O *osinkiya* focaliza a vida conjugal e o papel e lugar da mulher na família, marcando assim uma etapa de crescimento moral e social superior ao *emwali*.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

A inclusão de *osinkiya* no inventário visa chamar atenção para a necessidade de sua preservação e valorização, uma vez tratar-se de um bem imaterial muito importante na vida da comunidade *makhuwa nahara*. Constitui a forma mais comum de educação da mulher para a vida conjugal.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

O Governo de Moçambique reconhece todas as práticas culturais que complementam os esforços de educação formal dos jovens e insentiva a sua prática pelas comunidades. O *osinkiya* entra no grupo de práticas positivas por ser através dela que se processa a transmissão de valores das mulheres casadas para as nubentes.

[4] Ameaças à continuidade da execução

Não há.

[5] Ameaças à transmissão

Não há.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Não há.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

A recusa da juventude em acatar determinados ensinamentos, como, por exemplo, o respeito pelos mais velhos, tem sido cada vez mais manifestada, o que compromete o processo de transmissão de valores e enfraquece seu poder para moldar comportamentos.

[8] Outras ameaças à viabilidade

A banalização do rito, pela participação antecipada de mulheres que não foram submetidas

ao *osinkiya*. Outro factor de ameaça é a pobreza em virtude da cada vez maior abertura do rito a pessoas estranhas (turistas) a troco de dinheiro.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados.

Não há.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

A prática contribui para a estabilidade social e o domínio de regras de boa conduta e relacionamento na família e na comunidade, bem como o reforço dos papéis assumidos pelo homem e pela mulher no seio da família e na comunidade.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

A prática constante da cerimónia no seio das comunidades locais, com o envolvimento de personalidades e figuras de destaque na vida económica, social e cultural contribui para a sua manutenção e valorização.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Inclusão de alguns ensinamentos desta prática no currículo local.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

A política Cultural de Moçambique contém uma recomendação geral favorável à valorização da diversidade cultural do país, pois defende a pesquisa, preservação e divulgação das práticas culturais, tidas como uma dimensão necessária do desenvolvimento.

Recomenda-se o incentivo desta pratica através da promoção de estudos de sua divulgação ao nível nacional, nas escolas, centros de formação de professores, no âmbito do currículo local.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Ancha Ali (Namamotinho)
Grupo etno-lingüístico: *Makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1952
Local: Ilha de Moçambique, Nampula

Residência: Ilha de Moçambique, Macaribe
Posição na actividade: a*namalaka*
Contacto: 826134104

Nome: Manjuma Ali (Namamustafá)
Grupo etno-lingüístico: makhuwa nahara
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1939
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique, Macaribe.
Posição na actividade: anamalaka
Contacto: 826134104

Nome: Acelina
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento:
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique, Macaribe.
Posição na actividade: ajudante de *anamalaka* (filha de Ancha Ali)
Contato: 826134104

Nome: Mariamo Abacar Ali Sinalo
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa nahara*
Sexo: feminino
Data de nascimento: 1950
Local: Ilha de Moçambique, Nampula
Residência: Ilha de Moçambique
Posição na actividade: *halifa*, professora de profissão e juíza eleita
Contacto:

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Não há.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo

Não há.

[4] Bibliografia

Não há.

[5] Iconografia

Não há.

[6] Plantas, mapas e croquis

Não há.

[7] Anexos a esta ficha

Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado
Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo
3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Autoria do texto
Hermínia Manuense, Sónia Lopes, Sofia Cássimo, Josefina Salência.
[4] Responsável pelo inventário
Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante
Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

10. Sociabilidade e interajuda

N'TATCHE

JOGO DE TABULEIRO

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

M'pale.

[2] Domínio / tipo

Sociabilidade e cooperação / jogo.

[3] Outros bens relevantes

Não há.

[4] Descrição

O *n'tatche* é um jogo praticado pelas comunidades na Ilha de Moçambique, no quotidiano. É jogado num tabuleiro rectangular de madeira composto por 8, 12 ou 13 buracos pequenos dispostos no lado mais comprido, e 4 no lado mais curto; usam-se dados, em geral, de *n'tatche* (planta marinha), sendo 2 para cada buraco. O número de dados varia de acordo com o tamanho do tabuleiro. Assim, nos tabuleiros de 8, 12 ou 13, usam-se 64, 96 ou 104 dados, respectivamente. Nas laterais existe um pequeno espaço onde são depositados os dados que se retiram do jogo.

O *n'tatche* é jogado por duas pessoas de cada vez. Ao se iniciar o jogo, preenchem-se todos os buracos com dois dados em cada um deles. O ganhador de uma partida é que começa o jogo na seguinte. Tratando-se da primeira partida a decisão sobre quem inicia o jogo é por conversação. Todavia, em alguns casos dá-se prioridade ao detentor do tabuleiro (não necessariamente o proprietário, mas aquele que ganhou a última partida no dia anterior). Por vezes, o campeão dá prioridade ao adversário para iniciar o jogo em sinal de experiência e destreza.

O número de dados na mão determina o número de buracos a percorrer. Assim, ao iniciar o jogo são movidos dois dados sendo um depositado no buraco seguinte e, já no terceiro recolhem-se todos (dois) ficando o jogador com três dados na mão, percorrendo mais três buracos. O jogador pode chegar a ter 4, 5, 6 ou mais dados na mão, a medida que o jogo decorre. Movimentando os dados espalhados nos buracos do tabuleiro da esquerda para a direita, o jogador completa uma volta, procurando terminar num buraco onde não haja dados, o que lhe possibilita tirar os dados do adversário que se encontrem do outro lado. Importa lembrar que o primeiro buraco onde iniciou o jogo está vazio nesta altura. Assim, vão se retirando os dados, progressivamente.

A vitória é conferida ao jogador que conseguir esgotar os dados do adversário do tabuleiro. A maior pontuação acontece quando o jogador consegue, ao movimentar os dados, terminar nos cantos do tabuleiro, em especial, os do lado direito, pois, equivale a 300 litros, é considerado tambor.

A prática do *n'tatche* é um meio através do qual as pessoas criam redes sociais, solidificam as relações de amizade e, também procuram captar o sentimento, as emoções, expectativas, opiniões sobre as mais variadas esferas da vida social. Com efeito, alguns entrevistados referiram que participam no jogo porque gostam, mas também que, pela actividade que desenvolvem, aproveitam a ocasião para captar o sentimento, opiniões e expectativas dos presentes, pois, na actividade há jogadores, mas também algumas pessoas que só estão para assistir. Este aspecto foi mencionado pelo Sr. Momade Ibrahimo que, sendo líder local de uma formação política (Frelimo), referiu que a sua integração em redes sociais e organizações comunitárias é imprescindível. Ao praticar o *n'tatche* é possível captar várias sensibilidades porque a medida que o jogo decorre desenvolvem-se conversas sobre diversos assuntos, como o futebol, a pesca, o comércio, a religião, dentre outros.

Assim, a participação nesta actividade tem em vista a ocupação dos tempos livres, o divertimento, a criação de novas amizades e solidificação de relações sociais na medida em que nela participam várias pessoas de diferentes estratos sociais o que favorece o intercâmbio a vários níveis, desde culturais aos económicos e religiosos.

Em alguns casos, pessoas que não estão inteiradas sobre esta prática associam os jogadores a indivíduos desocupados (desempregados), questionando como estes conseguem sustento para as suas famílias. No entanto, os jogadores são, na sua maoria, pescadores e fazem-se ao mar muito cedo. Durante o dia já realizaram a sua actividade. Com as receitas, abrem pequenos negócios para as suas mulheres que ajudam no sustento familiar.

[5] Praticantes ou detentores

Os praticantes do *n'tatche* são do grupo etnolinguístico *makhuwa* e não só, pois, é uma actividade que se desenrola em várias comunidades de Moçambique. Os integrantes podem ser homens, mulheres, jovens, crianças, sem distinção de religião ou de qualquer outra forma. Todavia, na Ilha de Moçambique é praticada, de modo geral, por pescadores atendendo que esta é a principal actividade económica local e como foi referido, a prática é uma das principais ocupações depois da jornada laboral.

[6] Forma de organização

Os praticantes do *n'tatche* organizam-se em pequenos grupos informais de amigos para desenvolverem a actividade, que por vezes são chamados de clubes. A composição dos grupos é diversificada, todavia são, na sua maioria, formados por homens de diversos

bairros da Ilha. Existem cerca de 8 grupos actualmente em toda a Ilha. Para jogar, os praticantes se organizam conforme a ordem de chegada.

[7] Origem, transformações e situação presente

Não há certeza sobre a origem desta prática, mas acredita-se que tenha sido trazida pelos povos navegadores que passaram pela Ilha, desde o século VIII, sobretudo os árabes vindos das Comores. De facto, um dos pontos actuais de prática desta actividade na Ilha é a zona de Litine e, segundo relatos locais, foi um dos mais importantes em tempos idos.

De acordo com os dados recolhidos relativamente aos marcos sócio-espaciais do processo de ocupação da Ilha verificou-se que no bairro de Litine existia uma zona de forte influência de comorianos (veja ficha 001-07-01-01, neste inventário).

A actividade visava, por um lado, providenciar momentos de lazer e diversão e, por outro, islamizar as comunidades. Com efeito, de acordo com relatos locais, os árabes ensinavam o jogo aos locais conseguindo concentrar muitas pessoas no mesmo sítio. Em simultâneo, falavam do islão e do alcorão.

Os primeiros tabuleiros conhecidos e onde se realizavam as actividades eram de 8 e 12 buracos, facto que perdurou até sensivelmente ao ano de 2009. Mais recentemente, foram introduzidos tabuleiros de 13 buracos pelos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) que trouxe-os da cidade de Nampula e distribuiu por alguns grupos de praticantes. Actualmente, os tabuleiros de 8 e 12 buracos estão a cair em desuso, prevalecendo os de 13. As fontes orais presumen que a introdução destes tabuleiros visa a uniformização com o resto da província.

Refira-se que a Ilha tem cerca de 8 grupos. Antigamente os grupos organizavam competições entre sí, mas esta prática foi desaparecendo de algum tempo a esta parte. Todavia, algumas instituições públicas como os SDEJT e Organizações não Governamentais (ONG's) procuram revigorar a prática, realizando competições entre grupos. Em nível da comunidade também há inciativas para se organizarem competições.

[8] Referências espaço-temporais

O *n'tatche* decorre em qualquer espaço na comunidade, em geral, nas varandas das casas ou sombras de árvores. No entanto, pelo uso constante de alguns lugares, estes passaram a ser assumidos como locais especiais para a actividade, de modo que a prática passou acontecer sempre nos mesmos. São exemplos o bairro Litine, o passo-mar (quando as pessoas estão à espera do peixe), Santo António, no mercado da cidade, no mercado *nalia*. Estes são os lugares tradicionais e mais conhecidos.

A actividade é realizada em qualquer momento, desde que as pessoas tenham tempo para tal. Todavia, é mais frequente acontecer no período da tarde, depois das orações na mesquita, por um lado, do regresso da pesca, por outro.

[9] Componentes materiais associados

Os componentes materiais relacionados à prática são o tabuleiro de madeira de 8, 12 ou 13 buracos, que pode ser feito de qualquer madeira. Também existem os dados que são retirados de uma planta de nome *n'tatche* e que cresce nas dunas da praia. Estas plantas existem em número considerável nas Ilhas, em Muchelia, Quissanga. Aos já descritos é acrescida a esteira feita de palha para os jogadores se sentarem e alguns bancos de madeira para os assistentes. As esteiras são compradas com dinheiro proveniente das contribuições dos praticantes recolhidas por qualquer dos participantes. As esteiras são guardadas nas casas próximas dos locais de jogo.

[10] Componentes imateriais associados

Em relação aos componentes imateriais associados faz-se menção aos conhecimentos relacionados à actividade do saber jogar que são adquiridos na prática regular e com a experiência acumulada. Também é de se referir o gosto e simpatia pela prática por parte da população.

[11] Transmissão, sucessão

Os conhecimentos e bens materiais relativos a esta prática transmitessem às pessoas interessadas. Esta ocorre de modo informal, no quotidiano. Deste modo, não existem interdições costumeiras nem proibições de outra ordem.

É de salientar o interesse de alguns jovens em aprender este jogo, particularmente na zona do passo-mar onde atracam os pescadores. Estes jovens, durante o período de espera dos barcos vão se divertindo com o *n'tatche*.

[12] Disseminação, divulgação

Não existe nenhuma interdição à disseminação. Com efeito, esta ocorre constantemente, pela prática da actividade no quotidiano. Também com a realização de alguns torneios comunitários entre diversos grupos esta prática vai se tornando cada vez mais conhecida.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade

Esta prática é assumida pela comunidade como seu património, pois, entrelaça-se com a vida quotidiana, seja nas actividades económicas ou momentos de lazer. Sendo uma comunidade maioritariamente muçulmana, esta prática ganha outro impacto porque, como já foi referido, esteve ligada ao processo de islamização. É uma actividade usada para formar novas, sólidas e duradouras amizades.

Alguns jogadores ganham popularidade local e em outras regiões por causa desta prática. Estabelece vários intercâmbios culturais. Ademais, exercita constantemente a mente e atenção dos praticantes.

[2] Justificativa para inclusão no inventário

O enraizamento deste jogo na história cultural da Ilha e na vida quotidiana, além do interesse que os mais jovens ainda demonstram em aprender a jogar, justificam a sua inclusão neste levantamento.

[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente

O jogo ocorre em outras regiões de Nampula e do País, onde é associado aos momentos de diversão. Como qualquer jogo, espelha sentimento de confraternidade, solidariedade, humanismo e amizade entre povos e nações.

[4] Ameaças à continuidade da execução

Em relação à sua continuidade não há nenhuma ameaça, pois, alguns jovens a praticam regularmente e se afigura como um dos grandes entretenimentos na Ilha de Moçambique, nas mais variadas camadas sociais.

[5] Ameaças à transmissão

No que concerna à trasmissão não se vislumbra nenhuma ameaça, na medida em que não há restrições de ordem costumeira ou outra qualquer e, acima de tudo, a aprendizagem é livre. Ademais, alguns jovens demonstram interesse pela prática.

[6] Ameaças aos componentes materiais associados

Relativamente à ameaça aos componentes materiais associados, em princípio não existem, visto que a madeira, utilizada no fabrico do tabuleiro, é um recurso existente localmente. Entretanto observa-se que ao lado de tabuleiros muito elaborados, feitos em pau preto, com figuras esculpidas e decorados com entalhes, há outros muito simples, feitos em pranchas de madeira escavada. O *n'tatche* (planta) germina naturalmente nas praias e que se saiba não tem outro uso na comunidade, pelo que a sua existência não está ameaçada. Além disso, a esteira é um produto que continua a ser fabricado pelas comunidades e a palha é um produto disponível.

[7] Ameaças aos componentes imateriais associados

Não se vislumbram ameaças aos componentes imateriais associados. Efectivamente, a transmissão dos conhecimentos relacionados à prática ocorre de modo informal e não está sujeita a nenhuma interdição costumeira e, acima de tudo, há interesse das gerações mais jovens pela actividade.

[8] Outras ameaças à viabilidade

Não há.

[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados

O enfraquecimento ou abandono desta prática pode levar ao empobrecimento das formas de sociabilidade locais.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

O fortalecimento desta prática estimula à formação de grupos e de redes sociais, ou consolidação dos existentes.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Acção desenvolvida pelos Serviços Distritais de Educação, Juventude e Tecnologia (SDEJT) que trouxe da cidade de Nampula tabuleiros de 13 buracos e os distribuiu por alguns grupos de praticantes. Esta acção visava revitalizar as competições. Essa instituição pública assim como algumas Organizações Não-Governamentais (ONG's) procuram revigorar as competições.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Documentação fotográfica dos diversos tabuleiros existentes e a valorização dos entalhes e da escultura em madeira como uma das expressões estéticas próprias da população da Ilha através de medidas como mostras de tabuleiros antigos, por exemplo. Também o fortalecimento dos torneios e das redes de praticantes. Por fim, mas não menos importante, estudo de impacto destas medidas em termos da comercialização de tabuleiros e disseminação do jogo entre turistas e visitantes da Ilha.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.
[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.
[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

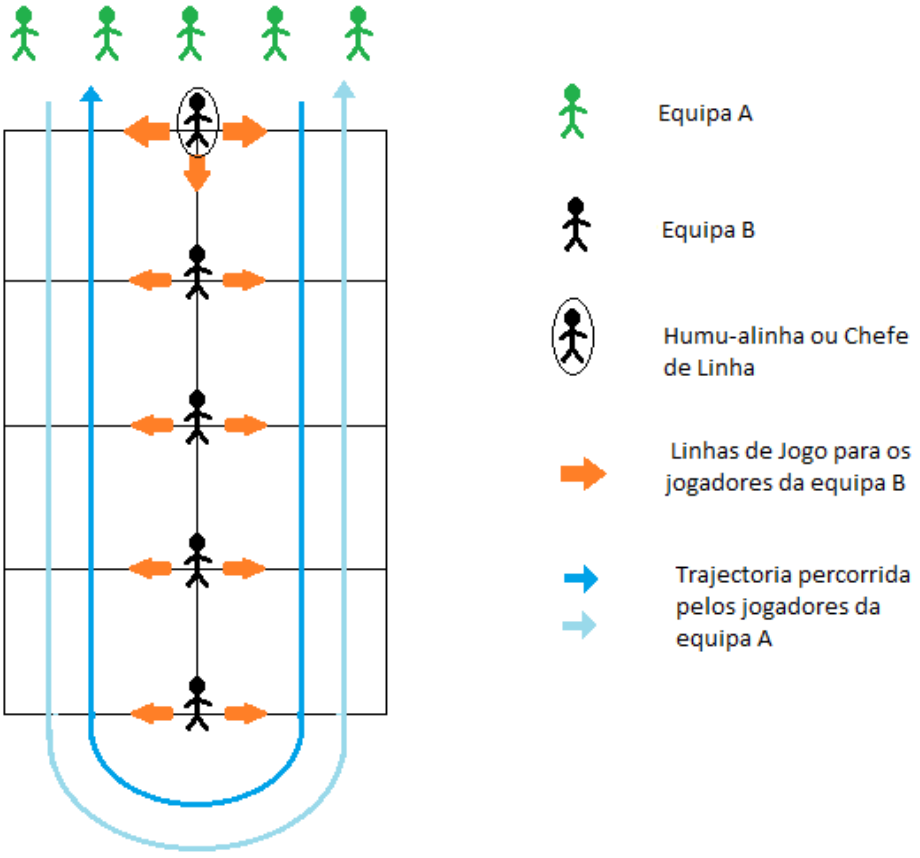
III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados Nome: Momade Ibrahimo (Momade Canhama) Grupo etno-lingüístico: *makhuwa* Sexo: masculino Data de nascimento: Local: Lumbo Residência: Ilha de Moçambique Posição na actividade: presidente da ASSOPIMO Contacto:
[2] Documentação sonora e visual produzida em campo IBRAHIMO, Momade. Momade Ibrahimo: depoimento [abril. 2010]. Entrevistador: Célio Tiane. Ilha de Moçambique: ARPAC, 2010. 1 cassete sonora (lado A). Entrevista concedida ao Projecto IPCIM. DVD de João Vilanculo, e fotos de Ernesto Matsinhe, disponíveis no ARPAC.
[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo Não há.
[4] Bibliografia Não há.
[5] Iconografia Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis Não há.
[7] Anexos a esta ficha Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado
Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo
3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Supervisor de campo
Célio Francisco Tiane.
[4] Responsável pelo inventário
Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante
Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

VICTÓRIA



Vitoria: pequeno esquema de jogo.

I. IDENTIFICAÇÃO

[1] Outras designações

Não há.

[2] Domínio / tipo

Sociabilidade e cooperação / jogo.

[3] Outros bens inventariados relevantes

Não há.

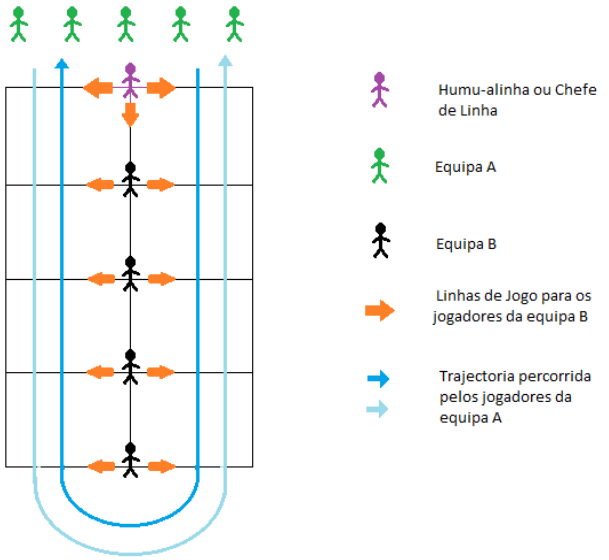
[4] Descrição

Victória é um jogo bastante antigo, não se sabendo muito ao certo o tempo de seu surgimento. É um jogo conhecido em outros pontos do país. Por exemplo, em Niassa toma o nome de *akana-akana*. A existência de "celas" desenhadas no chão, onde os jogadores podem ser simbolicamente enclausurados e a simulação de fuga, num esforço de enganar o adversário, parece estabelecer no contexto cultural da Ilha uma ténue relação com a escravatura, onde os escravos eram encarcerados e podiam empreender uma fuga para ganhar a liberdade, considerada victória.

No jogo Victória participam tanto crianças como adultos de ambos os sexos. Para se jogar, devem formar-se duas equipas com um número que pode variar bastando que o mesmo seja par. Por isso o número de jogadores para cada equipa deve ser o mesmo. Por exemplo, se for 4 o número de uma equipa, a equipe adversária deverá também possuir 4 jogadores. O jogo é tão interessante e divertido quanto maior for o número de jogadores. Assim, por ser um jogo que implica muita atenção, agilidade e flexibilidade, o espaço para o efeito deve ser aberto e suficientemenete grande para permitir a fácil circulação dos jogadores.

Para um jogo em que participe um total de 10 jogadores, traça-se no chão, um rectângulo grande de aproximadamente de 8m de comprimento para 6m de largura, conforme o esquema abaixo. Pelo meio do retângulo é traçada uma linha na vertical, formando duas faixas com uma largura de 3 m cada. Na perpendicular traçam-se 3 linhas paralelas, separadas uma da outra por uma distância de cerca de 2 m. Este tracejado no chão deverá formar 8 rectangulos iguais, designados de celas e dentro dos quais os jogadores da equipa adversária poderão ser simbolicamente presos.

Desenho do campo:



Como é que se desenrola o jogo? Supondo que participam 10 elementos, 5 colocar-se-ão no interior do grande rectângulo dispostos todos em cada um dos pontos de cruzamento da linha central com as linhas paralelas. Cada uma das equipas quando joga posicionada no interior do grande rectângulo tem um chefe de linha chamado *mwene-alinha* ou *humo-alinha*. O *mwew-alinha* percore, durante o jogo, a primeira linha perpendicular do grande rectângulo e a linha central, não lhe sendo permitida a passagem para outras linhas. Os restantes membros da equipa percorrem cada um apenas a linha na qual se encontra e que cruza a central.

O jogo começa com o bater de palmas por parte do *humo-alinha*. Para a equipa localizada no interior do rectângulo, o mesmo consiste em não permitir que os elementos da equipa contrária consigam penetrar o espaço de jogo que é o grande rectângulo e o atravessem de cima para baixo e debaixo para cima sem serem tocados. A equipa se esforça por tocar os adversários. Se estes conseguem fazer essa proeza de entrar no rectângulo e sair sem serem tocados, ganham então o jogo. È uma vitória para a equipa.

Para a equipa localizada do lado de fora do rectângulo, o objectivo principal é atravessar o rectângulo, imprimindo no percurso velocidade, driblando e procurando a todo o custo não ser tocado. Ser tocado pelo adversário equivale a perder o jogo e a ter de iniciar um novo com as posições invertidas, quer dizer, jogando no interior do rectângulo.

As modalidades de jogo são discutidas antes deste iniciar. Caso um jogador seja tocado ou saia fora das linhas do rectângulo, o jogo pode ser interrompido, podendo isso significar o recomeço, com as equipas a conservar as mesmas posições. Dependendo do acordado antes do início do jogo, ser tocado ou sair para fora das linhas do rectângulo pode significar perda.

De salientar que Vitória é geralmente praticado nos tempos livres, principalmente aos domingos e dias feriados.

[5] Praticantes ou detentores

Homens e mulheres de todas as idades.

[6] Forma de organização

Não se aplica.

[7] Origem, transformações e situação presente

Não se conhecem alterações no jogo, todavia é hoje pouco praticado.

[8] Referências espaço-temporais

Joga-se nos tempos livres, sobretudo aos domingos e feriados. Requere-se um lugar

aberto e suficientemente espaçoso.
[9] Componentes materiais associados Espaço aberto e um pau, giz ou carvão para desenhar o rectângulo do jogo.
[10] Componentes imateriais associados Possuir e dominar as regras do jogo.
[11] Transmissão, sucessão Se faz dos adultos para os menores, jogando na prática.
[12] Disseminação, divulgação Nos bairros onde se joga victória.

II. SALVAGUARDA

[1] Valores atribuídos pela comunidade Victória é apenas um jogo e actualmente a cair no esquecimento. Somente os adultos referem ter preticado no seu tempo de criança e adolescência.
[2] Justificativa para inclusão no inventário Por ser uma prática antiga e integrar conjunto de jogos dos *makhuwa*.
[3] Valores atribuídos regional, nacional ou internacionalmente Existe ainda um fraco conhecimento das origens e extensão desta prática para justificar.
[4] Ameaças à continuidade da execução Pelo aparecimento de novos jogos como o futebol e outros, muitos adultos e crianças abandonaram progressivamente a prática do jogo.
[5] Ameaças à transmissão Poucos adultos praticam este jogo e como consequência poucos jovens conhecem vitória e o praticam.
[6] Ameaças aos componentes materiais associados Não se aplica
[7] Ameaças aos componentes imateriais associados Não se aplica.
[8] Outras ameaças à viabilidade O surgimento de novos jogos e abandono progressivo desta prática por parte quer dos adultos como dos jovens.
[9] Prováveis impactos decorrentes do enfraquecimento desta atividade, do abandono ou esquecimento dos conhecimentos associados Actualmmente visíveis. O jogo não é conhecido pelos mais novos.

[10] Prováveis impactos decorrentes do fortalecimento desta prática

Os jovens possuirão mais uma alternativa de lazer e actividade física.

[11] Ações concorrentes à salvaguarda

Não há.

[12] Indicações para um futuro plano de salvaguarda

Não há.

[13] Recomendação de medida oficial de salvaguarda por parte do Governo de Moçambique

Promover pesquisas em torno desta prática para sistematização do conhecimento sobre a mesma. Integrar na lista dos jogos nacionais.

[14] Recomendação para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

[15] Recomendação para inclusão na lista da UNESCO relativa ao Patrimônio Cultural Imaterial que necessita de proteção urgente

Não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis.

III. DOCUMENTAÇÃO E FONTES

[1] Entrevistados

Nome: Joaquim Nazário
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 1962
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Djembesse (Zona continental)
Posição na actividade: professor
Contacto: 826714230

Nome: Ussene Amada
Grupo etno-lingüístico: *makhuwa*
Sexo: masculino
Data de nascimento: 1977
Local: Ilha de Moçambique
Residência: Ilha de Moçambique, Museu
Posição na actividade: funcionário do Estado (Museu)
Contacto: 827065945

[2] Documentação sonora e visual produzida em campo

Não há.

[3] Documentos, objetos ou coleções localizados em campo
Não há.
[4] Bibliografia
Não há.
[5] Iconografia
Não há.
[6] Plantas, mapas e croquis
Não há.
[7] Anexos a esta ficha
Não há.

IV. RESPONSABILIDADE TÉCNICA

[1] Consentimento prévio e informado
Antes do início dos trabalhos, o grupo de pesquisadores teve um encontro preliminar com os representantes e comunidade em geral, para informá-los sobre os objectivos do trabalho e obter seu consentimento para a sua realização.
[2] Período em que se realizou a pesquisa de campo
3 a 13 de julho de 2009 e 24 de abril a 6 de maio de 2010.
[3] Supervisor de campo
Hermínia Manuense, Josefina Salencia.
[4] Responsável pelo inventário
Antonio A. Arantes (consultor da UNESCO).
[5] Responsável pela instituição inventariante
Fernando Paulo Dava (director geral do ARPAC).

Referências

ARANTES, A. Culture as heritage: limits, uses and implications of intangible cultural heritage inventories. In KONO, T. (Org) **Intangible cultural heritage and intellectual property.** Intersentia: Antuérpia, 2009. P 51-76. Publicado em português com o título *Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública*. **Anuário antropológico 2007-2008**. Tempo Brasileiro: Rio de Janeiro, 2009. P 173-221.

ARANTES, A. Patrimônio cultural e cidade. In FORTUNA, C. e PROENÇA LEITE, R. (org.) **Plural de cidade**: **novos léxicos urbanos**. Almedina/CES: Coimbra, Portugal, 2009. ISBN 978-972-40-3924-4.

ARANTES, A. **Documenting and disseminating traditional knowledge and cultural expressions in Brazil**. 2 volumes. WIPO: Genebra, 2010. Disponível em

http://www.wipo.int/tk/en/culturalheritage/surveys.html

ARKITEKSKOLEN, Aarhus. Secretaria do Estado da Cultura. Ilha de Moçambique. Relatório - Report – Danmark. 1982-85

BLAKE, J. (Org) **Safeguarding intangible cultural heritage: challenges and approaches**. Institute of Art and Law: Pentre Moel, Reino Unido, 2007. ISBN 1-903987-10-5.

CAPELA, J. 1999. O tráfico de escravos na Ilha de Moçambique. In ANGIUS, M.; ZAMPARONI, M. **Ilha de Moçambique: Convergência de Povos e Culturas**. AIEP Editore.

COELHO**,** M.I.H.M. **A Ilha de Moçambique**. Dissertação de Licenciatura em Geografia. Lisboa, 1966.

DPEC – Nampula. **Breve resenha informativa sobre a história da Ilha de Moçambique**. Nampula, Setembro de 2007.

DIAS, M. **Instrumentos musicais de Moçambique**. Lisboa 1986.

FUCH, E. (Coord). 1992. **Contos Macuas.** Associação dos Amigos da Ilha de Moçambique. Minerva Central. Maputo. Moçambique.

Grande enciclopédia portuguesa e brasileira, ilustrada, Editorial Enciclopédia Lda, Lisboa, S/a, Vol. XI.

ILHA DE MOÇAMBIQUE, Plano de Gestão 2010-2014.

IPHAN **Patrimônio imaterial e biodiversidade**. Número temático da Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no. 32. IPHAN: Rio de Janeiro, Brasil, 2005.

KONO, T. (Org) **Intangible cultural heritage and intellectual property: communities, cultural diversity and sustainable development.** Intersentia: Antuérpia, 2009. ISBN 978-90-5095-758-8

LOUREIRO, J.M. **Postais Antigos da Ilha de Moçambique & da Ilha do Ibo**. 2ª Edição, 2005. 4 fotografias.

LUCENA, J., **Vida do padre Francisco Xavier**, Nova edição actualizada; II Vol. União gráfica, Lisboa, 1960.

LOFORTE, A; MATE, A. "Sociedades Costeiras do Norte de Moçambique: Gestão e Maneio de Recursos (o caso da Ilha de Moçambique)". In: ANGIUS, M.; ZAMPARONI, M. **Ilha de Moçambique, Convergência de Povos e Culturas**. AIEP Editore, Bolonha.1988

LUTERO, M. e PEREIRA, C. M. , citados por TAMELE, V. e VILANCULO, J. op.cit.p.51.

MACAGNO, L. **Outros muçulmanos**: islão e narrativas coloniais. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

MAUSS, M. Essai sur le don. In: **Sociologie et anthropologie**. Paris: PUF, 1966. [1923-1924]

MEDEIROS, E. Irmandades Muçulmanas do Norte de Moçambique; In **Ilha de Moçambique: convergência de povos e culturas.** AIEP Editore, Repubblica di San Marino, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Ilha de Moçambique**. Guia [português]. Monografia dos principais edifícios da Ilha de Moçambique. [Brochura]

MUTAL**,** S. **Ilha de Moçambique Património Mundial**: um programa de desenvolvimento humano sustentável e conservação integral. Relatório global. STS/PNUD/UNESCO/WHC. 1998.

OLIVEIRA, Pe. Miguel, **História eclesiástica de Portugal**, 3ª edição, União gráfica, Lisboa, 1958.

ORGANIZAÇÃO DA MULHER MOÇAMBICANA "Situação social da mulher moçambicana sua análise e definição da estratégia da luta pela sua emancipação na fase actual", Maputo, Sd.

PERREIRA, L.F. As transformações urbanas na Ilha de Moçambique. 1994.

PEREIRA, L.F. "Algumas notas sobre a Ilha de Moçambique-Património Histórico Nacional em degradação acelerada." **Arquivo** 4, 5-12,. 1988.

PEREIRA, L.F.. História da Ilha. In FORJAZ, M. E MUGE, A. **MUIPITI. Ilha de Moçambique**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da moeda, 1983.

RODRIGUES, E. ROCHA, NASCIMENTO, A. **Ilha de Moçambique**. Alcande Editores. 1ª edição. Maputo. 2009.

SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA/Arkitektskolen I Aarhaus. **Ilha de Moçambique: Relatório/Report** (1982-1985). Moçambique/Dinamarca.

TAMELE, V. e VILLANCULO, J. **Algumas Danças Tradicionais da Zona Norte de Moçambique.** Maputo: ARPAC, 2003.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Island_of_Mozambique_-_Makuti; acessado a 15 de Abril de 2010.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Ciclo-riquixa; acessado a 15 de Abril de 2010.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Riquixa; acessado a 15 de Abril de 2010.

http://pt.wikipedia.org/wiki/Island_of_Mozambique_-_Makuti; acessado a 15 de Abril de 2010.

Ficheiros da Campanha Nacional de Preservação e Valorização do Património Cultural (1978-1983), Rituais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Direcção Nacional da Cultura: Colectânea da Legislação Cultural de Moçambique. 1ª Edição, Maputo, 2007.

Lei 10/88, de 22 de Dezembro – determina a protecção legal dos bens materiais e imateriais do património cultural de Moçambique.

Decreto 27/94, de 20 de Julho – diz respeito ao regulamento de protecção do património arqueológico.

Estatuto Específico da Ilha de Moçambique. Rege a gestão do património específico da Ilha de Moçambique.

Síntese executiva

I. PRÁTICAS, EXPRESSÕES CULTURAIS E CONHECIMENTOS TRADICIONAIS INVENTARIADOS

1. Cerimônias e atos festivos

Tipologia		Itens inventariados		Comunidade cultural
1	Religioso	1	*Id-Al-Fitr* e *Id-Al-Adha*	*Makhuwa nahara* e muçulmanos em geral

2. Comunicação e expressão

Tipologia		Itens inventariados		Comunidade cultural
1	Indumentária	1	Indumentária masculina	*Makhuwa nahara* e muçulmanos em geral
1	Indumentária	2	Indumentária feminina	*Makhuwa nahara*
2	Música, dança	1	*Tufu*	*Makhuwa*

3. Conhecimentos e técnicas artesanais

Tipologia		Itens inventariados		Comunidade cultural
1	Carpintaria	1	Construção de riquexó	*Makhuwa*
1	Carpintaria	2	Construção naval	*Makhuwa*
2	Culinária	1	*Eyooca*	*Makhuwa nahara*
3	Edificação	1	Construções em *macuti*	*Makhuwa nahara*
4	Ourivesaria	1	Joalharia	*Makhuwa nahara*
5	Trançado, tecelagem	1	*Kharo* (veja ficha 001-03-01-01)	*Makhuwa nahara*

4. Conhecimentos e técnicas relativos ao corpo

Tipologia		Itens inventariados		Comunidade cultural
1	Ornamentação	1	Preparo e uso de *m'siro* e *owantcha*	*Makhuwa*
2	Saúde	1	Preparo e uso de *m'siro* (veja ficha 001-04-01-01)	*Makhuwa*
2	Saúde	2	Preparo e uso de *mulala* (veja ficha 001-04-01-01)	Generalizado no país
3	Sexualidade	1	*Othuna*	*Makhuwa*

5. Conhecimentos e técnicas relativos à natureza

Tipologia		Itens inventariados		Comunidade cultural
1	Pesca	1	Pesca artesanal	Generalizado no litoral de Moçambique
2	Navegação	1	Conhecimentos náuticos do *nahota*	Generalizado no litoral de Moçambique

6. Cosmologia e religião

Tipologia		Itens inventariados		Comunidade cultural
1	Cura e feitiçaria	1	Conhecimentos do *funti*	*Makhuwa nahara*
3	Celebração	1	*Maulide*	*Makhuwa nahara* e muçulmanos em geral

7. Lugares

Tipologia		Itens inventariados		Comunidade cultural
1	Histórico	1	*Omakhuthini* (Cidade de Macuti)	*Makhuwa nahara*
1	Histórico	2	Jardim da Memória	Generalizado nacional e internacionalmente
1	Histórico	3	Quintais	*Makhuwa nahara*

8. Oratura

Tipologia		Itens inventariados		Comunidade cultural
1	Narração	1	Contos tradicionais *makhuwa*	*Makhuwa*
1	Narração	2	Narrativas sobre o *Mwanante*	*Makhuwa nahara*
1	Narração	3	Narrativas sobre os *Majini*	*Makhuwa nahara*
1	Narração	4	Narrativas sobre São Francisco Xavier	Generalizado entre os cristãos
1	Narração	5	Narrativas sobre a escravatura	Generalizado na Ilha de Moçambique
2	Testemunho	1	*Wahala*	*Makhuwa nahara* e muçulmanos em geral

9. Ritual

Tipologia		Itens inventariados		Comunidade cultural
2	Iniciação	1	*Emwali* (rito de iniciação feminina)	*Makhuwa*
2	Iniciação	2	*Ekhalawa* (rito de iniciação masculina)	*Makhuwa*
3	Nubilidade	1	*Osynkiya* (rito pré-nupcial feminino)	*Makhuwa nahara*

10. Sociabilidade e inter-ajuda

Tipologia		Itens inventariados		Comunidade cultural
1	Jogo	1	*N'tatche*	*Makhuwa*
1	Jogo	2	Victória	Generalizado na Ilha de Moçambique

II. SÍNTESE E AVALIAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E DE REPRODUÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL INVENTARIADO

[Este item deve ser elaborado oportunamente pela equipe do ARPAC, em diálogo com respresentantes das comunidades culturais envolvidas no projeto.]

III. RECOMENDAÇÕES

Neste relatório, as recomendações são apresentadas apenas a título indicativo, uma vez que circunstancialmente elas não puderam ser discutidas com a comunidade até o encerramento do presente contrato. Sua inclusão neste documento visa apenas a contribuir para a construção do diálogo entre os agentes oficiais de salvaguarda e promoção do patrimônio e os seus efetivos detentores e orientar a elaboração de relatórios futuros.

Vale reiterar que qualquer ação que venha a ser implementada com vistas a contribuir para a continuidade dessas práticas depende da aprovação prévia de seus praticantes. Para resultarem em intervenções efetivamente sustentáveis, essas ações devem ser amplamente ser planejadas, geridas e periodicamente avaliadas com a sua mais ampla participação.

Apenas a candidatura do *tufu* é recomendada para a Lista Representativa do Patrimônio Cultural Imaterial da Humanidade e nenhum item se recomeda para a Lista de Patrimônio que Necessita de Salvaguarda Urgente da UNESCO. Diversas recomendações são feitas às autoridades competentes do Governo de Moçambique, conforme se expõe a seguir.

Em relação aos itens que não constam desta lista, não há recomendações a fazer em vista das informações disponíveis até o momento do fechamento deste inventário, o que não significa que não se deva consultar as comunidades culturais envolvidas sobre a necessidade ou não de se desenvolverem outras ações de salvaguarda.

Denominação	**Código**	**Recomendação**
Conhecimentos náuticos do *nahota*	001-05-02-01	A documentação e disseminação destes conhecimentos é recomendável como salvaguarda de um conhecimento milenar, característico da costa moçambicana, e para o desenvolvimento de serviços turísticos.
Construção de riquexós	001-03-01-01	A salvaguarda deste conhecimento é recomendável, pois trata-se de uma atracção turística de destaque, com potencial a ser desenvolvido.
Construções em *macuti*	001-03-03-01	É recomendável salvaguardar este conhecimento e garantir a oferta dos materiais necessários à sua execução. As edificações em macuti são marcos referencias históricos e culturais da Ilha e sua conservação depende da disponibilidade de especialistas qualificados. É urgente investir na conservação das edificações existentes, uma vez que a grande maioria da população *makuwa nahara* habita casas desse tipo e vem encontrando sérios problemas na sua adequada conservação. Além disso, elas fazem parte do conjunto patrimonial da ilha classificado como patrimônio mundial pela UNESCO.
Ehantisi (Contos tradicionais *makhuwa*)	001-08-01-01	As comunidades pedem ao Governo que construa uma Casa de Cultura para a prática das actividades culturais. Sugerem ainda que se incluam os contos tradicionais nos currículos escolares, para que os alunos possam ler ao longo dos seus estudos.
Ekhalawa (Rito de iniciação masculina)	001-09-02-02	Aprofundar as pesquisas sobre o papel, lugar e impacto dos ritos de iniciação no processo de ensino e aprendizagem maculino, assim como na inserção de jovens *makhuwa nahara* na sociedade moçambicana. Fortalecer a relação entre as instituições de saúde e a comunidade, de modo que os agentes da saúde sejam convidados a participar dos aspectos cirúrgicos da circuncisão, ficando os aconselhamentos e ensinamentos da alçada da comunidade. Esta acção pode contribuir para evitar morte de iniciandos durante o ritual, bem como reduzir o risco de contaminação e infecção pelo HIV/SIDA.

		Fortalecer a negociação já estabelecida entre o Governo e a comunidade para que o ritual ocorra no período de férias escolares.
Ekimau e *ekuwo* (Indumentária feminina)	001-02-01-02	Em vista do quase desaparecimento do *kimau*, recomenda-se a promoção de eventos de moda ao nível local e regional com vistas a incentivar tanto antigos quanto jovens estilistas a contribuirem para a valorização deste item da indumentária feminina através de pesquisas e de projetos de desenho de moda.
Emwali (Rito de iniciação feminina)	001-09-02-01	Aprofundar as pesquisas sobre o papel, lugar e impacto dos ritos de iniciação no processo de ensino e aprendizagem feminino, assim como na inserção de jovens *makhuwa nahara* na sociedade moçambicana.
Eyooka (Culinária)	001-03-02-01	Recomenda-se a realização de programas de promoção da culinária junto das casas de pasto para incentivar a confecção de pratos típicos locais e aprimorá-los com vistas à promoção do turismo gastronómico.
Jardim de Memória da Escravatura	001-07-01-02	Valorizar este lugar de memória do tráfico de escravos, assim como a identificação, conservação e adequada interpretação dos outros marcos desse período na Ilha de Moçambique, assim como a recolha de narrativas associadas.
Maulide	001-06-03-01	Recomenda-se a realização de estudos aprofundados sobre a dimensão histórica, social e cultural do maulide e à documentação sistemática desta prática que, além de ser manifestação importante da religiosidade dos habitantes da Ilha de Moçambique, possui força expressiva e estética diferenciada. Tendo em vista as transformações por que vem passando mais recentemente, recomenda-se maior integração do grupo remanescente de praticantes na esfera sócio-cultural, económica e turística da Ilha. Porém, considerando o fato desta ser uma prática de base eminentemente religiosa, as possiveis consequências de qualquer interferência visando à sua salvaguarda devem ser detalhadamente avaliadas junto à comunidade de praticantes.
Narrativas sobre a escravatura	001-08-01-05	Recolher e registrar narrações sobre o comércio de escravos.
Narrativas sobre São Francisco Xavier	001-08-01-04	Conservar os bens materiais relacionados a São Francisco Xavier existentes na Ilha.

Omakhutini (Cidade de Macuti)	001-07-01-01	Tendo em vista a grande concentração populacional e as péssimas condições de infraestrutura da Cidade de Macuti, que aliás faz parte do conjunto distado como partimônio mundial pela UNESCO, recomenda-se ação urgente com vistas à melhoria dos serviços de água, esgoto e coleta do lixo.
Osinkiya (Rito pré-nupcial feminino)	001-09-03-01	Aprofundar as pesquisas sobre o papel e impacto do *osinkiya* nas relações conjugais entre os *makhuwa*. Recomenda-se o estudo de sua possível divulgação ao nível nacional, nas escolas, centros de formação de professores, no âmbito do currículo local.
Ourivesaria	001-03-04-01	É urgente o estímulo à documentação e à transmissão destes conhecimentos. Recomenda-se investir na recuperação da memória do trabalho e do design que tradicionalmente se desenvolvia na Ilha, através da localização de colecções ou iconografia, assim como a realização de pesquisas sobre a situação da actividade para uma avaliação dos problemas que enfrenta actualmente e das oportunidades existentes para seu incremento.
Pesca Artesanal	001-05-01-01	Controlar a poluição da água nas regiões pesqueiras, sobretudo aquelas onde se pratica a mariscagem, assim como controlar a pesca indiscriminada. Recomenda-se também o apoio à aquisição e conservação de instrumentos de pesca e embarcações, pois desta atividade depende a maioria da população *makhuwa nahara* para o seu sustento cotidiano.
Quintais	001-07-01-03	Valorizar este lugar de memória da história social e arquitetônica da Ilha, assim como a recolha de narrativas associadas.
Tufu	001-02-02-01	Recomenda-se a realização de estudos aprofundados sobre a dimensão histórica, social e cultural do *tufu* e a documentação sistemática desta forma de expressão, tanto na Ilha de Moçambique como em outras localidades onde ela ocorra no país. Apoia-se a sua inclusão na Lista Representativa do Património Imaterial da UNESCO por ser uma prática que fortelece e celebra a identidade *makhuwa nahara*, assim como de outras comunidades culturais moçambicanas e do próprio país.
Wahala (Registos de	001-08-02-01	É relevante, e possivelmente urgente, contribuir para a conservação desses documentos em

memória social)		condições adequadas, nos locais onde se encontram e por seus próprios detentores. Uma avaliação deste aspecto deveria ser feita por técnicos da área de conservação de documentos. Além disso, em cooperação com as irmandades, poder-se-ia realizar, de modo eficiente e compatível com a tradição, um acompanhamento mais efectivo de estatísticas relativas aos nascimentos e óbitos de cidadãos moçambicanos em *Omuhipiti*.

Anexo I

Ref. Contrato UNESCO 3240140763/2007
Oficina realizada em Maputo em 2007

Lista de participantes, com indicação de vínculo institucional e país de origem

Nome	País	Instituição	Função
Aberto Folowara	Moçambique	ARPAC-Manica	Delegado
Adelina Nhapeza	Moçambique	DINAC-MEC	Sector Base de dados
Alexandre António	Moçambique	ARPAC-Central	Investigador
Arrissis Mudender	Moçambique	ARPAC-Maputo	Investigador
Ayres Verissimo S. Major	São Tomé e Príncipe	Direcção N.Cultura	Assessor
Belchioir Canivete	Moçambique	ARPAC-Maputo	Investigador
Boaventura Massaíete	Moçambique	Mec	Técnico de cultura
Brazão J.L. Catopola	Moçambique	ARPAC-Maputo	Delegado
Efrone Dias David	Moçambique	DINAC-MEC	Depto de investigação
Emanuel Díonisio	Moçambique	ARPAC-Niassa	Delegado
Estevão Filimão	Moçambique	COCIE	Investigador
Fernando Dava	Moçambique	ARPAC	Director
Fernando Manjate	Moçambique	ARPAC-Tete	Delegado
Frederico Meque	Moçambique	ARPAC-Sofala	Delegado
Gilberto Cossa	Moçambique	DINAC-MEC	Chefe de departamento
Herminia Manuese	Moçambique	ARPAC-CENTRAL	Directora Adjunta
João A. Vilanculo	Moçambique	ARPAC-Central	Investigador
José Ernesto Madulele	Moçambique	ARPAC-Central	Investigador
Laurindo.M Saíde	Moçambique	ARPAC-Central	Investigador
Marílio Wane	Moçambique	ARPAC-Maputo	Investigador
Mário Fonseca	Cabo-Verde	Professor	Tradutor/Cons.
Paulo Mondlane	Moçambique	UNESCO	Coordenador de projecto
Roberto Dove	Moçambique	Mec-Gab.Ministro	Assessor
Rosário Jaime Lemeia	Moçambique	ARPAC-Maputo	Investigador
Venceslau Casese	Angola	Ministerio da cultura	Director de museu

Anexo II

Ref. Contratos UNESCO 3240211295/2009 e 4500097348/2010.
Oficinas em Maputo e projeto piloto Ilha de Moçambique

Lista de participantes com indicação de freqüência nas atividades realizadas em 2007, 2009 e 2020

Nome	Instituição	Função	2007	2009	2010
Adriano Tépulo	Museu Nacional de Etnologia	Técnico		X	
Alberto Folowara	ARPAC – Delegação de Manica	Delegado Provincial	X	X	
Alberto Valoi	ARPAC – Delegação de Gaza	Delegado Provincial		X	X
Arrissis Mundender	ARPAC – Órgão Central	Investigador – chefe do Departamento de Divulgação	X	X	X
Assumail Raidone	ARPAC – Delegação de Niassa	Delegado Provincial		X	
Bernardino Quiane	Museu de Inhambane	Técnico		X	
Brazão Catopola	Ministério da Cultura	Responsável pela Área de Inventário	X	X	
Célio Tiane	ARPAC – Órgão Central	Investigador – chefe do Departamento de Investigação		X	X
Elídio Langa	ARPAC – Delegação de Tete	Investigador		X	
Ernesto Matsinhe	ARPAC – Delegação de Maputo	Chefe de Secção de Documentação e Fotógrafo			X
Ferderico Meque	ARPAC – Delegação de Sofala	Delegado Provincial	X	X	
Fernando Manjate	ARPAC – Delegação de Tete	Delegado Provincial	X	X	X
Hafiz Jamú	Shehe	Shehe		X	X
Hermínia Manuense	ARPAC – Órgão Central	Directora Geral-Adjunta	X	X	X
João Vilanculo	ARPAC – Órgão Central	Chefe do Sector de Etnomusicologia	X		X
Josefina Salencia	Governo Distrital	Técnica		X	X
Juvenal Amazia	UNESCO	Técnico		X	
Lucia Laurentina Omar	GACIM	Investigadora			X
Manuel Meno	ARPAC – Delegação de Sofala	Investigador		X	
Mário Intetepe	Direcção Provincial de Educação e Cultura (DPEC)	Chefe do Departamento de acção Cultural		X	
Sofia Cassimo	Museu da Ilha	Técnica		X	
Sónia Lopes	ARPAC – Delegação de Maputo	Delegada Provincial		X	X